



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA (PROPEC)



**A HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL DA ECONOMIA SERGIPANA NO
PERÍODO 2002-2019**

SÃO CRISTOVÃO/SE
2023

MARCOS MESSIAS DOS SANTOS

**A HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL DA ECONOMIA SERGIPANA NO
PERÍODO 2002-2019**

Dissertação de mestrado apresentada como um dos pré-requisitos para a conclusão do curso de Mestrado Profissional em Economia da Universidade Federal de Sergipe.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Econômico

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Souza Ferreira

SÃO CRISTOVÃO/SE
2023

**A HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL DA ECONOMIA SERGIPANA NO
PERÍODO 2002-2019**

Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Sergipe, como um dos requisitos obrigatórios para obtenção do grau de Mestre em Economia, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Documento assinado digitalmente
gov.br PAULO SERGIO SOUZA FERREIRA
Data: 14/03/2023 11:26:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Souza Ferreira
Universidade Federal de Sergipe



Membro Titular: Prof. Dr. Olinto Silveira Alves Filho
Universidade Federal de Sergipe

Jose Elesbao de Almeida:47458712449

Assinado de forma digital por Jose Elesbaode
Almeida:47458712449

Dados: 2023.03.16 08:58:34 -03'00'

Membro Titular: Prof. Dr. José Elesbão de Almeida
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Fevereiro, 2023.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Marcos Messias dos

S237h A heterogeneidade estrutural da economia sergipana no período 2002-2019 / Marcos Messias dos Santos ; orientador Paulo Sérgio Souza Ferreira. – São Cristóvão, SE, 2023.

165 f. : il.

Dissertação (mestrado profissional em Economia) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Economia. 2. Desenvolvimento econômico – Sergipe. 3. Economia – Sergipe. 4. Industrialização. 5. Produtividade do trabalho. 6. Indústrias – Inovações tecnológicas. I. Ferreira, Paulo Sérgio Souza, orient. II. Título.

CDU 330.341.4(813.7)

DEDICATÓRIA

*A Rafael e Helena, meus filhos amados. É por
pessoas como vocês que o sol continua a brilhar.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal de Sergipe, por mais essa oportunidade de crescimento profissional e engrandecimento intelectual. Quando aqui cheguei, aos 18 anos, eu era um adolescente vindo de uma família com longa tradição em trabalhos braçais, tendo eu mesmo sido lavador de pratos, carregador de feira, ajudante de pintor, flanelinha e ajudante de carroceiro, dos 10 aos 16 anos.

A UFS me possibilitou romper com essa tradição. Aqui me tornei graduado em Geografia, especialista em Educação, servidor concursado de nível médio, servidor concursado de nível superior e, agora, mestre em Economia, além dos anos nas graduações de Música e de Economia. Assim, pude ter acesso ao mundo do conhecimento e às condições materiais que me foram negadas durante toda a minha infância e adolescência. Então, jamais poderei expressar com a real profundidade o quanto sou grato a esta instituição.

Agradeço ao professor Paulo Sérgio, por ter acolhido o meu pedido para que fosse seu orientando. Pela orientação cuidadosa e presente ao longo de todo o processo de escrita dessa dissertação, e pelo respeito demonstrado em sala pelas ideias e concepções teóricas divergentes das suas.

Aos professores José Elesbão e Olinto Silveira, por terem atendido ao nosso pedido para compor a banca examinadora desta dissertação, e por todas as orientações e sugestões dadas na banca de qualificação, que só contribuíram para aprimorar este trabalho.

À minha amiga Antônia Emmanuela, parceira de realização de atividades ao longo dos dois anos deste mestrado, e, acima de tudo, uma pessoa atenciosa, prestativa, humana, sem cujo apoio eu certamente teria muito mais dificuldades para concluir esse curso.

Aos professores e professoras do mestrado profissional em Economia, pelos valiosos conhecimentos partilhados durante as aulas, e pela paciência e dedicação em nos ensinar e orientar nessa caminhada. Agradeço em especial ao professor Ricardo Lacerda, exemplo de competência e dedicação ao estudo da economia sergipana, e cujos escritos foram essenciais para o desenvolvimento da presente dissertação.

Aos colegas da turma 2021 do mestrado profissional em Economia, por todo o apoio mútuo demonstrado durante e após as aulas, por todas as angústias divididas, e por todas as palavras e

gestos de incentivo em nosso grupo. Em especial, agradeço a Lucila Boia, pelos comentários sempre elogiosos e pelos momentos de descontração que tornaram essa caminhada mais leve.

À minha querida amiga Mayara Oliveira, agradeço por todo o apoio e amparo antes e durante esse mestrado. E desculpa por durante anos termos planejado entrar no mestrado em Administração Pública juntos, e depois da seleção eu ter desertado e retornado à Economia.

Ao meu irmão, Marcelo, por todo o suporte durante esses dois anos, sem o que a conclusão deste trabalho ficaria comprometida.

Ao servidor do IBGE, Vinicius Andrade de Carvalho Rocha, pela cuidadosa orientação a respeito das fontes de dados estatísticos que precisei utilizar nesta dissertação.

Ao meu amigo Bruno Melo, que no meu momento de maior fragilidade emocional dos últimos dois anos assumiu responsabilidades que não eram suas, me permitindo ter a estabilidade necessária para continuar estudando.

E, por fim, agradeço aos meus pequenos Rafael e Helena, que souberam compreender as ausências do papai por várias vezes ao longo destes dois anos, e cujo amor foi sempre a principal força que me manteve de pé e caminhando até o final deste percurso.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a estrutura produtiva do estado de Sergipe no período de 2002 a 2019. Trabalha-se aqui com o problema central de verificar a ocorrência na economia deste estado do fenômeno da Heterogeneidade Estrutural, no período considerado. A análise é feita a partir da mensuração da produtividade do trabalho dos setores primário, secundário e terciário, com uma investigação particular sobre o desempenho do setor industrial e sua contribuição ao valor adicionado bruto do estado. A hipótese central que norteou o trabalho foi a de que os macrossetores apresentaram assimetrias de produtividade ao longo do período de análise, com tendência deste fenômeno a se reproduzir no tempo. Para a consecução do objetivo da pesquisa, a metodologia utilizada se baseou em: i) uma discussão teórica, a qual teve como principal referencial teórico-analítico a Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL e seus postulados de primazia da produtividade do trabalho para o crescimento econômico, assim como da industrialização para o desenvolvimento econômico; ii) descrição da evolução histórica da estrutura produtiva da economia sergipana, correlacionando-a aos movimentos da economia nacional e internacional; iii) análise do desempenho do setor industrial em Sergipe, de 2002 a 2019, relacionando-o às políticas industriais implementadas no período, assim como às transformações ocorridas na economia brasileira; e iv) mensuração e análise do comportamento da produtividade do trabalho nos macrossetores da estrutura produtiva sergipana de 2002 a 2019, buscando correlacionar as tendências verificadas ao desempenho dos setores. Confirmou-se a hipótese de que o fenômeno da Heterogeneidade Estrutural se fez presente na estrutura produtiva sergipana no período 2002 a 2019, manifestando-se nas disparidades de produtividade entre os macrossetores, com uma tendência de queda geral desta variável nos principais setores geradores de riqueza – o industrial e o de serviços –, na última fase do período em análise, o que tende a contribuir para a deterioração das condições socioeconômicas do estado. Da mesma forma, a permanência de fortes assimetrias de produtividade entre os setores urbanos – indústria e serviços – e o rural – a agropecuária – sinalizam que o fenômeno da heterogeneidade estrutural tende a se reproduzir na economia sergipana.

PALAVRAS-CHAVE: heterogeneidade estrutural; produtividade do trabalho; indústria; desenvolvimento econômico; economia sergipana.

ABSTRACT

The present work has as its object of research the productive structure of the state of Sergipe in the period from 2002 to 2019. It works here with the central problem of verifying the occurrence in the economy of this state of the phenomenon of Structural Heterogeneity, in the period considered. The analysis is based on the measurement of labor productivity in the primary, secondary and tertiary sectors, with a particular investigation of the performance of the industrial sector and its contribution to the state's gross added value. The central hypothesis that guided the work was that the macro-sectors showed productivity asymmetries over the period of analysis, with a tendency for this phenomenon to be reproduced over time. In order to achieve the objective of the research, the methodology used was based on: i) a theoretical discussion, which had as its main theoretical-analytical reference the ECLAC's Theory of Underdevelopment and its postulates of primacy of labor productivity for economic growth, as well as from industrialization to economic development; ii) description of the historical evolution of the productive structure of Sergipe's economy, correlating it to the movements of the national and international economy; iii) analysis of the performance of the industrial sector in Sergipe, from 2002 to 2019, relating it to the industrial policies implemented in the period, as well as to the transformations that occurred in the Brazilian economy; and iv) measurement and analysis of the behavior of labor productivity in the macrosectors of Sergipe's productive structure from 2002 to 2019, seeking to correlate the trends verified with the performance of the sectors. The hypothesis was confirmed that the phenomenon of Structural Heterogeneity was present in Sergipe's productive structure in the period 2002 to 2019, manifesting itself in the disparities in productivity between macrosectors, with a general downward trend of this variable in the main wealth-generating sectors – industrial and services –, in the last phase of the period under analysis, which tends to contribute to the deterioration of the state's socioeconomic conditions. Likewise, the permanence of strong asymmetries in productivity between the urban sectors – industry and services – and the rural sector – agriculture and livestock – indicate that the phenomenon of structural heterogeneity tends to reproduce itself in Sergipe's economy.

KEYWORDS: structural heterogeneity; labor productivity; industry; economic development; Sergipe economy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ocidente, América Latina e Mundo - PIB per capita, população e PIB, anos selecionados, de 1500 a 1980	28
Tabela 2 - Inglaterra - Produtividade do trabalho na indústria têxtil, Século XVIII a 1825	32
Tabela 3 – Relação entre preços: bens primários x bens industriais, 1876-1947	43
Tabela 4 – Brasil – Número de Usinas e Valor da Produção (1920)	63
Tabela 5 - Sergipe – Destino das Exportações, 1881 – 1929, anos selecionados (em %).....	64
Tabela 6 – Brasil, Nordeste e Sergipe – Taxas de Crescimento do Produto Interno Bruto, 1970 a 1980 (em % aa)	73
Tabela 7 – Sergipe – Valor Adicionado Bruto, a preços correntes e constantes de 2019 – de 2002 a 2019 (em R\$ milhões).....	81
Tabela 8– Brasil, indicadores selecionados – 2013 a 2016 (variação em %).....	105
Tabela 9 – Brasil: participação relativa dos setores industriais no Valor Adicionado Bruto, 2013 a 2016 e variação no período (em%)	108
Tabela 10 – Brasil, Nordeste e Sergipe – Crescimento do PIB, 2014 a 2019 (em%)	109
Tabela 11 – Sergipe – Contribuição da Indústria Extrativa ao Valor Adicionado Bruto, 2012 a 2016 (em milhões de R\$ de 2019)	109
Tabela 12 – Hiato de Produtividade do Trabalho da Indústria em relação à Agropecuária, Serviços e Média da Economia Sergipana, 2002 (em %).....	120
Tabela 13 – Sergipe – Variação Anual do Valor Adicionado e Pessoal Ocupado, por Macrosetor, de 2004 a 2008 (em %)	124
Tabela 14 – Sergipe – Variação da Produtividade do Trabalho nos Macrosetores, 2004 a 2008 e média do período (em %)	126
Tabela 15 – Sergipe – Taxas de Crescimento da Produtividade do Trabalho nos Macrosetores, 2009 a 2013 e média do período (em %)	130
Tabela 16 – Sergipe – Variação Anual do Valor Adicionado e Pessoal Ocupado, por Macrosetor, de 2009 a 2013 (em %)	132
Tabela 17 – Sergipe – Variação do Valor Adicionado, Pessoal Ocupado e Produtividade dos Macrosetores, de 2014 a 2019 e média do período (em%).....	136

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - PIB per capita por Regiões e em relação à média mundial, 1500 - 1980 (dólares internacionais de 1990)	29
Gráfico 2 - Brasil - Valor Adicionado Bruto: composição segundo macrossetores, 1950-1980 (em % e preços correntes)	47
Gráfico 3 - Sergipe – Engenhos de cana-de-açúcar, 1612-1823 (em nº de unidades).....	57
Gráfico 4 – Preços do açúcar no mercado internacional, 1601 – 1901 (em £ por tonelada).....	61
Gráfico 5 – Sergipe e São Paulo, participação relativa na produção açucareira das usinas brasileiras, 1930 – 1959 (em %).....	66
Gráfico 6 – Sergipe, Participação no Valor da Produção da Indústria de Transformação do Nordeste, 1907 – 1959 anos selecionados (em %)	67
Gráfico 7 – Sergipe – Evolução da Renda Interna segundo macrossetores, 1939 – 1959, anos selecionados (em %)	68
Gráfico 8 – Sergipe – Evolução da Participação dos Macrossetores no PIB, 1960 a 1970 (em %).....	71
Gráfico 9 – Sergipe – Evolução da Participação Relativa dos Macrossetores no PIB, 1960 a 1985 (em %).....	73
Gráfico 10 – Sergipe – Participação dos Macrossetores na constituição do PIB do estado, 1985 a 2000, anos selecionados (em %)	78
Gráfico 11 – Sergipe – Valor Adicionado Bruto real – 2002 a 2019 (em R\$ milhões de 2019)	82
Gráfico 12 – Sergipe, Nordeste e Brasil – Participação Relativa dos Macrossetores no Valor Adicionado Bruto – 2002 a 2003 (em %)	84
Gráfico 13 – Sergipe, Nordeste e Brasil - Participação dos subsetores industriais no Valor Adicionado Bruto – 2002 a 2003 (em %)	85
Gráfico 14 – Brasil – Valores dos Efeitos Multiplicadores de Produção da Agropecuária, Serviços e Subsetores Industriais, 2015 e 2020 (em R\$).....	88
Gráfico 15 – Brasil – Valores dos Multiplicadores de Produção, 2000, 2005 e 2010 (em R\$)	89
Gráfico 16 - Brasil – Participação relativa do setor industrial no Valor Adicionado Bruto ao PIB, 2002 – 2019 (em %).....	94
Gráfico 17– Sergipe – Contribuição da Indústria Extrativa ao Valor Adicionado Bruto do estado, 2004 a 2013 (em milhões de R\$ de 2019).....	95
Gráfico 18 – Sergipe – Participação Relativa dos Subsetores Industriais no Valor Adicionado Bruto ao PIB – 2004 a 2013, anos selecionados (em %)	96
Gráfico 19 – Sergipe – Contribuição da Indústria de Transformação ao Valor Adicionado Bruto, 2004 a 2013 (em milhões de R\$ de 2019).....	97
Gráfico 20 - Sergipe – Participação relativa dos SIUP's no Valor Adicionado Bruto ao PIB, 2004 – 2013 (em %).....	98
Gráfico 21 - Sergipe – Participação relativa das Indústrias da Construção, de Transformação e Extrativa no Valor Adicionado Bruto, 2004 – 2013 (em %).....	99
Gráfico 22 – Brasil – Taxa de Investimento, de 2004 a 2013 (em %)	101
Gráfico 23 – Sergipe, Nordeste e Brasil - Participação Relativa da Indústria da Construção no Valor Adicionado Bruto, médias anuais, 2004-2013 (em %)	102
Gráfico 24 – Sergipe – Participação Relativa dos Macrossetores no Valor Adicionado Bruto – 2004, 2013 e médias do período (em %).....	103
Gráfico 25 – Brasil – Desembolsos do Governo Federal com Empresas Investigadas na Operação Lava Jato e do BNDES com o Setor de Construção, 2008 a 2015 (em Bilhões de R\$ correntes).....	106
Gráfico 26 – Petrobrás – Investimento Anual, 2012 a 2016 (em milhões de R\$ de 2012).....	107
Gráfico 27 – Sergipe - Produção e Consumo de Cimento, 2012 a 2019 (em Mil Toneladas)	110

Gráfico 28 – Sergipe, participação dos setores industriais no Valor Adicionado Bruto, 2014 a 2019 (em %)	111
Gráfico 29 - Sergipe, Participação Relativa dos Macrossetores no VAB, 2002, 2019 e médias do período (em %)	113
Gráfico 30 – Sergipe, Nordeste e Brasil – Distribuição do Pessoal Ocupado por Macrossetor, Média 2002-2003 (em %)	117
Gráfico 31 – Sergipe, Nordeste e Brasil – Produtividade do Trabalho no Setor Industrial, 2002 (em R\$ de 2019)	119
Gráfico 32 – Sergipe - Produtividade do Trabalho dos Macrossetores e Média da Economia, 2002 (em R\$ de 2019)	120
Gráfico 33 – Sergipe, Nordeste e Brasil: Produtividade da Indústria e dos Serviços, 2002 (em R\$ de 2019)	122
Gráfico 34 – Sergipe – Produtividade do Trabalho na Agropecuária, Indústria e Serviços, 2004 a 2008 (em R\$ de 2019)	125
Gráfico 35 – Sergipe - Hiato entre a Produtividade do Trabalho da Indústria e dos Serviços, 2004 a 2008 (em %)	127
Gráfico 36 – Sergipe – Produtividade do Trabalho na Agropecuária, Indústria e Serviços, 2008 a 2013 (em R\$ de 2019)	129
Gráfico 37 – Sergipe - Hiato entre a Produtividade do Trabalho da Indústria e dos Serviços, 2009 a 2013 e médias do período (em %)	133
Gráfico 38 – Sergipe – Variação do Valor Adicionado Bruto, 2014 a 2019 (em %)	135
Gráfico 39 – Sergipe – Produtividade do Trabalho dos Macrossetores – 2014 a 2019, e Médias de 2004/2013 e 2014/2019, (em R\$ de 2019)	137
Gráfico 40 – Sergipe – Hiato de Produtividade do Trabalho entre a Indústria e os Serviços, 2013 a 2019 (em %)	138
Gráfico 41 – Sergipe – Produtividade dos Serviços e PIB per capita real, 2002 a 2019 – Y PIB per capita real (em R\$ de 2019)	142

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CEPLAN – Consultoria Econômica e Planejamento

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

ECINF – Economia Informal Urbana

ELETOBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A

EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EUA – Estados Unidos da América

FAFEN – Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados

FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

MCMV – Minha Casa Minha Vida

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S/A

PETROMISA – Petrobrás Mineração S/A

PIA – Pesquisa Industrial Anual

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PO – Pessoal Ocupado

PSDI – Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SIUP – Serviços Industriais de Utilidade Pública

SNIC – Sindicato Nacional da Indústria do Cimento

SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

TECARMO – Terminal Marítimo de Carmópolis

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UPGN – Unidade de Processamento de Petróleo e Gás Natural

USP – Universidade de São Paulo

VAB – Valor Adicionado Bruto

VTI – Valor da Transformação Industrial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	A CEPAL E O CONCEITO DE HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL.....	15
1.2	PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E SETOR INDUSTRIAL.....	19
1.3	PROBLEMA DE PESQUISA, HIPÓTESE, OBJETIVO E METODOLOGIA.....	23
2	PRODUTIVIDADE, INDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: O DEBATE TEÓRICO	26
2.1	INTRODUÇÃO.....	26
2.2	A GÊNESE HISTÓRICA DO SUBDESENVOLVIMENTO.....	27
2.2.1	Revolução Industrial, Crescimento Econômico e Liberalismo	30
2.3	A ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO E A CONTRAPOSIÇÃO À TEORIA LIBERAL.....	35
2.3.1	Antecedentes histórico-econômicos no Brasil	35
2.3.2	As Teorias do Desenvolvimento	37
2.4	A TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO DA CEPAL.....	38
2.4.1	A Estrutura Centro-Periferia e a Industrialização Periférica	40
2.4.2	Desenvolvimentismo, Ortodoxia Liberal e Política Industrial	44
2.5	A HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL DAS ECONOMIAS PERIFÉRICAS.....	50
2.5.1	Celso Furtado e a Assimilação do Progresso Tecnológico pelas Estruturas Produtivas	50
2.5.2	Aníbal Pinto e os “Níveis” da Heterogeneidade Estrutural	53
3	A INSERÇÃO PERIFÉRICA DA ECONOMIA SERGIPANA: DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XX	55
3.1	DEPENDÊNCIA, VULNERABILIDADE E HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL NA FORMAÇÃO DA ECONOMIA SERGIPANA.....	55
3.2	ADENTRANDO O SÉCULO XX: NOVAS ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	62
3.3	POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MUDANÇA ESTRUTURAL NA ECONOMIA SERGIPANA.....	69
3.3.1	O auge da atividade industrial em Sergipe: o período de 1960 a 1985	69
3.4	A DECADÊNCIA DAS POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS E A NOVA DOMINÂNCIA DA CONCEPÇÃO LIBERAL: O PERÍODO DE 1985 A 2000.....	74
4	O DESEMPENHO DO SETOR INDUSTRIAL SERGIPANO NO PERÍODO DE 2002 A 2019	79
4.1	A CONTRIBUIÇÃO DA INDÚSTRIA SERGIPANA AO VALOR ADICIONADO BRUTO DO ESTADO 79	
4.2	O PERÍODO DE 2002 A 2003 E AS ESPECIFICIDADES DA ESTRUTURA INDUSTRIAL SERGIPANA 83	
4.3	INDÚSTRIA, EFEITOS DE ENCADEAMENTO E MULTIPLICADORES DE PRODUÇÃO.....	86
4.4	A INDÚSTRIA SERGIPANA NO CICLO EXPANSIVO DA ECONOMIA ESTADUAL.....	93

4.5	A INDÚSTRIA SERGIPANA NA FASE DE CRISE E ESTAGNAÇÃO DA ECONOMIA DO ESTADO	103
5	O DESEMPENHO DA PRODUTIVIDADE NOS MACROSSETORES SERGIPANOS, DE 2002 A 2019	115
5.1	INTRODUÇÃO	115
5.2	A PRODUTIVIDADE DOS MACROSSETORES SERGIPANOS EM 2002/2003	119
5.3	A HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL DOS MACROSSETORES NO CICLO EXPANSIVO DA ECONOMIA SERGIPANA (2004 A 2013).....	123
5.4	O COMPORTAMENTO DA PRODUTIVIDADE DOS MACROSSETORES NA FASE RECESSIVA DA ECONOMIA SERGIPANA	133
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152
	ANEXO I	159
	APÊNDICE A	162

1 INTRODUÇÃO

1.1 A CEPAL E O CONCEITO DE HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL

O conceito de heterogeneidade estrutural está intimamente relacionado à produção teórica de autores vinculados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), economistas que buscaram compreender as especificidades do desenvolvimento capitalista na América Latina. Tal empreendimento intelectual, feito a partir de uma teorização própria, distinta da teoria econômica tradicional, deu origem à Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL.

De acordo com esta teoria, os países latino-americanos inseriram-se no comércio internacional como fornecedores de produtos primários e compradores de bens manufaturados, o que no longo prazo ocasionou a deterioração dos termos de intercâmbio na sua relação com o comércio exterior. Esta tendência teria se processado pela maior elasticidade-renda dos produtos manufaturados em relação aos primários. Desta forma, à medida que a renda global de determinada economia cresce haveria uma tendência de maior demanda por bens manufaturados, resultando em transferência de riqueza dos países primário-exportadores para os industrializados.

Este processo deu origem a uma estrutura econômica e de poder que os autores cepalinos denominaram de “Centro-Periferia”, na qual os países industrializados (Centrais) desenvolveram-se tecnológica e economicamente, enquanto os países primário-exportadores (Periféricos) permaneceram economicamente atrasados, subdesenvolvidos.

Assim, nos países centrais, pioneiros da industrialização, a economia se caracterizou pela gradual e relativamente homogênea assimilação do progresso técnico pela estrutura produtiva (Furtado, 2009). Esta especificidade ocasionou uma homogeneização nos níveis de produtividade dos diversos setores econômicos, de forma que não se verificam grandes assimetrias de produtividade entre eles.

Nos países periféricos, ao contrário, a introdução do progresso técnico, oriundo das economias mais adiantadas na produção manufatureira, se realizou de forma abrupta nos setores produtivos. Deste processo decorreu a coexistência de setores com níveis díspares de produtividade, sendo um setor que opera com técnicas modernas e produtividade elevada produzindo em função do mercado externo e outro onde a produção é voltada à subsistência local, utilizando-se de técnicas de produção tradicionais e com baixa produtividade.

A operação deste setor moderno requer a utilização de bens de capital cuja produção não se processa no interior das suas economias, havendo, portanto, a demanda por produtos manufaturados, de origem importada. “Dessa maneira de crescer dos países subdesenvolvidos – caracterizada por um forte aumento da procura de produtos intermédios de origem industrial – resulta uma tendência à elevação do coeficiente de importações” (FURTADO, 2009, p.177).

Este processo, no qual principalmente produtos manufaturados de origem importada suprem a demanda da produção, reforça o estabelecimento de diferentes níveis de produtividade entre os setores, onde a existência do moderno e o arcaico passa a se reproduzir no tempo.

A persistência deste polo moderno, caracterizado por elevada produtividade, coexistindo com setores tradicionais, de baixa produtividade e correspondente reduzido nível de renda, tem implicações determinantes para a condição de subdesenvolvimento dos países periféricos. Por um lado, a estrutura econômica destas nações passa a se caracterizar por uma acentuada dependência econômica e tecnológica em relação aos países centrais. Por outro, verifica-se uma concentração dos frutos do progresso técnico, que se processa nos setores econômicos, mas, por conseguinte, também em determinadas camadas sociais e até em algumas regiões dentro de um mesmo país (Pinto, 2000).

Tem-se, com isso, que a estrutura produtiva de um país periférico, do qual o Brasil é um exemplo, caracteriza-se por uma heterogênea assimilação do progresso técnico, do que resulta diferentes níveis de produtividade. Estes, por sua vez, ocasionam desigualdades que se manifestam nas atividades econômicas, as quais proporcionam diferentes níveis de renda ao pessoal ocupado em sua execução.

Da mesma forma, ao concentrar-se em determinadas regiões, as atividades de mais elevada produtividade tendem a proporcionar um maior nível de crescimento econômico a estes espaços, estabelecendo assim desigualdades regionais que, de uma forma geral, são mais acentuadas do que nos países onde o progresso técnico se difundiu de forma mais homogênea pelas estruturas produtivas (Pinto, 2000).

A persistência destas disparidades – setoriais, sociais e regionais – cuja origem encontra-se na forma como o progresso técnico foi assimilado pelas atividades econômicas, resultado de diferentes níveis de produtividade, implica em desafios a serem superados para os países periféricos atingirem patamares mais elevados de desenvolvimento econômico.

Dado que este processo resulta da inserção internacional desfavorável dos países periféricos, a partir do comércio exterior com os países industrializados, a concepção cepalina identifica na industrialização as principais causas das assimetrias de desenvolvimento econômico entre países centrais e periféricos. Por conseguinte, é comum nas formulações

iniciais destes autores a proposição de que a industrialização seja o caminho para a superação da condição periférica dos países subdesenvolvidos.

Contudo, tais autores entendiam que essa industrialização não poderia advir espontaneamente pelas forças de mercado. Haveria, portanto, a necessidade de um planejamento econômico, com a elaboração de análises bem fundamentadas sobre as características da estrutura produtiva e o estabelecimento de estratégias e metas a serem atingidas. Este papel caberia ao Estado, que seria necessariamente intervencionista.

Há aqui, portanto, uma diferença fundamental entre a concepção cepalina e a teoria econômica liberal – dominante na maior parte do tempo desde o surgimento da economia como ciência –, que sempre se caracterizou pela defesa da primazia dos mercados autorregulados, sem necessidade de atuação do estado.

A análise da Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL, obviamente, não se constitui unanimidade no campo da ciência econômica. Aguilar Filho e Silva Filho (2010) explicam, por exemplo, que a Nova Economia Institucional, de Douglas North, critica a ênfase dada pela CEPAL aos fatores externos, negligenciando aspectos institucionais próprios dos países periféricos na promoção do subdesenvolvimento. Ao mesmo tempo, North considera que a postura intervencionista proposta por autores da CEPAL conduziria fatalmente à perpetuação do subdesenvolvimento, por ser contrária à liberdade comercial.

Em campo teórico oposto à Nova Economia Institucional, mas também crítica à concepção estruturalista da CEPAL, a Teoria Marxista da Dependência, em linhas gerais, compreende o subdesenvolvimento como produto da expansão imperialista do capitalismo central, e como tal, não podendo ser superado pelas proposições desenvolvimentistas, mas somente através da revolução socialista (Seabra, 2019).

Entretanto, dados os postulados da Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL e o papel que seus autores se propuseram a desempenhar na América Latina, os debates que serão prioritariamente abordados neste trabalho serão aqueles onde concepções liberais, sejam clássicas ou neoclássicas, foram contrapostas à análise cepalina. Esta se propôs não apenas a explicar a realidade socioeconômica de países periféricos latino-americanos, mas também intervir nessa realidade, com fins a contribuir para a superação da situação de subdesenvolvimento deste grupo de países.

No tocante à economia brasileira, de fato as contribuições de economistas cepalinos, especialmente Celso Furtado, foram importantes para promover transformações na estrutura econômica de algumas regiões. A região Nordeste, de estrutura produtiva predominantemente agrária em fins dos anos 1950, converteu-se em foco de grandes projetos de industrialização,

sob os auspícios da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE –, concebida pelo próprio Furtado. Conforme será visto em capítulo posterior neste trabalho, a economia sergipana recebeu importantes investimentos industriais associados à SUDENE, que contribuíram para alterar sua estrutura produtiva, marcada secularmente pelo predomínio das atividades agropecuárias.

Este projeto, iniciado em fins da década de 1950 e que tencionava o desenvolvimento do setor industrial na região Nordeste, inseriu-se no movimento geral da economia brasileira, de orientação marcadamente desenvolvimentista, que desde principalmente a década de 1940 tinha como característica essencial a implantação de grandes projetos industriais, especialmente na região Sudeste. Esse período de predomínio da concepção desenvolvimentista se estendeu até o início da década de 1980, e foi responsável pela transformação do Brasil, uma economia primário-exportadora até a década de 1930, em uma das maiores economias industriais do planeta.

Neste processo, tanto o Brasil quanto o Nordeste, inclusive o estado de Sergipe, passaram por importantes transformações em suas estruturas produtivas, com o setor industrial passando a adquirir maior protagonismo. Não obstante, as características típicas do subdesenvolvimento – pobreza, desigualdade de renda, assimetrias de desenvolvimento entre regiões, heterogeneidade estrutural, com desníveis de produtividade entre os setores produtivos, etc. – permaneceram marcando profundamente as economias nacional, regional e estadual.

Diante deste quadro, onde as desigualdades ainda permanecem marcando profundamente a estrutura produtiva e social brasileira em seus diversos níveis, nos propomos a analisar a existência e características da heterogeneidade estrutural entre os grandes setores produtivos – agropecuária, indústria e serviços – da economia sergipana nas duas primeiras décadas do século XXI.

Pretende-se aqui mensurar os diferenciais de produtividade do trabalho entre os macrossetores produtivos e analisar a participação destes na geração de riqueza do estado, ou seja, na composição do Valor Adicionado Bruto da economia sergipana, no período de 2002 a 2019. A análise partirá da concepção de inserção periférica da economia sergipana em relação à economia brasileira. Assim, a análise das transformações ocorridas na estrutura produtiva sergipana será articulada ao movimento geral da economia brasileira, especialmente no que concerne às mudanças no setor industrial.

1.2 PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E SETOR INDUSTRIAL

O conceito de produtividade do trabalho adotado nesta dissertação baseia-se nos estudos desenvolvidos por Squeff e Nogueira (2015) e Nogueira (2017). A produtividade do trabalho é definida como a razão entre o Valor Adicionado Bruto (VAB) e o Pessoal Ocupado (PO).

Analisando a evolução da produtividade do trabalho na economia brasileira, de 1950 a 2009, Squeff e Nogueira (2015) constataram que esta apresentou comportamento declinante a partir da década de 1980. Embora no decênio 2000-2009 a produtividade do trabalho total da economia brasileira tenha apresentado uma variação anual média de 0,8%, este índice mantém-se bem distante daqueles verificados nas décadas de 1950 (4,8%), 1960 (3,5%) e 1970 (4,6%). Nas décadas de 1980 e 1990 os índices registrados foram, respectivamente -1,3% e - 0,9% Squeff e Nogueira (2015).

Esta trajetória da produtividade relaciona-se, de acordo com o mesmo estudo, com a trajetória dos macrossetores (Agropecuária, Indústria e Serviços) verificada ao longo dessas décadas. De uma forma geral, no período de 1950 a 2009, o setor terciário ganhou participação relativa na estrutura econômica brasileira, tanto no que tange ao pessoal ocupado quanto ao Valor Adicionado ao PIB. No setor agropecuário verificou-se trajetória inversa, com a relação VAB/PIB e o pessoal ocupado declinando praticamente de forma contínua entre 1950 e 2009 (Squeff e Nogueira, 2015).

O setor industrial, por sua vez, apresentou trajetória mais específica. No que se refere ao Valor Adicionado ao PIB, a indústria parte de um percentual de aproximadamente 24% em 1950, atinge um máximo de 43,71% em 1986 e a partir daí passa a declinar até atingir cerca de 18% em 2009. Em relação ao pessoal ocupado, em 1950 o setor secundário empregava cerca de 16% da massa trabalhadora. Este índice chega a um máximo de 26% em 1983 e posteriormente verifica-se um declínio até chegar a aproximadamente 20% em 2009 (Squeff e Nogueira, 2015).

Conforme será visto posteriormente neste trabalho, a fase áurea da industrialização brasileira, quando o setor secundário passa a ser o centro dinâmico da economia nacional, coincide com períodos de forte crescimento econômico do país. Em razão desta correlação verificada, o processo de declínio do setor industrial na estrutura econômica brasileira, em curso desde a década de 1980, sinaliza que o crescimento econômico de médio prazo e de longo prazo pode ser afetado negativamente por essa mudança estrutural.

De acordo com autores vinculados à heterodoxia econômica, a indústria contribui de forma mais relevante para o crescimento econômico do que os demais setores. Diversos estudos ressaltam o efeito dinâmico que a atividade industrial desempenha sobre a estrutura econômica e o seu crescimento no longo prazo. Marconi e Barbi (2011) assinalam que essa primazia se justifica dado o impacto que a atividade industrial exerce na produção e difusão de novas tecnologias que, aplicadas aos processos produtivos, tendem a elevar tanto a produtividade como a renda *per capita* de uma determinada economia.

Para Marconi e Barbi, a composição setorial da produção é, portanto, determinante para o crescimento econômico de médio prazo e de longo prazo. A produtividade do trabalho, a renda *per capita* e a difusão tecnológica são apontados por estes autores então como elementos que são impactados fortemente pelo crescimento do setor manufatureiro:

Kaldor (1966), um dos pioneiros a estudar essa questão, afirma que existe forte correlação positiva entre o crescimento da manufatura e do restante da economia, dadas as externalidades positivas que o investimento na manufatura gera para os demais setores, pois os avanços tecnológicos da indústria são apropriados pelos demais setores na forma de ganhos de produtividade. Adicionalmente, a manufatura apresenta rendimentos crescentes de escala; assim, o aumento de sua produção estaria associado à elevação de sua produtividade, fato que contribuiria para elevar a renda *per capita* da economia (MARCONI e BARBI, 2011, p. 34).

Hirschman (1961), por sua vez, ao analisar o processo de desenvolvimento econômico, ressalta que este não ocorre de forma simultânea e similar por toda a estrutura de determinada economia. O que ocorre, segundo este autor, é uma série de desequilíbrios ocasionados por diferentes níveis de investimento, que podem levar a que alguns setores induzam outros a iniciar ou aumentar a sua produção, através do estabelecimento de “economias externas”, imprimindo assim maior dinamismo – um “movimento desenvolvimentista” – à economia do país ou região.

Baseado nessa análise, Hirschman (1961) apresenta o conceito de “efeitos de encadeamento” (*linkage effects*). Determinadas atividades produtivas teriam a capacidade de estabelecer conexões intersetoriais, estimulando a produção de outros setores ao demandar insumos (encadeamento para trás) e também fornecendo insumos (encadeamento para frente) para outras atividades. O efeito destes encadeamentos seria um estímulo ao nível de atividade da economia como um todo, com a possibilidade de um crescimento econômico mais dinâmico e sustentado no tempo.

Para Hirschman, as economias subdesenvolvidas padeciam justamente de falta de articulação entre os diversos setores produtivos, o que estaria relacionado à dualidade estrutural, onde setores capitalistas modernos e pré-capitalistas coexistem. À época da publicação original deste estudo (1958), a predominância do setor primário na estrutura produtiva dos países

subdesenvolvidos era apontada por este autor como um dos principais fatores que dificultavam a dinamização do crescimento econômico.

O setor primário, por exercer fraca pressão de demanda sobre outros setores – em função da reduzida necessidade de insumos para a realização de suas atividades produtivas – criaria poucos encadeamentos “para trás” (*backward linkage*). Este processo seria reforçado pelas características da produção primária dos países subdesenvolvidos, uma vez que boa parte da produção se destinava ao consumo imediato, sem grandes processos de beneficiamento industrial, enquanto outra parte era exportada. Assim, havia também a tendência de não se estabelecerem os encadeamentos “para frente” (*forward linkage*) na estrutura econômica destas nações.

Desta forma, para Hirschman, caberia à atividade industrial a primazia de provocar os efeitos de encadeamento para frente e para trás e, conseqüentemente, dinamizar o processo de crescimento econômico, sustentando-o no longo prazo. “A superioridade da manufatura é a este respeito esmagadora. Talvez seja este ainda o mais importante motivo que milita contra qualquer especialização total da produção primária dos países subdesenvolvidos” (HIRSCHMAN, 1961, p. 169).

De acordo com Nassif (2008a), os efeitos de encadeamento para frente e para trás são produzidos na estrutura econômica principalmente pelos setores intensivos em tecnologia, baseados em ciência e onde a relação capital/trabalho é mais intensiva. Mais do que isso, setores com estas características possuem maior capacidade de produzir efeitos multiplicadores de renda e emprego, contribuindo de forma decisiva tanto para o crescimento econômico quanto para as melhorias das condições sociais de determinada população.

Nassif ressalta ainda que “os setores com tecnologia diferenciada e baseada em ciência têm atuado, particularmente, como os principais responsáveis pela maximização dos ganhos de produtividade nas economias e pela sustentação do crescimento econômico no longo prazo” (NASSIF, 2008b, p.85).

Na formulação teórica inicial dos autores cepalinos, a primazia da indústria no processo de crescimento econômico de longo prazo também se faz presente. No fim dos anos 1940, Raúl Prebisch defendia que a modernização da estrutura produtiva e a elevação da produtividade das economias periféricas, assim como a superação do modelo primário-exportador, teriam como condição necessária – ainda que não suficiente – a industrialização. A condição periférica dos países subdesenvolvidos no sistema “Centro-Periferia” estaria assim relacionada à inserção internacional no comércio exterior com os países industrializados, onde aqueles eram compradores de produtos industrializados e fornecedores de bens primários.

À luz destas considerações vinculadas ao pensamento heterodoxo, e considerando a relação entre a fase de primazia do setor industrial na economia brasileira e as maiores taxas de crescimento econômicas associadas a esta fase, pode-se fazer uma inferência: que o declínio dos níveis de produtividade do trabalho que se verifica na economia brasileira a partir da década de 1980 (Squeff e Nogueira, 2015) possivelmente guarde relação com a perda de participação da indústria no conjunto da economia do país.

Em 1986, a participação do setor secundário na composição do valor adicionado bruto ao PIB brasileiro era de 43,7% (Squeff e Nogueira, 2015). Em 2019, esse percentual havia declinado para 21,8% (IBGE, 2020). Em Sergipe, no ano de 1986, o setor industrial atingiu a sua máxima contribuição histórica ao VAB do estado, com um percentual de 67,8% (CEPLAN, 2005). Em 2019, o índice registrado foi de 19,7% (IBGE, 2020).

Embora o IBGE tenha procedido a uma mudança na metodologia de mensuração do VAB em 2005, é inequívoco que houve uma significativa redução na participação da indústria na geração de riqueza. Observa-se, portanto, a partir dos dados apresentados, que tanto no que se refere à economia nacional, como no estado de Sergipe, o setor industrial vem perdendo participação na estrutura econômica.

Em relação ao Brasil, paralelo a este declínio da indústria no VAB, Squeff e Nogueira (2015) mostram que o setor de serviços aumentou consideravelmente seu percentual de pessoal ocupado na economia brasileira, passando de 26,1% em 1950 para 62,1% em 2009. No mesmo período, enquanto a indústria apresentou uma variação anual média de produtividade do trabalho da ordem de 1,5%, os serviços atingiram menos da metade deste índice, com apenas 0,7%, segundo o mesmo estudo.

Estes processos combinados sinalizam uma tendência de permanência do fenômeno da heterogeneidade estrutural na economia brasileira, com setores de menores níveis de produtividade abrigando a maior parcela da massa trabalhadora. Nassif, Santos e Pereira (2008b) destacam que os setores econômicos com maior nível de produtividade e intensidade tecnológica, dentre os quais os industriais se sobressaem, possuem maior capacidade de gerar empregos, tanto diretos quanto indiretos. Além disso, segundo estes autores, setores com tais características são capazes de proporcionar e sustentar maiores taxas de crescimento da economia e do emprego no longo prazo do que os setores de baixa produtividade.

Desta forma, a se perdurar a tendência acima descrita, a economia nacional estaria trilhando uma trajetória que a afastaria ainda mais de níveis de crescimento e desenvolvimento econômico capazes de responder às necessidades socioeconômicas de sua população, historicamente marcada pela desigualdade, pobreza e miséria. Se a mesma tendência se verificar

em Sergipe, este processo provavelmente se constituirá em um obstáculo ainda mais difícil de ser superado, dada a condição periférica da economia sergipana no conjunto da economia brasileira.

Esta é a razão pela qual a investigação sobre a existência da heterogeneidade estrutural na economia sergipana no período 2002 a 2019 é o objeto desta pesquisa. Consideramos que seja relevante mensurar os diferenciais de produtividade do trabalho nos macrossetores nesse período, analisar seu comportamento ao longo do tempo e pontuar as possíveis implicações deste processo para o desenvolvimento econômico e social do estado.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA, HIPÓTESE, OBJETIVO E METODOLOGIA

O estudo da bibliografia sobre o tema, assim como a análise dos dados estatísticos levantados preliminarmente nos impeliu a investigar a possibilidade de ocorrência na economia sergipana do fenômeno da heterogeneidade estrutural, este entendido como a existência de assimetrias de produtividade do trabalho entre os setores econômicos. Assim, colocamos como problema central da pesquisa o seguinte: é possível afirmar que o fenômeno da heterogeneidade estrutural ocorreu na economia sergipana no período de 2002 a 2019?

Com base nesse problema de pesquisa elaboramos a seguinte hipótese central: houve disparidades de produtividade do trabalho entre os macrossetores da estrutura produtiva sergipana no período 2002 a 2019 e tais assimetrias apresentaram tendência a se reproduzir no tempo, o que caracteriza o fenômeno da heterogeneidade estrutural.

Para verificação da validade de tal hipótese e resposta ao problema levantado, coloca-se como objetivo analisar a estrutura produtiva sergipana, com ênfase no desempenho do setor industrial – considerando que este detém maior capacidade de promover o crescimento econômico e sustentá-lo no longo prazo – e na mensuração da produtividade do trabalho de cada um dos macrossetores.

Para a consecução de tais objetivos, o trabalho está estruturado em seis capítulos, incluso esta introdução e as considerações finais. No segundo capítulo é apresentado o referencial teórico que embasa esta pesquisa, situando a produtividade do trabalho e a composição setorial da produção na análise que diversos autores empreenderam sobre esses temas. Considerando a natureza periférica do fenômeno da heterogeneidade estrutural, será feito um breve resgate histórico da gênese do subdesenvolvimento e a partir disto apresentado o debate entre estruturalistas e liberais.

No terceiro capítulo, busca-se descrever de forma sucinta a gênese da economia sergipana, a partir da sua inserção periférica no sistema Centro-Periferia da economia brasileira, procurando-se identificar os aspectos de dependência, vulnerabilidade e heterogeneidade que marcaram a formação econômica do estado. Ainda neste capítulo, apresenta-se as principais mudanças estruturais que se processaram na estrutura produtiva de Sergipe a partir das políticas industriais de desenvolvimento regional empreendidas pelo Estado brasileiro.

No quarto capítulo, a análise se debruça sobre o desempenho da indústria sergipana no período 2002 a 2019, a partir da contribuição do setor ao valor adicionado bruto do estado. Procura-se articular o desempenho do setor secundário às transformações processadas na economia nacional e internacional neste período, buscando-se identificar os fatores que afetaram seu comportamento.

No quinto capítulo, é feita a mensuração e análise do comportamento da produtividade do trabalho nos setores agropecuário, industrial e de serviços, de 2002 a 2019. Procura-se relacionar a trajetória da produtividade e suas variações aos fatores internos e externos que afetaram a economia sergipana, conforme feito no capítulo precedente. Por fim, o sexto e último capítulo se dedica a apresentar as considerações finais da pesquisa, fazendo uma breve síntese do que foi desenvolvido ao longo de todo o trabalho.

Na revisão bibliográfica feita, foram consultados os seguintes bancos de dados: Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe; Biblioteca Digital do BNDES; Repositório da Produção Científica e Intelectual da UNICAMP; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP; Repositório Institucional Pantheon, da UFRJ; Repositório Institucional da UFF; Repositório Digital LUME, da UFRGS; Repositório Institucional da UFBA; e o Repositório Digital da CEPAL.

Em todos estes bancos de dados foram feitas buscas com as palavras-chave “Sergipe”, “economia sergipana”, “heterogeneidade estrutural” e “produtividade”, de forma isolada e com diversas combinações. Não foram encontrados estudos que versassem sobre a temática trabalhada nesta dissertação.

Os procedimentos metodológicos a serem utilizados serão fundamentalmente a pesquisa bibliográfica e a estatística descritiva. Sendo a pesquisa de natureza explicativa, busca-se, primeiramente, compreender e apresentar como os autores vinculados ao estruturalismo cepalino trabalham os conceitos de produtividade, progresso técnico, Centro-Periferia e “heterogeneidade estrutural”.

Posteriormente, a estatística descritiva é utilizada para construir gráficos e tabelas que mostrem a evolução da participação da indústria no valor adicionado ao PIB, como também a evolução da produtividade do trabalho dos macrossetores em Sergipe, de 2002 a 2019.

As fontes de dados estatísticos utilizados foram:

- i) Tabela Sinóptica nº 01 “Produto Interno Bruto (preços correntes) – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002 - 2019”, do grupo de tabelas especiais do Sistema de Contas Regionais do IBGE (2019).
- ii) Tabela Sinóptica nº 04 “Valor Adicionado Bruto, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, 2002 - 2019”, do grupo de tabelas especiais do Sistema de Contas Regionais do IBGE (2019).
- iii) Tabela Sinóptica nº 07 “Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto, Brasil, Grandes Regiões e Unidade da Federação – 2002 - 2019”, do grupo de tabelas especiais do Sistema de Contas Regionais do IBGE (2019);
- iv) Tabela nº 2267 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) que quantifica as “Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência no trabalho principal, sexo e grupamentos de atividades do trabalho principal” (SIDRA/IBGE);
- v) Tabela nº 5434 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) cujo universo pesquisado abrange as “Pessoas de 14 ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamento de atividades no trabalho principal” (SIDRA/IBGE);
- vi) Dados do Ipeadata sobre variação trimestral e anual do Produto Interno Bruto do Brasil, deflator implícito do PIB e variações da taxa de câmbio.

Além destas fontes de dados, foram utilizados diversos informativos e notas técnicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre aspectos metodológicos das variáveis trabalhadas nesta pesquisa. As demais fontes de dados estatísticos e textuais utilizados constam sublinhadas nos gráficos e tabelas apresentados, e são elencadas nas referências bibliográficas ao final do trabalho.

2 PRODUTIVIDADE, INDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: O DEBATE TEÓRICO

2.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como propósito principal situar a produtividade do trabalho e a composição setorial da produção na análise de alguns teóricos da ciência econômica, buscando-se compreender de que forma determinados autores concebem a função destes elementos para o processo de desenvolvimento econômico. Busca-se fundamentalmente compreender de que maneira os autores selecionados relacionam desenvolvimento econômico, produtividade, dinâmica e desempenho dos macrossetores componentes da estrutura econômica das nações.

Na análise a ser empreendida, serão abordados autores que dedicaram escritos a esta temática, assim como postulados gerais associados a determinadas correntes do pensamento econômico. Além de analisar debates estabelecidos entre concepções divergentes, alguns postulados serão também contrapostos a dados estatísticos de períodos históricos específicos, objetivando verificar a sua validade ou os efeitos práticos da adoção de medidas de política econômica fundamentadas nas teorias analisadas. Abordaremos esses aspectos, portanto, nos planos teórico e histórico, e os dados eventualmente analisados serão macroeconômicos.

Partiremos da concepção – justificada ao longo do capítulo – de que a produtividade do trabalho é o elemento central que possibilita o crescimento econômico sustentado no longo prazo, e que este se constitui em fator primordial para o desenvolvimento econômico das estruturas produtivas nacionais. Baseado nesta premissa, pretende-se aqui discutir características típicas do subdesenvolvimento, assim como análises que tencionaram explicar os fatores que deram origem a esta condição socioeconômica.

O subdesenvolvimento é aqui entendido como “um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, 1983, p.142). E sendo a “Heterogeneidade Estrutural” – categoria analítica central da Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL – um fenômeno específico de nações subdesenvolvidas, buscaremos primeiramente reconstruir, em linhas gerais, a gênese histórica do subdesenvolvimento.

Nesta breve imersão histórica, daremos ênfase ao papel desempenhado pela elevação da produtividade do trabalho no processo de crescimento econômico, assim como buscaremos compreender a relação entre o crescimento econômico e a industrialização, a partir da análise

dos autores e teorias abordados. O referencial teórico-metodológico adotado para o desenvolvimento deste trabalho é o estruturalismo cepalino, cujos postulados serão contrapostos, principalmente, a teorias liberais, tanto clássicas quanto neoclássicas.

2.2 A GÊNESE HISTÓRICA DO SUBDESENVOLVIMENTO

A conformação do que se convencionou denominar “mundo subdesenvolvido” ou “países subdesenvolvidos” está intimamente relacionada à expansão marítima das potências europeias a partir de fins do século XV, com as Grandes Navegações. Os empreendimentos de ultramar dos países capitalistas europeus, incorporaram às suas economias extensas regiões dos continentes americano, asiático e africano.

Na gênese e desenvolvimento deste processo, conhecido por “Colonialismo Mercantilista”, podiam-se encontrar fora da Europa diversas regiões onde se desenvolviam atividades manufatureiras relativamente modernas, ou até mesmo com elevado grau de desenvolvimento técnico-produtivo, a exemplo da indústria têxtil indiana. Entretanto, o que predominava naquelas economias eram atividades tradicionais, pré-capitalistas, de baixa produtividade e correspondente reduzido nível de renda *per capita*.

Nesse processo de incorporação das economias tradicionais de outros continentes à lógica da moderna economia capitalista (primeiro essencialmente comercial, depois principalmente industrial) vigente na Europa, foi comum a coexistência, por vários séculos, de ambos os setores: o moderno e o tradicional. O primeiro com maior produtividade, utilizando-se de tecnologias modernas aplicadas ao processo produtivo e com produção voltada para a exportação. O segundo, tradicional, de baixa produtividade e voltado essencialmente à subsistência local.

Ressalte-se que essa longa fase de coexistência de ambos os modelos nas colônias europeias diferiu, em essência, do que ocorreu no âmbito interno da própria Europa. Nesta, o que predominou foi a gradativa – mas completa – substituição de um modelo por outro, com a transformação de todos os ramos tradicionais em capitalistas (Hobsbawm, 1991).

Esta transição efetiva de formas pré-capitalistas de produção para o capitalismo moderno parece ter conferido à Europa um crescimento da produtividade mais acentuado e sustentável no tempo, ocasionando assim uma elevação contínua e ampliada do PIB *per capita*, conforme mostra a **Tabela 1**:

Tabela 1 – Ocidente, América Latina e Mundo - PIB *per capita*, população e PIB, anos selecionados, de 1500 a 1980

Região	1500	1820	1870	1913	1929	1940	1950	1973	1980
PIB <i>per capita</i> (dólares*)									
Ocidente**	776	1231	2155	4194	5247	5695	6740	13963	15903
América Latina	416	661	801	1552	1934	1962	2510	4518	5438
Mundo	566	672	880	1538	1789	1958	2108	4083	4512
População (milhões)									
Ocidente	51	126	208	339	375	401	434	553	577
América Latina	18	22	40	81	107	130	165	308	360
Mundo	438	1042	1276	1793	2078	2299	2528	3923	4440
PIB (bilhões)									
Ocidente	40	155	449	1423	1967	2286	2922	7723	9168
América Latina	7	14	32	125	206	255	415	1389	1960
Mundo	248	700	1122	2758	3716	4503	5329	16015	20030

Fonte: adaptado de BÉRTOLA; OCAMPO (2019)

*Dólares internacionais de 1990

**Ocidente: 12 países da Europa Ocidental, Austrália, Canadá, EUA e Nova Zelândia

Não se trata aqui de considerar o PIB *per capita* indicador fidedigno da condição de desenvolvimento ou subdesenvolvimento de determinado país ou região. Entretanto, a evolução deste indicador se relaciona intimamente ao comportamento da produtividade do trabalho. E, para os nossos propósitos, importa-nos ressaltar as assimetrias de produtividade entre os países e regiões que pioneiramente se industrializaram, desde fins do século XVIII, e a América Latina, cujos processos de industrialização só irão se iniciar, efetivamente, a partir da primeira metade do século XX.

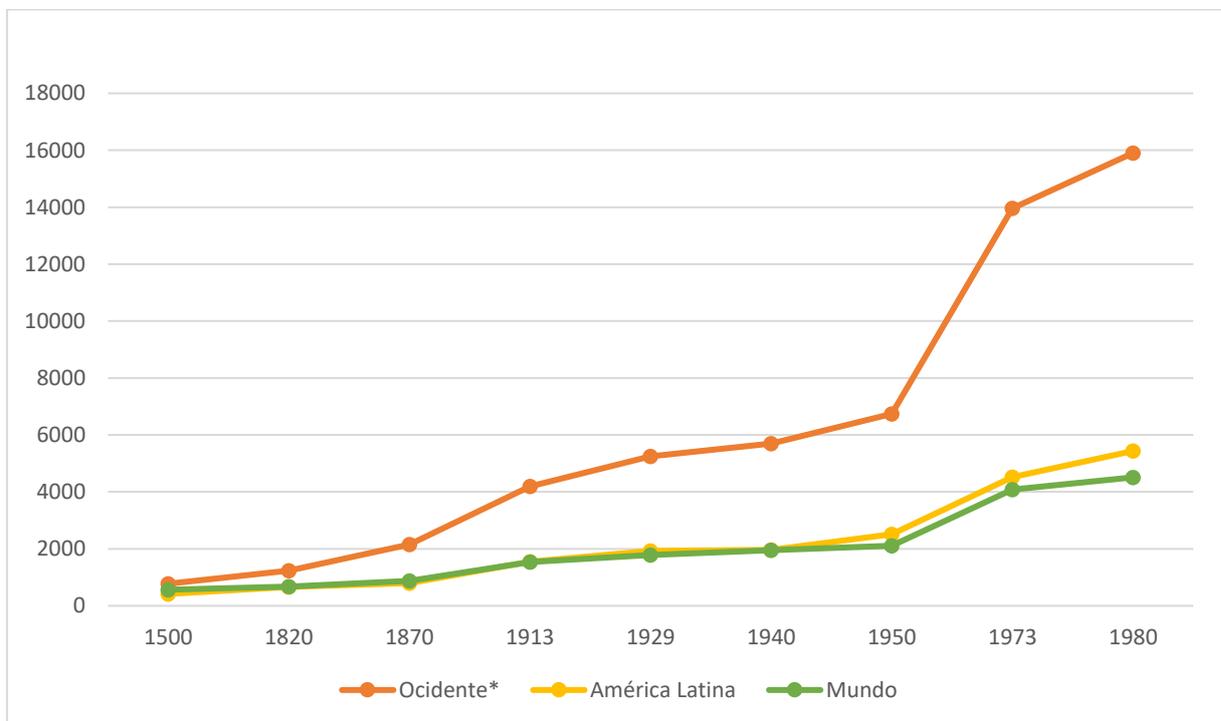
Dado que a economia da América Latina, em sua longa fase colonial, estava fundamentalmente integrada à lógica de expansão do capitalismo europeu, obedecendo ao “sentido da colonização” (Prado Jr. 2006), pode-se identificar no próprio Colonialismo a origem das assimetrias de produtividade – e consequentes desníveis de PIB *per capita* – entre ambas as regiões:

Resumidamente, enquanto o Ocidente crescia de maneira extensiva e relativamente lenta, o hiato entre o Ocidente e a América Latina não era pequeno, mas não se ampliava. Quando o Ocidente mudou seu padrão de crescimento para outro com maior aumento da produtividade, a América Latina retardou-se ainda mais e a defasagem tornou-se muito significativa, apesar de ter acelerado seu crescimento. Portanto, embora o hiato original e a herança colonial sejam um tema de muito interesse, a partir da Revolução Industrial surgiram novos padrões de crescimento que transformaram radicalmente o cenário da economia e das relações internacionais. Por isso,

difícilmente pode-se dizer que a história posterior não é mais do que o reflexo das condições da era colonial (BÉRTOLA; OCAMPO, 2019, p. 08).

O **Gráfico 1** ilustra bem a tendência acima descrita. Observe-se que nos mais de 300 anos que vão do início aproximado da Era Colonial – o ano de 1500 – até cerca de 1820, fase de consolidação do setor industrial em várias regiões, o hiato de PIB *per capita* entre o “Ocidente” e a América Latina possui uma significativa magnitude. Entretanto, trata-se de uma relação relativamente constante, sem substancial alteração ao longo do tempo.

Gráfico 1 - PIB per capita por Regiões e em relação à média mundial, 1500 - 1980 (dólares internacionais de 1990)



Fonte: Elaboração própria com base em BÉRTOLA; OCAMPO (2019)

A partir da consolidação do capitalismo industrial como padrão de acumulação predominante nos países do Ocidente (aproximadamente de 1820 em diante), o hiato de PIB *per capita* entre aquele e a América Latina passa a crescer de forma mais acentuada. Esta relação desigual tende a uma estabilização novamente nos dois decênios que vão de 1929 a 1950. Neste período, além dos efeitos da grande crise de 1929, boa parte dos países do Ocidente foi assolada também pela Segunda Guerra Mundial, cujos impactos na economia da maior parte dessas nações foram devastadores.

No tocante à América Latina, que até 1929 era essencialmente primário-exportadora, a reversão dos fluxos de comércio internacional verificada neste período afetou de forma significativa o seu PIB e PIB *per capita*. Contudo, a própria crise de 1929 será um dos fatores

que impulsionará o processo de industrialização latino-americano, inclusive no Brasil, conforme explica Furtado (2003). Esta industrialização é justamente o fator que contribuirá para que o PIB da região cresça de 1929 a 1973 a taxas superiores às aquelas verificadas no Ocidente. Enquanto neste período o PIB do Ocidente teve um crescimento de aproximadamente 292%, a América Latina registrou um crescimento de 574% deste indicador (Bertola; Ocampo, 2019).

O período que vai do pós-Segunda Guerra (1945) à crise do petróleo (1973) foi a época da denominada “Era de Ouro” do capitalismo (Hobsbawm, 2003), representada pela reconstrução da Europa e pelo estabelecimento do consenso keynesiano do *Welfare State* no mundo desenvolvido. O acentuado distanciamento das taxas de crescimento do PIB *per capita* entre o Ocidente e a América Latina, expresso no **Gráfico 1**, está relacionado não apenas ao crescimento econômico dos países desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial, mas sobretudo ao padrão de crescimento de sua população.

Embora o PIB da América Latina tenha crescido a uma razão superior ao do Ocidente naquele período, sua população cresceu a uma taxa três vezes maior: 86,6%, frente a 27,4% (Bértola; Ocampo, 2019). Assim, o PIB *per capita* latino-americano distanciou-se ainda mais daquele verificado nos países do Ocidente, impossibilitando qualquer trajetória de convergência de renda *per capita* entre ambas as regiões, e, em última instância, a mitigação das condições de subdesenvolvimento da América Latina.

Para além destes indicadores, importantes para elucidar as razões da permanência da América Latina na condição de subdesenvolvimento desde a sua incorporação à lógica de expansão do capitalismo europeu, pode-se fazer duas inferências do exposto até aqui. A primeira é que a predominância do setor industrial na estrutura econômica é um elemento fundamental para a elevação da produtividade e da renda *per capita* de um país.

A segunda, é que o elevado crescimento do PIB *per capita* a partir de 1820 no Ocidente parecia sinalizar a possibilidade de crescimento ininterrupto da produção capitalista avançada, o que traria importantes consequências, tanto no plano teórico e ideológico quanto no plano político-econômico internacional. É sobre este processo que trataremos na próxima subseção.

2.2.1 **Revolução Industrial, Crescimento Econômico e Liberalismo**

Não faz parte do escopo deste trabalho analisar de forma aprofundada as características da Revolução Industrial, nem esmerilhar as transformações introduzidas no processo produtivo a partir de sua emergência. Importa-nos tão somente abordar de forma geral tanto seus impactos

na produtividade do trabalho, quanto algumas ideias que passaram a predominar entre diversos teóricos da ciência econômica desde fins do século XVIII, principalmente a dominância da teoria econômica liberal.

A Revolução Industrial processou-se primeiramente na Inglaterra, no último quartel do século XVIII, quando uma série de inovações tecnológicas passaram a ser incorporadas ao processo produtivo. As mais significativas entre estas inovações foram a substituição da força humana por máquinas – especialmente a máquina vapor – em diversas etapas do processo produtivo e o uso do carvão mineral como principal combustível das indústrias (Arruda, 1988).

Com a introdução da maquinaria, o processo produtivo passou a se tornar cada vez mais fragmentado, com os operários passando a ser responsáveis por apenas partes da confecção dos produtos. Esta divisão do trabalho no interior da manufatura elevou a sua produção a níveis nunca antes registrados, conforme explica Hobsbawm:

a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. Este fato é hoje tecnicamente conhecido pelos economistas como a "partida para o crescimento autossustentável". Nenhuma sociedade anterior tinha sido capaz de transpor o teto que uma estrutura social pré-industrial, uma tecnologia e uma ciência deficientes, e consequentemente o colapso, a fome e a morte periódicas, impunham à produção (HOBSBAWM, 2014, p. 59).

A combinação de uso de máquinas e divisão do trabalho no interior das unidades produtivas foi determinante para que a produtividade desse um salto na indústria inglesa, a partir daquele período histórico. Adam Smith sintetizou este processo nos seguintes termos:

Esse grande aumento da quantidade de trabalho que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar, é devido a três circunstâncias distintas: em primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que, geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, à invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, possibilitando a uma única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitas (SMITH, 1996, p. 68).

A **Tabela 2** ilustra, a partir de um exemplo do processamento de algodão, o impacto destas transformações na indústria têxtil inglesa, evidenciando o quanto a produtividade foi elevada a partir das inovações introduzidas no processo produtivo com a Revolução Industrial:

Tabela 2 - Inglaterra - Produtividade do trabalho na indústria têxtil, Século XVIII a 1825

Inovações	Período	Horas de Trabalho
Tear manual indiano	Século XVIII	50.000
Crompton's mule	1780	2.000
100-spindle mule	1790	1.000
Power-assisted mules	1795	300
Robert's automatic mules	1825	135

Nota: Horas de trabalho necessárias para o processamento de £100 (pounds) de algodão.

Fonte: Adaptado de CONCEIÇÃO (2012, p. 94)

Conforme será visto adiante, autores vinculados ao estruturalismo cepalino, cujo referencial teórico embasa este trabalho, concebem a produtividade como elemento central para o crescimento econômico, a elevação da renda *per capita* e a possibilidade de melhoria geral das condições socioeconômicas de um país. Contudo, mesmo um autor de matriz teórica distinta, como o liberal Adam Smith, em sua obra “A Riqueza das Nações”, partilha de semelhante concepção. Conforme explica Fritsch (1996), para Smith:

o crescimento da produtividade do trabalho, que tem origem em mudanças na divisão e especialização do processo de trabalho, ao proporcionar o aumento do excedente sobre os salários permite o crescimento do estoque de capital, variável determinante do volume de emprego produtivo; a pressão da demanda por mão-de-obra sobre o mercado de trabalho, causada pelo processo de acumulação de capital, provoca um crescimento concomitante dos salários e, pela melhora das condições de vida dos trabalhadores, da população; o aumento paralelo do emprego, salários e população amplia o tamanho dos mercados que, para um dado estoque de capital, é o determinante básico da extensão da divisão do trabalho, iniciando-se assim a espiral de crescimento (FRITSCH, 1996, p. 10)

Ao longo do século XIX, verificou-se nos países industrializados um crescimento econômico a taxas muito superiores ao incremento populacional, uma correspondente elevação da renda *per capita* e uma gradativa melhoria das condições socioeconômicas. Todos estes elementos combinados conferiram grande prestígio não apenas à análise empreendida por Adam Smith a respeito do processo produtivo, mas também à sua defesa do Liberalismo Econômico, traduzido pela filosofia do *laissez-faire*. Esta se fundamentava no princípio de que a busca dos interesses individuais dos agentes econômicos terminaria, como que pela ação de uma “mão invisível” beneficiando toda a sociedade:

Todo indivíduo empenha-se continuamente em descobrir a aplicação mais vantajosa de todo capital que possui. Com efeito, o que o indivíduo tem em vista é sua própria vantagem, e não a da sociedade. Todavia, a procura de sua própria vantagem individual natural, ou antes, quase necessariamente, leva-o a preferir aquela aplicação que acarreta as maiores vantagens para a sociedade (SMITH, 1996, p. 436).

Baseado neste princípio, Smith defende que o mercado possui um mecanismo próprio de autorregulação, através do sistema de preços, prescindindo, portanto, da intervenção do

Estado para funcionar de forma eficiente. Assim, o crescimento da produtividade, a acumulação de capital e o crescimento econômico seriam fundamentalmente resultado de ações de agentes econômicos individuais, jamais do ente coletivo estatal.

De forma análoga, para Adam Smith, as restrições alfandegárias, impostas pelo modelo de estado característico do Mercantilismo, acarretariam distorções no equilíbrio de mercado que somente o sistema de preços deixado à sua livre flutuação poderia trazer. Destarte, a defesa de um comércio internacional livre de restrições estava na base de sua argumentação.

Algumas décadas após a publicação de “A Riqueza das Nações”, e no mesmo sentido liberal que Smith, David Ricardo apresenta a Teoria das Vantagens Comparativas. Esta se fundamenta na ideia de que a alocação dos recursos produtivos de determinado país será tão mais eficiente quanto mais for empregada levando-se em conta os menores custos de oportunidade. Desta forma, a Teoria das Vantagens Comparativas:

prescreve que cada país deve se especializar em produzir bens nos quais apresente vantagem comparativa de custos. Tal condição ocorre quando o custo de oportunidade de produzir um bem em termos de outros bens é mais baixo do que em outro país, donde se pode concluir que são as diferenças internacionais na produtividade do trabalho que definem a condição de vantagem/desvantagem comparativa de custos e, por conseguinte, os padrões de especialização produtiva e comercial do país (MARTINS, 2015, p. 288-89).

De acordo com esta teoria, os países agroexportadores, naturalmente dotados de melhores condições para a produção de gêneros primários, deveriam especializar-se na produção e exportação destes bens, cujos custos lhes seriam menos onerosos. A industrialização, portanto, não seria uma estratégia de crescimento econômico racional, uma vez que exigiria maiores recursos, o que em última instância afetaria a competitividade e a inserção internacional dos produtos daí oriundos.

A combinação da concepção smithiana de livre mercado com a Teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo teve grande impacto a partir do século XIX, tornando-se verdadeiros cânones do pensamento econômico e conferindo sólida fundamentação teórica à Divisão Internacional do Trabalho. Nesse contexto, as regiões e países europeus, cujas economias já apresentavam significativo grau de industrialização, beneficiavam-se da compra de alimentos e matérias-primas de suas colônias e ex-colônias na Ásia, África e América, enquanto vendiam para estas seus produtos manufaturados.

Para as economias destes três continentes, o efeito daquele padrão de comércio internacional e da estratégia de crescimento econômico baseada na exportação primária se traduziu pela permanência das assimetrias em relação aos países industrializados do Ocidente.

No quase um século decorrente entre 1820 e 1913, o crescimento econômico (PIB) e o PIB *per capita* da América Latina mantiveram-se distantes em relação àquele grupo de países, conforme visto no **Gráfico 1**.

O continente europeu, pioneiro na industrialização, conheceu naquele período uma longa fase de expansão de seus indicadores econômicos, com importantes reflexos no âmbito social, sendo este “um período de progresso material, intelectual e moral quase ininterrupto, quer dizer, de melhoria nas condições de vida civilizada” (HOBSBAWM, 2003, p.22). Karl Polanyi (2012), analisando este contexto, defende que quatro instituições, originárias da Europa, converteram-se nos alicerces da civilização erigida no período:

A primeira era o sistema de equilíbrio de poder que, durante um século, impediu a ocorrência de qualquer guerra prolongada e devastadora entre as Grandes Potências. A segunda era o padrão internacional do ouro que simbolizava uma organização única na economia mundial. A terceira era o mercado autorregulável, que produziu um bem-estar material sem precedentes. A quarta era o estado liberal (POLANYI, 2012, p. 3).

Para este autor, a “fonte e matriz” deste sistema civilizacional é justamente o mercado autorregulável, que tinha como fundamento a alegada capacidade do mecanismo de preços de estabelecer o equilíbrio de mercado. Esta concepção, fundamentada no pensamento liberal, do qual Adam Smith era o maior expoente, convergia com as aspirações da economia industrial da Europa, tanto no âmbito interno do próprio continente quanto na esfera do comércio internacional, encontrando respaldo na Teoria das Vantagens Comparativas.

Por outro lado, esta primazia do mercado sobre as demais instituições sociais, aliada ao crescimento econômico proporcionado pelo capitalismo industrial na Europa do século XIX e à necessidade de expansão da economia europeia para manter seu padrão de acumulação, trouxe significativos impactos na ordem político-econômica internacional. A Conferência de Berlim (1884-1885), na qual os continentes africano e asiático foram partilhados em colônias das potências europeias, foi uma das principais consequências deste processo histórico.

Não nos compete aqui realizar análise pormenorizada deste processo, conhecido na historiografia como “Imperialismo”. Interessa-nos apenas ressaltar o quanto a sua eclosão esteve associada à dominância da teoria econômica liberal, além de destacar suas consequências no plano geopolítico internacional e principalmente as possibilidades que se apresentaram para os países subdesenvolvidos, especialmente os latino-americanos, a partir dos seus desdobramentos.

Polanyi (2012), explica que o Imperialismo decorreu fundamentalmente das contradições entre o modelo de mercado supostamente autorregulável – fundado no liberalismo

econômico – e as barreiras protecionistas levantadas pelas potências europeias com a depressão da década de 1870:

As tarifas de importação de um país dificultavam as exportações de outro e forçavam-no a procurar mercados em regiões politicamente desprotegidas. O imperialismo econômico era principalmente uma luta entre potências pelo privilégio de estender seu comércio aos mercados politicamente desprotegidos. A pressão exportadora foi reforçada pela disputa de suprimentos de matérias-primas causada pela febre manufatureira. Os governos emprestavam apoio a seus nacionais engajados em negócios nos países atrasados. O comércio e a bandeira corriam na esteira um do outro (POLANYI, 2012, p. 240).

Para este autor, a Primeira Guerra Mundial, consequência direta do Imperialismo, representou o início da ruptura da ordem institucional característica da civilização liberal do século XIX. E, com a Crise de 1929, os fundamentos de tal civilização foram profundamente abalados, com a ideia de mercado autorregulável sendo suplantada por políticas econômicas essencialmente intervencionistas.

Esta desintegração da ordem liberal do século XIX, que tinha na crença do mercado autorregulável o seu principal fundamento, propiciará o surgimento de novas concepções teóricas no âmbito da ciência econômica, como o Keynesianismo e as Teorias do Desenvolvimento. A partir daí, novos arranjos institucionais sócio-políticos serão implementados: o “consenso keynesiano” do *Welfare State*, nos países industrializados e o *Desenvolvimentismo*, nos países subdesenvolvidos (Bastos; Oliveira, 2021).

Para os propósitos deste trabalho, abordaremos somente o Desenvolvimentismo, o contexto em que surgiu, sua fundamentação teórica e os efeitos quando suas propostas foram aplicadas ao gerenciamento da economia brasileira. Antes, porém, será abordado o contexto do surgimento das Teorias do Desenvolvimento, também conhecidas como “Economia do Desenvolvimento”. É a esta tarefa que nos dedicaremos a partir da próxima seção.

2.3 A ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO E A CONTRAPOSIÇÃO À TEORIA LIBERAL

2.3.1 Antecedentes histórico-econômicos no Brasil

De forma implícita ou patente, a influência do pensamento econômico liberal sempre se fez presente no Brasil. Desde a época do Brasil Colônia até posteriormente à independência, desde o período imperial até depois da Proclamação da República, havia uma aceitação tácita da ideologia liberal do *laissez-faire* e da Teoria das Vantagens Comparativas. A dinâmica da

economia nacional, de 1500 até cerca de 1930, baseava-se em longos ciclos de exportação de produtos primários (cana-de-açúcar, mineração, borracha, café, etc.), com o Brasil inserindo-se no mercado internacional como vendedor destes produtos e comprador de bens manufaturados.

Nesse contexto histórico, a estrutura econômico-social do país apresentava-se bastante heterogênea. De um lado, uma pequena parcela da população – normalmente ligada a atividades exportadoras – concentrava em suas mãos uma elevada parcela da renda nacional. Do outro, a imensa maioria da população dedicava-se a atividades arcaicas, predominantemente agrárias, com rendimento próximo ao nível de subsistência (Furtado, 2003).

Não havia no Brasil, à época, estudos devidamente fundamentados, que priorizassem a investigação das causas dos fenômenos econômicos, de forma a tentar elucidar o porquê de a estrutura econômica do país se apresentar com tais características. Fonseca (2000), explica que já no século XIX era possível encontrar em discursos de homens públicos, políticos, profissionais liberais etc., críticas ao receituário liberal, o qual defendia para países como o Brasil a especialização agrícola e a não necessidade da industrialização.

Entretanto, tais críticas careciam de uma fundamentação teórica consistente, que tanto pudesse servir de embasamento para possíveis mudanças na orientação de políticas e práticas econômicas quanto fosse capaz de fazer frente à teoria liberal, então dominante. Via de regra, as explicações para os problemas de natureza econômica relacionavam-se à ideia de “país jovem”, que não teria atingido ainda a “maturidade” necessária para superar sua condição e equiparar-se às nações europeias ou aos Estados Unidos (Fonseca, 2000). Na literatura das Ciências Sociais do período, era comum também buscar-se na presença do negro ou do índio explicações para a condição problemática do Brasil (Fonseca, 2000).

Dessa forma, ainda que de maneira não amplamente difundida, existia no Brasil a percepção de que o país padecia de uma condição econômica e social que o distanciava das nações industrializadas. Havia, portanto, uma “consciência do atraso” (Fonseca, 2000), sem haver, contudo, fundamentação embasada em um instrumental teórico analítico consistente, capaz de explicar esta condição.

Esta consciência torna-se amplamente difundida, no Brasil e demais ex-colônias, somente no contexto histórico do pós-Segunda Guerra Mundial (Bresser-Pereira, 2014). A partir de então, ficou evidente que os países que realizaram sua revolução industrial encontravam-se em estágios superiores de bem-estar social em relação àqueles cuja economia caracterizava-se pelas tradicionais atividades primário-exportadoras. Para este autor, foi justamente a partir deste momento histórico que os países economicamente atrasados passaram a almejar equiparar-se às nações industrializadas.

2.3.2 As Teorias do Desenvolvimento

Nas décadas de 1940 e 1950, uma série de autores, posteriormente denominados “pioneiros do desenvolvimento” (Cardoso, 2018), passaram a publicar seminais estudos sobre os países cujas economias não eram industrializadas, ou que possuíam uma industrialização incompleta e recente, datada do pós-1929. Dentre estes autores, destacam-se Paul Rosenstein-Rodan, Hans Singer, Ragnar Nurkse, Arthur Lewis, Albert Hirschman, Gunnar Myrdal, Michal Kalecki, Raúl Prebisch, Celso Furtado, entre outros.

Estes autores constituirão a chamada “Economia do Desenvolvimento” (ou “Teorias do Desenvolvimento”), o que à época representava uma espécie de diferenciação em relação à teoria econômica tradicional, predominante nos países desenvolvidos (Cardoso, 2012). Da mesma forma, embora fosse comum, neste período, a utilização do termo “crescimento econômico”, para se referir aos países desenvolvidos e “desenvolvimento econômico” para os subdesenvolvidos, ambos representavam um mesmo processo: o de crescimento autossustentado, com correspondente elevação do padrão de vida da maior parte da população (Cardoso, 2012).

Em comum nas análises destes pioneiros do desenvolvimento, havia a rejeição a vários dos postulados da ortodoxia liberal e neoclássica, assim como proposições no sentido de construir estratégias de crescimento autossustentado para os países subdesenvolvidos, com vistas à superação do “atraso”. Estavam assim em consonância com os desdobramentos da desintegração da ordem liberal, sintetizada pela crise de 1929, quando políticas econômicas de cunho intervencionista passaram a se tornar dominantes nos países industrializados.

Com efeito, no plano teórico, as novas Teorias do Desenvolvimento, encontravam respaldo no prestígio do qual gozava nesse período o instrumental teórico-analítico keynesiano, crítico à autorregulação dos mercados e apologético do intervencionismo estatal na economia. No plano prático, os efeitos, nos países desenvolvidos, da adoção de políticas intervencionistas, base da chamada “Era de Ouro” do capitalismo, sinalizavam que este modelo de gerenciamento econômico poderia ser, de fato, o caminho para a elevação do padrão de vida nos países subdesenvolvidos.

Em 1948, a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) tinha como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento econômico dos países deste subcontinente. As ações da comissão, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), concentravam-se em estudos prospectivos sobre a realidade econômico-social dos países da

região, buscando compreender a natureza e especificidade do subdesenvolvimento que aqui se manifestava. Também fazia parte do escopo das atividades da CEPAL a proposição de ações e estratégias no sentido de mitigar as condições socioeconômicas verificadas na América Latina.

Ao longo de décadas, proeminentes cientistas sociais (economistas, sociólogos, cientistas políticos, etc.) vinculados à CEPAL deram significativas contribuições à compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento e suas características, filiando-se assim à “Economia do Desenvolvimento”, surgida no pós-1929 como consequência e resposta à decadência da ordem liberal. Dentre esses cientistas destacam-se Raúl Prebisch, Aníbal Pinto, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Oswaldo Sunkel, José Medina Echavarría, entre outros.

Dada a vastidão e profundidade de tais contribuições, que extrapolam evidentemente os limites deste trabalho, serão abordados aqui apenas alguns aspectos da produção teórica de autores vinculados à CEPAL. A ênfase recairá assim nas análises que se relacionam mais intimamente ao estudo da relação entre progresso técnico, produtividade, desenvolvimento econômico e social.

2.4 A TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO DA CEPAL

O ensaio inaugural do pensamento cepalino intitula-se “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus principais problemas”, de autoria do argentino Raúl Prebisch, publicado em 1949. Nos anos seguintes, uma série de estudos da CEPAL, coordenados pelo próprio Prebisch, aprofundaram a análise iniciada pelo economista, constituindo assim os pressupostos teórico-analíticos da instituição.

Neste arcabouço teórico-analítico, a especialização primária dos países subdesenvolvidos, que se caracterizam pela inserção no comércio internacional como vendedores de matérias-primas e produtos agrícolas, não permite à chegada a estas nações das vantagens relacionadas ao aumento da produtividade, conforme ocorre nos países industrializados (Prebisch, 2011). As discrepâncias entre os níveis de vida das populações destes dois grupos de países teriam como origem justamente essa diferença na apropriação dos frutos do progresso técnico e da produtividade.

A partir destes estudos da CEPAL, a postura crítica em relação à ideologia liberal do *laissez-faire* e à teoria das vantagens comparativas, que já existia na América Latina de forma fragmentária e sem referencial analítico consistente, adquire uma fundamentação teórica capaz de elucidar as causas do subdesenvolvimento do subcontinente. A especificidade do

desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos passa então a ser explicada pelas contribuições da produção teórica da CEPAL, alçando estes escritos a figurarem como parte da nova “Economia do Desenvolvimento”.

Para a consecução deste empreendimento intelectual, Prebisch cria um modelo analítico de compreensão da realidade socioeconômica no qual as economias subdesenvolvidas são analisadas tanto a partir de sua dinâmica interna quanto da inserção internacional. Assim, os determinantes da condição “atrasada” dos países latino-americanos são buscados na difusão do progresso técnico – tanto no âmbito interno dessas economias como entre países –, no comportamento da produtividade, e no comércio exterior dessas nações com as economias industrializadas.

Neste modelo, a estrutura produtiva dos países subdesenvolvidos caracteriza-se pela *especialização* (com um ou poucos produtos primários voltados à exportação sendo a base da economia) e *heterogeneidade* (níveis de produtividade discrepantes entre o setor exportador e os demais). As nações industrializadas, por sua vez, apresentam *homogeneidade* nos níveis de produtividade entre os diversos setores, enquanto a *diversificação* caracteriza a estrutura produtiva.

Neste sistema, o qual Prebisch denomina de “Centro-Periferia”, as estruturas produtivas não são necessariamente estáticas. Inclusive, à época do surgimento da CEPAL, diversas nações latino-americanas já conheciam um relativo processo de industrialização. Contudo, a dinâmica própria do sistema, seja em nível interno ou a partir da inserção internacional das economias, reforça suas características estruturais, conforme explica Rodriguez (1981):

o desenvolvimento para dentro da periferia consiste numa gradual ampliação e diversificação da atividade manufatureira, que, eventualmente, torna possível a absorção de mão de obra de setores atrasados e a elevação da produtividade média do trabalho. No entanto, apesar da industrialização, a heterogeneidade e a especialização se reproduzem em novos níveis e subsiste o atraso estrutural com relação ao centro. A disparidade dinâmica entre o grau de avanço das estruturas produtivas dos dois polos do sistema sustenta a diferenciação de suas rendas médias; esta, por sua vez, contribui para dificultar que aquela disparidade diminua ou desapareça (RODRIGUEZ, 1981, p. 250).

Em função de priorizar a análise das estruturas produtivas das nações, e as relações que se estabelecem entre elas, tanto a partir de sua dinâmica interna quanto da inserção no sistema “Centro-Periferia”, esta abordagem denomina-se “Estruturalismo Cepalino” (Rodriguez, 1981; 2009). Seu principal corolário é a “Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL”, a qual tem como algumas de suas principais categorias analíticas, além do sistema Centro-Periferia, a especificidade da industrialização periférica e a heterogeneidade estrutural.

Na próxima subseção, serão abordadas a concepção cepalina da estrutura do sistema Centro-Periferia e as especificidades características do processo de industrialização dos países da Periferia. Pretende-se assim ressaltar os efeitos da inserção internacional dos países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil, ao mesmo tempo em que se busca identificar a relevância do setor industrial para o desenvolvimento econômico, segundo a análise estruturalista da CEPAL. Na seção posterior, trataremos mais detalhadamente do fenômeno da Heterogeneidade Estrutural.

2.4.1 A Estrutura Centro-Periferia e a Industrialização Periférica

Retomando de forma breve o exposto anteriormente sobre as relações comerciais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, lembramos que desde o século XVI até meados do século XX, o comércio exterior se configurava na chamada Divisão Internacional do Trabalho. As nações desenvolvidas se especializavam na produção e exportação de produtos manufaturados, enquanto aos países subdesenvolvidos cabia produzir e exportar gêneros primários (alimentos e matérias-primas vegetais e minerais).

A ortodoxia liberal, ao tratar dessas relações comerciais entre nações cujas estruturas econômicas distinguiam-se em função das atividades que detinham a primazia na geração da renda nacional, sustentava que esse padrão de comércio era o ideal, o que se justificava pela Teoria das Vantagens Comparativas. Para a concepção liberal, os reflexos deste padrão de comércio no longo prazo seriam que:

os frutos do progresso técnico tenderiam a ser distribuídos equitativamente entre as nações participantes do comércio internacional desde que se especializassem em fornecer os bens em que tivessem vantagem comparativa. Seguindo esse raciocínio, as nações especializadas na produção de bens primários, além de não precisarem, não deveriam se industrializar, para se beneficiar dos frutos do progresso tecnológico, originado nas nações industrializadas. (CARDOSO, 2018, p. 111).

A partir da elaboração do modelo analítico denominado “Centro-Periferia”, Prebisch argumenta em contraposição à tese da Teoria das Vantagens Comparativas. Este modelo, no qual os países desenvolvidos representam o “Centro”, e os subdesenvolvidos a “Periferia”, se constitui em uma das maiores contribuições da análise cepalina à Economia do Desenvolvimento.

Prebisch explica que o estabelecimento da Divisão Internacional do Trabalho ocasiona no longo prazo assimetrias na difusão do progresso técnico, o qual não se propaga na Periferia

com a mesma intensidade e abrangência com que ocorre nos países centrais. O padrão de difusão do progresso técnico na estrutura produtiva das nações componentes do Centro refletiu-se na maior produtividade da economia desses países, o que se torna imprescindível para o bem-estar geral da população:

As enormes vantagens do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia em condições comparáveis às que a população desses grandes países conseguiu alcançar. Daí as diferenças tão acentuadas entre os níveis de vida das massas desses países e da periferia, e as notórias discrepâncias entre as suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a margem de poupança depende primordialmente do aumento da produtividade (PREBISCH, 2011, p. 96).

A aceitação do argumento liberal da Teoria das Vantagens Comparativas na prática se traduziria então pela manutenção do sistema de produção, comércio e desigualdade erigido pela clássica Divisão Internacional do Trabalho. As economias dos países da Periferia, a exemplo dos latino-americanos, estariam sempre numa condição de desigualdade em relação às do Centro, o que se refletiria no padrão de vida de suas populações, marcadas secularmente pela pobreza e demais mazelas sociais.

Além da forma diferenciada pela qual se difunde o progresso técnico no Centro e na Periferia – algo que trataremos ao abordar mais detalhadamente o conceito de heterogeneidade estrutural – a análise cepalina enfatiza o mecanismo de “deterioração dos termos de intercâmbio” como elemento fundamental para explicar as diferenças de desenvolvimento econômico entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

De acordo com esta abordagem, a especialização da Periferia em produtos primários e do Centro em industrializados no longo prazo ocasiona a deterioração dos termos de intercâmbio entre os dois polos do sistema, o que, por sua vez, acentua as desigualdades entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Este processo ocorre em função de dois fatores: a) *a relação entre os preços dos produtos primários e os artigos finais da indústria*, e b) *a maior elasticidade-renda dos produtos industriais em relação aos primários*.

a) Relação entre preços: primários x industrializados

Prebisch (2011) explica que é fato que a maior produtividade da indústria tende a reduzir mais os custos de produção dos bens do setor, o que poderia, no longo prazo, implicar em uma maior redução de preços dos artigos industriais, em comparação com os bens primários, cuja produtividade setorial é reconhecidamente menor. Contudo, o autor analisa este movimento de

preços a partir da estrutura e dinâmica da economia capitalista, marcada por movimentos cíclicos no longo prazo, alternando fases ascendentes (*crescente cíclica*) e descendentes (*minguante cíclica*).

Na *crescente cíclica*, explica Prebisch, os preços dos produtos primários no mercado internacional sobem mais do que os dos manufaturados, em função da demanda das nações industrializadas por matérias-primas para suprir sua expansão produtiva. Na *minguante cíclica*, ocorre o oposto: a queda dos preços dos produtos primários ocorre em intensidade e velocidade maior, em comparação com os bens industrializados.

A partir desta análise, o economista argentino explica que no longo prazo os preços dos bens industriais possuem maior rigidez à queda, em comparação com os primários, o que se relaciona com a remuneração dos fatores produtivos, e com os condicionantes sociais – e não apenas estritamente econômicos – desta dinâmica. Assim, adquire fundamental importância para o autor, além da estrutura econômica, a especificidade dos países subdesenvolvidos no tocante à estrutura social e suas características particulares.

Com efeito, a remuneração dos fatores de produção tende a ser mais elevada no Centro, onde a oferta de mão de obra é frequentemente inelástica e os trabalhadores possuem maiores níveis de organização e sindicalização. Isso se reflete em maiores possibilidades destes segmentos sociais em defender o seu nível de salários, mesmo nos movimentos de *minguante cíclica*, quando o nível de atividade econômica tende a diminuir.

Da mesma forma, os empresários dos países centrais, para manter a sua proporção na renda gerada, mantêm os preços em níveis que preservem a sua margem de lucro. Esse movimento é feito principalmente reduzindo-se a demanda de produtos primários da Periferia, ocasionando assim maiores reduções nos preços destes e, conseqüentemente, menores custos de produção dos artigos industrializados do Centro.

Na Periferia ocorre justamente o oposto: as massas trabalhadoras desorganizadas e o excedente de mão de obra (fenômeno que posteriormente Arthur Lewis (2010; 1954) denominará de “oferta ilimitada de mão de obra”) são fatores que pressionam para baixo os salários, principalmente nas fases descendentes do ciclo. Igualmente, os exportadores de produtos primários da Periferia precisam reduzir seus preços, diante da menor demanda do Centro, na fase de *minguante cíclica*.

Este processo se constitui, portanto, em um permanente mecanismo de transferência de riqueza da Periferia para o Centro. Prebisch ilustra o resultado destes movimentos com um exemplo prático, disposto na **Tabela 3**:

Tabela 3 – Relação entre preços: bens primários x bens industriais, 1876-1947

Período	Quantidade de artigos finais da indústria que é possível comprar com determinada quantidade de produtos primários
1876 – 1880	100
1886 – 1890	96,3
1896 – 1900	87,1
1906 – 1910	85,8
1926 – 1930	73,3
1946 – 1947	68,7

(Base: 1876 – 1880 = 100)

Fonte: adaptado de PREBISCH (2011)

Conforme mostra a **Tabela 3**, no longo prazo os preços dos produtos primários tendem a reduzir-se em relação aos preços dos artigos industriais. Percebe-se então que fatores alheios ao mecanismo de preços influenciam decisivamente na determinação de níveis de renda diferentes entre o Centro e a Periferia. Esses fatores são reforçados pelas distintas elasticidade-renda de produtos industriais e primários.

b) Elasticidade-Renda¹: Primários x Industriais

À medida que a renda nos países desenvolvidos cresce, a tendência é que a demanda por produtos industrializadas, de maior tecnologia e valor agregado, continue crescendo. O mesmo não ocorre com os produtos primários, posto que aos incrementos de renda, em nível agregado, não corresponde um proporcional aumento na demanda por esse tipo de produto. A elasticidade-renda dos produtos industrializados é, portanto, maior do que a dos produtos primários.

Através dessas diferenças de elasticidade-renda, os países subdesenvolvidos, sendo essencialmente exportadores de produtos primários e importadores de produtos manufaturados, de maior valor agregado, inserem-se, por consequência, em mais um processo de transferência de riqueza para o Centro. No longo prazo, esse processo traz graves consequências aos países periféricos, conforme explica Bielschowsky (2020):

existe uma assimetria básica entre a baixa elasticidade-renda da demanda mundial pelos produtos primários originários na periferia e a alta elasticidade-renda na demanda da periferia por produtos industriais originados no centro. A assimetria teria

¹ O termo *elasticidade* significa *sensibilidade*. Assim, quando se afirma que a demanda de determinado bem é elástica em relação a seu preço, o que se pretende dizer é que os consumidores desse bem são sensíveis a alterações no seu preço. Quando se analisa as variações na demanda por determinados bens, sejam primários ou industrializados, em função das variações na renda dos agentes econômicos, está se tratando da *elasticidade-renda da demanda*.

consequências potencialmente fatais para o desenvolvimento dos países da região, porque tenderia a provocar um desequilíbrio de natureza estrutural no balanço de pagamentos, com impactos adversos sobre a inflação e a continuidade do crescimento (BIELSCHOWSKY, 2020, p.12).

O processo de deterioração dos termos de intercâmbio se constitui, portanto, em um mecanismo que acentua as assimetrias de desenvolvimento econômico entre os países do Centro e da Periferia, ao mesmo tempo em que tem potencial para desestruturar o ambiente macroeconômico desta última. Em razão disso, a Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL advoga que a superação do sistema da Divisão Internacional do Trabalho é condição *sine qua non* para que os países latino-americanos possam atingir níveis de renda e padrão de vida compatíveis com os do Centro.

A necessidade de industrialização dos países subdesenvolvidos aparece, por conseguinte, como um importante corolário da Teoria do Subdesenvolvimento cepalina. A superação da condição de subdesenvolvimento passaria, necessariamente, pela industrialização desses países. Embora análises posteriores dos autores vinculados a esta tradição tenham revisto tal posicionamento, principalmente no caso do Brasil, que conheceu um expressivo processo de industrialização e ainda assim permaneceu subdesenvolvido, o desenvolvimento do setor industrial ainda se constitui em um importante fator para elevação da produtividade e da renda *per capita*, para os autores estruturalistas.

Entretanto, assim como o mecanismo de preços não é capaz de criar um padrão de difusão do progresso técnico capaz de equiparar os níveis de renda do Centro e da Periferia, a industrialização desta última não seria possível através das forças espontâneas do mercado.

É nessa perspectiva que, no Brasil, o estruturalismo cepalino vai dialogar com o *Desenvolvimentismo*. A defesa de uma atuação intervencionista e planejada por parte do estado, no sentido de promover um processo de industrialização objetivando elevar o nível de produtividade, crescimento econômico e padrão de vida da população é o que norteia essa relação.

2.4.2 **Desenvolvimentismo, Ortodoxia Liberal e Política Industrial**

O período histórico posterior à crise de 1929 foi marcado por significativas mudanças na atuação do estado no domínio econômico, tanto nos países industrializados quanto nas nações primário-exportadoras. De forma geral – e numa perspectiva antagônica à ortodoxia liberal – estas mudanças se traduziram por uma maior intervenção do estado no sentido de

promover o crescimento econômico e proteger as economias nacionais de eventuais crises cíclicas.

Nos países da Periferia, medidas econômicas de cunho intervencionista passaram a ser adotadas, sendo a depreciação cambial e a compra de excedentes de café promovida pelo governo brasileiro após a crise de 1929 exemplos significativos (Furtado, 2003). É nesse contexto que surge nos países periféricos o *Desenvolvimentismo*, que assim como o consenso keynesiano do *Welfare State* nos países centrais, torna-se dominante em matéria de política econômica no Brasil.

Segundo Bielschowsky (2000), Desenvolvimentismo significa “a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico” que tem como alguns pontos fundamentais os seguintes:

a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o estado deve ordenar também a execução da expansão captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 7).

Fonseca (2015), no mesmo sentido, ressalta que o Desenvolvimentismo, no plano da experiência histórica “concreta”, é um fenômeno específico dos países subdesenvolvidos, não havendo correspondência de sua ocorrência em países centrais. Trata-se também de um fenômeno cujas práticas a ele associadas se desenvolveram antes de uma teorização que lhe desse fundamentação. Este autor conceitua o Desenvolvimentismo como:

a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista (FONSECA, 2015, p. 40).

Diferentemente do que propõem os desenvolvimentistas cepalinos, as ideias de economistas ortodoxos acerca da política industrial via de regra se fundamentam na concepção liberal do *laissez-faire*, ou seja, de que o estado deve intervir o mínimo possível no domínio econômico. Para esta concepção, as forças de mercado, através dos mecanismos da oferta e da procura, não apenas alocam os recursos de forma eficiente, como tendem a levar a economia para o equilíbrio. Baseado nesses pressupostos, a concepção liberal-ortodoxa entende que:

A política industrial é não somente desnecessária como, principalmente, indesejável. Analogamente, a intervenção governamental seria necessária se, e somente se, o mecanismo de preços não capturasse todos os benefícios e custos de oportunidade associados à produção e ao consumo de bens (FERRAZ et al. 2013, p. 315).

A necessidade de políticas industriais somente no caso em que se verifiquem o que os economistas ortodoxos denominam “falhas de mercado” é reforçada por Canêdo-Pinheiro et al (2014), que advogam que as políticas públicas que busquem incentivar o crescimento econômico devem ser eminentemente “horizontais”. Ou seja, devem visar atingir todos os setores, pois “intervenções setoriais somente fazem sentido na presença de falhas de mercado significativas, e que muitas das falhas apontadas teoricamente como justificativas para o uso de PI (Política Industrial) não encontram respaldo empírico de sua relevância” (CANÊDO-PINHEIRO et al. 2014, p. 2).

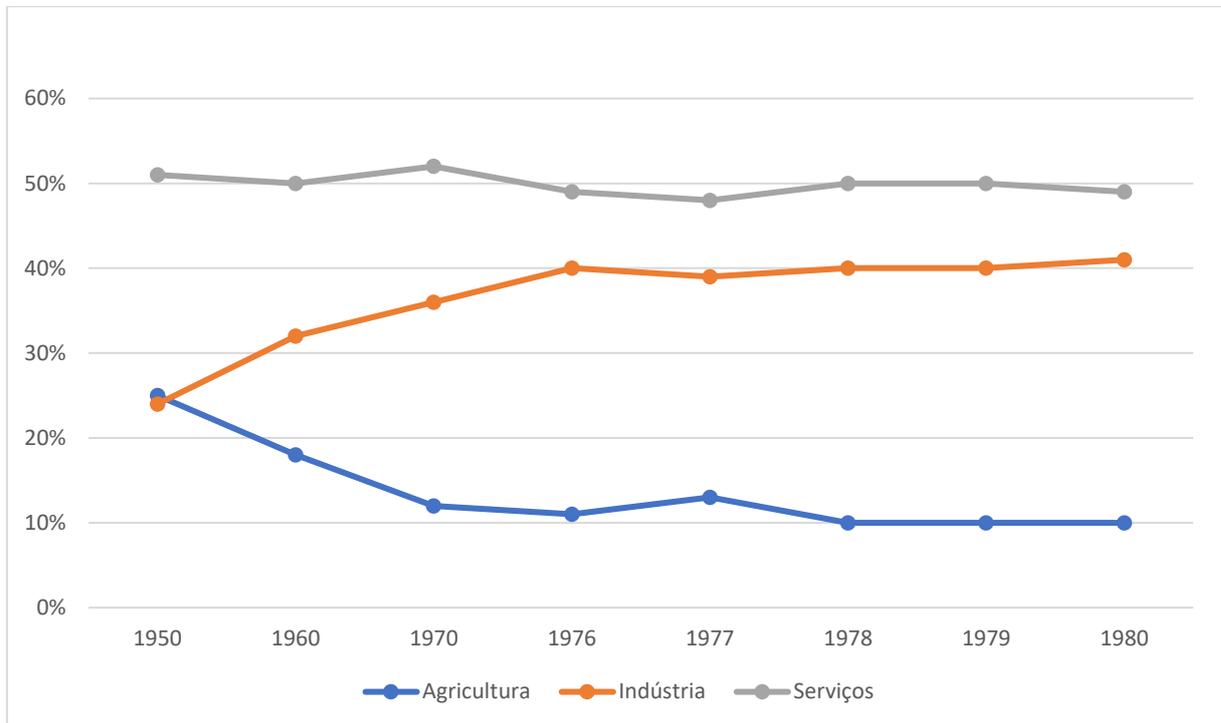
Na mesma linha de pensamento, Lisboa e Pessoa (2016), argumentam que a elevação da produtividade nas economias capitalistas avançadas de uma forma geral pode ser associada muito mais à qualidade das instituições e à melhoria da educação do que à industrialização. Dessa forma, os autores explicam que:

A produtividade média de um trabalhador americano é quatro vezes maior do que a de um brasileiro. A principal causa dessa menor produtividade, no entanto, não é a composição setorial da produção, maior participação da indústria, mas sim as diferenças de produtividade média nos diversos setores da economia, em decorrência da maior participação de empresas pouco eficientes nos países de renda média. (LISBOA e PESSOA, 2016, p. 183).

Com base nestes argumentos, os autores também defendem que eventuais políticas públicas que visem elevar o crescimento econômico nos países de renda média, a exemplo do Brasil, devem ser do tipo “horizontais”, sem priorizar setores específicos, especialmente o industrial, posto que para Lisboa e Pessoa (2016, p.181): “Não há evidências de externalidades relevantes que justifiquem políticas específicas para a indústria”. No entanto, há uma longa história de adoção de políticas industriais no Brasil, com resultados concretos.

Antes mesmo que os autores cepalinos teorizassem em defesa da industrialização dos países periféricos, experiências históricas como a do Estado Novo no Brasil, com Getúlio Vargas, quando são criadas grandes empresas industriais para dar sustentação ao projeto de industrialização do país, já denotavam uma concepção desenvolvimentista. O processo de industrialização por substituição de importações, empreendido a partir desse período, transformou a estrutura da economia nacional em poucas décadas.

Gráfico 2 - Brasil - Valor Adicionado Bruto: composição segundo macrossetores, 1950-1980 (em % e preços correntes)



Fonte: adaptado de SQUEFF e NOGUEIRA (2015)

Após um longo período de ciclos de crescimento baseados na produção primário-exportadora, a indústria consolidou-se, após a Segunda Guerra Mundial, como centro dinâmico da economia brasileira (Furtado, 2003). Conforme mostra o **Gráfico 2**, a composição setorial do Valor Adicionado Bruto no período 1950-1980 alterou-se significativamente, com o setor primário declinando a sua participação na geração da riqueza nacional a menos da metade em apenas 30 anos.

Essa mudança estrutural, marcada por uma ação deliberada do estado em favor da industrialização, resultou em elevados índices de crescimento econômico no período considerado. O PIB – Produto Interno Bruto – brasileiro cresceu a uma média acima de 7% ao ano entre 1945 e 1980, o que conferiu a este indicador uma multiplicação total da ordem de dez vezes neste período (Serra, 1982).

Ao longo destas três décadas e meia, grandes projetos de desenvolvimento, baseados na industrialização e coordenados pelo estado, a exemplo do Plano de Metas e do II Plano Nacional de Desenvolvimento, conferiram grande dinamismo à economia nacional. O Plano de Metas proporcionou um crescimento do PIB de cerca de 8% durante o Governo do presidente Juscelino Kubitschek, ao passo que o PIB *per capita* cresceu a uma média de 5% ao ano no mesmo período (Bastos e Costa, 2021).

Verifica-se, desta forma, que, em sentido oposto ao que argumentam os autores liberais, a Política Industrial mostrou-se um eficaz instrumento de dinamização do crescimento econômico no médio prazo e no longo prazo. E, mais do que isso, os grandes projetos industrializantes empreendidos pelo Estado brasileiro transformaram a estrutura econômica do país, atingido níveis de modernização e eficiência produtiva que não seriam alcançados através das forças espontâneas do mercado.

A criação de grandes empresas estatais que se tornaram referência internacional de inovação, modernidade e eficiência produtiva, a exemplo da EMBRAER, EMBRAPA e PETROBRÁS, todas atuando na fronteira tecnológica e capazes de competir com líderes internacionais em seus respectivos segmentos produtivos, demonstra a importância da Política Industrial como instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico.

Todos estes fatores corroboram, portanto, a premissa heterodoxa que identifica no setor industrial o principal motor de dinamização e crescimento de longo prazo nas economias capitalistas (Oreiro e Feijó, 2010). Em razão disto, adotamos tal premissa como pressuposto teórico neste trabalho.

Por outro lado, mesmo com o elevado crescimento econômico do período em destaque, o qual foi estimulado principalmente pela industrialização, muitas das características típicas do subdesenvolvimento permaneceram presentes na economia brasileira. Assim, não se confirmou a proposição das teses desenvolvimentistas de que a superação do subdesenvolvimento poderia ser alcançada a partir da industrialização.

A essa nova problemática, desenvolvida principalmente a partir da década de 1960, uma importante contribuição teórica foi dada pela Teoria Marxista da Dependência, da qual Ruy Mauro Marini foi um dos maiores expoentes.

Marini (1973) explica que nos países produtores de bens manufaturados, a produtividade do trabalho é geralmente mais elevada do que naqueles que produzem predominantemente bens primários. Assim, os preços de produção dos bens manufaturados são normalmente inferiores aos preços pelos quais seus produtores os vendem no mercado. Na realização da relação de troca, ou seja, no mercado internacional, este processo se traduz por transferência de valor das nações subdesenvolvidas para as industrializadas.

Diante dessa perda de valor que se opera no âmbito da realização das trocas comerciais, as nações primário-exportadoras intensificam a exploração da sua força de trabalho, para que, através de uma maior massa de valor produzida, compense-se parte das perdas que se processam no mercado internacional. Esta superexploração pode se dar tanto através da intensificação do

trabalho como do prolongamento da jornada dos trabalhadores, ou ainda combinando-se as duas formas (Marini, 1973).

Contudo, a superexploração da força de trabalho tem implicações determinantes para as nações latino-americanas, especialmente quando estas, através da industrialização, buscam superar a sua condição de subdesenvolvidas. Marini argumenta então, ao contrário do que propunham as correntes desenvolvimentistas, que os processos de industrialização que ocorreram em países como Brasil, México e Argentina não poderiam acarretar a superação das condições típicas de subdesenvolvimento destas nações. A gênese de tais processos diferiam em essência do que havia ocorrido no continente europeu (Marini, 1973).

No velho continente, explica o autor, a acumulação de capital se baseou na produtividade do trabalho, e, nesse processo, o operário fabril adquiriu a dupla condição de produtor e consumidor. Em outros termos, os processos produtivos desenvolvidos nas economias industrializadas se caracterizavam por uma demanda criada simultaneamente à oferta, onde, “o consumo individual dos trabalhadores representa, portanto, um elemento decisivo na criação de demanda para mercadorias produzidas, sendo uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo da circulação” (MARINI, 1973, p.17).

Na América Latina, por outro lado, a acumulação de capital historicamente se desenvolveu baseada na venda de produtos primários no mercado externo, não havendo, portanto, a necessidade de uma demanda interna para a realização do lucro produzido. Assim, a superexploração da força de trabalho – levada ao limite, uma vez que não interferia na esfera da circulação – contribuía sempre para a produção de mais valia absoluta e conseqüentemente para a expansão da lucratividade do setor exportador.

No momento em que a indústria passa a se desenvolver na América Latina, essa superexploração da força de trabalho se converte em um empecilho para a expansão do próprio setor industrial. Ao basear a acumulação de capital nesse modelo, não se criava a formação de um mercado de consumo interno amplo capaz de absorver a produção industrial e promover a expansão do setor.

Desta forma, Marini (1973) destaca que o que se desenvolveu foi apenas uma indústria débil, cujos impulsos para o crescimento dependiam fundamentalmente da demanda da “esfera alta”, as classes dominantes que antes satisfaziam suas necessidades de consumo por meio de importações. Eis porque, para Marini, assim como para os demais autores vinculados à Teoria Marxista da Dependência, a industrialização não poderia se converter em um elemento capaz

de proporcionar a superação do subdesenvolvimento na América Latina. Essa mudança só poderia ser alcançada através de uma ruptura com o modo de produção capitalista.

Esta análise coaduna com as características que permaneceram vigentes no Brasil dos anos de 1970, onde após mais de três décadas de intensa atuação do Estado desenvolvimentista em favor de estímulos ao setor industrial, as profundas desigualdades continuaram marcando a estrutura produtiva e social do país. Inclusive, as acentuadas assimetrias de produtividade entre os diversos setores econômicos – fenômeno que a Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL denominou de “Heterogeneidade Estrutural” – não desapareceram da economia brasileira. É sobre esta característica particular das economias periféricas que trataremos na próxima seção.

2.5 A HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL DAS ECONOMIAS PERIFÉRICAS

2.5.1 Celso Furtado e a Assimilação do Progresso Tecnológico pelas Estruturas Produtivas

Conforme visto na seção precedente, a concentração dos frutos do progresso técnico e as correspondentes assimetrias de produtividade entre setores econômicos é uma das principais características das economias periféricas. Este fenômeno, denominado pelos autores estruturalistas cepalinos de “*Heterogeneidade Estrutural*” é o conceito central para o objeto da nossa pesquisa.

Celso Furtado (2009) explica que a relação entre o progresso técnico, o aumento da produtividade e o desenvolvimento econômico é o processo que define as características das estruturas econômicas das nações. Para explicar como estes elementos se relacionam de forma a imprimir as características típicas de ambas as estruturas econômicas – desenvolvidas e subdesenvolvidas – o autor faz uma longa imersão na história. Pretende, com isso, demonstrar como o progresso técnico se propagou de forma diferenciada nas estruturas produtivas das nações pioneiramente industrializadas, dando origem a um fluxo de renda específico, assim como a um padrão de distribuição de renda diferenciado.

Um primeiro ponto relevante, de acordo com Furtado, é que na fase do capitalismo comercial europeu, os custos de fatores do comerciante se compunham basicamente dos pagamentos feitos a fornecedores, geralmente artesãos. Quando havia variação de estoques, em função das flutuações da procura, os empresários comerciantes adequavam seus estoques comprando mais ou menos dos fornecedores artesanais. O fluxo de renda nessa estrutura econômica era, portanto, relativamente simples e o lucro obtido, essencialmente concentrado.

A partir da emergência da economia industrial, os empresários passam a remunerar os fatores de produção antecipadamente, transferindo para os preços dos produtos o gasto despendido na remuneração dos fatores. A existência do lucro, para o empresário industrial, depende assim da realização da venda das mercadorias. Desta forma, os custos de produção adquirem importância fundamental no processo, inclusive pulverizando a renda gerada no conjunto da economia.

Um segundo ponto a se considerar é que a articulação íntima, a partir da emergência da economia industrial, entre a formação de capital e a ciência experimental, é que permite os avanços tecnológicos que irão se reverter em métodos de produção mais eficazes, com maior produtividade e maior geração de renda *per capita*. Ocorre assim um acentuado aumento da oferta de bens de origem industrial, cuja magnitude permite uma redução de preços que paulatinamente vai erodindo as velhas estruturas artesanais e liberando mão de obra para as indústrias nascentes.

Dada a elasticidade da oferta de mão de obra nesse momento, os lucros auferidos concentram-se nas mãos dos empresários, o que permite a realização de novos investimentos, que por sua vez acarretam a elevação da produtividade. Em momento posterior, ocorre também um aumento da procura, com base na absorção da mão de obra pelas indústrias no setor de bens de consumo, o que propicia novo incremento da produtividade neste setor, assim como um aumento da sua demanda por bens de capital.

O setor de bens de capital, não podendo responder de imediato ao aumento dessa demanda com base em aumento do capital fixo (o que dependeria de novos avanços tecnológicos), o faz a partir da absorção da mão de obra liberada pelo próprio setor de bens de consumo (em função do aumento da produtividade). Assim, o setor de bens de capital aumenta a sua produtividade e atende a demanda do setor de bens de consumo.

Esta absorção da mão de obra no setor de bens de capital altera a estrutura da demanda no setor de bens de consumo, ocasionando novos investimentos neste setor, alterando também a estrutura da oferta. Furtado explica, então, que a dinâmica de propagação do progresso técnico, com aumento da produtividade, atinge toda a estrutura econômica, pois “tanto opera do lado da oferta como do da procura dos bens finais de consumo” (FURTADO, 2009, p. 152).

Nas fases seguintes do desenvolvimento industrial, explica o autor, as inovações tecnológicas aplicadas ao setor de bens de capital permitem uma maior oferta destes bens em relação à mão de obra ocupada no setor. Este momento teria coincidido com a absorção integral da mão de obra liberada de setores mais arcaicos, tornando assim inelástica a oferta de mão de obra. Os desdobramentos sociais ocorridos a partir deste período, com a maior capacidade de

organização das massas trabalhadoras, foi possibilitando uma elevação dos salários, com uma maior participação destes segmentos sociais na renda gerada no conjunto da economia.

O que importa-nos reter deste processo, é que a dinâmica do progresso técnico e da elevação da produtividade dava origem a um fluxo de renda que, por um lado, absorvia paulatinamente a mão de obra liberada dos setores, em função das inovações técnicas aplicadas ao processo produtivo. Por outro, tendia a homogeneizar tanto os níveis de produtividade entre os diversos setores quanto os níveis de remuneração dos fatores de produção, especialmente os salários, embora estes, nas primeiras fases do desenvolvimento industrial fossem reduzidos a níveis próximos da subsistência (Furtado, 2009).

A estrutura produtiva, por sua vez, tornara-se mais diversificada, com a oferta, tanto de bens de consumo quanto de equipamentos, se caracterizando por uma variedade maior. Em resumo, a estrutura produtiva se caracterizava pela diversificação na oferta e relativa homogeneização na difusão do progresso técnico, na produtividade e na remuneração dos fatores de produção, inclusive os salários. Este foi basicamente, de acordo com Furtado, o padrão de desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos, pioneiramente industrializados, cujo exemplo mais clássico foi a Inglaterra.

Em relação aos países periféricos, a penetração de empreendimentos tipicamente capitalistas na estrutura das economias tradicionais, a partir da expansão do capitalismo comercial, deu origem a estruturas híbridas, onde se verificava um núcleo moderno coexistindo com uma grande massa de atividades arcaicas, pré-capitalistas. A produção oriunda deste polo moderno se concentrava em um ou poucos produtos, cujo destino era o mercado consumidor externo. A especialização produtiva era assim uma das características básicas das estruturas econômicas dessas regiões.

A renda gerada neste processo, geralmente bastante elevada, em função da demanda do mercado externo, dava origem a um fluxo específico, caracterizado por um padrão concentrado:

A estrutura econômica da região onde penetrou a empresa capitalista (...) não se modifica, necessariamente, como consequência dessa penetração. Apenas uma reduzida fração da mão de obra disponível é absorvida pela empresa forânea; os salários pagos a essa mão de obra não são determinados pelo nível de produtividade da empresa e sim pelas condições de vida prevalecente na região (FURTADO, 2009, p. 162-63).

Por sua vez, uma significativa parcela dos lucros auferidos pela empresa não era reinvestida nas próprias estruturas econômicas latino-americanas, mas sim revertida aos países de origem da empresa. O setor de bens de capital que supria a demanda da produção exportadora localizava-se na própria economia metropolitana, não exercendo nenhum efeito propulsor no

interior da economia da colônia. A demanda de bens de consumo da parcela da população ligada aos empreendimentos modernos era suprida principalmente por produtos importados, também originários das próprias economias europeias.

Desta forma, inexistia uma integração efetiva da empresa moderna à economia local. A elevada produtividade que se verificava neste setor originava-se de inovações técnicas materializadas em equipamentos importados. Não havia, portanto, um padrão de difusão do progresso técnico que se integrasse à dinâmica interna da economia, alterando a estrutura da oferta e da procura, como havia ocorrido nos países centrais. Assim, não se constituía um setor produtor de bens de consumo moderno, nem uma estrutura de demanda que potencializasse o crescimento no longo prazo ou fosse capaz de criar um fluxo de renda semelhante ao que havia ocorrido no Centro.

Esse tipo de estrutura econômica, caracterizada por um setor que utiliza-se de técnicas modernas, formado por poucas empresas de elevada produtividade e ligada fundamentalmente à exportação, coexistindo com um grande número de atividades arcaicas, de baixa produtividade e mão de obra pouco qualificada, é o que caracteriza o fenômeno da *Heterogeneidade Estrutural*. Esta é, nos marcos da concepção estruturalista cepalina, a condição definidora da estrutura econômica subdesenvolvida.

2.5.2 Aníbal Pinto e os “Níveis” da Heterogeneidade Estrutural

Com Aníbal Pinto, outro expoente do pensamento cepalino, o conceito de heterogeneidade estrutural adquire sua mais ampla conceituação. Este autor explica que, com o processo de industrialização de algumas nações latino-americanas, a estrutura produtiva destes países pode ser decomposta, para fins analíticos, em três grandes “camadas”:

Por um lado, temos a chamada camada “primitiva”, cujos níveis de produtividades e renda *per capita* são provavelmente semelhantes (e, às vezes, inferiores) aos que predominaram na economia colonial e, em alguns casos, na pré-colombiana. No extremo oposto, temos um “polo moderno”, composto pelas atividades de exportação, industriais e de serviços que funcionam com níveis de produtividade semelhantes às *médias* das economias desenvolvidas; e existe, por último, a camada “intermediária”, que corresponde mais de perto, de certa maneira, à produtividade média do sistema nacional (PINTO, 2000, p. 571).

Apesar da descrição mais detalhada das características das “camadas” da estrutura produtiva, a análise de Aníbal Pinto (publicada em 1972) não difere, em essência, daquela que Furtado e Prebisch já haviam realizado em anos anteriores. O que caracteriza a heterogeneidade estrutural em ambas as perspectivas é a disparidade de produtividade entre os diversos setores

econômicos, conforme também Prebisch e Furtado já haviam pioneiramente explicado, embora tais autores não tenham utilizado esta expressão para caracterizar o fenômeno.

Entretanto, Pinto ressalta que o padrão de assimilação do progresso técnico verificado nas economias subdesenvolvidas se caracterizou por uma forte concentração não apenas nas “camadas” da estrutura produtiva, ocasionando níveis díspares de produtividade entre os diversos setores econômicos. Esta concentração ocorreu também em “níveis” regionais e sociais, com regiões específicas do espaço econômico, assim como segmentos da população usufruindo dos frutos do progresso técnico e da produtividade de forma diferenciada.

Dessa forma, dentro da própria estrutura periférica que são as economias subdesenvolvidas industrializadas criou-se uma nova *periferia*, e esta não se manifesta apenas em regiões e cidades cujas atividades econômicas se caracterizam por baixa produtividade, reduzidos níveis de renda e consequente pobreza relativa quando comparada aos polos dinâmicos/avançados. Dentro destes últimos há também “camadas” caracterizadas por desemprego ou subemprego de baixa produtividade, baixa renda e pobreza absoluta, uma periferia social interna, “composta, principalmente, pela chamada ‘marginalidade urbana’” (PINTO, 2000, p. 578).

Partindo desta concepção, podemos observar a heterogeneidade estrutural se manifestar, em um país como o Brasil, pela moderna indústria automobilística ou de informática coexistindo com as atividades de serviços informais. Com o PIB da região Norte perfazendo pouco mais de 10% do PIB do Sudeste, em 2019. Com empregos cuja produtividade e renda permitem habitação em condomínios fechados em bairros nobres coexistirem, dentro de um mesmo espaço urbano, com o subemprego cujos rendimentos só possibilitam a habitação em favelas e bairros pobres desprovidos de infraestrutura básica.

É a permanência destas características heterogêneas no Brasil no século XXI que nos impele a investigar a existência do fenômeno da heterogeneidade estrutural em Sergipe, no período de 2002 a 2019. O propósito é traçar um panorama da estrutura produtiva da economia do estado nestas primeiras décadas do século XXI, analisando o desempenho dos macrossetores (primário, secundário e terciário) em relação ao VAB do estado e o comportamento do elemento central que possibilita um padrão de crescimento econômico capaz de elevar as condições socioeconômicas de uma população: a produtividade do trabalho. É a esta tarefa que nos dedicaremos a partir do próximo capítulo.

3 A INSERÇÃO PERIFÉRICA DA ECONOMIA SERGIPANA: DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XX

3.1 DEPENDÊNCIA, VULNERABILIDADE E HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL NA FORMAÇÃO DA ECONOMIA SERGIPANA

Desde o início da sua ocupação, em fins do século XVI, quando Cristóvão de Barros estabeleceu um núcleo de povoamento, fundando o arraial de São Cristóvão (Passos Subrinho, 1987), o território hoje ocupado pelo estado de Sergipe exibiu características típicas de uma região economicamente dependente e subordinada a dinâmicas econômicas externas ao seu próprio espaço.

Situada no intermédio entre as duas capitanias mais economicamente prósperas e politicamente influentes da colônia – Bahia e Pernambuco – a região onde viria a se constituir o estado de Sergipe foi ocupada inicialmente com o propósito de estabelecer comunicação segura entre aqueles dois centros (Feitosa, 2007). Desde este primeiro momento, essa função de complementaridade em relação a centros economicamente mais dinâmicos irá marcar profundamente a economia sergipana, imprimindo características particulares à sua estrutura econômica.

De uma forma geral, com o estabelecimento da atividade açucareira, no século XVI, a economia nordestina se caracterizou pela heterogeneidade que definia a estrutura da economia colonial: simultaneamente ao setor açucareiro, geralmente com elevada produtividade, alto fluxo de renda e produção cujo destino era o mercado externo, desenvolviam-se atividades voltadas principalmente à subsistência local, com baixa produtividade e na qual a monetização era bastante incipiente. Dentre estas últimas atividades, a pecuária extensiva cumpriu determinante função na formação do complexo econômico nordestino, tendo sido, inclusive, a base da penetração do povoamento para o interior da região (Furtado, 2003).

Assim, a conformação do complexo econômico nordestino, no qual Sergipe estava inserido, se deu com base principalmente nas atividades da monocultura da cana-de-açúcar e da pecuária extensiva, voltadas, respectivamente, ao mercado externo e à demanda da própria colônia.

Entretanto, se estes eram os traços gerais que caracterizavam o Nordeste de então, o mesmo não se pode dizer a respeito da região onde viria a se constituir o estado de Sergipe. As

atividades econômicas que se estabeleceram com o povoamento inicial foram a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva (Almeida, 1984; Passos Subrinho, 1987; Feitosa, 2007). Ambas as atividades, voltadas exclusivamente para atendimento de uma demanda interna, não se integravam efetivamente ao fluxo de renda que se estabelecia entre os centros dinâmicos da colônia – grandes produtores de açúcar – e a demanda externa, representada pelo comércio com o continente europeu.

Com isso, delineava-se um modelo de ocupação do espaço e aproveitamento de recursos que engendrava uma pobreza relativa da região em relação aos principais centros econômicos da colônia. Dentro da própria estrutura colonial, caracterizada pela dependência e subordinação à metrópole europeia, desenvolvia-se em Sergipe uma economia com características ainda mais tradicionais, onde a produtividade tendia a níveis menores, e, por consequência, a renda gerada no conjunto da economia não poderia se equiparar àquela dos principais centros.

Esta característica particular viria a ter forte influência no desenvolvimento posterior da economia sergipana. Mesmo após a introdução incipiente do cultivo e beneficiamento da cana nessa região, no início do século XVII, a influência da capitania da Bahia – da qual Sergipe ainda fazia parte – dificultava um desenvolvimento mais efetivo da região. A predominância das atividades de subsistência, cuja função dentro da lógica da economia do período era abastecer de forma complementar os principais centros (Feitosa, 2007), não propiciava a formação de uma elite político-econômica local, que pudesse aspirar a mudanças na estrutura econômica da região.

Aliado a esses fatores, Almeida (1984) destaca que eventos de grande impacto na economia açucareira da região contribuíram de forma decisiva para que Sergipe não apresentasse significativa evolução de seu quadro econômico estrutural. O primeiro destes eventos foi o conflito entre portugueses e holandeses, ocorrido em terras sergipanas no segundo quartel do século XVII, que teria deixado um rastro de devastação na economia local. O segundo foi a emergência da economia açucareira nas Antilhas, após a expulsão dos holandeses do Brasil, o que afetou profundamente a economia nordestina, que viu a demanda e os preços do seu açúcar caírem drasticamente no mercado internacional.

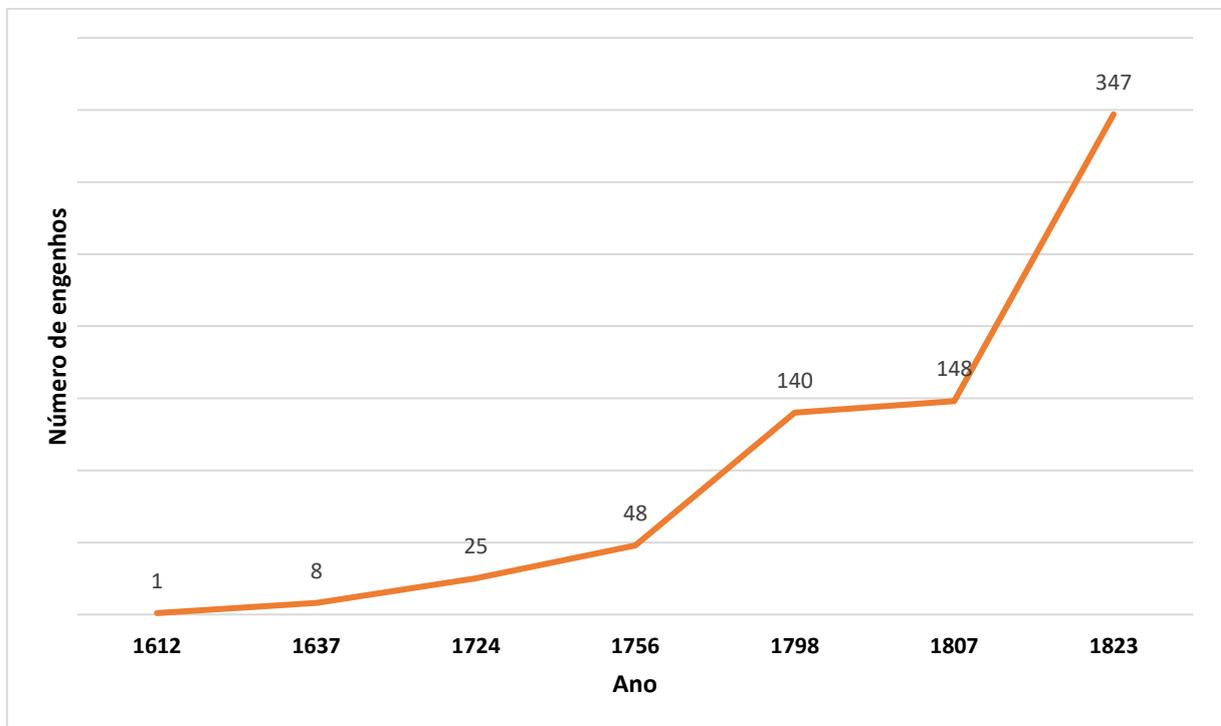
Assim, se em 1612 Sergipe registrava o estabelecimento do seu primeiro engenho de açúcar, o que poderia sinalizar sua inserção no circuito da economia de mais alta produtividade e lucratividade, mais de cem anos depois, em 1724, haviam apenas 25 dessas unidades de beneficiamento da cana (Almeida, 1984). O reflexo deste processo de lento desenvolvimento da atividade açucareira em terras sergipanas era a permanência das características de atraso econômico-social em relação aos principais centros da colônia. Após mais de 130 anos do início

da ocupação territorial, a economia sergipana ainda se caracterizava pela especialização em atividades tradicionais, de baixa produtividade e fluxo de renda, e cuja função principal era a subsistência local.

Este quadro geral começaria a se alterar à medida que a monocultura da cana e o desenvolvimento de engenhos de produção de açúcar tornaram-se as atividades econômicas mais importantes na região de Sergipe, o que ocorreu principalmente ao longo do século XVIII (Melo, 2012). Não é nosso objetivo neste capítulo nos aprofundarmos nas razões pelas quais esse fenômeno se processou. Importa-nos apenas ressaltar os reflexos de tais transformações no conjunto da economia sergipana, e as consequências, inclusive políticas, que adviriam a partir de então.

A título de ilustração, ressaltamos que a expansão dos engenhos de açúcar para além dos limites do recôncavo baiano (que passou a ocupar os vales de rios sergipanos, especialmente do Cotinguiba) aumentou de tal forma que de 1724 a 1798 o número destes estabelecimentos passou de 25 para 140. Em 1823, já se registravam mais de 340 unidades de engenho (Almeida, 1984).

Gráfico 3 - Sergipe – Engenhos de cana-de-açúcar, 1612-1823 (em nº de unidades)



Fonte: Elaboração própria com base em ALMEIDA (1984)

Duas consequências importantes advêm desta mudança na estrutura econômica sergipana. A primeira é a formação de uma elite econômica local, associada à monocultura canavieira e à produção agroindustrial do açúcar. Esta mudança acarretará um acirramento do conflito de interesses dos senhores de engenhos locais com o centro de comando da capitania, localizado em Salvador, no que tange à comercialização da produção açucareira oriunda de terras sergipanas:

A primazia da função comercial da Bahia fazia com que os senhores de engenho de Sergipe se tornassem dependentes dos comerciantes baianos, ou seja, enquanto a demanda de açúcar era elevada e os preços altos, os comerciantes solicitavam o produto, oferecendo pagamento adiantado e demais facilidades; quando a oferta superava a procura e os preços caíam, a situação se invertia: agora eram os fazendeiros, muitas vezes endividados, que procuravam se desfazer do produto, ao passo que o comerciante impunha condições e alargava a sua margem de lucro (FEITOSA, 2007, p. 16-7).

À medida que a monocultura da cana se expandia e se proliferavam os engenhos de produção de açúcar, a economia sergipana adquiria novas feições, operando agora com um nível mais elevado de produtividade e fluxo de renda, permitindo a ampliação da acumulação de capital nas mãos dos senhores de engenho locais.

Com o poderio econômico, cresciam a insatisfação e o poder de contestação em relação à dependência e subordinação à Bahia. A culminância deste processo de conflitos de interesses foi a emancipação política de Sergipe em relação à Bahia, ocorrida nos primeiros anos da década de 1820. A partir de então, Sergipe se constituirá em unidade territorial própria, tornando-se uma das províncias do Império.

A segunda consequência relevante foi a conformação de uma estrutura econômica diversa daquela que predominou nos primeiros séculos. Se antes o que definia a economia sergipana era sua função de complementaridade em relação à Bahia e Pernambuco, quando havia a predominância quase que absoluta de atividades de subsistência, o vertiginoso crescimento dos engenhos de açúcar veio a alterar tal quadro, imprimindo feições de heterogeneidade estrutural a Sergipe.

A partir desta mudança estrutural, o espaço geoeconômico sergipano passa a se caracterizar pelas assimetrias que, de uma forma geral, já se manifestavam tanto na economia nordestina quanto na economia brasileira como um todo. A atividade canavieira, ocupava faixas próximas ao litoral e vales dos rios, onde a ocorrência de solos propícios a este cultivo era mais abundante. Ao mesmo tempo, integrava-se de forma mais autônoma e efetiva aos fluxos de comércio internacional, operando com maior eficiência e produtividade, e garantindo maior lucratividade aos senhores de engenho.

Feitosa (2007) destaca, inclusive, que o desenvolvimento da economia açucareira em solo sergipano foi determinante para uma nova dinâmica espacial na província. Cidades como Maruim e Laranjeiras, situadas na região do rio Cotinguiba, maior centro produtor de cana, tornaram-se as mais importantes de Sergipe na primeira metade do século XIX. E em 1855, foi fundada às margens do rio Sergipe a cidade de Aracaju, para ser a nova capital sergipana e desempenhar o importante papel de estabelecer uma conexão mais direta entre a produção do vale do Cotinguiba e os mercados externos compradores de açúcar (Feitosa, 2007).

Paralelamente a este setor de técnicas modernas, maior produtividade e lucratividade, a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência cada vez mais deslocavam-se em direção ao interior sergipano, e se estabeleciam em áreas do agreste e, posteriormente, do sertão. Neste processo, ocupavam terras menos férteis e sujeitas aos processos de estiagem, incorporavam contingentes populacionais deslocados da concentração de terras das áreas canavieiras, e voltavam-se essencialmente à subsistência local. A consequência foi o estabelecimento nestes espaços de uma economia de subsistência, com baixíssima produtividade e um nível de renda igualmente reduzido.

Esta dualidade viria a se reproduzir ao longo do tempo, uma vez que ambos os setores, o exportador e o de subsistência, não se integravam entre si de forma a estabelecer uma dinâmica que propiciasse o crescimento econômico da província em conjunto. A renda gerada na lucrativa atividade açucareira era reinvestida na própria expansão da agroindústria – através da compra de insumos e equipamentos – ou na aquisição de bens de consumo para os senhores de engenho. Em ambos os casos, a demanda era suprida principalmente mediante importações.

A entrada de Sergipe no circuito exportador do açúcar fez crescer o fluxo de renda e a possibilidade de acumulação de capital nas mãos de proprietários de engenhos. Paralelo a este crescimento da agroindústria açucareira em terras sergipanas, o cultivo do algodão havia se expandido pela região Nordeste desde a segunda metade do século XVIII, tornando-se este também um produto de exportação amplamente rentável. Feitosa (2007) destaca que a demanda por algodão havia crescido fortemente no mercado internacional em função, principalmente, da produção de tecidos na economia inglesa, com a emergência da Revolução Industrial.

De acordo com Passos Subrinho (1987) e Silva (2001), embora os registros sejam escassos, há evidências de que o cultivo de algodão também ocupou faixas do território sergipano na primeira metade do século XIX, especialmente nos solos mais secos do agreste e sertão. Na segunda metade daquele século, principalmente na década de 1860, a Guerra de Secessão, que provocou uma retirada dos EUA do mercado exportador algodoeiro, ocasionou um vertiginoso crescimento do cultivo e das exportações do algodão em Sergipe.

Silva (2001) relata que este surto exportador do algodão provocou uma reorganização da produção em diversas partes do território da província de Sergipe. Dada a maior rentabilidade do algodão, este cultivo passou a ocupar muitas áreas antes destinadas à produção de gêneros de subsistência, pecuária e mesmo da cana-de-açúcar, que naquele momento histórico registrava uma baixa de preços e de demanda no mercado mundial.

Estes fatores combinados sinalizavam que a economia sergipana passara a se articular de forma mais efetiva à dinâmica das economias nordestina e brasileira e sua função no quadro geral da Divisão Internacional do Trabalho. Sergipe aparentemente havia reunido elementos para superar sua condição periférica em relação aos centros mais dinâmicos da economia brasileira, ainda fundada essencialmente em uma economia mercantil com base no trabalho escravo, onde a produção especificamente capitalista ainda não se tornara dominante.

Entretanto, assim como acontecia com as províncias mais prósperas, a economia sergipana estava subordinada ao movimento geral da economia capitalista, cujo centro, na Divisão Internacional do Trabalho do século XIX, era a economia europeia, e, posteriormente, também os Estados Unidos. Desta forma, a estrutura Centro-Periferia em nível mundial determinava em última instância o crescimento da renda e a geração de riqueza no âmbito das economias periféricas, a partir da demanda pelos principais produtos exportados por estas últimas.

Na década de 1870, eventos significativos na economia mundial viriam a afetar o cultivo e as exportações do algodão nordestino e sergipano, evidenciando a fragilidade destas economias e sua suscetibilidade a variações na demanda de seus principais produtos de exportação:

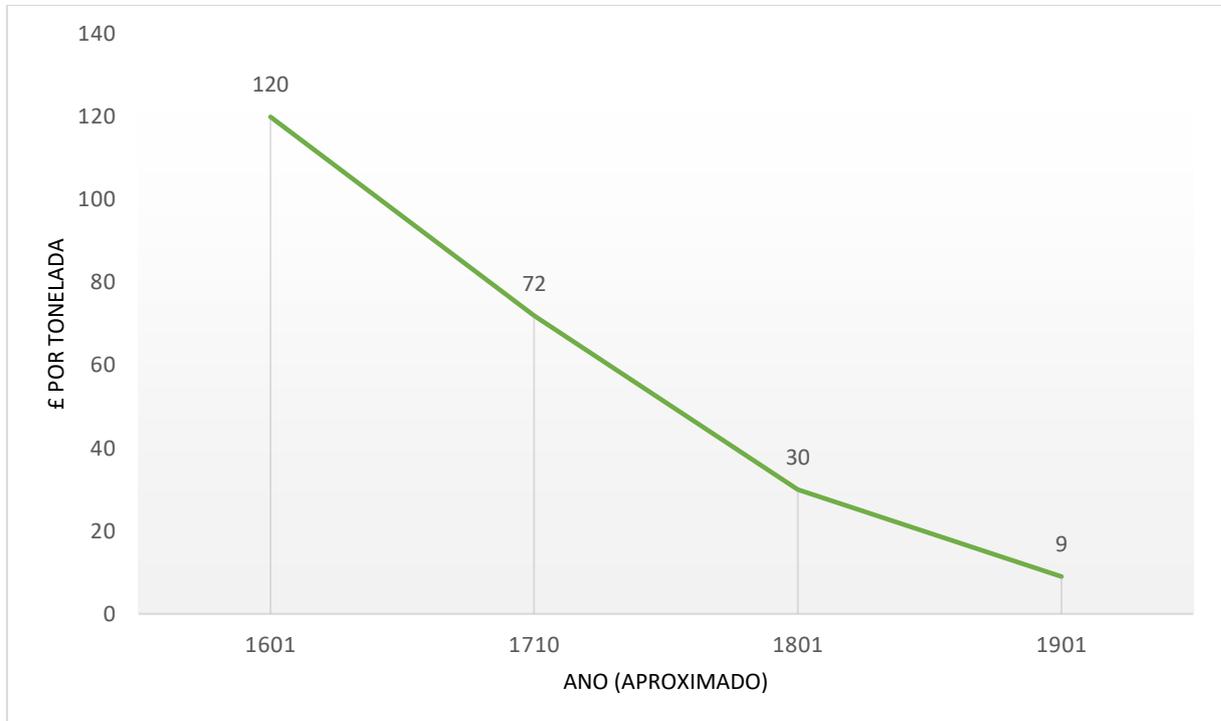
a partir de meados da década de 1870, o algodão sergipano sofreu grande revés, com a queda abrupta das exportações, motivada pelo retorno dos Estados Unidos ao mercado internacional do produto e pelo surgimento de novos produtores, representados pelas colônias da África e das Índias (SILVA, 2001, p. 14).

Silva (2001) explica ainda que esta reversão dos fluxos de exportações do algodão provocou uma retomada, no território sergipano, da produção de subsistência, da pecuária e da cana-de-açúcar nas áreas ocupadas pelo algodão na fase áurea de exportação do produto. Isso evidencia ainda mais a influência que a dinâmica do mercado internacional de produtos primários exercia sobre as economias periféricas.

Por sua vez, o açúcar, que no último quartel do século XIX recuperara o seu protagonismo no conjunto da economia sergipana, devido ao declínio do algodão, vinha experimentando diversos surtos de expansão e retração de demanda ao longo daquele século.

Em relação aos preços, contudo, observava-se um movimento secular e contínuo de redução nos mercados internacionais (Cano, 2007):

Gráfico 4 – Preços do açúcar no mercado internacional, 1601 – 1901 (em £ por tonelada)



Fonte: elaboração própria com base em CANO (2007)

O que se pretende ressaltar com esta análise descritiva é a dependência e vulnerabilidade da economia sergipana a dinâmicas exteriores ao seu próprio território, características típicas de economias periféricas. E a especificidade da economia sergipana, desde o momento histórico de povoamento do seu território, se manifestava pela dependência e vulnerabilidade não apenas às variações do comércio internacional, mas também em relação à dinâmica dos centros mais prósperos da economia brasileira. Sergipe constituía-se assim em uma periferia dentro da própria periferia do sistema capitalista.

Além destes fatores, destaca-se a heterogeneidade que se desenhava na estrutura produtiva sergipana a partir da sua inserção no complexo mercantil-exportador, após superada a sua condição de mera fornecedora de produtos de subsistência para os centros mais dinâmicos da economia nordestina.

O crescimento da agroindústria açucareira na economia de Sergipe, ocorrido principalmente no século XIX, e que inclusive teve papel determinante na sua emancipação política, propiciou uma acumulação de riqueza em setores ligados à exportação. Porém, as

variações de preço e demanda do produto no mercado internacional, especialmente naquele século, dificultaram um crescimento econômico da então província que pudesse equipará-la às aquelas economias onde a produção açucareira se desenvolveu com pelo menos dois séculos de antecedência, a exemplo de Bahia e Pernambuco.

A estes fatores, somam-se as características do setor exportador, que operando com técnicas mais modernas e produtividade mais elevada, não se integrava efetivamente ao restante das atividades – essencialmente de subsistência – o que poderia propiciar um efeito dinâmico no conjunto da economia. Ressalte-se ainda que a mão de obra empregada no plantio e colheita da cana, assim como nos engenhos de produção de açúcar, era basicamente de negros escravizados. Assim, a renda gerada em todo o processo de produção da economia canavieira era extremamente concentrada, o que impossibilitava o desenvolvimento de um mercado consumidor no âmbito interno, dada a monetização e demanda incipientes.

3.2 ADENTRANDO O SÉCULO XX: NOVAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Em fins do século XIX e início do século XX, a estrutura da economia sergipana se caracterizava pelo predomínio da agroindústria açucareira como principal geradora de riqueza, ainda que sem a pujança das décadas anteriores. O algodão, que conhecera expressivo crescimento no terceiro quartel do século XIX, havia entrado em um contínuo processo de atrofia. Todavia, Melo (2012) e Feitosa (2007) destacam que mesmo com este declínio, a cultura algodoeira teve importante função para o surgimento de determinado número de estabelecimentos industriais – notadamente têxteis – que se desenvolveram em Sergipe, desde fins do século XIX.

Tais estabelecimentos industriais vinculavam-se, em sua maioria, a casas comerciais, cujas atividades originais estavam ligadas a atividades de exportação e importação. No tocante especificamente à cultura algodoeira, sua importância para o desenvolvimento da indústria têxtil se vincula também “à disponibilidade local de matéria-prima, oferta de mão-de-obra barata, mercado para produtos de algodão, fontes adequadas de força motriz e disponibilidade de capital” (FEITOSA, 2007, p. 34).

Não se deve depreender, contudo, que o surgimento desta indústria em Sergipe significasse uma mudança qualitativa substancial na estrutura econômica do estado. Passos Subrinho (1987) explica que o panorama industrial de Sergipe por volta de 1920 mostrava como principal característica a fragilidade deste segmento produtivo. Isso se manifestava tanto no que se refere à força motriz e consumo de energia relativamente reduzidos dos estabelecimentos

industriais, quanto na predominância das indústrias de bens de consumo não duráveis, como têxtil e de alimentos:

salvo uma pequena produção de bens intermediários ligados à construção civil (cal, tijolos, telhas, madeiras, etc), (...) a produção se restringia ao setor de bens de consumo não duráveis. É conhecida a incapacidade desse setor de criar mercados próprios, vez que seus efeitos de encadeamento industrial, intra e inter-setoriais, são extremamente fracos. Assim sendo, para a expansão industrial, em Sergipe, fazia-se necessário a elevação da demanda interna por bens de consumo e/ou a conquista de mercados fora do Estado. As possibilidades de expansão da demanda interna por bens de consumo estavam limitadas pela estrutura fundiária, distribuição de renda e relações de produção vigentes, além da exígua urbanização (PASSOS SUBRINHO, 1987, p. 90).

Por sua vez, a agroindústria açucareira sergipana, embora fosse a mais destacada em número de usinas em todo o Brasil, contando com um total de 70 unidades em 1920 (30% das usinas brasileiras), respondia por apenas 4,8% do valor da produção nacional do açúcar naquele ano (Feitosa, 2007), reflexo do montante de capital investido na atividade (**Tabela 4**).

Tabela 4 – Brasil – Número de Usinas e Valor da Produção (1920)

Estados	Nº de Usinas	%	Capital Investido (1\$000)	%	Valor da Produção (1\$000)	%
Maranhão	1	0,4	81.400	0,0	57.440	0,0
Piauí	1	0,4	1.200.000	0,6	153.000	0,1
Ceará	1	0,4	1.000.000	0,5	70.500	0,0
Paraíba	2	0,9	2.194.224	1,0	2.996.467	1,4
Pernambuco	54	23,2	74.096.450	34,1	81.244.839	38,4
Alagoas	15	6,4	12.063.841	5,6	13.027.455	6,2
Sergipe	70	30,0	10.832.500	5,0	10.137.617	4,8
Bahia	20	8,6	23.112.196	10,6	18.853.420	8,9
Mato Grosso	6	2,6	2.958.000	1,4	1.347.044	0,6
Minas Gerais	5	2,1	5.260.000	2,4	6.746.204	3,2
Rio de Janeiro	42	18,0	57.752.792	26,6	52.784.603	25,0
Santa Catarina	2	0,9	631.000	0,3	437.400	0,2
Espírito Santo	2	0,9	3.950.000	1,8	676.240	0,3
São Paulo	12	5,2	21.991.700	10,1	22.962.346	10,9
Total	233	100,0	217.124.103	100,0	211.494.575	100,0

Fonte: FEITOSA (2007)

Embora os segmentos industriais dominantes em Sergipe não se caracterizassem pela alta capitalização e eficiência técnico-produtiva que se verificava em outros estados brasileiros,

configuravam-se como “ilhas” de modernidade produtiva em meio à predominância de atividades extensivas, arcaicas e de baixíssima produtividade na estrutura econômica sergipana. Adicionalmente, o baixo nível de demanda local, que se traduzia por um incipiente mercado consumidor, completava o cenário de atraso da economia do estado, que desde fins do século XVI figurava como retardatária e periférica em relação aos polos mais dinâmicos da economia nacional.

Foi com esta configuração estrutural que a economia sergipana adentrou o século XX, exprimindo alta sensibilidade e vulnerabilidade às alterações ocorridas na dinâmica das economias nacional e internacional. De um lado, o declínio dos preços do açúcar e da demanda pelo algodão brasileiro no mercado internacional incentivava os produtores sergipanos a buscarem mercados para os seus produtos dentro do próprio Brasil. De outro, o crescimento econômico, de base urbano-industrial, do Rio de Janeiro e de São Paulo, demandava cada vez mais produtos oriundos do Nordeste, reforçando este mesmo movimento dos exportadores sergipanos.

O reflexo destas transformações se traduz, para a economia sergipana, no destino das suas exportações (**Tabela 5**). Se no início da década de 1880 o mercado internacional absorvia 67,4% dos produtos exportados por Sergipe, em 1897 este índice cairia para apenas 16,5%, ficando o mercado nacional com 83,5% (Almeida, 1984). Em 1929, ano do *crash* da Bolsa de Nova York, que desencadearia a “Grande Depressão”, o mercado interno já era o destino de 96,3% das exportações de Sergipe (Nascimento, 2001).

Tabela 5 - Sergipe – Destino das Exportações, 1881 – 1929, anos selecionados (em %)

Ano	Mercados Nacionais (%)	Mercados Estrangeiros (%)
1881	32,6	67,4
1886	32,7	67,3
1897	83,5	16,5
1929	96,3	3,7

Fonte: elaboração própria com base em Almeida (1984) e Nascimento (2001).

À luz destes dados, podemos inclusive inferir, assim como destacou Nascimento (1994), que, apesar da magnitude da crise de 1929, a economia de Sergipe não sofreu diretamente o impacto da retração do nível de atividade que se verificou no comércio internacional, uma vez que a demanda por seus produtos de exportação em 1929 já era quase que totalmente interna.

Contudo, a dependência e vulnerabilidade da economia sergipana em relação à dinâmica de outros mercados se revestiria de novo significado a partir deste momento. À época da eclosão

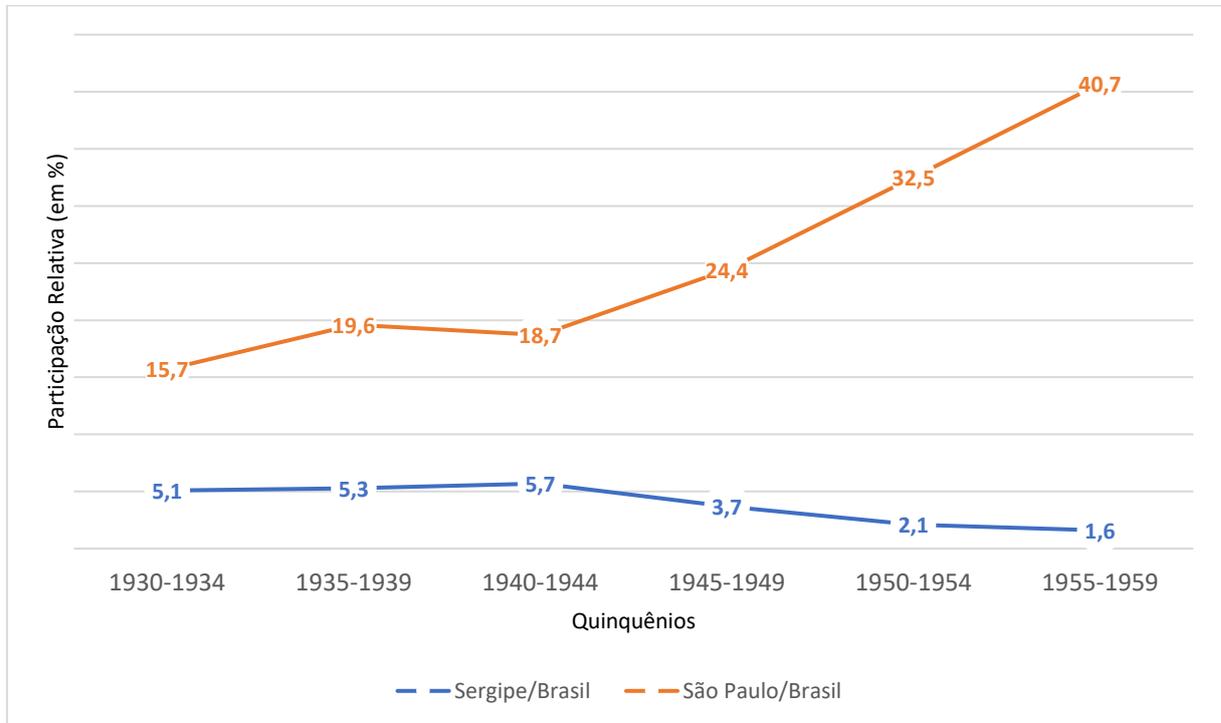
da referida crise, as exportações de açúcar e produtos têxteis eram a base da economia sergipana, se constituindo em suas principais fontes de receita fiscal (Nascimento, 2001). Assim, as exportações sergipanas direcionadas para os estados brasileiros de maior dinamismo econômico (este associado à demanda do mercado internacional), certamente foram afetadas pelos reflexos da grande crise sobre tais estados.

Entretanto, mais do que o declínio do nível de renda dos estados mais dinâmicos do Brasil à época, outros desdobramentos da crise de 1929 viriam a afetar a economia sergipana: a mudança do padrão de acumulação da economia brasileira – de primário-exportador para urbano-industrial – e o aprofundamento da diversificação produtiva do Sudeste, especialmente do estado de São Paulo. A entrada desta região no circuito produtor dos principais produtos exportados pelo Nordeste (Cano, 2007; Guimarães Neto, 1997) viria a afetar o comportamento da economia de Sergipe durante as décadas seguintes.

A mudança do centro dinâmico da economia brasileira e o acelerado processo de urbanização nos principais estados do Sudeste criavam uma pressão de demanda que cada vez mais era suprida principalmente pela crescente produção da própria região. O reflexo deste processo para a economia sergipana, no médio prazo e no longo prazo, foi sua perda de participação relativa no conjunto da produção brasileira.

A produção açucareira de São Paulo, por exemplo, experimentou um vertiginoso crescimento nos 30 anos que se seguiram à Grande Depressão, passando a suprir parte da demanda do próprio estado e regiões próximas, afetando assim as exportações dos estados nordestinos. Neste processo, a economia sergipana viu sua participação na produção açucareira do Brasil cair cerca de 68% de 1930 a 1959. Neste mesmo período, São Paulo aumentava sua participação em quase 260%, como pode ser visualizado no **Gráfico 5**:

Gráfico 5 – Sergipe e São Paulo, participação relativa na produção açucareira das usinas brasileiras, 1930 – 1959 (em %)

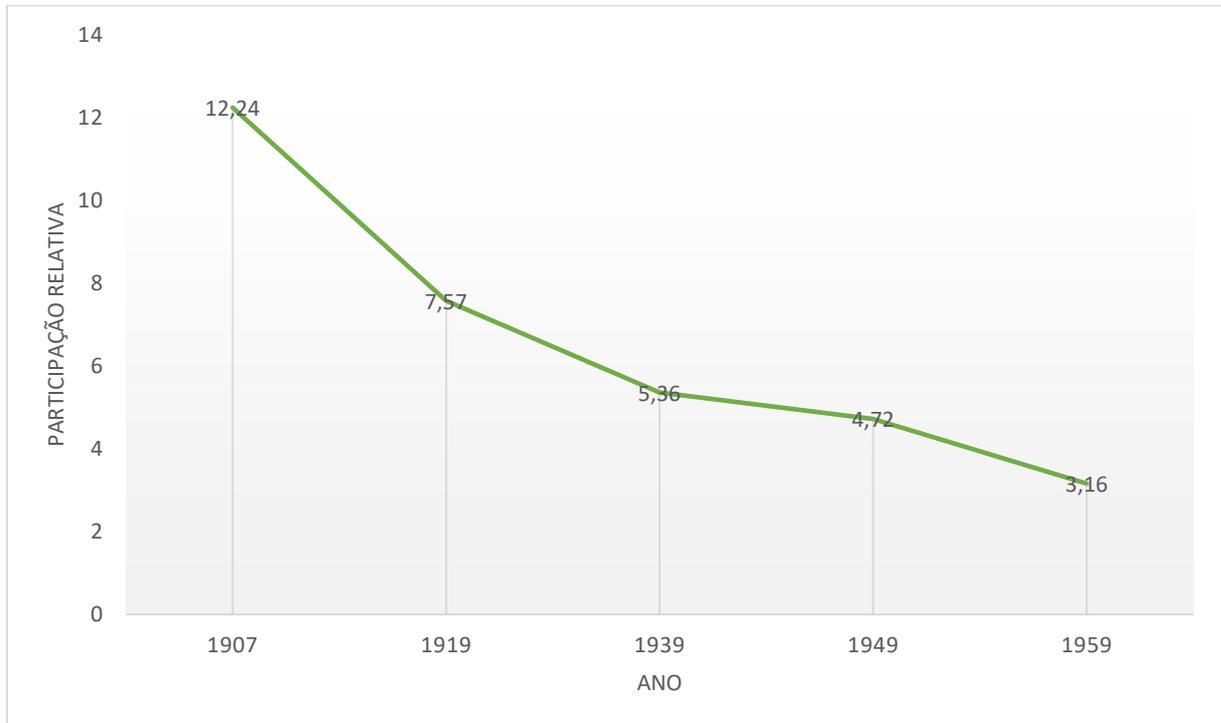


Fonte: elaboração própria com base em Nascimento (1994) e Feitosa (2007)

Guimarães Neto (1997) explica que, com o declínio dos preços e da demanda pelo algodão e pelo açúcar nos mercados internacionais desde fins do século XIX, os estados nordestinos passaram a buscar mercado para suas exportações dentro do próprio Brasil, o que deu início a um processo de “articulação comercial” da economia brasileira. Como visto, no médio prazo e no longo prazo este processo favoreceu principalmente o crescimento da região Sudeste, em detrimento dos estados nordestinos, que, de uma forma geral, perderam participação na produção e na geração de renda da economia brasileira.

No caso específico da economia sergipana, entretanto, este declínio se manifestou não apenas em relação à economia brasileira – como no caso da produção açucareira – mas inclusive em relação ao próprio Nordeste. De 1907 a 1959, a participação da indústria de Sergipe no Valor da Produção da Indústria de Transformação da região Nordeste registrou uma redução aproximada de 74% (**Gráfico 6**).

Gráfico 6 – Sergipe, Participação no Valor da Produção da Indústria de Transformação do Nordeste, 1907 – 1959 anos selecionados (em %)

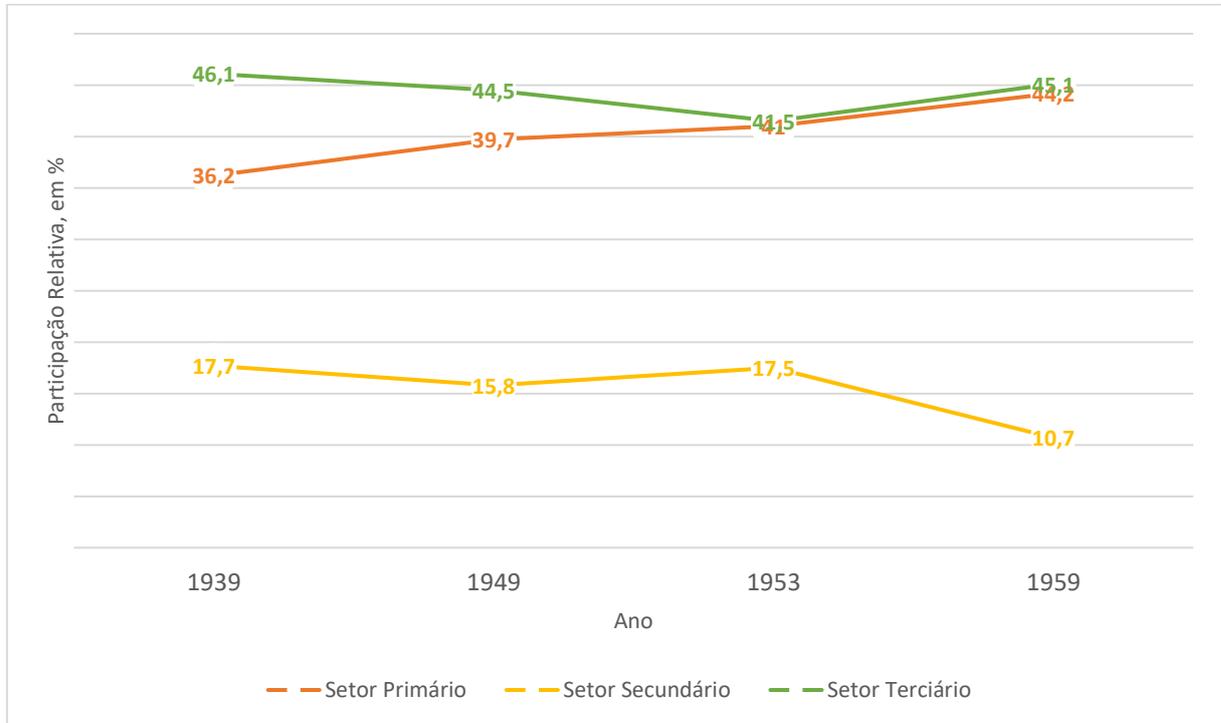


Fonte: elaboração própria com base em FEITOSA (2007)

Constata-se, desta forma, que o atraso relativo da economia sergipana e sua vulnerabilidade às transformações de outros centros econômicos – algo que lhe foi característico desde o início da exploração econômica do seu território, em fins do século XVI – ainda era patente em plena década de 1950. Mesmo com o desenvolvimento de atividades industriais, de maior produtividade e com maior possibilidade de elevar o nível de renda da economia, Sergipe aprofundou sua condição de economia periférica, inclusive em relação à região Nordeste.

Em adição a este quadro de regressão da participação da produção sergipana em relação ao Nordeste e ao Brasil, o próprio comportamento do setor industrial do estado sinalizava um processo de atrofia da economia do estado. O setor secundário, que possui maior capacidade de estabelecer efeitos de encadeamento setoriais e detém maior potencial de elevar o nível de produtividade, e conseqüentemente de renda, participava cada vez menos da geração da renda interna da economia sergipana (**Gráfico 7**).

Gráfico 7 – Sergipe – Evolução da Renda Interna segundo macrossetores, 1939 – 1959, anos selecionados (em %)



Fonte: elaboração própria com base em NASCIMENTO (1994)

Na outra ponta, o declínio da rentabilidade da produção açucareira – frente à concorrência de outras regiões – estimulava os produtores sergipanos a voltarem-se para atividades que demandassem menos investimento. Desta forma, a atividade da pecuária extensiva, cuja produtividade e possibilidade de geração de riqueza eram significativamente reduzidas, passou a ocupar espaços outrora destinados à produção dos cultivos de exportação, aumentando sua área de abrangência de 13,4% em 1940 para 50,1% em 1960 (Santos, 1991 *apud* Feitosa, 2007).

Este foi o panorama geral da estrutura econômica sergipana desde o início da ocupação do território até a década de 1950. Não se pretendeu aqui reescrever a formação econômica de Sergipe, trabalho já realizado de forma mais abrangente pelos autores cujos escritos embasam esta seção. O objetivo foi situar a inserção da economia sergipana no modelo Centro-Periferia, e, principalmente, ressaltar seus aspectos de heterogeneidade, dependência e vulnerabilidade às variações ocorridas em economias centrais, fossem estas situadas no mercado externo ou no âmbito da própria economia brasileira.

A partir da década de 1960, sob os auspícios da atuação do Estado, a economia sergipana passaria por algumas transformações estruturais importantes, especialmente com o desenvolvimento da sua indústria de bens intermediários. É sobre este processo que trataremos na próxima seção.

3.3 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MUDANÇA ESTRUTURAL NA ECONOMIA SERGIPANA

3.3.1 O auge da atividade industrial em Sergipe: o período de 1960 a 1985

Esta subseção tem por objetivo descrever sucintamente as transformações ocorridas na estrutura produtiva do estado de Sergipe no período 1960 a 1985, além de ressaltar aspectos da inserção periférica da economia sergipana na estrutura Centro-Periferia da economia nacional. Não se pretende, portanto, realizar uma análise aprofundada das transformações econômicas que se processaram no referido período. Apenas busca-se aqui traçar um panorama das principais modificações estruturais ocorridas, especialmente no que diz respeito à participação dos macrossetores – Agropecuária, Indústria e Serviços – no conjunto da economia do estado.

O contexto econômico brasileiro dos anos 1950 é profundamente marcado pela influência da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), através do seu principal expoente no pensamento econômico brasileiro da época, Celso Furtado. Sob a influência das ideias desenvolvidas na CEPAL, especialmente no que concerne às técnicas de planejamento voltadas para o desenvolvimento econômico, tendo por base a industrialização, o governo brasileiro instituiu em 1953, o Grupo Misto CEPAL-BNDE.

Presidido por Celso Furtado e tendo atuação destacada na década de 1950, este grupo é considerado um dos pilares do planejamento econômico no Brasil, além de ter sido essencial na elaboração e execução do Plano de Metas, do governo Juscelino Kubitschek, na segunda metade da década de 1950.

Embora desde a década de 1930, com as políticas cambiais e de compra de excedentes de café como resposta à crise de 1929, já se percebesse uma destacada atuação intervencionista do Estado brasileiro na economia, é na década de 1950 que adquire importância a ideia de planejamento econômico. Ou seja, a persecução do desenvolvimento econômico deveria estar fundamentada na elaboração de análises e diagnósticos e no estabelecimento de metas e estratégias para atingi-lo.

Neste processo, caberia ao Estado a função primordial de elaborar e empreender políticas públicas de estímulo ao crescimento econômico, principalmente baseado no desenvolvimento industrial.

Este ponto de inflexão na trajetória econômica do país configurava-se então como uma conjugação das políticas desenvolvimentistas empreendidas pelo governo brasileiro desde as décadas anteriores e a teoria do subdesenvolvimento dos estruturalistas cepalinos. Foi nesta perspectiva que em 1959, ainda no governo Juscelino Kubitschek, Celso Furtado criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), redigindo o documento “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”.

Constituindo-se numa análise histórico-estrutural do complexo econômico nordestino, o documento identificava os principais atavismos a serem superados para que a região atingisse o nível de desenvolvimento econômico e renda *per capita* então apresentados pelos centros mais dinâmicos do país. Em resumo, propunha duas linhas de ação para a consecução de tais objetivos: i) uma de intervenção no espaço rural, visando a aumentar a elasticidade da oferta de alimentos na zona da mata, a produtividade agrícola do semiárido e o deslocamento da fronteira agrícola da região para o noroeste; e ii) aumentar os investimentos industriais no Nordeste, buscando expandir a produção manufatureira e conseqüentemente elevar o nível de renda *per capita* da região.

Considerando os objetivos do nosso trabalho, concentremos atenção nos aspectos relacionados à indústria, e seus reflexos na economia sergipana. Com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – ainda em 1959, estavam lançadas as bases para que a região recebesse os investimentos industriais propugnados pelo GTDN. Na primeira metade da década de 1960, a SUDENE lançaria os planos diretores que norteavam a atuação da superintendência, com o mecanismo 34/18, o qual estabelecia as diretrizes para a oferta de incentivos fiscais com o objetivo de atrair empresas privadas, principalmente industriais, do Centro-Sul para o Nordeste.

Conforme visto na seção anterior, na década de 1950 a economia sergipana ainda era fortemente marcada pelas atividades agropecuárias, inclusive com uma tendência de expansão da pecuária extensiva em detrimento dos cultivos de exportação. No que respeita à indústria, as atividades desenvolvidas no estado eram principalmente de bens de consumo não-duráveis, nos quais se sobressaíam os produtos alimentares e os têxteis.

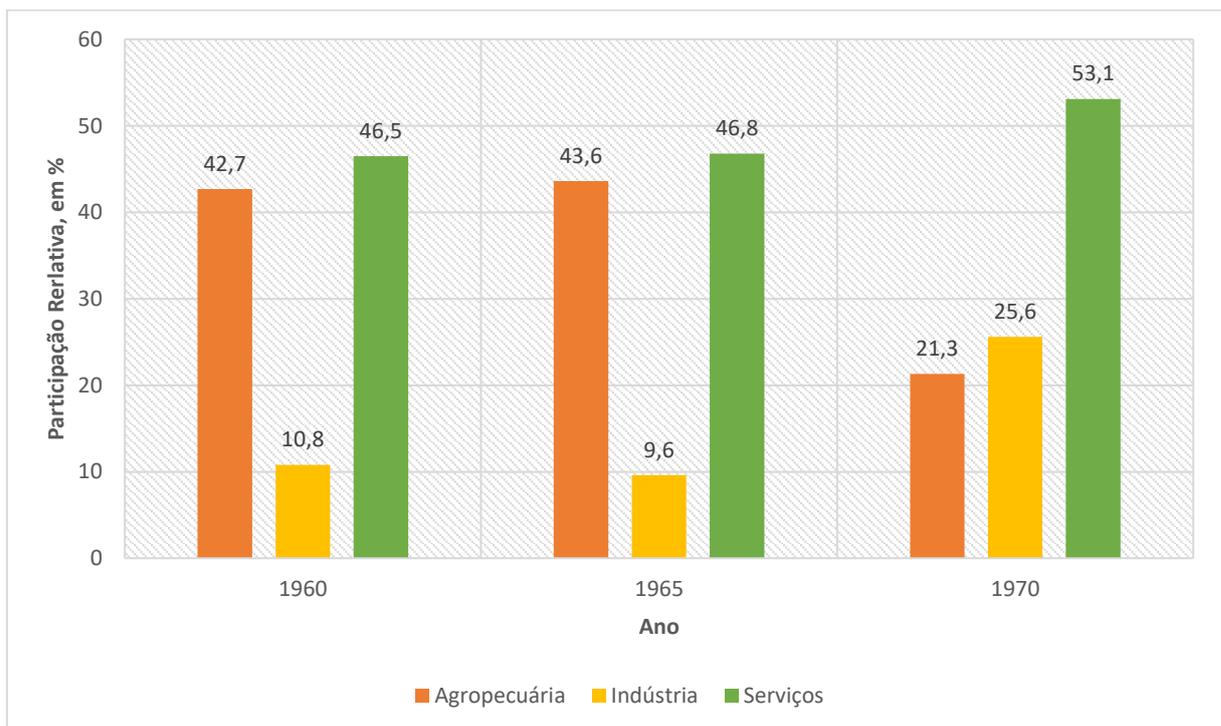
Este cenário começaria a se alterar em fins da década de 1950. Em 1959, a Petrobrás inicia a prospecção de petróleo no estado, no município de Carmópolis, o qual se constitui até

hoje no maior poço terrestre de todo o país. Em 1963, a companhia instala-se definitivamente em Sergipe, iniciando também a prospecção de gás natural na bacia sedimentar (Melo, 2012).

A combinação da atuação da SUDENE, através dos incentivos associados ao mecanismo 34/18, e o desenvolvimento da indústria extrativa, com a atuação da Petrobrás, começa a alterar a feição econômica de Sergipe na década de 1960. A partir de então, delineia-se de forma mais nítida a existência de aspectos de heterogeneidade na estrutura produtiva do estado, com o desenvolvimento de um setor industrial mais moderno, intensivo em capital e cuja capacidade de geração de riqueza destoava do restante da economia.

Nos anos seguintes, com a combinação dos fatores supracitados, o setor industrial começa a adquirir maior importância na estrutura produtiva sergipana (**Gráfico 8**).

Gráfico 8 – Sergipe – Evolução da Participação dos Macrossetores no PIB, 1960 a 1970 (em %)



Fonte: elaboração própria com base em FEITOSA (2007)

O **Gráfico 8** demonstra o rápido crescimento do setor industrial, que em um período de 10 anos elevou em 137% a sua participação relativa no conjunto da economia sergipana, enquanto o setor terciário aumentou em apenas 14%, e o setor primário regrediu em cerca de 50%. Evidencia-se, portanto, o impacto das políticas industriais de cunho desenvolvimentista empreendidas no período, dada a alteração significativa que se processou na estrutura produtiva do estado.

A partir da década de 1970, a indústria sergipana viria a conhecer um desenvolvimento ainda mais acelerado, novamente incentivado pela adoção de políticas industriais coordenadas pelo governo federal, as quais foram estimuladas por transformações relevantes ocorridas na economia mundial naquele contexto histórico.

Em 1973, a crise do petróleo promoveu uma forte elevação dos preços do produto, o qual respondia por parte significativa das importações brasileiras na época. Ocasionalmente assim uma forte pressão sobre o balanço de pagamentos, dada a elevação dos custos das importações.

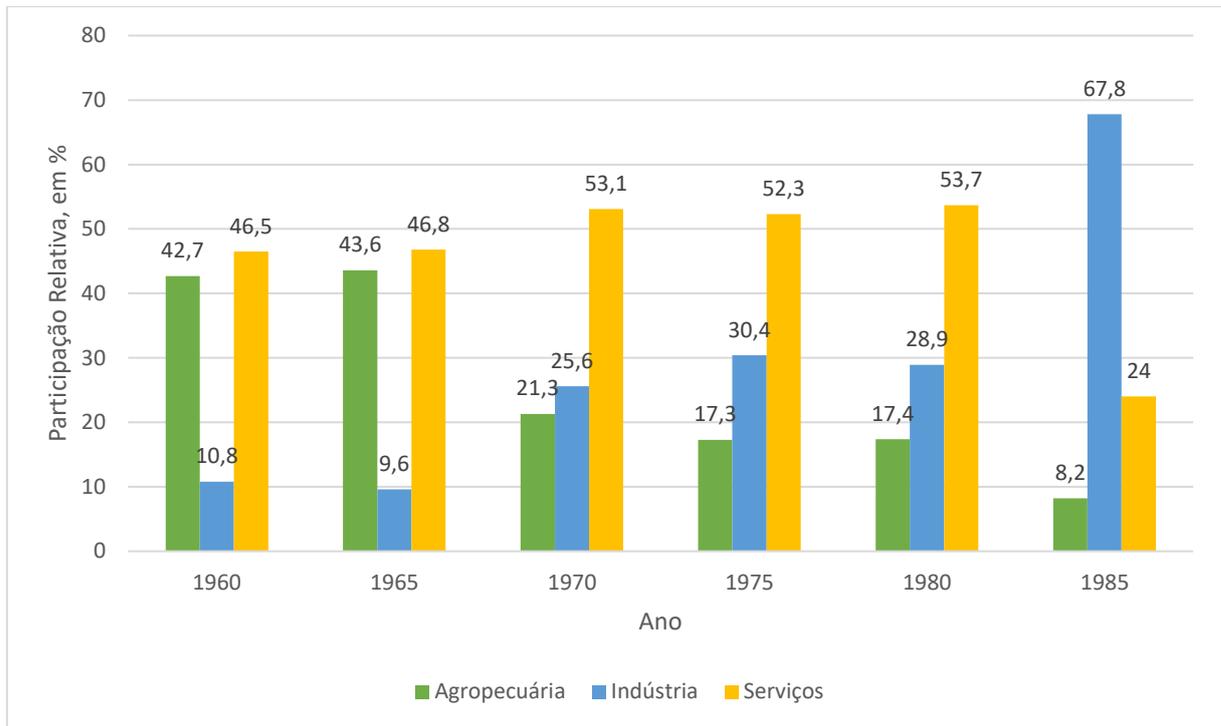
Visando reduzir a dependência dos insumos importados, assim como aprofundar o processo de industrialização do país, o governo lança em 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento. As ações do II PND visavam a uma alteração na estrutura econômica brasileira, e os investimentos deveriam contemplar principalmente as indústrias de bens de capital, eletrônica, insumos básicos e atividades agropecuárias (Ferreira, 2021)

No que concerne à economia de Sergipe, na prática os investimentos do II PND se traduziram pela ampliação dos projetos industriais, relacionados ao setor extrativo: em 1977, foi criada a Petrobrás Mineração S/A (Petromisa), responsável pela pioneira exploração de cloreto de potássio no país; em 1978, iniciou-se a exploração de petróleo e gás natural no campo de Guaricema; em 1982, foi construída a Unidade de Processamento de Petróleo e Gás Natural (UPGN), no Terminal Marítimo de Carmópolis (TECARMO); e em 1983, foi criada a FAFEN – Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Melo, 2012).

Paralelo a este processo, o governo promoveu uma reformulação dos mecanismos de incentivos fiscais da SUDENE, instituindo em 1974 o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). Desta forma, visava-se a ampliar a instalação no Nordeste de indústrias privadas oriundas dos centros mais dinâmicos, assim como ampliar a capacidade produtiva daquelas empresas já instaladas na região.

Os efeitos combinados do II Plano Nacional de Desenvolvimento e do sistema FINOR, traduziram-se por uma significativa expansão do setor industrial na estrutura produtiva sergipana nos 10 anos seguintes, alterando substancialmente a participação dos macrossetores no Produto Interno Bruto do estado, se comparado ao início dos anos 1960, conforme pode ser visto no **Gráfico 9**.

Gráfico 9 – Sergipe – Evolução da Participação Relativa dos Macrossetores no PIB, 1960 a 1985 (em %)



Fonte: elaboração própria com base em FEITOSA (2007)

Os impactos desta mudança estrutural se refletiram na forte expansão do produto interno bruto sergipano, que ao longo das décadas de 1970 e 1980 cresceu a taxas superiores tanto em relação à região nordestina quanto à economia brasileira como um todo.

Tabela 6 – Brasil, Nordeste e Sergipe – Taxas de Crescimento do Produto Interno Bruto, 1970 a 1980 (em % aa)

Anos/Períodos	Brasil	Nordeste	Sergipe
1970-1973	12,4	13,9	17,2
1974-1980	7,0	6,6	7,4
1981-1984	-0,3	3,5	4,4
1985-1989	4,4	4,2	5,7

Fonte: adaptado de MELO (2012)

Apesar do intenso crescimento industrial que se processou na economia sergipana naquele período, fazem-se necessárias algumas ponderações. Por um lado, conforme salienta Melo (2012), o peso expressivo do setor industrial na economia do estado devia-se principalmente ao setor petrolífero, o qual dependia da atuação estatal, através da Petrobrás. Por outro, a implantação e ampliação de empresas industriais promovidas pelos sistemas 34/18/FINOR contemplou principalmente indústrias do segmento de bens de consumo não-

duráveis (Feitosa, 2007), logo, tratavam-se, em sua maioria, de indústrias tradicionais, pouco intensivas em capital e de baixo conteúdo tecnológico.

Desta forma, é fato que houve uma modernização da estrutura produtiva do estado no período, uma vez que as atividades industriais caracterizavam-se por superioridade tecnológica e maior produtividade em relação aos serviços, e principalmente à agropecuária. Contudo, havia a concentração de significativa parcela do PIB do estado associada ao setor petrolífero, o qual, por sua vez, poderia eventualmente refletir efeitos de mudanças nas políticas de investimento da Petrobrás (Melo, 2012), ou mesmo de variações do mercado internacional do produto.

No tocante à expansão do setor industrial privado, dada a predominância de indústrias tradicionais, de bens de consumo não-duráveis, havia uma tendência de geração de um maior número de empregos, se comparado à indústria extrativa. Todavia, a baixa intensividade em capital e tecnologia estabelecia uma reduzida tendência do setor em criar efeitos dinâmicos na estrutura produtiva do estado, com efeitos de encadeamento sendo mais rarefeitos e os níveis de rendimento associados às atividades sendo relativamente menores que no setor extrativo.

Embora não esteja no escopo da pesquisa mensurar a produtividade setorial da economia sergipana neste período, pode-se depreender que a estrutura produtiva do estado se caracterizava pela existência de heterogeneidade estrutural, com assimetrias produtivas entre os grandes setores econômicos, mas também no interior destes, especialmente no industrial.

Ao mesmo tempo, ainda que tenha havido forte expansão do setor industrial, com correspondentes impactos no crescimento econômico, a dependência dos investimentos públicos associados ao setor extrativo, introduzia um novo elemento de vulnerabilidade à economia do estado. No contexto brasileiro da época, marcado desde fins dos anos 1970 por instabilidades macroeconômicas, este era um risco nada desprezível, conforme se verá adiante.

3.4 A DECADÊNCIA DAS POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS E A NOVA DOMINÂNCIA DA CONCEPÇÃO LIBERAL: O PERÍODO DE 1985 A 2000

Após o longo ciclo de crescimento do pós-Guerra – que teve na indústria o setor determinante para o crescimento – a economia brasileira enfrentou a partir do fim dos anos 1970 fortes instabilidades macroeconômicas, estimuladas por eventos ocorridos na economia internacional. O segundo choque do petróleo, em 1979, acarretou uma elevação dos custos das importações, impactando no balanço de pagamentos do Brasil. Em seguida, a elevação dos juros internacionais refletiu-se no aumento do serviço da dívida externa, deteriorando a situação fiscal do governo brasileiro (Ferreira, 2021).

Nos anos seguintes, instalou-se no país uma crise que combinou retração no nível de atividade, aumento da dívida externa e escalada inflacionária. Neste contexto, com a dificuldade do estado brasileiro para financiar projetos de desenvolvimento, a atividade industrial começa a perder importância relativa no conjunto da economia, tendência que se propagará para a década seguinte. Para efeito de exemplificação: a indústria de transformação assume uma trajetória descendente, reduzindo sua participação no PIB de 32,1% em 1986 para 19,7% em 1998 (Feijó *et al*, 2005).

Em fins da década de 1980, uma série de medidas econômicas, recomendadas pelos países centrais – especialmente os EUA – às nações subdesenvolvidas e fundadas teoricamente na ortodoxia liberal e neoclássica e sua defesa de mercados autorregulados (Bresser-Pereira, 2015), constituiu o chamado “Consenso de Washington”. Tais medidas podem ser sintetizadas “na eliminação de todas as barreiras à livre movimentação do capital estrangeiro, na liberalização comercial, na redução da capacidade operacional e de intervenção do Estado no domínio econômico e na desregulamentação geral da economia” (MERCADANTE, 2005, p. 23).

Estas ideias tiveram forte adesão no Brasil, primeiro com o Governo Fernando Collor, de 1990 a 1992, depois com a atuação de Fernando Henrique Cardoso à frente do Ministério da Fazenda (1993-1994) e como presidente da República (1995-2002). Assim, a economia brasileira, que vinha de décadas de forte intervenção do Estado, passa neste período por importantes transformações, sendo a política de privatização de empresas estatais e o abandono das políticas industriais algumas das mais importantes.

Um dos principais elementos indicados pelo Consenso de Washington como necessário à modernização e incremento do crescimento econômico das nações em desenvolvimento era a disciplina fiscal. Os governos deveriam “sanear” as contas públicas, reduzindo seus investimentos em setores produtivos e procurando dedicar-se somente às áreas de serviços como Saúde, Educação e Segurança Pública.

Ao mesmo tempo, no contexto brasileiro dos anos 1990, a ortodoxia econômica identificava no endividamento do Estado a principal causa do processo inflacionário. Somados ambos os pressupostos, a equipe econômica do ministro e depois presidente Fernando Henrique Cardoso tinha as referências necessárias para justificar um vigoroso processo de ajuste fiscal.

Este ajuste, iniciado ainda na primeira fase do Plano Real, com a criação do Fundo Social de Emergência, em 1993, foi significativamente ampliado nos anos seguintes, com o governo reduzindo gastos públicos e evitando financiar quaisquer projetos que visassem à

ampliação da capacidade produtiva da economia. A concepção ortodoxa de que o mercado é o alocador ótimo dos recursos econômicos foi o norte da relação Estado/Economia neste período.

Paralelamente, sob o argumento da suposta ineficiência das empresas públicas, o governo empreendeu um amplo programa de privatização de empresas estatais. Grandes empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce, que haviam sido a base do processo de industrialização brasileira, responsável pelas mais altas taxas de crescimento econômico já registradas no país, foram alienadas para o capital estrangeiro.

No tocante à política industrial, prevalecia também a concepção ortodoxa de que políticas que visem a elevar o crescimento econômico devem ser do tipo “horizontais”, sem priorizar setores específicos, especialmente o industrial. Seguindo tais orientações teóricas, o governo FHC, através do seu Ministério da Fazenda, vetava qualquer iniciativa de política industrial, mesmo quando ações isoladas de outros ministérios, a exemplo do “Fórum de Competitividade”, promovido pelo Ministério da Indústria e Comércio Exterior, em 1999, buscava fazer algo, timidamente, neste sentido (Cano e Silva, 2010).

Estas diretrizes de negação da necessidade de implementação de uma política industrial para a economia brasileira estiveram vigentes durante toda a década de 1990, e, aliadas à política de privatizações e à política macroeconômica do Plano Real, debilitaram ainda mais o setor industrial brasileiro. Nos cinco primeiros anos de vigência do plano, a participação da indústria na composição do PIB nacional passou de 35,4%, em 1994, para 31,1%, em 1998 (Lacerda et al, 2006).

Os desdobramentos macroeconômicos do Plano Real, com a adoção de uma política monetária restritiva, desestatização de grandes empresas e queda no investimento do setor público consolidou o triunfo da dominância liberal em matéria de política econômica e da ação do estado na economia. O ciclo desenvolvimentista, cujo principal legado foi a transformação de um país primário-exportador em uma das grandes economias de base industrial, perdera fôlego desde o início dos anos 1980 e encerrava-se definitivamente com as políticas neoliberais da década de 1990.

O estado de Sergipe não passou incólume a este cenário de regressão da concepção desenvolvimentista e novo domínio do pensamento liberal. De uma forma geral, a economia sergipana acompanhou o movimento da economia brasileira, especialmente no tocante ao papel desempenhado pelo estado na promoção do crescimento econômico. Os grandes projetos que visavam à estruturação de uma economia industrial, com a implantação de várias unidades de indústrias de bens intermediários, como ocorrera com os investimentos associados ao II Plano

Nacional de Desenvolvimento, também esvaíram-se em Sergipe já a partir de meados da década de 1980.

Como reflexo da mudança de orientação da política econômica nacional, também em Sergipe as políticas desenvolvimentistas foram suplantadas pelas políticas de cunho liberal. Neste contexto, a guerra fiscal travada entre os diversos estados da federação na busca por atração de investimentos empresariais se converteu no principal vetor de incentivo à implantação de unidades industriais em Sergipe na década de 1990.

Tavares (2013) explica que o início do fenômeno da guerra fiscal remonta à criação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICM –, com a implantação da reforma tributária de 1965, no auge, portanto, do período desenvolvimentista. Contudo, é a partir da extinção dos projetos de desenvolvimento regional e a nova ascensão das ideias liberais, na década de 1990, que este processo se intensifica. O planejamento e a intervenção estatal são abandonados em detrimento da concepção liberal, segundo a qual os estados deveriam atuar em ambiente de concorrência, oferecendo subsídios para atrair os investimentos empresariais privados.

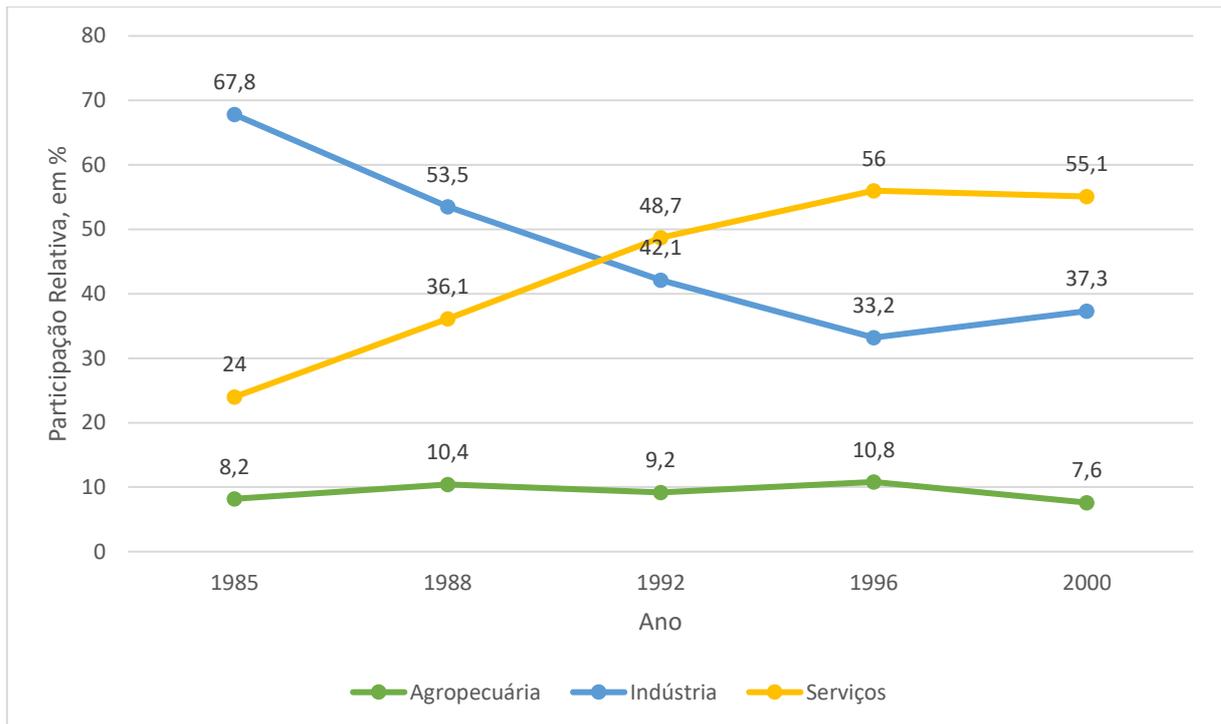
Ressalte-se que esta mudança de orientação do estado em relação à importância do setor industrial constitui-se em novo fator de vulnerabilidade não apenas para a economia sergipana, como também para todos os estados dependentes de investimentos externos para ampliar ou modernizar seus parques industriais e elevar o nível de emprego de suas populações. Conforme salienta Cardozo (2010), a guerra fiscal insere-se em um movimento mais amplo da lógica do próprio capital, que, ao buscar maior valorização, transfere suas plantas e tecnologias de acordo com as melhores oportunidades de lucratividade, não havendo, portanto, nenhum compromisso com o desenvolvimento econômico de longo prazo dos estados que recebem os investimentos.

É neste contexto que é criado em Sergipe, na primeira metade dos anos 1990, o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI –, “com o propósito de incentivar e estimular o desenvolvimento socioeconômico estadual, mediante a concessão de apoio financeiro, creditício, locacional, e/ou fiscal a empreendimentos da iniciativa privada” (Feitosa, 2007, p. 1).

Tendo se constituído na principal política de matriz industrial na economia sergipana desde o final da década de 1980, o PSDI contribuiu para a expansão das atividades industriais no estado. Contudo, somente a partir de fins da década de 1990, as empresas industriais beneficiadas pelos incentivos começaram a ser implantadas com maior frequência no território sergipano. Das 195 unidades implantadas de 1992 a 2005, apenas 49 instalaram-se até 1999 (Feitosa, 2007).

Assim, até o fim da década de 1990, com o declínio da indústria extrativa e o lento crescimento das empresas industriais privadas, a estrutura produtiva sergipana caracterizava-se por uma tendência de declínio de participação do setor industrial, enquanto o setor de serviços experimentava considerável expansão (**Gráfico 10**).

Gráfico 10 – Sergipe – Participação dos Macrossetores na constituição do PIB do estado, 1985 a 2000, anos selecionados (em %)



FONTE: elaboração própria com base em CEPLAN (2005)

Esta configuração estrutural, caracterizada por uma tendência de declínio do setor industrial e elevação dos serviços encerrou o século XX da economia sergipana. À semelhança do que ocorrera com os investimentos industriais associados aos mecanismos do 34/18/FINOR, em sua maioria, as empresas atraídas pelos incentivos do PSDI se constituíam em indústrias tradicionais, principalmente de bens de consumo não-duráveis. Desta forma, na dimensão intrassetorial havia também uma tendência de fragilização da indústria do estado.

4 O DESEMPENHO DO SETOR INDUSTRIAL SERGIPANO NO PERÍODO DE 2002 A 2019

4.1 A CONTRIBUIÇÃO DA INDÚSTRIA SERGIPANA AO VALOR ADICIONADO BRUTO DO ESTADO

Este capítulo tem por objetivo analisar o comportamento do setor industrial na estrutura produtiva da economia sergipana, de 2002 a 2019. A análise será feita com base na estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) ao PIB do estado, observando-se as contribuições dos macrossetores – Agropecuária, Indústria e Serviços – à produção da riqueza sergipana e as correspondentes variações ao longo das duas primeiras décadas do século XXI.

Os dados do Valor Adicionado Bruto foram obtidos através da Tabela Sinóptica nº 07 “Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto, Brasil, Grandes Regiões e Unidade da Federação – 2002 a 2019”, do grupo de tabelas especiais do Sistema de Contas Regionais do IBGE.

Considerando o referencial teórico-metodológico adotado no trabalho, a economia sergipana é analisada a partir da sua inserção no sistema Centro-Periferia da economia brasileira. Busca-se, portanto, além de descrever a trajetória dos macrossetores no período em análise, identificar os fatores externos que influenciaram nesta trajetória, especialmente no que diz respeito ao setor industrial. Em razão disto, foram analisados dados do valor adicionado bruto de Sergipe, do Brasil e do Nordeste, com eventuais comparações entres estas diferentes unidades territoriais.

Embora, a rigor, as duas primeiras décadas do século XXI se estendam de 2001 a 2020, o recorte temporal adotado no trabalho procura se adequar à disponibilidade de dados, os quais são basicamente oriundos dos Sistemas de Contas Nacionais e Regionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O IBGE procedeu, em 2007, a uma revisão da metodologia de estimação do Valor Adicionado Bruto, passando a utilizar 2002 como novo ano de referência. Com a nova metodologia, as tabelas das novas séries dos Sistemas de Contas Nacionais e Regionais passaram a ser divulgadas tendo como primeiro ano 2002.

O instituto explica que “a retopolação de uma série de contas, a partir de um novo ano de referência, incorpora, nos cálculos dos agregados, a nova estrutura de pesos das atividades econômicas” (IBGE, Nota Metodológica nº 26). Em razão disto, alguns setores econômicos aparecem com pesos e contribuições ao VAB bastante discrepantes se compararmos a série

antiga – que tinha como base o ano de 1985 – à série com referência em 2002. A título de exemplo, nas duas séries – referência em 1985 e em 2002 – a contribuição do setor industrial sergipano ao VAB do estado no ano de 2002 aparece, respectivamente, com 51,6% e 32,1%.

Prezando-se pela uniformidade e possibilidade de estabelecer uma trajetória do setor industrial mais próxima do movimento real, optou-se aqui por não incorporar à análise os dados referentes ao ano de 2001 – disponíveis apenas na série com referência em 1985 – e utilizar-se somente dos dados da série com início em 2002.

Em relação ao fim da série, a opção pelo ano de 2019, e não 2020, justifica-se pelo conjunto da pesquisa, que será constituída pela análise do comportamento do setor industrial e da produtividade dos macrossetores. Esta será obtida pela razão entre o Valor Adicionado Bruto e o Pessoal Ocupado em cada setor. Os dados de pessoal a serem utilizados são oriundos: da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio (PNAD), de 2002 a 2015 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), a partir de 2016, cujo último ano disponível, até o momento de realização desta pesquisa, é 2019.

Como a análise da heterogeneidade estrutural será feita considerando o pressuposto de maior relevância do setor industrial para o crescimento econômico, e a produtividade do trabalho só poderá ser calculada até o último ano com dados de pessoal ocupado disponível – 2019 – optou-se por restringir a análise do setor industrial também somente até este ano. Assim, tanto a análise da trajetória da indústria sergipana quanto do comportamento da produtividade do trabalho nos três setores – Agropecuária, Indústria e Serviços – será feita de 2002 a 2019.

Para verificação do comportamento de ambos os elementos – indústria e produtividade – ao longo do período considerado, procedeu-se, primeiramente, a um processo de deflacionamento do Valor Adicionado Bruto, tomando como referência o ano de 2019. Como o Valor Adicionado reflete a produção de bens e serviços de toda a economia, optou-se por utilizar como índice de preços o deflator implícito do PIB nacional, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

Segundo o IPEA, “o deflator implícito do PIB é o indicador que mede a variação média dos preços de todos os bens e serviços produzidos internamente, de um período em relação aos preços do ano anterior. É calculado como a razão entre o PIB Nominal e o PIB Real” (IPEA, 2022). Por se tratar de uma série histórica de quase duas décadas, o deflacionamento foi feito tomando por base o ano de 2019, para que os valores correntes (nominais) a serem transformados em constantes (reais) refletissem os preços do ano mais recente, podendo assim captar mais fidedignamente a magnitude do VAB e da produtividade do trabalho.

O processo de deflacionamento consistiu em transformar o índice de preços escolhido (deflator implícito do PIB) em fator de deflacionamento. Em seguida, dividiu-se o valor nominal do VAB de cada ano, tomando como referência 2019, pelo fator de deflacionamento. Assim obteve-se o valor real do VAB, a preços de 2019. O resultado deste processo está disposto no **Tabela 7**:

Tabela 7 – Sergipe – Valor Adicionado Bruto, a preços correntes e constantes de 2019 – de 2002 a 2019 (em R\$ milhões)

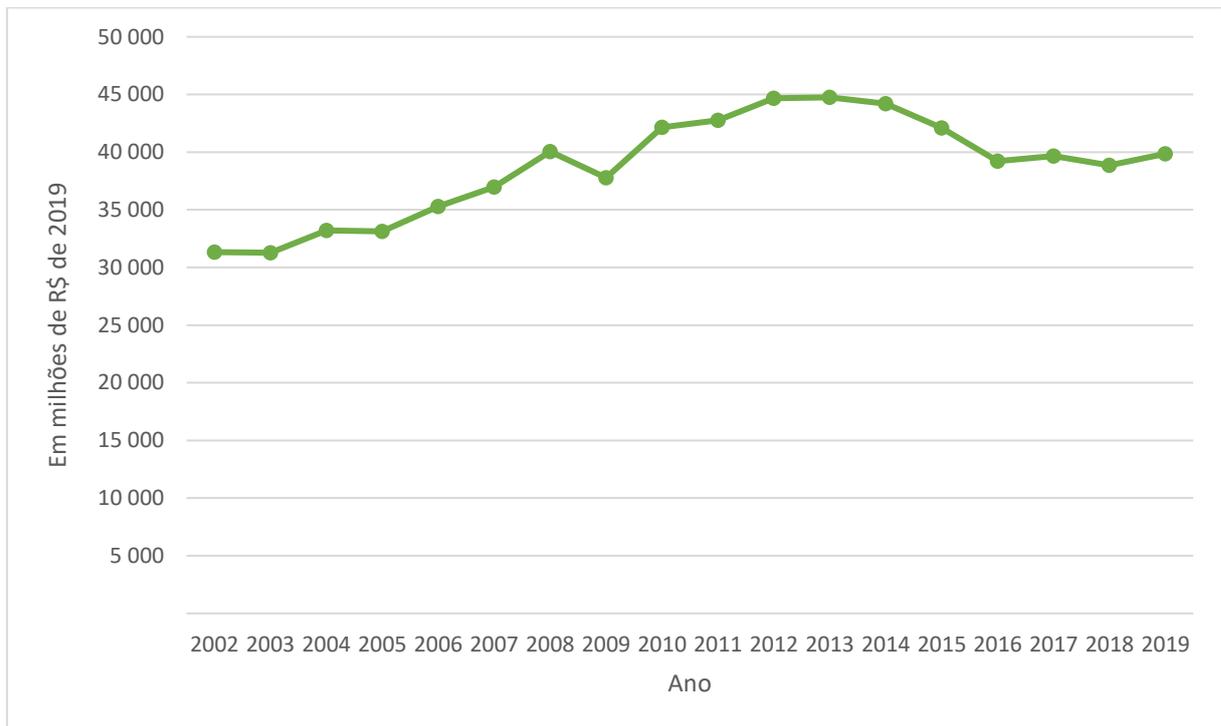
Ano	Valor Adicionado Bruto a preços correntes	Deflator Implícito do PIB	Varição	Fator de Deflacionamento	Valor Adicionado Bruto a preços constantes de 2019
2002	9 270	9,8	1,098	0,295829	31 336
2003	10 558	14,09	1,1409	0,337512	31 281
2004	12 078	7,75	1,0775	0,363669	33 210
2005	12 940	7,43	1,0743	0,39069	33 120
2006	14 723	6,77	1,0677	0,417139	35 294
2007	16 417	6,44	1,0644	0,444003	36 975
2008	19 348	8,78	1,0878	0,482986	40 058
2009	19 589	7,31	1,0731	0,518293	37 795
2010	23 687	8,42	1,0842	0,561933	42 152
2011	26 038	8,32	1,0832	0,608686	42 777
2012	29 359	7,94	1,0794	0,657016	44 685
2013	31 609	7,5	1,075	0,706292	44 752
2014	33 665	7,85	1,0785	0,761736	44 194
2015	34 509	7,57	1,0757	0,819399	42 114
2016	34 752	8,1	1,081	0,88577	39 233
2017	36 412	3,67	1,0367	0,918278	39 652
2018	37 282	4,49	1,0449	0,959509	38 855
2019	39 871	4,22	1,0422	1	39 871

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Contas Regionais IBGE (2019) e Ipeadata (2022).

Uma primeira observação da **Tabela 7** evidencia que o Valor Adicionado Bruto real do estado de Sergipe não apresentou uma trajetória continuamente ascendente ao longo do período analisado (o que pode ser melhor visualizado através do **Gráfico 11**).

O ano em que o indicador atingiu o seu pico foi 2013, com um valor aproximado de R\$ 44,7 bilhões (em valores reais de 2019). Considerando que no último ano da série o valor registrado foi de R\$ 39,8 bilhões, em termos práticos, a economia sergipana perdeu, em um período de seis anos, cerca de 10,9% de sua riqueza.

Gráfico 11 – Sergipe – Valor Adicionado Bruto real – 2002 a 2019 (em R\$ milhões de 2019)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais (2019)

A trajetória do VAB real sergipano, disposta no **Gráfico 11**, nos subsidia a adotar uma análise que pode subdividir o movimento da economia do estado no período de 2002 a 2019 em algumas fases, para melhor compreendermos o comportamento dos elementos objeto da nossa pesquisa.

Melo (2019) explica que nas duas primeiras décadas do século XXI, o comportamento da economia sergipana esteve atrelado ao movimento geral da economia brasileira, ainda que tenha apresentado algumas especificidades, decorrentes da sua própria estrutura produtiva. O autor identifica então três fases nessa trajetória: i) de 2001 a 2003, antes da eclosão do ciclo expansivo da economia brasileira, o qual foi puxado pela valorização das *commodities* no mercado internacional; ii) de 2004 – com o início do ciclo expansivo – até 2014, quando a economia brasileira inicia um processo de desaceleração; e iii) a partir de 2014, quando o nível de atividade cai de forma mais acentuada, desembocando na recessão de 2015 e na dificuldade de recuperação nos anos seguintes.

Para os fins da nossa pesquisa, adotaremos periodização semelhante, dividindo a análise do comportamento do setor industrial e da produtividade do trabalho nos macrossetores em três fases: i) de 2002 a 2003, antes, portanto, do ciclo expansivo da economia brasileira; ii) de 2004 a 2013, quando o VAB sergipano acompanha a expansão da economia brasileira e apresenta

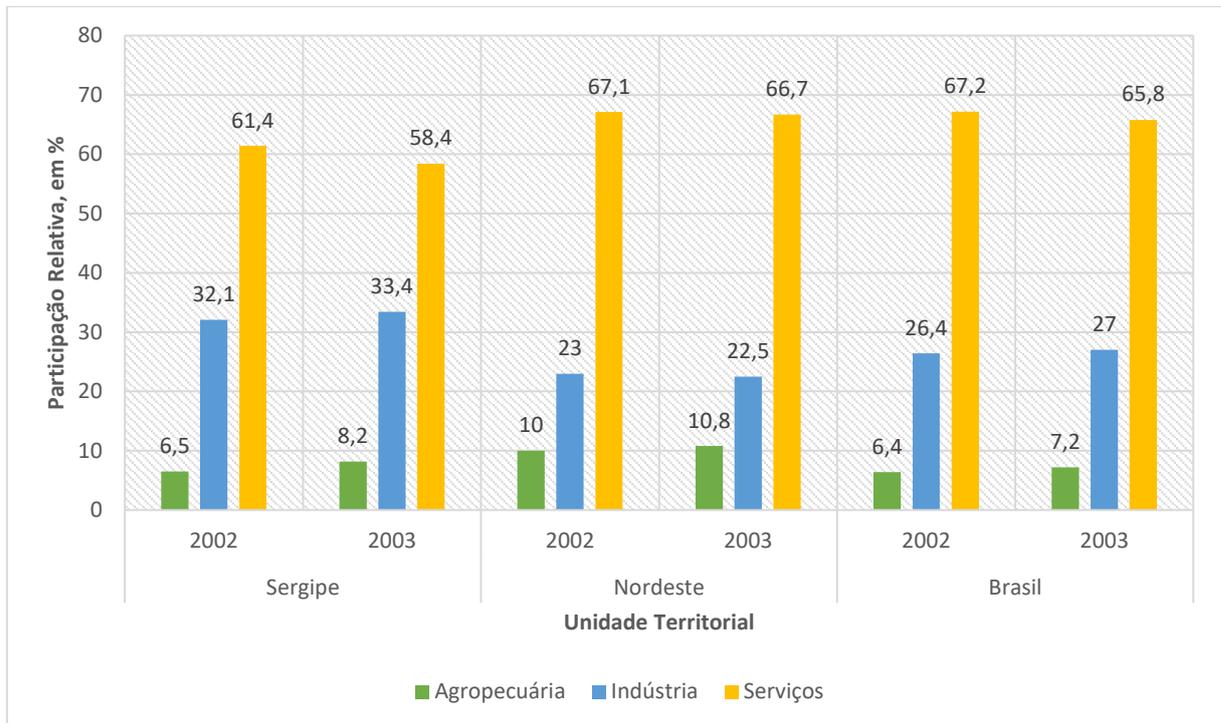
um crescimento quase contínuo, atingindo inclusive seu ápice, no ano de 2013; e iii) de 2014 a 2019, fase em que o VAB inicia sua trajetória de queda e estagnação.

4.2 O PERÍODO DE 2002 A 2003 E AS ESPECIFICIDADES DA ESTRUTURA INDUSTRIAL SERGIPANA

No início do século XXI, as características da economia sergipana, assim como a distribuição das atividades produtivas pelos três grandes setores – Agropecuária, Indústria e Serviços – refletiam as transformações ocorridas em nível nacional e estadual nas últimas três décadas do século XX. Conforme visto anteriormente, o ciclo desenvolvimentista havia propiciado uma elevação da participação da atividade industrial no Valor Adicionado Bruto da economia brasileira, processo que se repetia no estado de Sergipe, especialmente com o desenvolvimento da indústria extrativa.

Com as crises de endividamento externo, fiscal e hiperinflação, a partir da década de 1980, o setor secundário passou a perder importância na geração da riqueza, tanto no Brasil quanto em Sergipe, o que se refletiu na redução da sua participação relativa no Valor Adicionado. No período 2002/2003, os macrossetores de Sergipe, Nordeste e Brasil exibiam as participações no valor adicionado bruto expressas no **Gráfico 12**.

Gráfico 12 – Sergipe, Nordeste e Brasil – Participação Relativa dos Macrossetores no Valor Adicionado Bruto – 2002 a 2003 (em %)



Fonte: Elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais - IBGE (2019)

As estruturas do VAB sergipano, nordestino e brasileiro no período 2002/2003 sugeriam que o processo de perda de importância do setor industrial estava ocorrendo de forma mais lenta no estado, uma vez que a contribuição da indústria na geração da riqueza estadual era superior àquela verificada tanto no Brasil quanto no Nordeste.

Considerando o pressuposto de maior relevância do setor industrial para o crescimento econômico, esta estrutura do VAB sergipano poderia sinalizar que o estado se encontrava em situação capaz de lhe propiciar um maior dinamismo econômico, o que possivelmente se refletiria em melhores condições socioeconômicas para a população residente. Todavia, assim como os macrossetores possuem diferentes capacidades de dinamizar a economia de determinada região, a atividade industrial, em seus subsectores, também pode apresentar algumas assimetrias neste sentido.

Em razão disto, convém adotarmos uma linha de investigação que examine o setor industrial em sua estrutura interna, a fim de melhor compreendermos suas características e os possíveis significados da participação dos seus subsectores no VAB sergipano, tanto no período de 2002 a 2003, como nos anos subsequentes, objeto desta pesquisa.

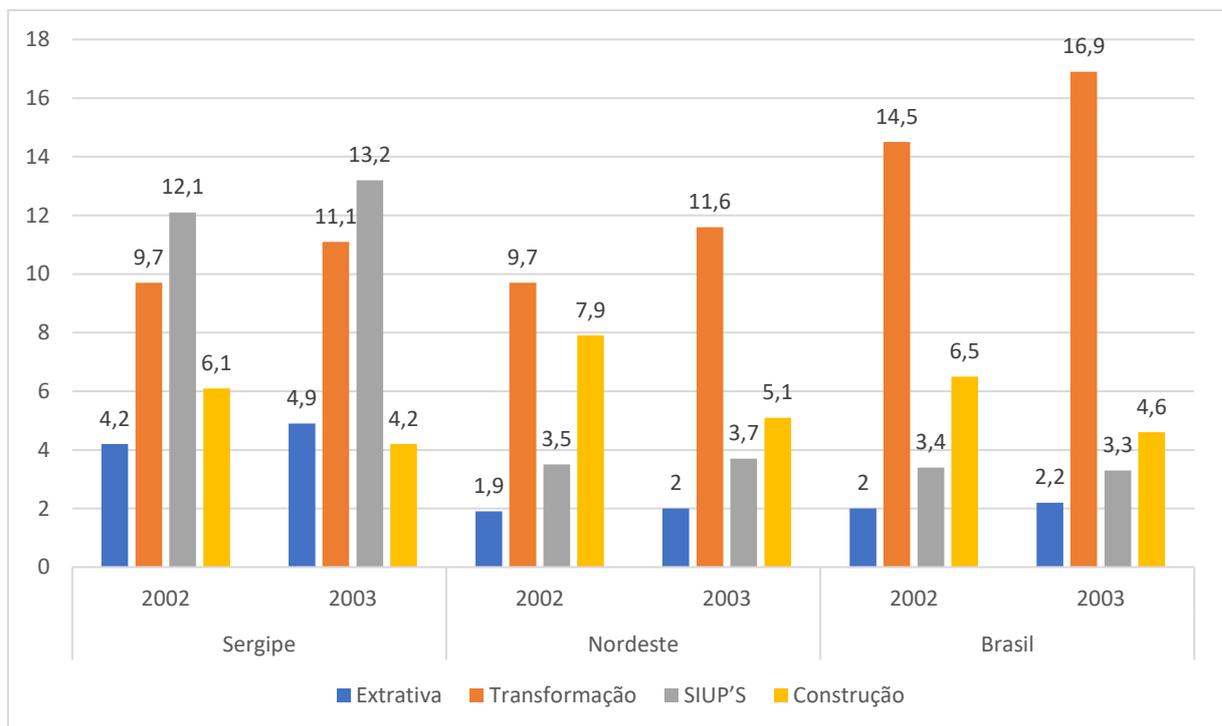
De acordo com a classificação adotada pelo IBGE, na composição das atividades econômicas que participam do Valor Adicionado Bruto ao PIB brasileiro, a atividade industrial se divide em quatro grandes subsectores: a) Indústria Extrativa; b) Indústria de Transformação;

c) Indústria de Eletricidade e Gás, Água, Esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, comumente denominada “Serviços Industriais de Utilidade Pública” (SIUP); e d) Indústria da Construção.

No período de 2002 a 2003, a contribuição dos subsetores industriais ao VAB de Sergipe, mostrava as seguintes especificidades:

- i) a indústria de transformação, embora apresentasse participação relativa no VAB semelhante à do Nordeste, situava-se em patamar bem abaixo daquela verificada no Brasil;
- ii) o setor industrial de maior destaque na geração da riqueza estadual eram os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP);
- iii) a indústria extrativa possuía em Sergipe uma participação relativa que era aproximadamente o dobro do que se verificava na região Nordeste e no Brasil.

Gráfico 13 – Sergipe, Nordeste e Brasil - Participação dos subsetores industriais no Valor Adicionado Bruto – 2002 a 2003 (em %)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Nacionais (2019)

Analisemos tais aspectos separadamente. Observa-se que a participação relativa dos SIUP na geração do Valor Adicionado Bruto sergipano apresentava uma diferença de pouco mais de 8 pontos percentuais em relação ao Nordeste e ao Brasil, em 2002, enquanto em 2003 essa diferença amplia-se para além de 9 pontos percentuais.

Em relação à Indústria Extrativa, esta diferença é menor em ambos os anos, mas deve-se ressaltar a diferença relativa mínima de 2 pontos percentuais neste segmento sergipano em relação ao Nordeste e ao Brasil, nos dois anos analisados.

Estes aspectos da estrutura do VAB sergipano, que o diferencia do Brasil e do Nordeste, é uma herança das políticas de desenvolvimento regional empreendidas pelo governo federal, principalmente na década de 1970 e parte da década seguinte. Conforme descrito no capítulo anterior, os anos 1970 foram o auge dos empreendimentos industriais que desenvolveram a indústria extrativa sergipana, após identificadas grandes jazidas de petróleo e gás natural no subsolo e litoral do estado.

Por sua vez, a participação elevada dos SIUP é reflexo da operação da Usina Hidrelétrica de Xingó, localizada no norte do estado, na divisa entre Sergipe e Alagoas. O projeto de construção da usina de Xingó data de fim dos anos 1970, ainda no período em que as políticas industriais de desenvolvimento regional estavam em voga no Brasil. A partir de 1987, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF – inicia a construção da usina, que seria inaugurada em fins de 1994.

A CHESF é uma empresa de economia mista instituída em 1945, ainda na vigência do Estado Novo, do Governo Getúlio Vargas. Desde a década de 1960, a empresa integra o sistema Centrais Elétricas Brasileiras S.A (ELETROBRÁS), o qual foi fundado em 1962, durante o governo do presidente João Goulart.

É notório, portanto, que a estrutura industrial de Sergipe em 2002/2003 era ainda bastante marcada pelos efeitos das políticas desenvolvimentistas, responsáveis pela estruturação mais efetiva da indústria nacional, e que propiciaram elevadas taxas de crescimento econômico, tanto em nível nacional quanto estadual.

É inequívoco também que a maior participação relativa do setor industrial no VAB do estado de Sergipe em 2002 e 2003, se comparado tanto ao Nordeste quanto ao Brasil, decorria da elevada participação relativa das indústrias extrativas e principalmente dos SIUP na estrutura industrial do estado. Convém examinarmos agora quais as possíveis implicações, para a economia do estado, desta diferenciada estrutura do VAB sergipano, de maior protagonismo dos SIUP e indústria extrativa e menor participação relativa principalmente da indústria de transformação.

4.3 INDÚSTRIA, EFEITOS DE ENCADEAMENTO E MULTIPLICADORES DE PRODUÇÃO

Diversos autores dedicaram pesquisas no sentido de estimar as diferentes capacidades que os setores produtivos possuem de dinamizar a economia de determinada região e promover o crescimento econômico de forma mais efetiva e duradoura.

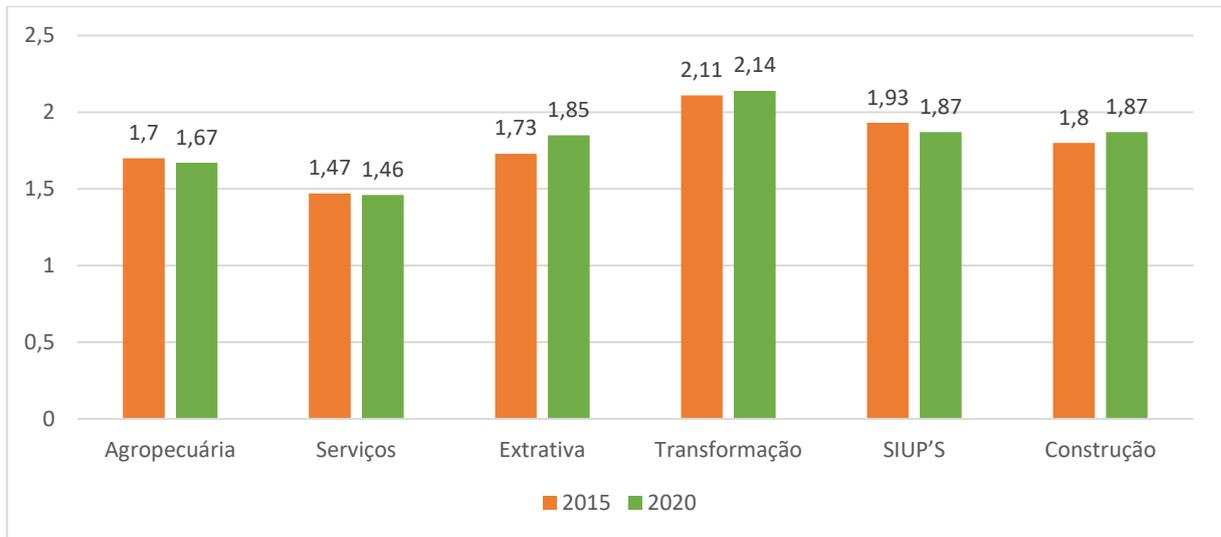
Conforme visto no primeiro capítulo, Hirschman (1961) apresentou o conceito de efeitos de encadeamento (*linkage effects*), que diz respeito à capacidade que determinadas atividades possuem de demandar e fornecer insumos para outros setores produtivos, estabelecendo assim conexões intersetoriais que estimulam e dinamizam o crescimento da economia em questão.

Moreira (2021), enfatiza que tão ou mais importante do que a participação relativa dos setores na composição do Produto Interno Bruto é a capacidade que os setores e subsetores possuem de dinamizar a produção a partir de efeitos multiplicadores de produção, que seriam uma forma de mensuração dos efeitos de encadeamento.

De acordo com o autor, tais efeitos dizem respeito ao valor monetário que a produção de uma unidade monetária de determinado segmento produtivo é capaz de gerar para o conjunto da economia. Assim, “um efeito multiplicador hipotético de R\$ 1,50 de uma dada atividade significa que esta mesma geraria R\$ 1,50 de valor na economia como um todo a cada R\$ 1 produzido” (MOREIRA, 2021, p. 6).

Analisando a estrutura produtiva brasileira, com bases em dados das matrizes de insumo-produto do IBGE, Moreira (2021) calculou os multiplicadores de produção dos grandes setores da economia nacional, sendo que a indústria foi decomposta nos seus quatro subsetores principais. O resultado, adaptado, está disposto no **Gráfico 14**:

Gráfico 14 – Brasil – Valores dos Efeitos Multiplicadores de Produção da Agropecuária, Serviços e Subsetores Industriais, 2015 e 2020 (em R\$)

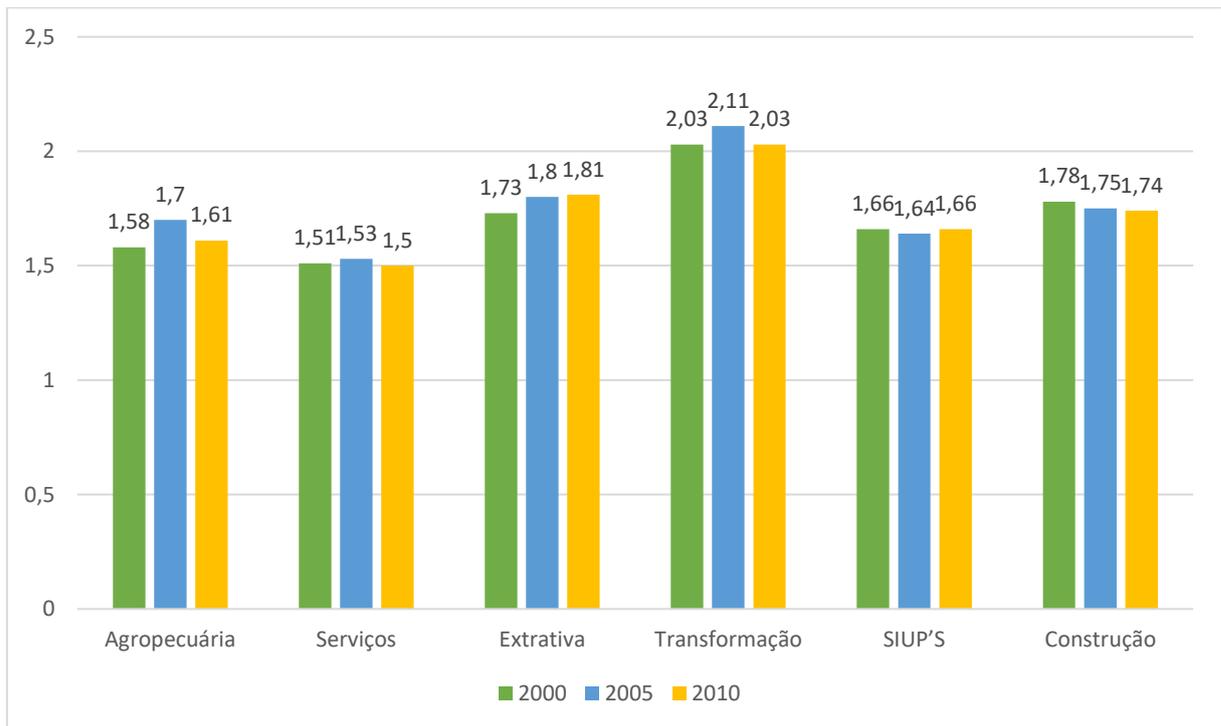


Fonte: adaptado de MOREIRA (2021)

Em exercício semelhante, Gabriel *et al* (2020), calcularam os multiplicadores de produção para a economia brasileira em anos selecionados, de 1995 a 2010. Assim como realizado por Moreira, os autores decompuseram a estrutura produtiva em agropecuária, serviços e os quatro subsectores industriais.

Apresenta-se abaixo o resultado gráfico adaptado, para os anos de 2000, 2005 e 2010, período que se aproxima da época de análise do presente trabalho.

Gráfico 15 – Brasil – Valores dos Multiplicadores de Produção, 2000, 2005 e 2010 (em R\$)



Fonte: adaptado de GABRIEL *et al* (2020)

É necessário ressaltar, primeiramente, que os valores obtidos em ambos os estudos dependem fundamentalmente das características da estrutura produtiva analisada, assim como dos métodos empregados para mensuração dos indicadores. Da mesma forma, como os próprios gráficos evidenciam, os valores dos multiplicadores, para todos os setores analisados, são variáveis no tempo.

Disto concluímos, que não se pode fazer nenhum exercício de transposição automática para a economia sergipana dos valores dos multiplicadores obtidos nestes estudos, nem para o período 2002 a 2003, nem para os anos subsequentes, dos quais a pesquisa ora desenvolvida se ocupará posteriormente. A obtenção de multiplicadores específicos para os setores da economia de Sergipe demandaria um estudo à parte, o que certamente foge ao escopo da presente dissertação.

No entanto, pode-se fazer algumas observações a partir dos dados expostos. Primeiro, que em ambos os estudos, para todos os anos pesquisados, o setor de serviços é o que apresentou os mais baixos multiplicadores de produção. Segundo, que também em ambos os estudos e para todos os anos, a indústria de transformação é destacadamente o setor que possui os mais elevados multiplicadores, sendo inclusive o único setor que possui tal indicador acima de R\$ 2,00.

Depreende-se, com respaldo nestes estudos, que a estrutura produtiva da economia nacional se caracteriza por uma considerável heterogeneidade, com setores apresentando capacidades díspares de promover o crescimento econômico de forma dinâmica e sustentável. Tal característica torna-se preocupante quando se constata que o setor que detém os menores multiplicadores é aquele que mais tem participado da geração da riqueza nacional.

No início da série histórica aqui analisada – 2002 – o setor de serviços contribuía com um total de 67,2% para o Valor Adicionado ao PIB do Brasil. Em 2019, este percentual havia se elevado para 73,3% (IBGE, 2019). Na contramão desta tendência, a indústria de transformação nacional, que possui os maiores multiplicadores de produção, apresentou redução de participação de 14,5% para 12,0% no mesmo período (IBGE, 2019), sinalizando um possível processo de declínio da capacidade da economia brasileira de apresentar uma trajetória de crescimento mais dinâmica.

Este aspecto da indústria de transformação como principal “motor de crescimento” em uma economia capitalista é ressaltado por Thirlwall (2005), ao analisar a natureza do crescimento econômico. O autor explica, com base nos estudos de Nicholas Kaldor, que para a compreensão do processo de crescimento e desenvolvimento econômico faz-se necessário uma abordagem setorial da produção. Isto decorre da constatação de que a indústria manufatureira (de transformação) possui rendimentos crescentes, ao passo que outros setores, especialmente a agricultura, apresentam rendimentos decrescentes. Thirlwall explica então três leis de Kaldor, as quais denotam importantes implicações para o processo de desenvolvimento econômico:

A primeira lei é que existe forte relação causal entre o crescimento da produção manufatureira e o crescimento do PIB. A segunda lei afirma que existe forte relação causal entre o crescimento da produção manufatureira e o aumento da produtividade no setor manufatureiro, como resultado de rendimentos estáticos e dinâmicos de escala. Ela é também conhecida como Lei de Verdoorn. A terceira lei afirma que existe forte relação causal positiva entre a velocidade de expansão do setor manufatureiro e o aumento da produtividade fora desse setor, em decorrência dos rendimentos decrescentes da agricultura e de muitas pequenas atividades de serviços que fornecem mão de obra ao setor industrial (THIRLWALL, 2005, p. 44).

Evidencia-se, portanto, a primazia do setor manufatureiro (indústria de transformação) para o processo de desenvolvimento econômico, em comparação com os demais setores produtivos. No caso da economia sergipana, no período 2002 a 2003, apesar de não serem conhecidos os multiplicadores de produção dos diversos setores, é pouco provável que estes indicadores tenham se caracterizado por perfis muito distintos daqueles obtidos para o conjunto da economia nacional. Ademais, a estrutura do VAB sergipano suscita algumas observações importantes.

Primeiramente, a maior participação do setor de serviços no Valor Adicionado Bruto do estado sugere que a economia sergipana encontrava-se em situação análoga à do Brasil no que tange à possibilidade do setor de sustentar uma trajetória de crescimento mais robusta. Em relação à indústria de transformação, que no caso da economia nacional detinha os maiores multiplicadores de produção, observa-se que o setor tinha em Sergipe participação relativa menor na geração do VAB (9,7% frente a 14,5%, em 2002 e 11,1% face a 16,9%, em 2003), o que indica uma fragilidade maior do segmento industrial no estado, se comparado ao Brasil.

Por fim, os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), apresentavam em Sergipe uma participação relativa consideravelmente maior do que a verificada no Brasil: 12,1% frente a 3,4%, em 2002 e 13,2% face a 3,3%, em 2003. No cômputo dos multiplicadores de produção realizado por Gabriel *et al* (2020) para o período 2000 a 2010, este segmento industrial possuía multiplicadores em média 20% menores em relação aos da indústria de transformação (**Gráfico 15**). Embora novamente coloque-se a ressalva de que tais indicadores não possam ser transpostos para o caso de Sergipe, as especificidades dos SIUP merecem ser destacadas, para que se elucidem os possíveis significados de sua elevada participação no Valor Adicionado do estado.

Ressalte-se, primeiramente, que foi a reformulação da metodologia de cálculo do valor adicionado pelo IBGE, a partir de 2001, que proporcionou a incorporação de parte maior da cifra de produção da energia elétrica da usina de Xingó ao VAB sergipano (CEPLAN, 2005). O resultado desta alteração, essencialmente metodológica, se traduziu em um considerável aumento da participação dos SIUP no valor adicionado do estado. No ano 2000 este índice era de apenas 1,3%, enquanto que em 2002 tal segmento contribuía com 12,1% para o VAB de Sergipe.

Além deste fator, é necessário destacar que as características específicas da natureza e operação de uma usina hidrelétrica, como a de Xingó, não propiciam uma apropriação integral, pela economia local, do elevado valor de produção gerado em suas atividades (CEPLAN, 2005). A este respeito, Melo (2019) explica que a riqueza gerada nas atividades da usina de Xingó é apropriada principalmente por não residentes, em forma de renda líquida de fatores externos, uma vez que a sede da empresa encontra-se fora do estado de Sergipe.

Se analisarmos a questão pela ótica dos seus desdobramentos socioeconômicos, um breve exercício ilustra esta relação da usina de Xingó com a economia estadual: de acordo com o IBGE, o município sergipano de Canindé do São Francisco, onde a usina está parcialmente situada, possuía em 2020 um PIB *per capita* de R\$ 103.993,30, reflexo do elevado valor adicionado pela empresa ao cômputo da riqueza local. O PIB *per capita* da capital sergipana,

Aracaju, no mesmo ano era de R\$ 24.735,91. Contudo, em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – que expressa melhor que o PIB *per capita* as condições socioeconômicas da população, Aracaju registrava 0,770, enquanto o mesmo indicador para Canindé do São Francisco era de apenas 0,567.

A atividade industrial dos SIUP na economia sergipana, a despeito do elevado valor de produção, tem, portanto, características semelhantes àquele setor moderno, eficiente e de elevada produtividade que caracterizaram as economias periféricas marcadas pela heterogeneidade estrutural. O valor adicionado pela principal empresa deste segmento industrial, a usina de Xingó, não confere a Sergipe um efeito dinâmico capaz de propiciar um crescimento econômico em bases mais eficientes, uma vez que não existe uma integração efetiva de suas atividades à economia local.

Por fim, a maior participação relativa da indústria extrativa no VAB industrial de Sergipe, em comparação tanto com o Nordeste quanto com o Brasil, poderia sinalizar uma possibilidade no sentido de maior integração produtiva do segmento à economia estadual. A indústria extrativa se caracteriza por uma grande cadeia de produção, na qual fornecedores de insumos e compradores de produtos, a montante e a jusante do seu processo produtivo, podem estabelecer um impulso de crescimento à região onde empresas dessa natureza operam.

Historicamente, conforme visto no capítulo anterior, as indústrias extrativas, em função principalmente dos investimentos do governo federal, deram grande impulso à economia sergipana, especialmente entre as décadas de 1970 e 1980. Embora com reflexos bem mais modestos, este processo se repetirá ao longo das primeiras décadas do século XXI, conforme será melhor visualizado nas subseções seguintes deste trabalho.

Entretanto, a elevada concentração dos investimentos deste segmento industrial nas atividades da Petrobrás torna a economia do estado vulnerável às mudanças de estratégia da empresa. Este aspecto também ficará mais evidente na análise dos períodos subsequentes, com a política de desinvestimentos da Petrobrás, a partir de 2015, e o encerramento das atividades de várias unidades da companhia em Sergipe.

Da mesma forma, as variações de preço do petróleo no mercado internacional podem ocasionar reflexos importantes nas decisões de investimento, gerenciamento de ativos e arrecadação de receita pública provenientes da atuação da estatal. Assim, as características próprias da indústria extrativa em Sergipe, de uma forma geral tanto podem contribuir para elevação do crescimento e da renda do estado, como também podem reforçar a vulnerabilidade da economia local ao movimento de centros econômicos exteriores ao seu próprio território.

Do exposto, conclui-se que a estrutura do setor industrial de Sergipe no início do século XXI se caracterizava por uma maior fragilidade se comparada à economia brasileira, ao contrário do que uma primeira observação poderia sugerir. Em outros termos, apesar de apresentar uma participação relativa mais elevada no Valor Adicionado Bruto, este destaque do setor industrial se dava em função de segmentos de grande geração de riqueza, mas que ou não se integravam à economia estadual ou apresentavam uma maior volatilidade no impacto de suas atividades.

Na contramão, o segmento que é o motor de crescimento da economia – a indústria de transformação – participava relativamente menos da composição do VAB do estado, se comparado à economia nacional, o que sinalizava menor possibilidade de estabelecimento de uma trajetória de crescimento mais sustentável no médio prazo e no longo prazo.

Conhecido o perfil da estrutura industrial sergipana no início do século XXI, passemos agora ao exame do comportamento da estrutura do VAB industrial do estado no período seguinte, que coincide com o ciclo expansivo da economia brasileira.

4.4 A INDÚSTRIA SERGIPANA NO CICLO EXPANSIVO DA ECONOMIA ESTADUAL

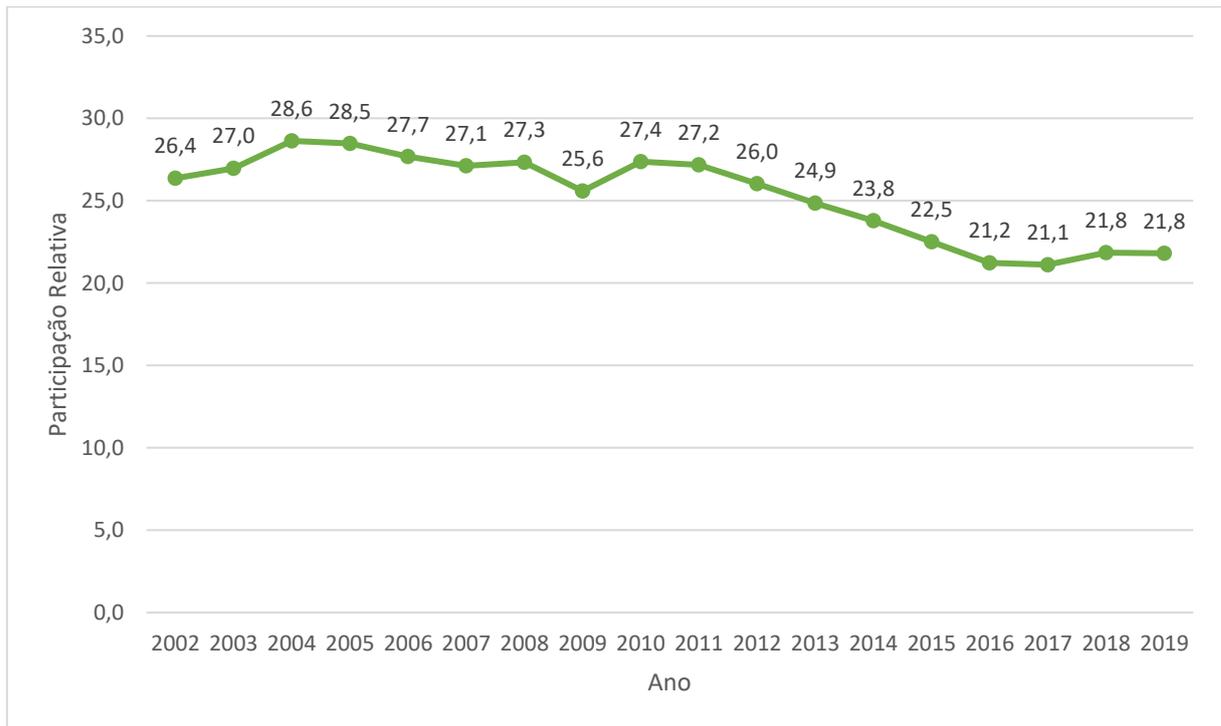
O período de dez anos que se estende de 2004 a 2013 foi a fase de maior crescimento da economia brasileira desde que as políticas desenvolvimentistas foram abandonadas, na década de 1980. Embora o ano de 2009, quando a economia nacional registrou uma queda de -0,1%, se constitua em um importante ponto de inflexão nesta trajetória, como reflexo da crise internacional, o PIB do Brasil cresceu a uma média anual de cerca de 4% neste período (SCN/IBGE).

Uma relevante mudança ocorrida no âmbito político interno neste contexto histórico foi a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, cujo governo iniciou-se em 2003. Nos anos que se seguiram, o novo governo empreendeu mudanças importantes, relacionadas à indústria brasileira e à forma como o Estado lidava com o setor. A suspensão dos processos de privatização de empresas estatais, com o redirecionamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – para financiar o investimento de empresas nacionais (Souza, 2007) e a suspensão do veto à política industrial, estabelecido pelo governo anterior (Cano e Silva, 2010), estão entre as mais relevantes mudanças deste período.

No primeiro ano da série, 2004, o PIB nacional apresentou uma variação de 5,7% (ante apenas 1,1% no ano anterior), maior índice de crescimento desde os 7,5% registrados em 1985. As exportações brasileiras, seguindo a trajetória de crescimento mais robusto já iniciada em 2003, quando cresceram 11%, fecharam o ano de 2004 com uma variação de 14,5%. Esta trajetória ascendente foi reflexo da diversificação de parceiros comerciais do país, empreendida pelo governo Lula após a entrada da China na Organização Mundial do Comércio – OMC – no início da década e sua crescente demanda por *commodities* nos anos seguintes (Araújo, 2021).

No mesmo ano de 2004, a indústria nacional registrou um expressivo crescimento de 8,2%, enquanto a Agropecuária cresceu apenas 2,0% e os Serviços 5,0% (Araújo, 2021). Como resultado, o setor industrial aumentou a sua participação relativa no VAB nacional para 28,6%, ante 27% em 2003, percentual mais elevado de toda a série histórica de 2002 a 2019 (**Gráfico 16**).

Gráfico 16 - Brasil – Participação relativa do setor industrial no Valor Adicionado Bruto ao PIB, 2002 – 2019 (em %)



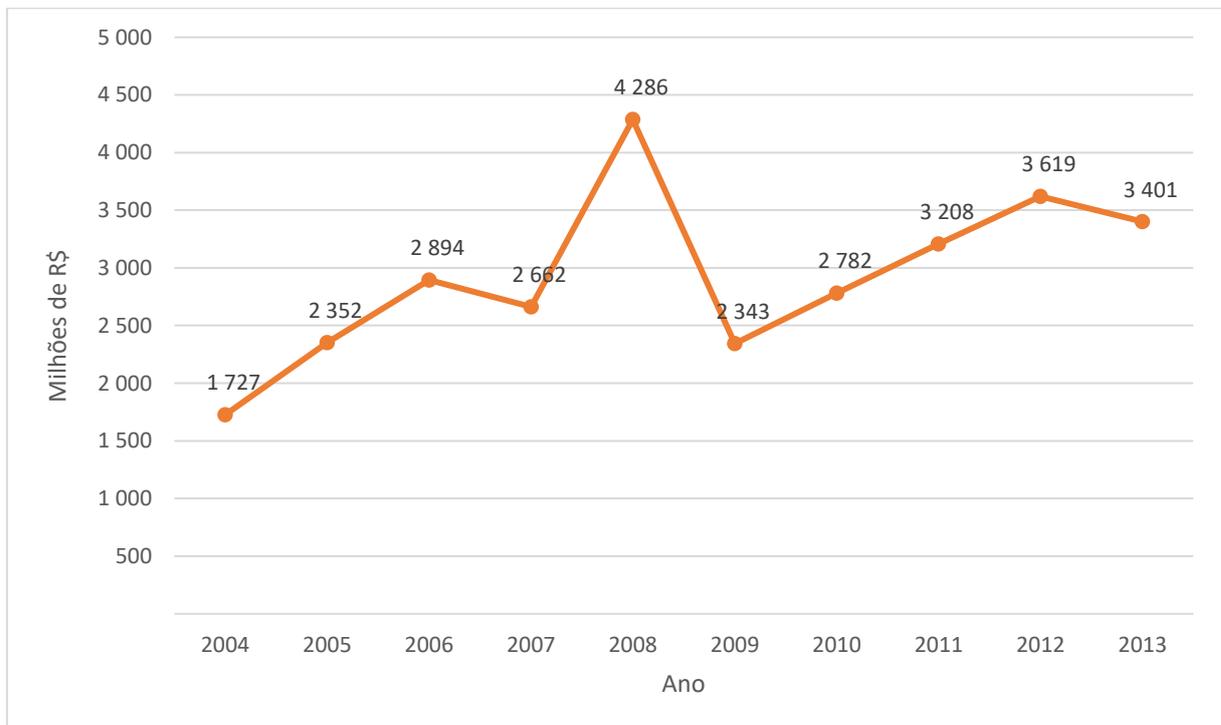
Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais/IBGE (2019)

Este cenário de crescimento iniciado no Brasil em 2004 refletiu-se na economia sergipana. Após uma queda de -0,3% em 2003, o PIB estadual obteve no ano seguinte uma expansão de 5,3%. Seguindo a tendência da economia nacional, a indústria sergipana aumentou a sua participação relativa no Valor Adicionado Bruto do estado, registrando em 2004 um

percentual de 33,6%. Assim como ocorreu na economia do Brasil, este foi o maior percentual de participação da indústria no VAB sergipano na série de 2002 a 2019 (IBGE, 2019).

A expansão da demanda por *commodities* no mercado internacional, por sua vez, acarretou uma elevação substancial dos preços do petróleo. De 2004 a 2008, ano no qual eclodiu a crise internacional, o preço médio do barril de petróleo do tipo *West Texas Intermediate* registrou um acelerado crescimento de cerca de 238%, passando de US\$ 41,42 para US\$ 98,58 no período. Neste cenário de valorização do óleo, a Petrobrás intensificou seus investimentos na economia sergipana, iniciando a exploração do campo de Piranema, na plataforma continental, no ano de 2007 (Melo, 2012).

Gráfico 17– Sergipe – Contribuição da Indústria Extrativa ao Valor Adicionado Bruto do estado, 2004 a 2013 (em milhões de R\$ de 2019)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais do IBGE (2019)

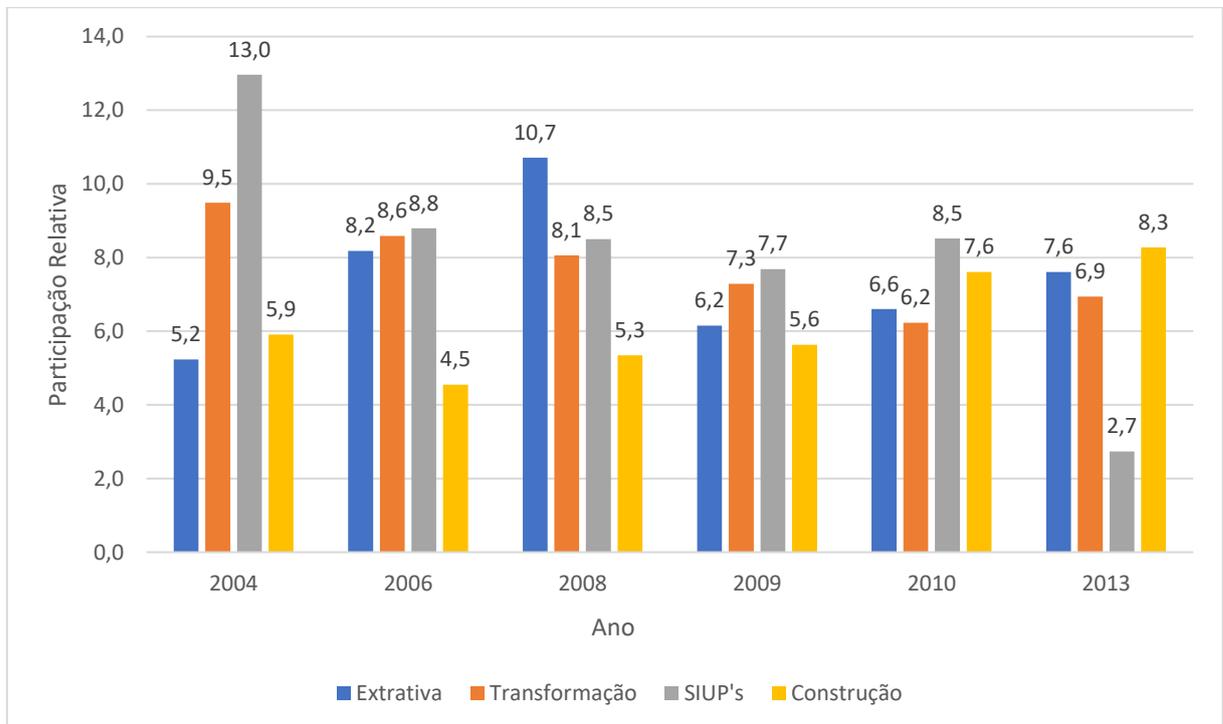
O efeito desta expansão dos investimentos da estatal foi uma elevação de 23,15% na produção do petróleo em Sergipe de 2004 a 2008, ano no qual o estado atingiu a cifra de 2.734 m³ de petróleo produzidos, maior índice desde o ano de 1987 (Melo, 2012). Esta combinação de aumento dos preços do petróleo no mercado internacional com a expansão da produção do ativo em terras sergipanas provocou um acréscimo de grande magnitude na contribuição da indústria extrativa ao Valor Adicionado Bruto do estado no ano de 2008 (**Gráfico 17**).

Todavia, o **Gráfico 17** deixa patente a volatilidade da contribuição da indústria extrativa sergipana à geração de riqueza no estado. Após um acréscimo de 61% no valor monetário gerado pelo setor de 2007 para 2008, no ano seguinte os efeitos da crise, com a redução dos preços do petróleo, impactaram um decréscimo de 45,3% no valor gerado pelo setor.

O reflexo deste movimento na participação relativa da indústria extrativa no VAB do estado foi um pico, em 2008, de 10,7% (maior percentual de toda a série 2002-2019), mas uma significativa redução percentual nos anos seguintes, conforme mostra o **Gráfico 18**.

Este processo deixa explícita a suscetibilidade da indústria extrativa sergipana a mudanças no comércio exterior dos recursos minerais oriundos das atividades do setor. A produção de riqueza no território do estado mostra-se parcialmente condicionada às variações de demanda e de preço dos seus produtos, em função de mudanças de conjuntura cuja origem encontra-se em economias centrais, em processo semelhante ao que ocorrera nos séculos anteriores com o açúcar.

Gráfico 18 – Sergipe – Participação Relativa dos Subsetores Industriais no Valor Adicionado Bruto ao PIB – 2004 a 2013, anos selecionados (em %)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais/IBGE (2019)

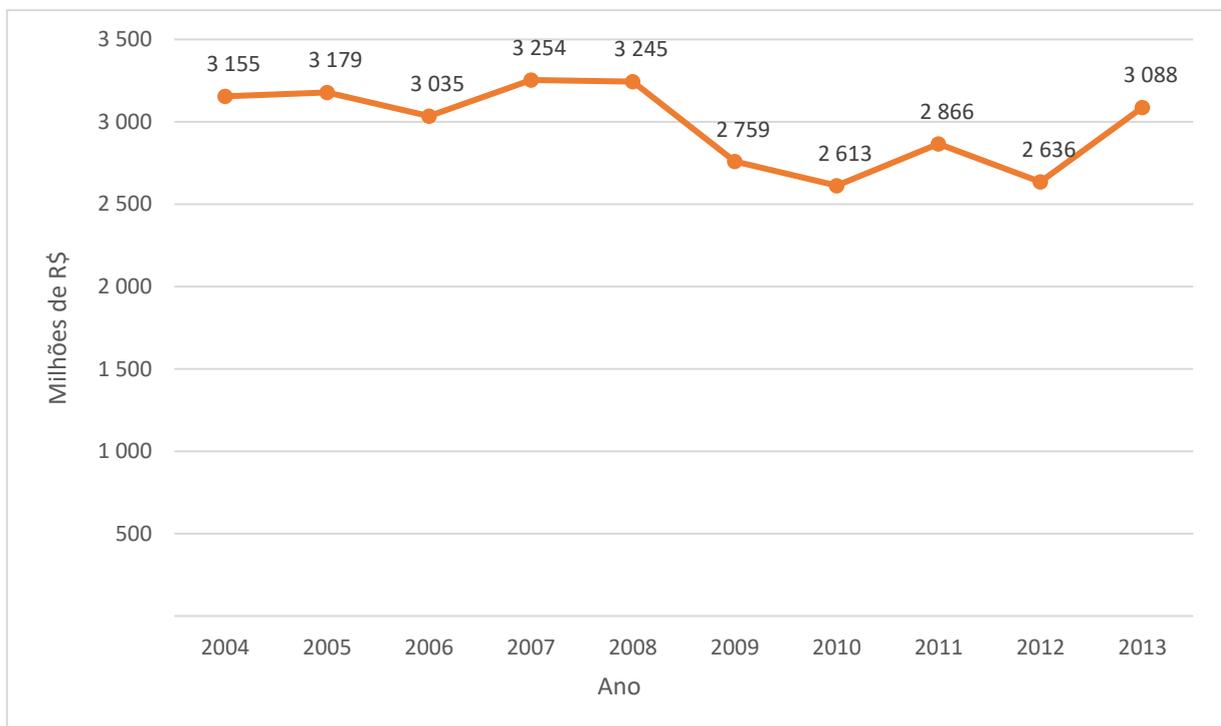
Em relação à indústria de transformação, verifica-se pelo **Gráfico 18** uma suave, mas persistente redução de participação relativa no Valor Adicionado Bruto ao PIB do estado. No período pré-crise, o subsector obteve uma participação relativa média anual de 8,9% no VAB

sergipano, ao passo que na segunda fase do ciclo (2009 a 2013), a média anual reduziu-se para 6,6%.

Esta trajetória declinante da indústria de transformação pode ser melhor visualizada no **Gráfico 19**, no qual percebe-se uma redução no volume de riqueza produzida pelo setor antes e depois da crise de 2008/2009. No período 2004/2008, a indústria manufatureira sergipana produziu uma média anual de R\$ 3,1 bilhões, além de apresentar uma trajetória relativamente estável.

Com o declínio do nível de atividade verificado a partir do ano de 2009, quando os efeitos da crise internacional passam a se fazer mais presentes em toda a economia brasileira, as reduções no volume de produção da indústria de transformação do estado se tornam mais acentuadas. Assim, de 2009 a 2013 o setor produz uma média anual de aproximadamente R\$ 2,8 bilhões, um decréscimo de 9,7% em relação ao período anterior.

Gráfico 19 – Sergipe – Contribuição da Indústria de Transformação ao Valor Adicionado Bruto, 2004 a 2013 (em milhões de R\$ de 2019)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais/IBGE (2019)

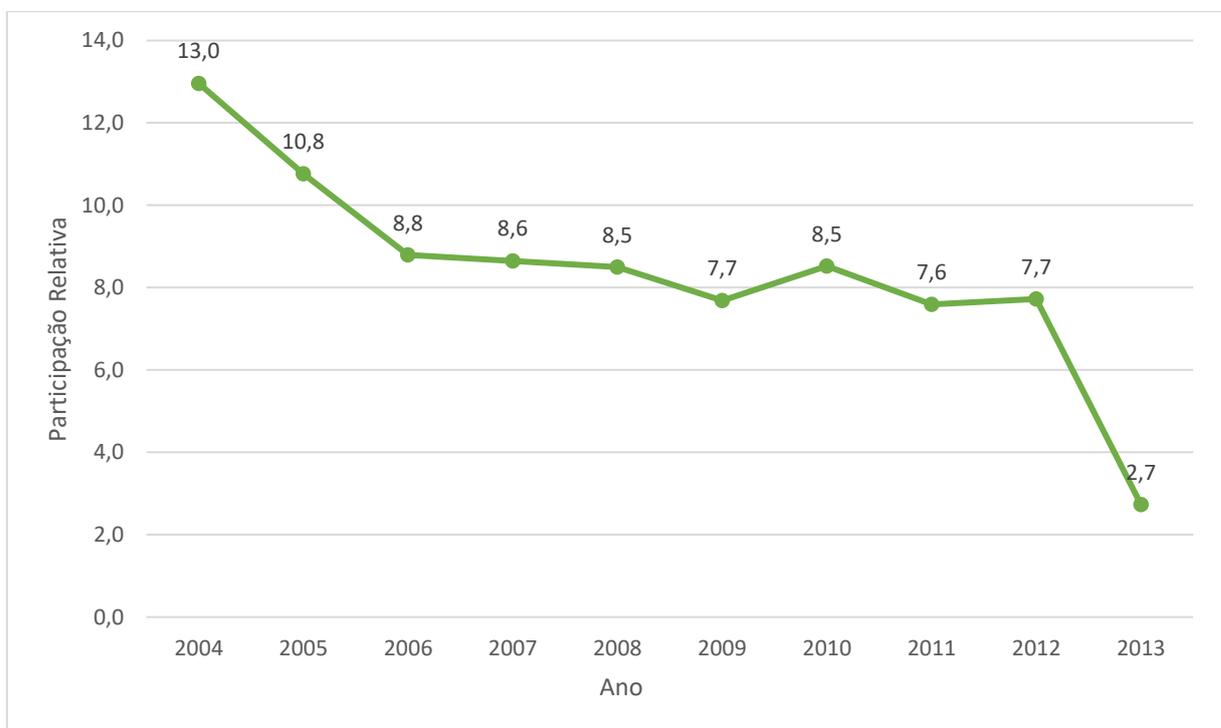
A despeito deste decréscimo da contribuição da indústria de transformação ao valor adicionado no período pós-crise, a observação dos **Gráficos 18 e 19**, acima, permite-nos constatar uma maior estabilidade do setor, se comparado à indústria extrativa. Este fator

certamente tem implicações positivas para a economia do estado, dada a maior capacidade da indústria de transformação de estabelecer efeitos de encadeamento na estrutura produtiva.

Em adição a estes fatores, ressalte-se que a indústria de transformação é muito mais intensiva em trabalho do que a indústria extrativa, o que contribui para uma maior pulverização da renda gerada no setor pelo conjunto da economia. Entretanto, assim como ocorrera na década de 1990, a indústria manufatureira sergipana contava no ciclo expansivo principalmente com empresas de bens de consumo não-duráveis, as quais eram atraídas para o estado pelo PSDI, que ainda se constituía como a única política de estímulo ao setor industrial promovida pelo governo do estado.

Por sua vez, o segmento dos Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP – foi o subsetor industrial que mais perdeu participação relativa no conjunto da economia sergipana no período 2004 a 2013, tendo declinado de 13% para 2,7% entre o primeiro e o último ano desta série (**Gráfico 20**).

Gráfico 20 - Sergipe – Participação relativa dos SIUP's no Valor Adicionado Bruto ao PIB, 2004 – 2013 (em %)



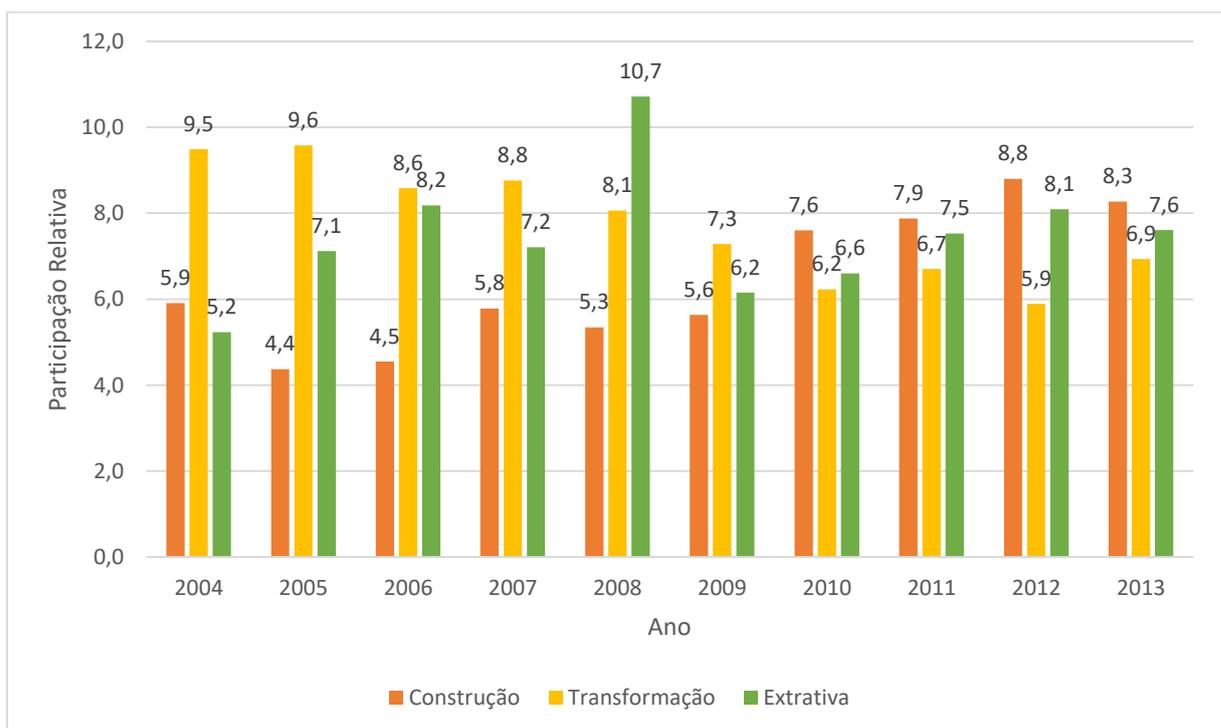
Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais/IBGE (2019)

Melo (2019) explica que o comportamento expresso no **Gráfico 20** está relacionado à redução da vazão do rio São Francisco, no qual a usina hidrelétrica de Xingó está localizada. A geração de energia elétrica e a produção de valor dos SIUP em Sergipe estão, portanto, fortemente condicionadas à dinâmica climática e seus impactos sobre o rio São Francisco.

Como se trata de um setor cuja elevada produção de riqueza não tem impactos significativos na dinamização da economia estadual, esta redução tem um efeito muito mais contábil do que prático no valor adicionado bruto de Sergipe. Todavia, este patamar mais reduzido de participação dos SIUP na economia sergipana contribui para que se tenha um retrato mais fidedigno da estrutura industrial local e de suas reais possibilidades, uma vez que com o seu declínio ganham participação os setores cujas variações tendem a ter impactos mais concretos na economia de Sergipe.

Dada esta particularidade dos SIUP, analisemos agora o último dos quatro subsetores industriais – o da construção civil – e o seu comportamento no período 2004 a 2013, em comparação somente com a indústria de transformação e a indústria extrativa.

Gráfico 21 - Sergipe – Participação relativa das Indústrias da Construção, de Transformação e Extrativa no Valor Adicionado Bruto, 2004 – 2013 (em %)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais do IBGE (2019)

O **Gráfico 21** mostra que nos dez anos do período em análise, o segmento da construção apresenta duas fases distintas, que podem ser descritas da seguinte maneira:

i) nos cinco primeiros anos (2004 a 2008), o setor perde participação relativa no VAB estadual, sendo que a partir de 2005 a sua contribuição passa a ser inferior tanto à da indústria de transformação quanto à da indústria extrativa. Neste período, a média anual de participação relativa da construção no VAB estadual ficou em torno de 5,1%.

ii) a partir do ano de 2009, o segmento da construção inicia uma trajetória ascendente, e já a partir de 2010 passa a ser, entre os três segmentos industriais em análise – fora os SIUP – o que mais contribui para o valor adicionado bruto do estado. Nestes cinco últimos anos do período (2009 a 2013), a média anual de participação relativa da construção é de 7,6%, uma elevação de 2,5 pontos percentuais em relação ao período anterior.

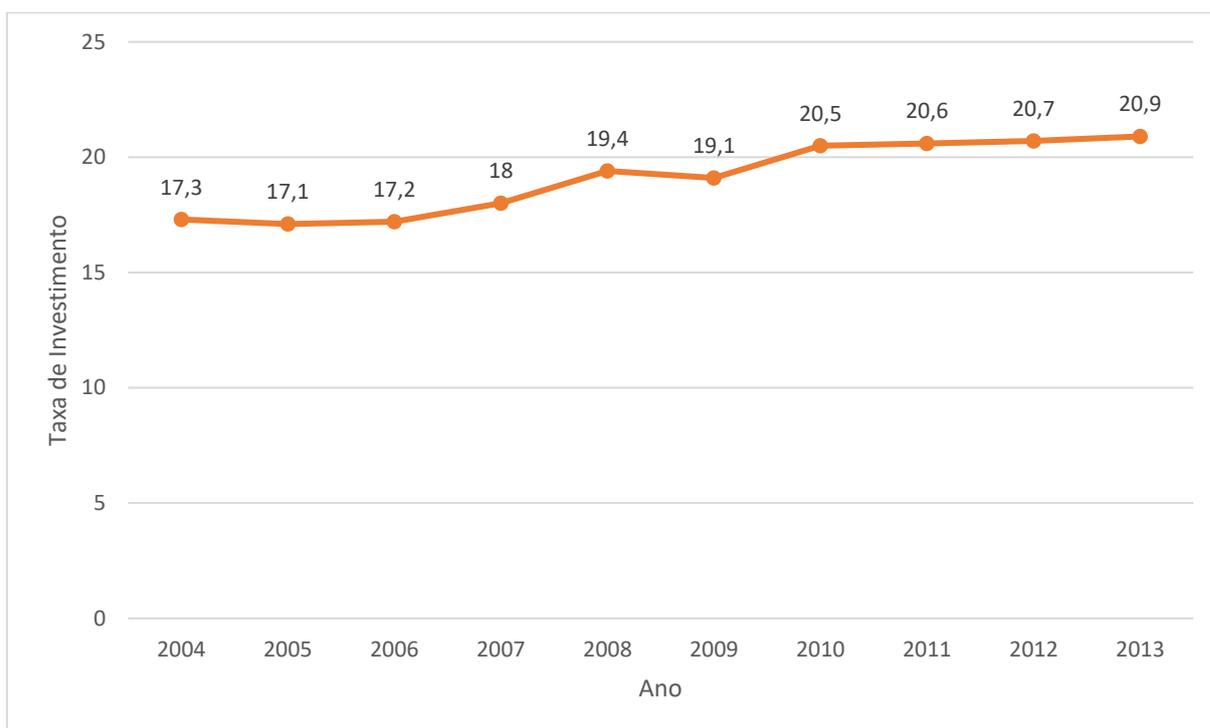
Na primeira destas duas fases (2004 – 2008), o comportamento tendente à estagnação que a construção civil apresentou possivelmente se relaciona à ausência de políticas públicas específicas de estímulo ao setor. Conforme visto anteriormente, a indústria extrativa refletiu os investimentos realizados pela Petrobrás, em função do crescimento da demanda e da elevação dos preços do petróleo no mercado internacional.

A indústria de transformação, por sua vez, teve comportamento semelhante ao setor da construção de 2004 a 2008, inclusive com uma rápida redução de participação relativa no VAB. Também para este setor, não se verificou no período novas medidas de política industrial que servissem de estímulo ao seu crescimento. Os incentivos fiscais associados ao Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial continuavam a ser a única política pública com algum impacto na indústria de transformação sergipana.

No período pós-crise de 2009, a situação se altera para a indústria da construção. Em 2007, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC –, que tinha por objetivo fomentar o crescimento econômico através de políticas de incentivo a diversas áreas de infraestrutura, como energia, saneamento, transportes, habitação, etc. (Jardim e Silva, 2016). Embora fundado em parcerias público-privadas, o PAC permitiu o incremento do investimento público de tal forma que este passou de 2,6% do PIB em 2006 para 4,7% em 2013 (Sarti, 2015).

A implementação desta política pública de matriz industrial surtiu efeito na taxa de investimento (formação bruta de capital/PIB) da economia brasileira. De uma média anual de 17,2%, no período 2004-2006 – antes, portanto, da implementação do PAC – este indicador expandiu-se para 19,8% no período 2007-2013, quando o programa passou a dar a sua contribuição à economia nacional, conforme pode ser visto no **Gráfico 22**:

Gráfico 22 – Brasil – Taxa de Investimento, de 2004 a 2013 (em %)



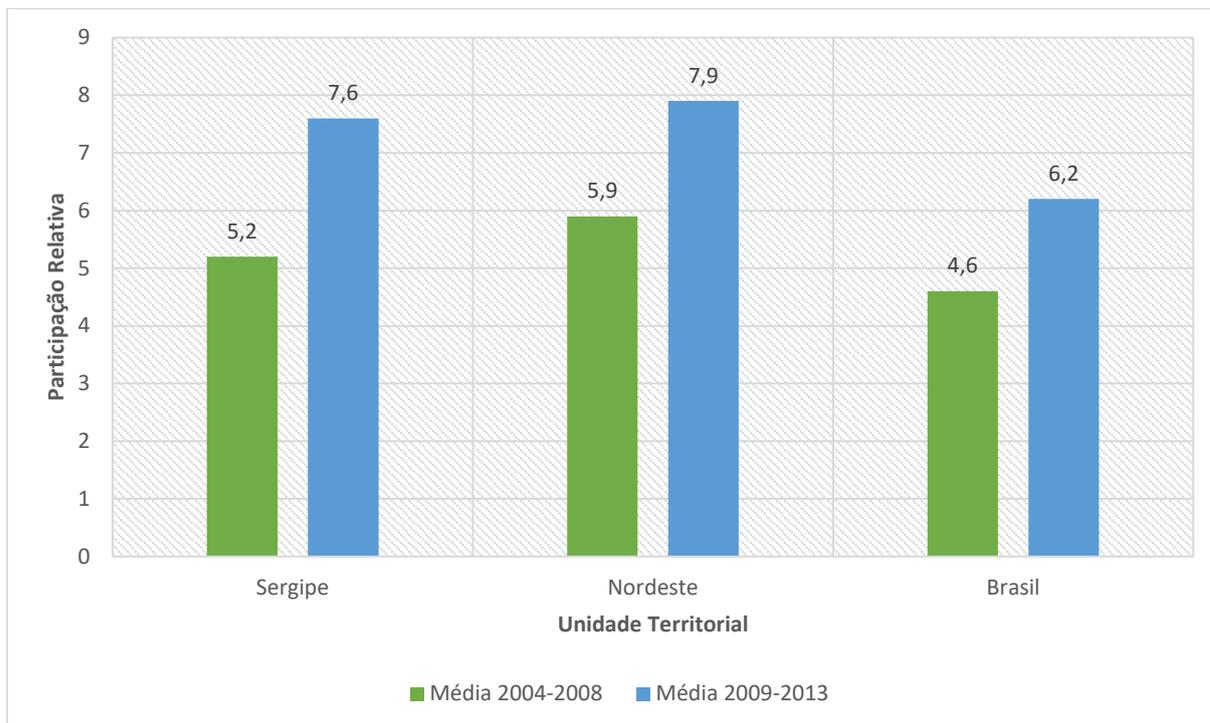
Fonte: adaptado de PAULA (2022)

Um dos principais eixos de investimento do PAC era a área de infraestrutura social e urbana, com forte direcionamento para o setor de construção de habitações. Para a consecução deste objetivo, o governo brasileiro lança em 2008 o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Até o ano de 2010, o volume de recursos investidos na área de infraestrutura social e urbana do PAC atingiu a cifra de R\$ 170 bilhões, dos quais R\$ 106 bilhões foram investidos em projetos de habitação do Programa Minha Casa Minha Vida, um dos eixos principais do Programa de Aceleração do Crescimento (Jardim e Silva, 2016).

Os impactos deste volume de recursos, associados ao PMCMV, no segmento da construção, se refletiram na elevação da participação do setor no valor adicionado bruto. O **Gráfico 23** mostra a elevação média da participação da construção civil no VAB antes e após a implantação do “Minha Casa, Minha Vida”, em nível estadual, regional e nacional.

Gráfico 23 – Sergipe, Nordeste e Brasil - Participação Relativa da Indústria da Construção no Valor Adicionado Bruto, médias anuais, 2004-2013 (em %)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais do IBGE (2019)

Ainda que se analise a participação da indústria da construção no período anterior ao ciclo de crescimento (2004-2013), esta média de 2009 a 2013 é superior à de qualquer ano na série, de 2002 a 2008, para as três unidades territoriais analisadas. Isto mostra a importância de políticas verticais, ou seja, medidas de incentivos a setores específicos, conforme defendem autores vinculados ao pensamento heterodoxo.

Como resumo das transformações do período 2004 a 2013, para a economia sergipana, podemos afirmar que somente a indústria da construção foi alvo de uma política industrial de grande magnitude, o que claramente se refletiu na elevação da sua participação relativa no VAB. O setor da indústria extrativa, embora tenha recebido investimentos significativos por parte da Petrobrás, especialmente na primeira fase do ciclo, foi fortemente condicionado pela dinâmica dos preços do petróleo e pelos desdobramentos da crise de 2009.

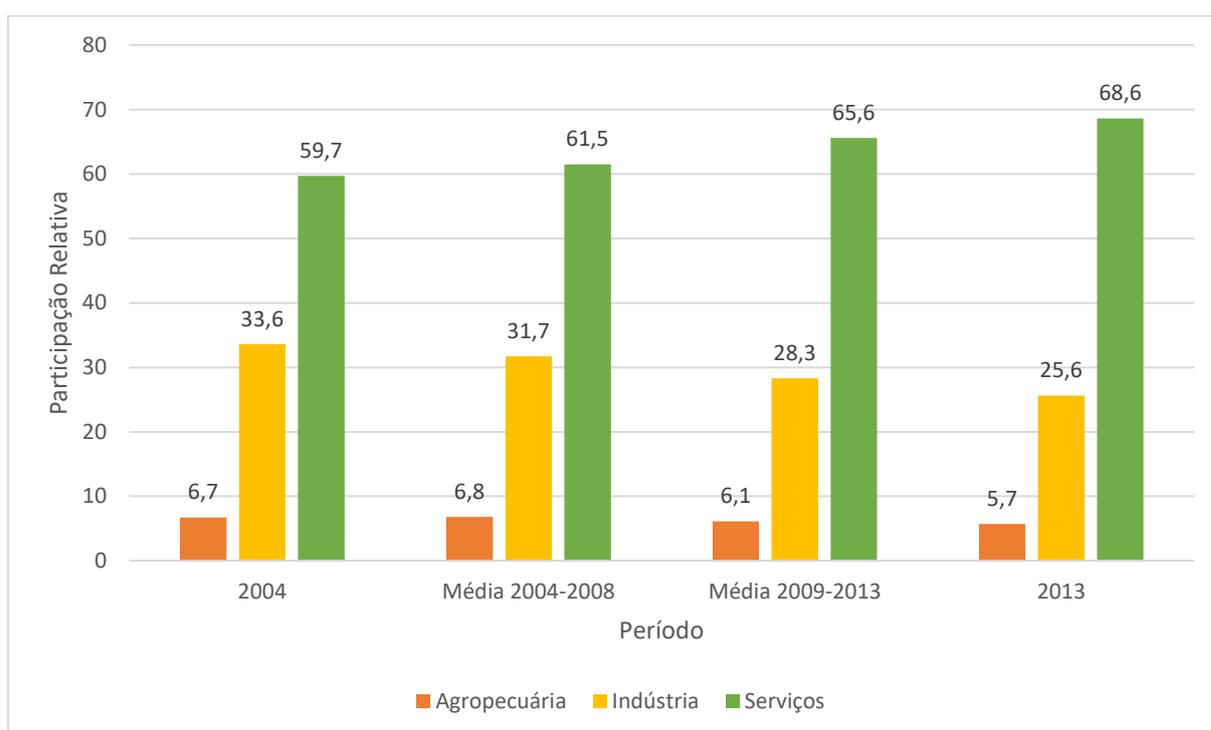
Os Serviços Industriais de Utilidade Pública, dada a elevada participação da usina hidrelétrica de Xingó na sua composição, foram bastante impactados pela dinâmica das chuvas no período, apresentando expressivo declínio de participação no VAB sergipano.

Por sua vez, a indústria de transformação, o setor de maior capacidade de estimular o dinamismo da economia, esteve dependente dos incentivos fiscais associados ao Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI) durante toda a fase do ciclo expansivo, não

sendo objeto de nenhuma política industrial de maior impacto, fosse estadual ou federal. Como resultado dessa dinâmica, assim como ocorrera com os SIUP e a indústria extrativa, a indústria de transformação perdeu participação no VAB estadual.

A soma de todos estes fatores se refletiu em um declínio da participação da indústria sergipana no valor adicionado bruto do estado. Seguindo trajetória inversa, o setor de serviços aumentou ainda mais a sua participação no VAB sergipano:

Gráfico 24 – Sergipe – Participação Relativa dos Macrossetores no Valor Adicionado Bruto – 2004, 2013 e médias do período (em %)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais do IBGE (2019)

4.5 A INDÚSTRIA SERGIPANA NA FASE DE CRISE E ESTAGNAÇÃO DA ECONOMIA DO ESTADO

A última fase do período de análise do comportamento da indústria sergipana foi fortemente marcada por acontecimentos de abrangência e impacto nacional, cujos desdobramentos se prolongaram por alguns anos, redefinindo a trajetória recente da economia brasileira. Em razão disto, será dada ênfase nesta subseção aos determinantes do movimento da economia brasileira a partir de 2014, e somente depois analisaremos como a indústria sergipana repercutiu as mudanças processadas em âmbito nacional.

O ano de 2014 marcou o início de um período de desaceleração e posterior recessão da economia brasileira. Após um crescimento de 3% em 2013, o PIB real do Brasil iniciou o ano seguinte com um crescimento de 3,4% no primeiro trimestre. Nos dois trimestres posteriores, porém, a economia apresentou quedas de -0,4% e -0,6%, entrando em recessão técnica, cenário que perdurou no último trimestre do ano, no qual o PIB registrou nova queda, de -0,2% (Ipeadata, 2022).

Esta conjuntura de crise econômica agravou a situação da então presidente Dilma Rousseff, cuja popularidade havia declinado a partir dos movimentos de rua eclodidos em junho de 2013. Como adendo, a deflagração da operação Lava Jato pelo Ministério Público do Paraná, em março de 2014, passou a revelar um esquema de corrupção envolvendo políticos e empresários, cujas ações tinham por alvo principalmente desvios de verbas da Petrobrás e favorecimento, em contratos de licitações, a empresas do setor da construção civil.

Embora tenha saído vencedora do pleito eleitoral de outubro de 2014, quando foi reeleita para o seu segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff encontrava-se duplamente fragilizada. De um lado, as notícias diárias das ações da Polícia Federal no âmbito da operação Lava Jato associavam continuamente o esquema de corrupção ao governo vigente. Do outro, a deterioração da situação econômica era vista como resultado da política econômica empreendida desde os anos anteriores, que teria se caracterizado pelo excessivo gasto público, o que se refletia na escalada inflacionária e na dificuldade em cumprir as metas de superávit primário – a economia do governo para pagar os juros da dívida pública.

Neste contexto, um ajuste fiscal nas contas públicas passou a ser sistematicamente defendido por economistas ortodoxos e políticos de oposição como imprescindível à retomada do crescimento. Após reeleita, a presidente nomeou ministro da Fazenda o economista ortodoxo Joaquim Levy, até então diretor-superintendente do Banco Bradesco. A partir deste momento, as políticas de cunho desenvolvimentista, que ganharam expressão durante os dois governos Lula e primeiro governo Dilma Rousseff, passariam a ser paulatinamente abandonadas, dando lugar, novamente, à dominância liberal.

Como parte da missão de colocar em prática o ajuste fiscal pregado pela ortodoxia – e até então negado pela presidente – o novo ministro anunciou uma redução de R\$ 58 bilhões nos investimentos previstos para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além de uma “economia” de R\$ 18 bilhões, a ser conseguida mediante mudanças nas regras de recebimento de diversos benefícios sociais (Carvalho, 2018). Somado a essas medidas, os preços administrados, a exemplo da gasolina e energia elétrica, que vinham sendo contidos nos anos

anteriores, sofreram consideráveis reajustes nas suas tarifas, de 20,1% e 51%, respectivamente (Carvalho, 2018).

O reajuste dos preços administrados impactou na taxa de inflação, que passou a se elevar a partir de novembro de 2014, fechando o ano em 6,4%, apenas 0,1% abaixo do teto da meta estabelecida pelo Banco Central do Brasil (BCB). No mesmo período, a moeda brasileira iniciou uma trajetória de desvalorização frente ao dólar americano, com a taxa de câmbio depreciando-se cerca de 22% até março de 2015 (Ipeadata), reforçando a subida dos preços internos. Diante desta escalada, o Banco Central promoveu sucessivas elevações da taxa básica de juros (SELIC) em 2015, no intuito de fazer a taxa de inflação convergir para o centro da meta (4,5%).

Com a subida dos juros, porém, o encarecimento do crédito impactava negativamente no nível de investimento, que iniciou uma trajetória de declínio, reduzindo-se em 3,5 pontos percentuais de 2014 a 2016. No mesmo sentido, o consumo das famílias, que já vinha em desaceleração em 2014, apresentou uma trajetória negativa nos anos de 2015 e 2016, decaindo em -8,2% no acumulado do período. Esta retração na demanda agregada teve forte impacto na taxa de desemprego, que mais do que dobrou entre 2014 e 2016.

O resultado das medidas ortodoxas para conter a desaceleração da economia brasileira foi, portanto, um cenário de crise no ano de 2015, com diversos indicadores se deteriorando, (conforme mostra a **Tabela 8**) situação que perdurou em 2016. O Produto Interno Bruto do Brasil só viria a dar sinais de recuperação apenas no primeiro trimestre de 2017, quando após onze trimestres de sucessivas quedas apresentou um ligeiro crescimento de 0,2% (Ipeadata, 2022).

Tabela 8– Brasil, indicadores selecionados – 2013 a 2016 (variação em %)

Indicador	2013	2014	2015	2016
Crescimento do PIB (em %)	3,0	0,5	- 3,8	- 3,6
Taxa de Juros SELIC (média anual, em %)	10	11,8	14,3	13,8
Taxa de Investimento (em % do PIB)	20,9	19,9	18,1	16,4
Taxa de Inflação (IPCA, em % a.a.)	5,9	6,4	10,7	6,3
Taxa de Desemprego (em % a.a.)	5,1	5,0	8,1	11,6
Consumo das Famílias (em %)	3,5	1,3	- 4,0	- 4,2

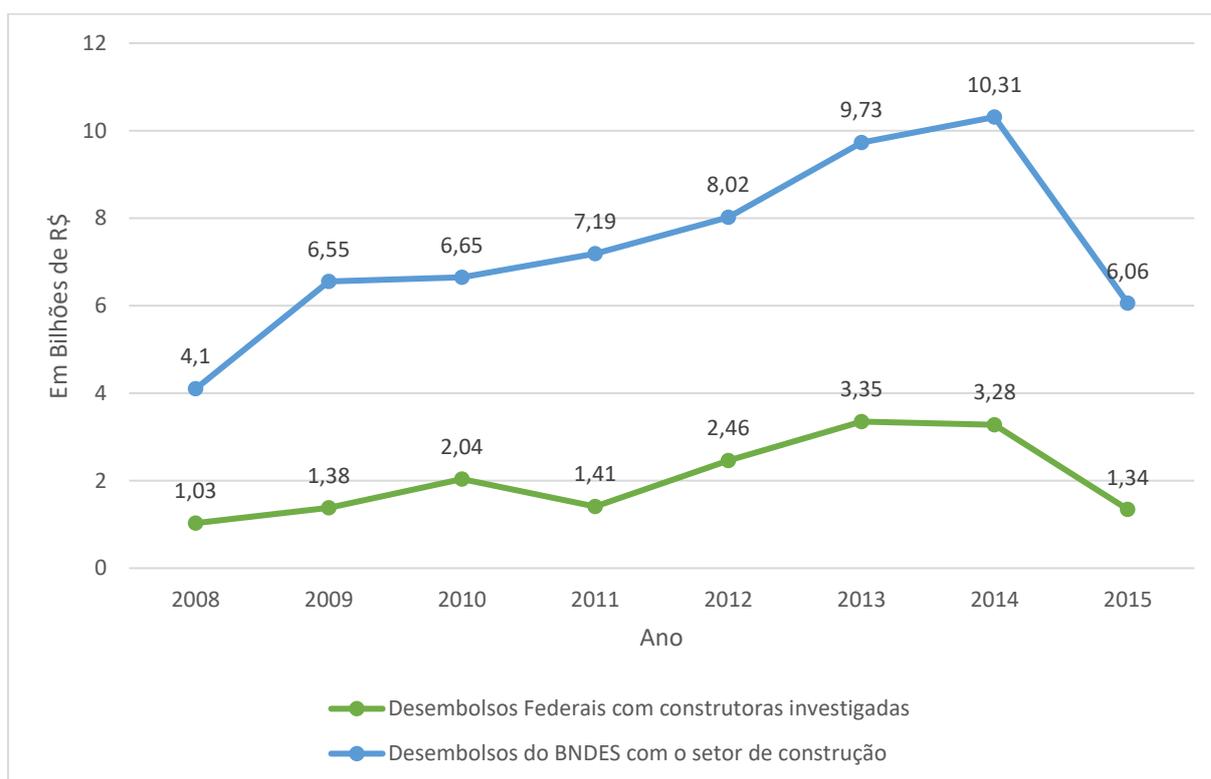
Fonte: adaptado de PAULA (2022) e PNAD Contínua/IBGE

Em adição a este quadro de medidas de política econômica, os desdobramentos da operação Lava Jato passaram a se refletir principalmente no desempenho das indústrias

extrativas e da construção brasileiras. Diversas empresas de ambos os segmentos, desde grandes grupos a firmas menores integrantes da rede de fornecedoras, foram impactadas pela suspensão de contratos, em função do envolvimento de membros das companhias nos esquemas de corrupção.

Na área da construção, o financiamento público a obras de infraestrutura, que tinha no Programa de Aceleração do Crescimento a principal política industrial relacionada ao setor, declinou drasticamente a partir de 2015, especialmente quando as empresas contempladas com os contratos de licitação encontravam-se sob investigação na operação Lava Jato. De 2014 para 2015, os desembolsos do governo federal com as construtoras investigadas reduziram-se em cerca de 59%, ao passo que o financiamento do BNDES com o setor da construção como um todo declinou 41% no mesmo período (Ferreira, 2016).

Gráfico 25 – Brasil – Desembolsos do Governo Federal com Empresas Investigadas na Operação Lava Jato e do BNDES com o Setor de Construção, 2008 a 2015 (em Bilhões de R\$ correntes)



Fonte: adaptado de FERREIRA (2016)

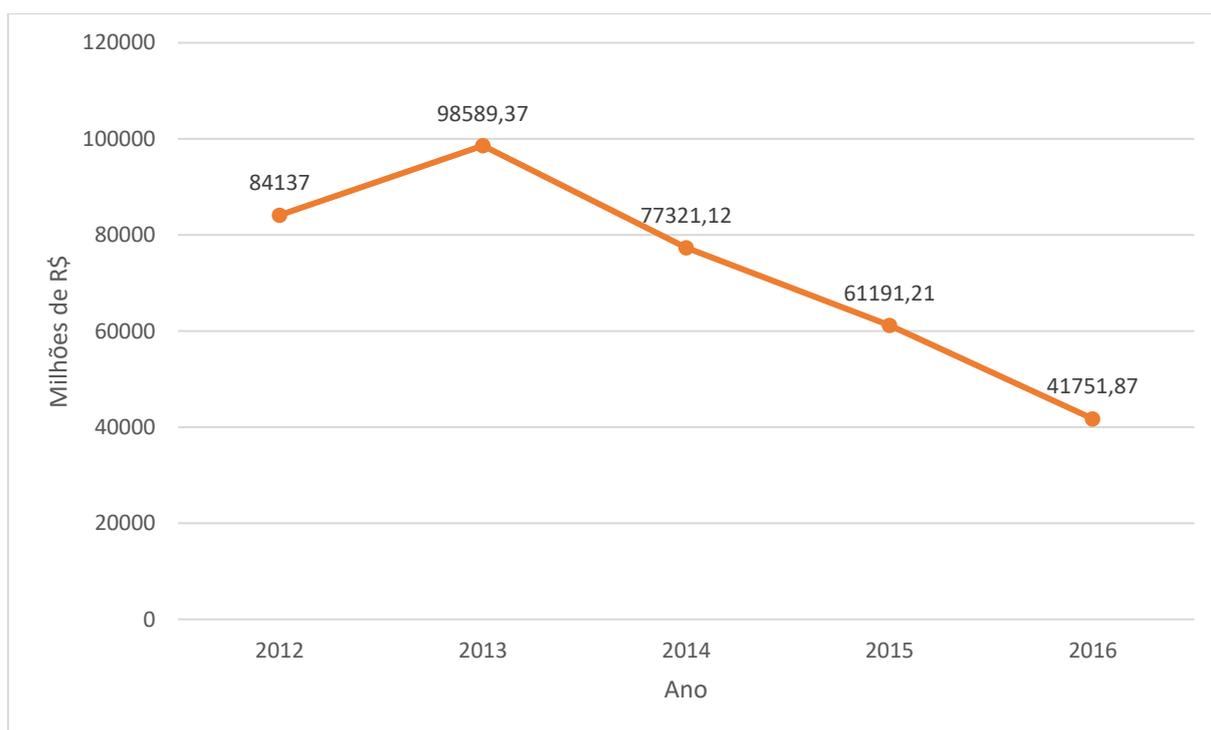
Além das ações da operação Lava Jato – e também em decorrência delas –, um outro agravante para o setor industrial a partir de 2015, que ocasionou reflexos importantes em toda a economia brasileira, foi a política de desinvestimentos adotada pela Petrobrás. No primeiro semestre daquele ano, a companhia anunciou o “Plano de Negócios e Gestão 2015-2019”.

Segundo a empresa, de 2015 até 2018 estavam previstos um montante de US\$ 57,7 bilhões em desinvestimentos, entre as áreas de exploração, produção e abastecimento de petróleo, gás e energia, reestruturação de negócios, desmobilização de ativos, etc. (Petrobrás, 2015).

De acordo com a companhia, esta política de desinvestimentos estava sendo adotada devido à queda dos preços do petróleo no mercado internacional. O novo plano visava então “maior eficiência na gestão de serviços contratados, racionalização das estruturas e reorganização dos negócios, otimização dos custos de pessoal e redução nos dispêndios de suprimento de insumos e seguia uma tendência mundial da indústria de petróleo e gás” (PETROBRÁS, 2015).

Com as ações da operação Lava Jato impactando nas atividades da empresa desde 2014 e as decisões de desmobilizar ativos a partir do ano seguinte, o nível de investimento da Petrobrás caiu abruptamente no período, como se pode ver no **Gráfico 26**:

Gráfico 26 – Petrobrás – Investimento Anual, 2012 a 2016 (em milhões de R\$ de 2012)



Fonte: elaboração própria com base em JESUS JÚNIOR e FERREIRA JÚNIOR (2021)

Os reflexos destas transformações nos segmentos industriais da construção e do extrativismo mineral se traduziram no declínio da participação relativa de ambos os setores no valor adicionado da economia brasileira. No período compreendido entre 2013 e 2016, marcado por desaceleração e posterior recessão, os dois setores foram os únicos dentre os segmentos industriais que apresentaram contínua redução de participação no VAB brasileiro.

A indústria da construção perdeu 20,3% de sua participação na contribuição à geração da riqueza nacional. No caso da indústria extrativa, esta queda foi ainda mais acentuada, posto que de 2013 a 2016 o setor viu sua participação no valor adicionado nacional reduzir-se em 76,1%. Este declínio de ambos os segmentos impactou na participação da indústria como um todo, que se reduziu em 14,8% nos quatro anos em análise, como pode ser ilustrado na tabela abaixo:

Tabela 9 – Brasil: participação relativa dos setores industriais no Valor Adicionado Bruto, 2013 a 2016 e variação no período (em%)

Setor	2013	2014	2015	2016	2013-2016
Indústria de Transformação	12,3	12,0	12,2	12,5	1,6
SIUP	2,0	1,9	2,4	2,7	35
Indústria da Construção	6,4	6,2	5,7	5,1	- 20,3
Indústria Extrativa	4,2	3,7	2,1	1,0	- 76,1
Indústria Total	24,9	23,8	22,5	21,2	- 14,8

Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais/IBGE (2019)

Os desdobramentos da crise da economia brasileira como um todo, e dos setores das indústrias extrativa e da construção em particular, atingiram fortemente a economia sergipana. Conforme visto anteriormente, estes haviam sido os dois setores industriais que mais ganharam participação no VAB estadual durante o ciclo expansivo. No caso da indústria da construção, especialmente de 2009 a 2013.

Aliados a estes fatores, os efeitos da prolongada estiagem que se abateu sobre Sergipe e boa parte da região Nordeste desde o ano de 2011, ocasionaram fortes impactos negativos sobre a produção agrícola e também na geração de energia elétrica na usina de Xingó (Melo, 2019). Esta gama de fatores contribuiu para que a retração do nível de atividade fosse mais acentuada em Sergipe do que no Nordeste e no Brasil.

Em consequência, o Produto Interno Bruto sergipano tanto registrou uma queda mais intensa a partir de 2016 como permaneceu em declínio nos anos de 2017 e 2018, ao contrário do que ocorreu com o Brasil e o Nordeste, que a partir de 2017 retomaram o crescimento positivo do seu PIB.

Tabela 10 – Brasil, Nordeste e Sergipe – Crescimento do PIB, 2014 a 2019 (em%)

Unidade Territorial	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	0,5	- 3,5	- 3,3	1,3	1,8	1,2
Nordeste	2,8	- 3,4	- 4,5	1,6	1,8	1,2
Sergipe	0,4	- 3,3	- 5,2	- 1,1	-1,8	3,6

Fonte: elaboração própria com base no OBSERVATÓRIO DE SERGIPE (2019)

Assim como ocorrera em nível nacional, a Petrobrás adotou para o estado de Sergipe a estratégia de desmobilizar ativos, como parte da sua política de desinvestimentos implementada a partir de 2015, na esteira dos desdobramentos da operação Lava Jato e do declínio dos preços do petróleo no mercado internacional

Observa-se a partir deste momento uma significativa mudança de orientação na atuação da empresa em Sergipe, materializada em uma redução de investimentos sem precedentes desde que a companhia implantou os primeiros projetos industriais no estado, em fins dos anos 1950.

Dentre as principais ações do plano de desinvestimentos da Petrobrás em Sergipe a partir de 2015 destacam-se: hibernação da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN-SE); encerramento da produção de petróleo em plataformas de águas rasas do litoral sergipano; hibernação do Terminal Aquaviário de Aracaju (TECARMO), responsável pelo armazenamento e embarque do petróleo produzido em Sergipe; venda de 10 campos de petróleo no estado, incluindo o de Carmópolis, maior campo terrestre do país; além do fechamento da sede administrativa da companhia no estado.

O impacto destas mudanças foi uma significativa redução na contribuição da indústria extrativa sergipana ao VAB estadual. No acumulado dos anos 2012, 2013 (auge do ciclo expansivo) e 2014 (início da desaceleração da economia) o segmento extrativo contribuiu anualmente com cerca de R\$ 3,3 bilhões, em média, para a geração de riqueza em Sergipe. Em 2015, com a nova política de desinvestimentos da Petrobrás, este índice caiu para aproximadamente R\$ 1,3 bilhão. No ano seguinte, a cifra alcançada foi de apenas R\$ 353 milhões (**Tabela 11**), valor 90,2% menor do que o atingido em 2012. Nos anos posteriores, o setor viria a ter uma lenta recuperação, atingindo um máximo de R\$ 816 milhões, em 2018.

Tabela 11 – Sergipe – Contribuição da Indústria Extrativa ao Valor Adicionado Bruto, 2012 a 2016 (em milhões de R\$ de 2019)

2012	2013	2014	2015	2016
3 619	3 401	3 138	1 306	353

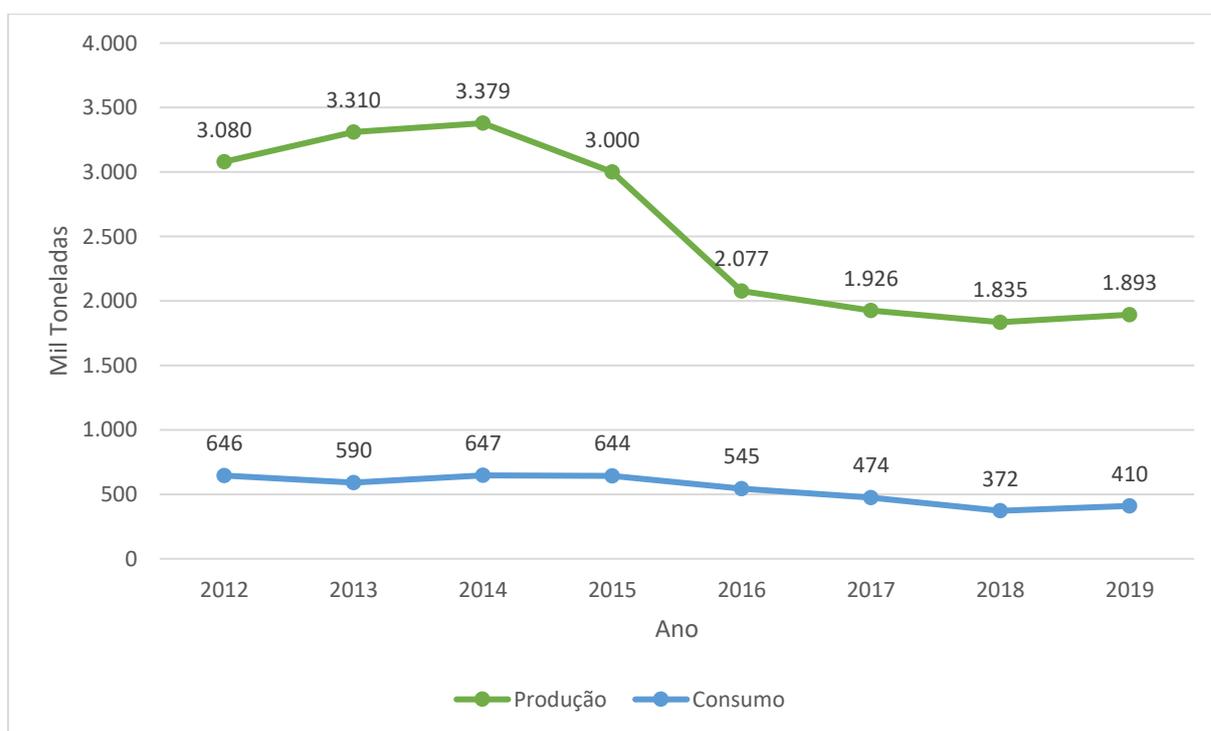
Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais/IBGE (2019)

Em relação à construção civil, um importante indicador do nível de atividade do setor é a produção e consumo de cimento, o principal insumo utilizado nas obras imobiliárias e de infraestrutura. De acordo com o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento – SNIC –, de 2015 a 2018, portanto nos quatro anos posteriores à deflagração da operação Lava Jato e à guinada ortodoxa na gestão da política econômica, a indústria do cimento acumulou um volume de perdas de vendas da ordem de 28%. Neste período, 20 fábricas do insumo foram fechadas em todo o Brasil, a capacidade ociosa do setor atingiu 46,5% e o consumo de cimento teve uma redução de 19,8 milhões de toneladas (Relatório Anual/SNIC, 2019).

No período de análise desta pesquisa, Sergipe contava com três fábricas de cimento. Com significativas jazidas de calcário presentes em seu território, o estado figurava em 2014 como o maior produtor do Norte/Nordeste e sexto maior de todo o país, com uma produção anual de 3,3 milhões de toneladas de cimento (Relatório Anual/SNIC, 2019).

A demanda por cimento no período expansivo da economia brasileira estimulou fortemente a produção sergipana. Em 2014, Sergipe atingiu o pico da sua produção, da qual cerca de 80% era exportada para outros estados. Seguindo a economia nacional, em 2015 e 2016 a produção estadual decaiu em 11,2% e 30,7%, respectivamente. O consumo de cimento no estado também declinou a partir de 2015, acompanhando a retração nacional da construção:

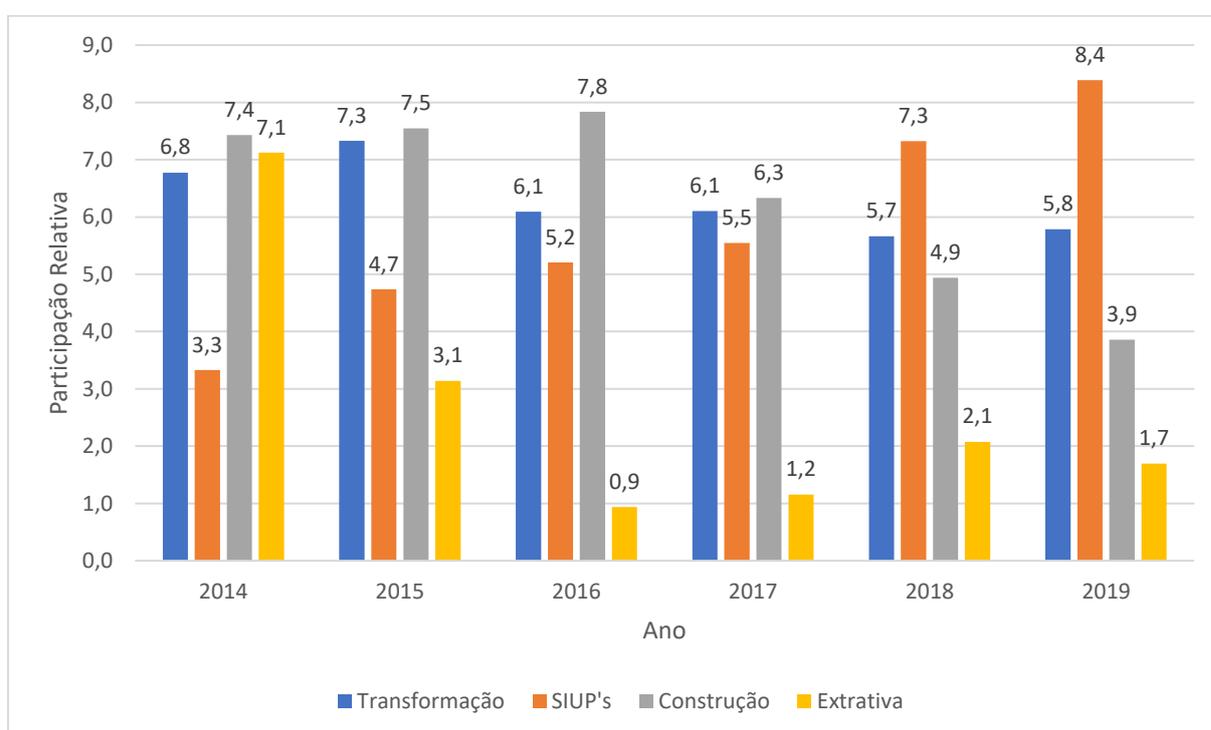
Gráfico 27 – Sergipe - Produção e Consumo de Cimento, 2012 a 2019 (em Mil Toneladas)



Fonte: elaboração própria com base no Relatório Anual/SNIC (2019)

Considerando a importância do cimento para a dinâmica da construção civil, este declínio na produção, exportação e consumo do insumo do estado de Sergipe certamente foi determinante para a retração que se verificou no setor na fase recessiva iniciada em 2014. Após ápices de 8,8% e 8,3% de participação no valor adicionado do estado em 2012 e 2013 – auge do ciclo expansivo –, o segmento da construção passou a declinar nos anos seguintes, até registrar a menor contribuição de toda a série: 3,9%, em 2019 (**Gráfico 28**).

Gráfico 28 – Sergipe, participação dos setores industriais no Valor Adicionado Bruto, 2014 a 2019 (em %)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais/IBGE (2019)

Além desses declínios da construção civil e principalmente da indústria extrativa, a indústria de transformação também experimentou uma redução de participação no valor adicionado bruto do estado, ainda que com menor intensidade. De uma média anual de 7,8% na fase expansiva, a participação relativa deste segmento decaiu para 6,4% no período de desaceleração e crise da economia sergipana (2014-2018).

Dadas as características da indústria de transformação de Sergipe, onde predomina a produção de bens de consumo não duráveis, esta redução possivelmente se relaciona com a queda no consumo, que acompanha a retração do nível de atividade.

E, por fim, os Serviços Industriais de Utilidade Pública, após atingir o mínimo de 2,7% de participação relativa, em 2013, experimentou um novo crescimento a partir de 2014, reflexo da melhora da dinâmica das chuvas e conseqüentemente maior geração de energia elétrica na

usina de Xingó. No período 2014 a 2018, o setor obteve uma média anual de participação relativa no VAB estadual de 5,2%.

Este foi o panorama do comportamento do setor industrial sergipano na série histórica de 2002 a 2019, com um olhar a partir da dinâmica do valor adicionado bruto por cada um dos quatro subsetores industriais. Uma característica marcante do período foi que no ciclo expansivo da economia brasileira, o VAB industrial sergipano registrou certa expansão, puxado principalmente pelos setores da indústria extrativa e da construção, ambos fortemente condicionados por impulsos externos à economia de Sergipe. Porém, o setor de maior capacidade de dinamizar o crescimento – a indústria de transformação – experimentou retração nesta fase.

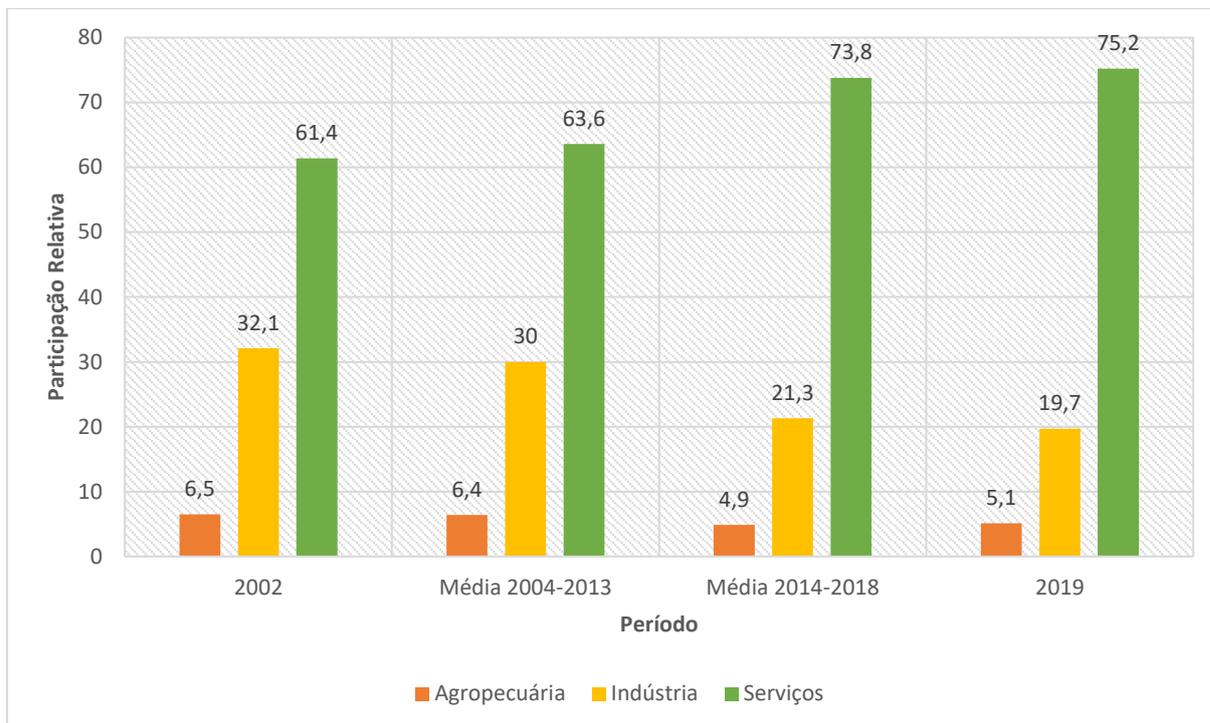
No ciclo recessivo, somente os SIUP registraram expansão, enquanto a construção civil, a indústria de transformação e, principalmente, a indústria extrativa registraram declínio na contribuição à riqueza do estado. Novamente, este comportamento foi decisivamente influenciado por dinâmicas exteriores à economia sergipana, evidenciando a suscetibilidade desta a movimentos de centros economicamente mais dinâmicos, principalmente no Brasil, mas também no exterior, como no caso das variações dos preços do petróleo.

Esta dinâmica reforça, portanto, a condição de inserção periférica da economia sergipana no sistema Centro-Periferia da economia nacional. Tal condição imprime, historicamente, uma marcante vulnerabilidade à economia do estado, a qual expressa também suas características de heterogeneidade estrutural. Assim, experimenta ciclos de crescimento de setores industriais de maior capacidade dinâmica, combinado com expansão de setores mais tradicionais, sendo que frequentemente estes acabam predominando sobre aqueles na dinâmica da economia do estado.

Este padrão de expansão caracterizou o crescimento da economia sergipana no período de análise desta pesquisa (2002 a 2019). Embora o setor industrial – especialmente a indústria extrativa e a indústria da construção civil – tenham recebido fortes estímulos provenientes da economia nacional, e por vezes do mercado externo, tanto na fase do ciclo expansivo quanto na desaceleração e na recessão, foi o setor de serviços que, no geral, mais contribuiu para o valor adicionado bruto do estado de Sergipe (**Gráfico 29**).

Desta forma, o que se verificou do início ao fim do período de análise foi um decréscimo da participação do setor industrial na contribuição à geração da riqueza sergipana. De 2002 a 2019, a indústria estadual reduziu sua participação no VAB em 12,4 pontos percentuais, uma perda real de cerca de R\$ 2,2 bilhões, em valores de 2019.

Gráfico 29 - Sergipe, Participação Relativa dos Macrossetores no VAB, 2002, 2019 e médias do período (em %)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais/IBGE (2019)

Este declínio do setor industrial verificado no período acentuou a tendência – que vem se delineando desde a década de 1980 – de perda de protagonismo da indústria no conjunto da economia sergipana, mudança estrutural que também se processa na economia brasileira. Destarte, enquanto o setor secundário declina na geração de riqueza em Sergipe, o setor de serviços trilha o caminho inverso, contribuindo cada vez mais para o valor adicionado bruto do estado. Entre 2002 e 2019, o setor terciário aumentou em 13,8 pontos percentuais a sua contribuição à riqueza sergipana (**Gráfico 29**), um acréscimo real de 10,7 bilhões, em valores de 2019.

Diversos autores, a exemplo de Moreira (2021), Squeff e Nogueira (2015), Marconi (2015), ressaltam a menor capacidade do setor de serviços de promover ciclos de crescimento econômico sustentáveis no longo prazo. Isto se daria em função dos menores multiplicadores de produção do setor, da sua menor capacidade de estabelecer efeitos de encadeamento na estrutura produtiva ou ainda da menor produtividade do trabalho das atividades desenvolvidas neste segmento.

Para os objetivos desta dissertação, cumpre-nos mensurar a produtividade do trabalho nos três setores – Agropecuária, Indústria e Serviços – da economia sergipana e analisar o seu comportamento no período 2002 a 2019. Considerando os pressupostos teóricos adotados no desenvolvimento do trabalho, espera-se constatar disparidades entre os três setores – o que

caracterizaria a heterogeneidade estrutural –, com maior primazia do setor industrial em relação aos demais. É a esta tarefa que nos dedicaremos no próximo capítulo.

5 O DESEMPENHO DA PRODUTIVIDADE NOS MACROSSETORES SERGIPANOS, DE 2002 A 2019

5.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo procederemos à análise da produtividade do trabalho nos macrossetores da economia sergipana, de 2002 a 2019. Pretende-se aqui mensurar esta variável na agropecuária, na indústria e nos serviços, captando as eventuais assimetrias existentes entre os três setores e o seu comportamento ao longo do período considerado. De acordo com o referencial teórico adotado, as disparidades nos níveis de produtividade setorial da estrutura econômica dos países e regiões periféricas é o que caracteriza o fenômeno da heterogeneidade estrutural.

O conceito de produtividade do trabalho aqui adotado constitui-se na razão entre o Valor Adicionado Bruto e o Pessoal Ocupado. Conforme descrito no capítulo anterior, os dados do Valor Adicionado Bruto foram obtidos através da Tabela Sinóptica nº 07, “Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto, Brasil, Grandes Regiões e Unidade da Federação – 2002 a 2019”, do grupo de tabelas especiais do Sistema de Contas Regionais do IBGE.

Para o período compreendido entre 2002 e 2015, os dados de pessoal ocupado por setores de atividades foram obtidos através da Tabela nº 2267 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) que quantifica as “Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência no trabalho principal, sexo e grupamentos de atividades do trabalho principal” (IBGE, 2022).

Conforme prática do IBGE, nos anos em que havia a realização do Censo Demográfico, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios não era realizada. Desta forma, não há disponível dados de pessoal ocupado oriundos da PNAD para o ano de 2010. Para preencher esta lacuna, adotamos a mesma metodologia utilizada por Souza (2015) ao calcular a produtividade do trabalho por setores da economia brasileira de 2004 a 2013, obtendo os dados de pessoal ocupado para o ano de 2010 através de interpolação.

O último ano de realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios foi 2015. Assim, na quantificação do pessoal ocupado a partir de 2016 e até 2019, utilizou-se como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), através da Tabela nº 5434, cujo universo pesquisado abrange as “Pessoas de 14 ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamento de atividades no trabalho principal” (IBGE, 2022).

Conforme pode-se notar, os cortes etários utilizados nas duas pesquisas são diferentes, o que possivelmente se reflete no quantitativo de pessoal constantes nas respectivas tabelas. Não obstante, nos setores secundário e terciário as variações de pessoal ocupado constatadas entre 2015 (dados da PNAD) e 2016 (PNAD Contínua) não apresentam grandes diferenças daquelas verificadas em anos anteriores, quando os dados eram levantados pela PNAD. Assim, consideramos não haver prejuízo na análise do comportamento da produtividade nestes setores.

Em relação à agropecuária, por outro lado, verifica-se uma queda de pessoal ocupado da ordem de 38,6%, destoando das variações ocorridas nos anos anteriores. De 2002 a 2015, com dados oriundos da PNAD, os anos em que este índice apresentou a maior queda e o maior crescimento foram, respectivamente, 2007 (-10,1%) e 2014 (14,7%). Desta forma, a mudança de metodologia entre as pesquisas refletiu-se no quantitativo de pessoal ocupado no setor, com reflexos também no nível de produtividade, conforme se verá posteriormente.

Em relação à PNAD Contínua, destacamos que os dados de pessoal ocupado por setor são divulgados trimestralmente, e não anualmente, como ocorria com a PNAD. Para tornar ambos os conjuntos de dados quantitativamente comparáveis e melhor captar o movimento real da variável, utilizou-se a média aritmética simples do somatório de pessoal dos quatro trimestres do ano, dividindo-se o resultado por 4. Assim buscou-se eliminar os efeitos de sazonalidade, que se manifesta, por exemplo, em maior pessoal ocupado no setor de serviços no último trimestre do ano.

Ressalte-se que a metodologia da PNAD e PNAD Contínua para a quantificação do pessoal ocupado por setores abrange os vínculos formais e informais do mercado de trabalho brasileiro. É, portanto, a base de dados mais ampla no que diz respeito à quantificação do pessoal ocupado nos setores de atividades da economia brasileira.

Esta ressalva se faz necessária considerando que o que se pretende mensurar nesta pesquisa é a produtividade com base no Valor Adicionado Bruto ao PIB do estado. Como o Produto Interno Bruto reflete o valor de todos os bens e serviços finais da economia, na sua mensuração – e conseqüentemente na do VAB – está inclusa a contribuição do trabalho dos agentes formais e informais da economia considerada.

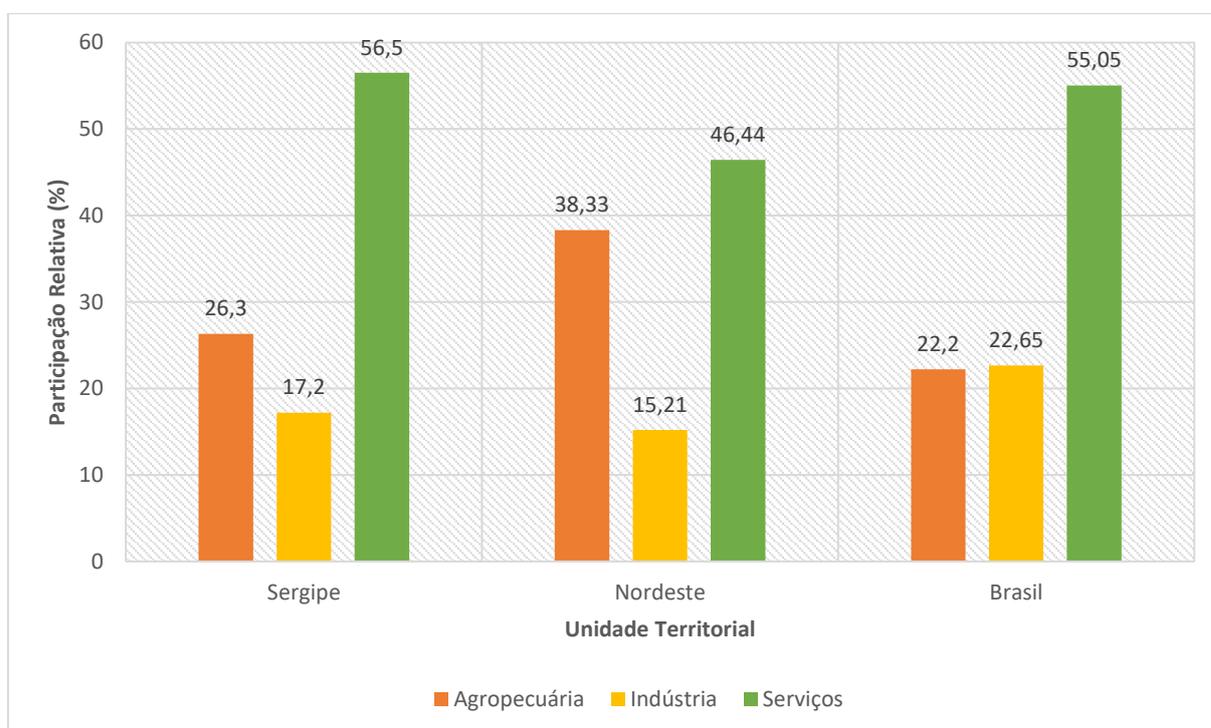
De acordo com a pesquisa ECINF – Economia Informal Urbana – ano 2003, o estado de Sergipe contava no referido ano com um total de 104.789 pessoas ocupadas em atividades informais (IBGE, 2003). A ECINF quantifica apenas pessoas sem vínculos formais ocupadas em atividades industriais e de serviços urbanos. Assim, os trabalhadores ocupados em atividades agropecuárias sem vínculos formais não entram no universo da pesquisa, o que dá uma ideia da dimensão da informalidade na economia sergipana (e brasileira). Logo, a

contribuição destes agentes à produção da riqueza nacional e estadual, embora difícil de ser mensurada separadamente, não pode ser desconsiderada no todo.

Os recortes temporais a serem adotados serão os mesmos utilizados no capítulo anterior. Analisaremos primeiramente o período 2002 a 2003; depois o ciclo expansivo da economia sergipana, de 2004 a 2013; e posteriormente a fase de desaceleração e recessão, de 2014 a 2018, com a retomada do crescimento no último ano da série, 2019. Assim como feito no capítulo sobre a participação do setor industrial no VAB, também aqui eventualmente estabeleceremos comparações entre Sergipe, Nordeste e Brasil, e buscaremos destacar a influência de fatores nacionais (e internacionais) no comportamento da produtividade.

Antes de passarmos à mensuração e análise do comportamento da produtividade dos macrossetores na economia sergipana, fazemos um breve “retrato” da distribuição do pessoal ocupado na economia do estado no período 2002/2003, estabelecendo uma comparação com o Nordeste e com o Brasil.

Gráfico 30 – Sergipe, Nordeste e Brasil – Distribuição do Pessoal Ocupado por Macrossetor, Média 2002-2003 (em %)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE, 2002/2003)

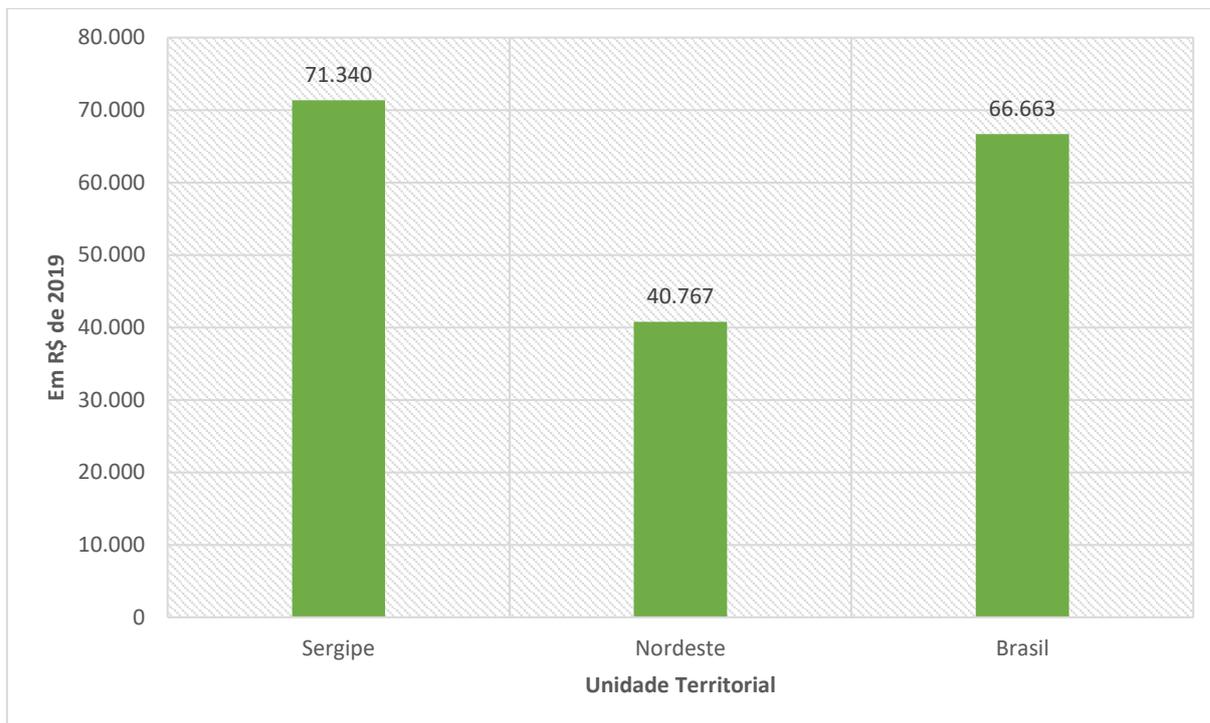
O primeiro aspecto a ser observado no **Gráfico 30** é que no período em tela, em relação ao Brasil, e principalmente ao Nordeste, Sergipe já estava mais adiantado no processo de terciarização das ocupações profissionais, com o setor de serviços comportando no estado proporcionalmente mais pessoas do que nas outras unidades territoriais.

Em seguida, podemos observar que o estado estava somente um pouco acima da região Nordeste (2,1%) e bem abaixo do Brasil (-5,4%) em termos relativos de pessoal ocupado no setor industrial. Esta distribuição destoa da contribuição dos macrossetores ao valor adicionado bruto no mesmo período, pois, conforme visto no capítulo anterior, a participação relativa da indústria em Sergipe neste período era maior do que no Brasil e, principalmente, do que no Nordeste.

Recordemos que a maior relevância da indústria em Sergipe neste aspecto se explicava devido à maior participação da indústria extrativa e, principalmente, dos serviços industriais de utilidade pública. Ambos os segmentos possuem características que os diferenciam da maior parte das atividades da indústria de transformação e da construção civil. Por um lado, são constituídos por atividades bastante intensivas em capital, demandando grande magnitude de investimentos para a operação de suas atividades. Por outro, as atividades desenvolvidas são intensamente mecanizadas (usina hidrelétrica, plataformas de exploração petrolífera, etc), operando, portanto, com reduzido número de trabalhadores, se comparado aos outros segmentos industriais.

Assim, explica-se porque, apesar da maior participação relativa da indústria na estrutura produtiva da economia sergipana no início do século XXI, o setor, de forma agregada, empregava relativamente menos trabalhadores do que no Brasil. Este aspecto se refletia na produtividade do trabalho do setor industrial sergipano, que em 2002 era cerca de 75% maior que a do Nordeste e aproximadamente 7% maior que a do Brasil, como pode ser visto no **Gráfico 31**:

Gráfico 31 – Sergipe, Nordeste e Brasil – Produtividade do Trabalho no Setor Industrial, 2002
(em R\$ de 2019)

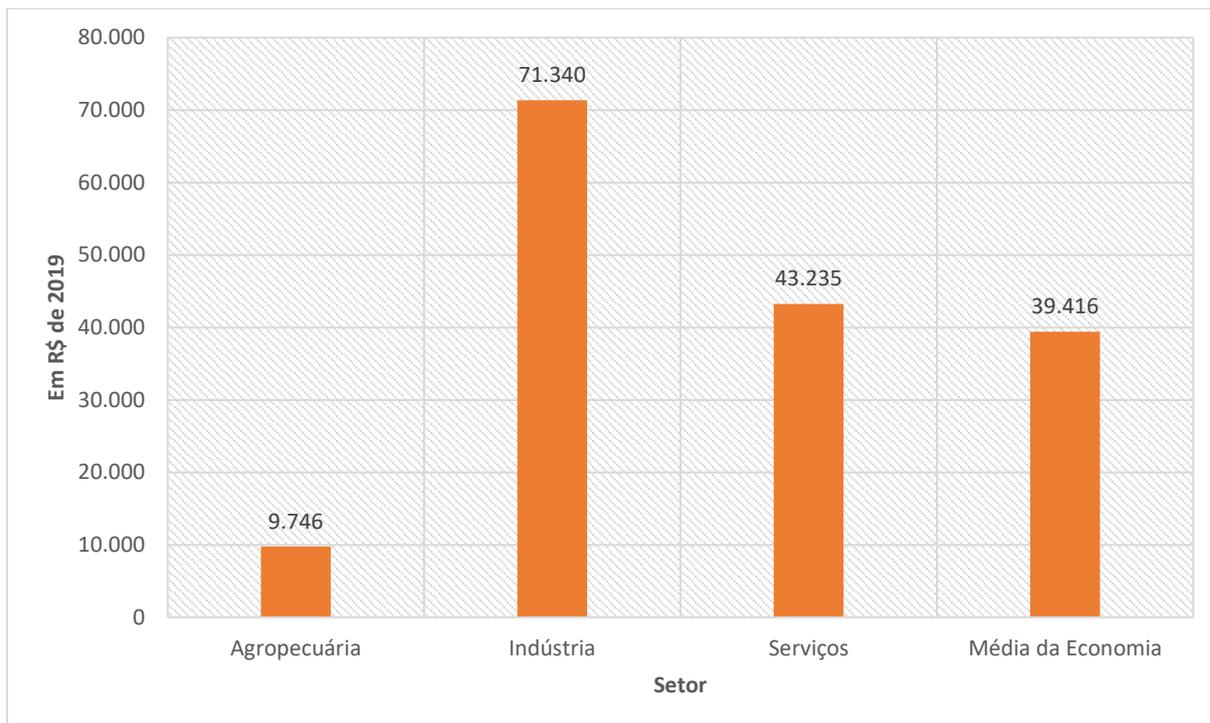


Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais e PNAD (IBGE)

5.2 A PRODUTIVIDADE DOS MACROSSETORES SERGIPANOS EM 2002/2003

Analisemos agora a produtividade do trabalho nos macrossetores (Agropecuária, Indústria e Serviços) da economia sergipana no mesmo ano de 2002, expressa no **Gráfico 32:**

Gráfico 32 – Sergipe - Produtividade do Trabalho dos Macrossetores e Média da Economia, 2002 (em R\$ de 2019)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais e PNAD (IBGE)

Observa-se a partir do **Gráfico 32** uma grande disparidade no valor da produtividade do setor industrial em relação ao setor de serviços e, principalmente, à agropecuária, no ano de 2002. Pode-se notar ainda que a produtividade da indústria era muito superior também à produtividade média da economia sergipana como um todo. Disto, depreende-se que a capacidade média de produção de riqueza do setor secundário de Sergipe apresentava-se profundamente discrepante dos outros setores econômicos.

Em termos percentuais, o hiato de produtividade – diferença entre a produtividade de dois setores – entre os macrossetores da estrutura produtiva de Sergipe no ano em análise pode ser expresso conforme a **Tabela 12**:

Tabela 12 – Hiato de Produtividade do Trabalho da Indústria em relação à Agropecuária, Serviços e Média da Economia Sergipana, 2002 (em %)

Indústria/Agropecuária	Indústria/Serviços	Indústria/Média da Economia
632%	65%	81%

Fonte: elaboração própria com base no SCR e PNAD/IBGE (2019)

As assimetrias expressas na **Tabela 12** confirmam a existência da heterogeneidade estrutural na economia sergipana no ano de 2002, evidenciando inclusive que a disparidade de

produtividade era quase dez vezes superior na relação Indústria/Agropecuária do que na comparação entre Indústria e Serviços.

Entre 2002 e 2003, como aliás em toda a série analisada, o setor primário teve uma participação reduzida na geração da riqueza em Sergipe, contribuindo com uma média anual de apenas 7,3% para o valor adicionado bruto. Entretanto, de toda a massa trabalhadora do estado, aproximadamente 26,3%, algo em torno de 210 mil pessoas, estava ocupada neste setor no período, operando com uma produtividade média anual de menos de R\$ 10 mil (em R\$ de 2019).

A fragilidade econômica deste quadro se expressa de forma mais contundente quando se constata a vulnerabilidade da situação do pessoal ocupado na agropecuária, no que tange aos direitos e garantias trabalhistas. De acordo com a CEPLAN (2005), com base em dados da PNAD, de todo o pessoal ocupado no setor primário sergipano em 2003, cerca de 98% eram trabalhadores informais:

o conceito operacional de setor informal utilizado para aferir o seu tamanho foi o seguinte: assalariados sem carteira não contribuintes para a Previdência Social, autônomos, empregadores e demais posições do status ocupacional que não contribuam para a Previdência Social. Com base nesse critério, os trabalhadores não remunerados e os que produzem para consumo próprio foram considerados informais. Esse critério enumerou como informais a grande maioria dos trabalhadores agrícolas embora o conceito tenha historicamente se aplicado ao setor urbano (CEPLAN, 2005, p. 156).

Estes dados sugerem que no período 2002/2003, o setor agropecuário sergipano era fortemente caracterizado pelos aspectos que historicamente marcaram as áreas rurais das regiões e países periféricos. Nestas, à baixíssima produtividade das atividades econômicas desenvolvidas se associavam técnicas produtivas tradicionais, por vezes arcaicas, com pouca eficiência produtiva, resultando em elevado nível de pobreza da maior parte da população local.

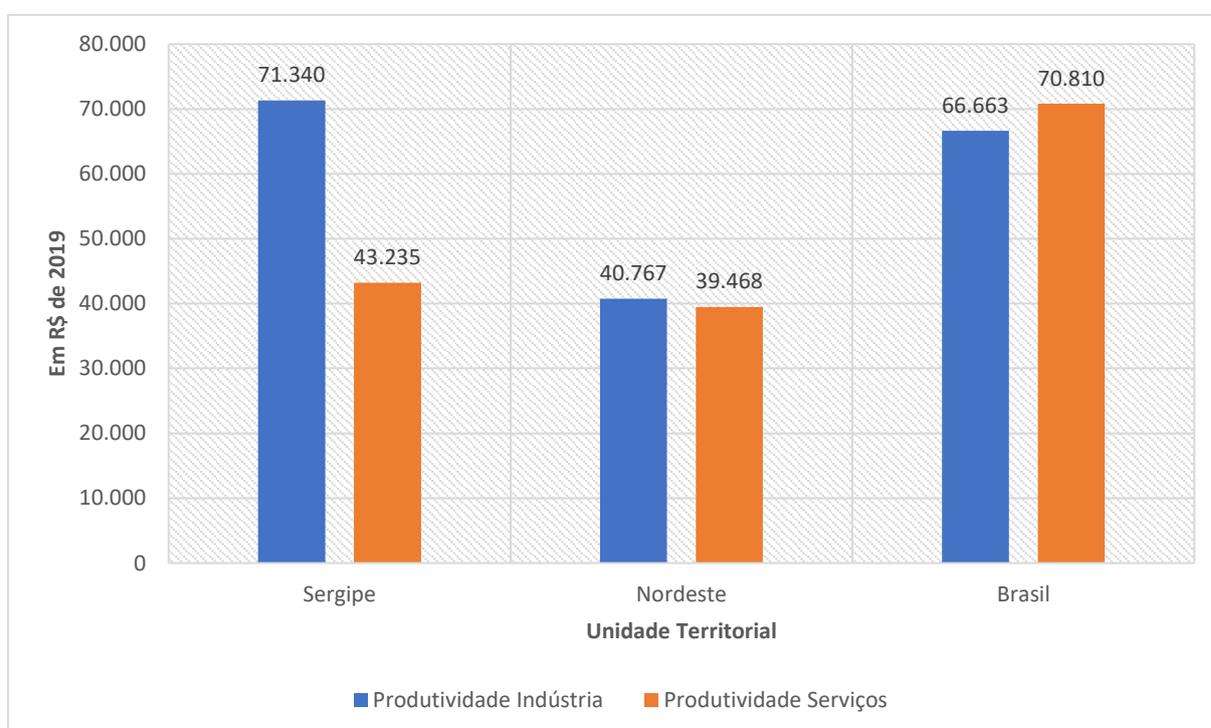
Em relação ao setor de serviços, constata-se que a disparidade de produtividade em comparação com a indústria, em 2002, era bem menor do que a verificada entre a indústria e a agricultura. Ainda assim, um hiato de produtividade de 65% é bastante considerável, evidenciando as discrepantes capacidades relativas de ambos os setores de gerar valor para a economia do estado.

Em adição a este fator, o setor de serviços, conforme visto, possui menor capacidade de estabelecer efeitos de encadeamento na estrutura produtiva e, no caso da economia brasileira, possui os menores multiplicadores de produção entre todos os setores e subsetores analisados. Assim, uma economia onde um setor com tais características predomina na estrutura produtiva certamente encontra-se em situação de fragilidade no sentido de manter uma trajetória de

crescimento sustentado, que possa responder às necessidades socioeconômicas de sua população.

No tocante à comparação com o Nordeste e com o Brasil, observa-se (**Gráfico 33**) que a disparidade entre a produtividade do setor de serviços e a da indústria era bem mais acentuada no estado, evidenciando uma heterogeneidade mais intensa em sua estrutura produtiva. Além disto, embora o setor terciário sergipano apresentasse uma produtividade ligeiramente superior à do Nordeste, estava em um nível bem abaixo da produtividade dos serviços em nível nacional.

Gráfico 33 – Sergipe, Nordeste e Brasil: Produtividade da Indústria e dos Serviços, 2002 (em R\$ de 2019)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais e PNAD (IBGE)

Todos estes fatores sugerem que a geração de riqueza no setor terciário se dá em bases economicamente frágeis e com reduzida capacidade de promover um efeito dinâmico na economia do estado. Esta constatação torna-se preocupante quando se observa a primazia do setor de serviços no conjunto da economia sergipana, tanto em relação ao valor adicionado bruto quanto ao pessoal ocupado nas atividades econômicas.

De acordo com o Sistema de Contas Regionais e a PNAD, o setor terciário é o maior gerador de riqueza e o maior empregador da economia sergipana em toda a série analisada, de 2002 a 2019. No ano de 2003, o setor contribuiu com 58,4% do valor adicionado bruto do estado e empregou cerca de 57% de todo o pessoal ocupado. No mesmo ano, a Pesquisa de Economia Informal Urbana (ECINF) estimou que dos cerca de 104 mil trabalhadores informais

urbanos de Sergipe, aproximadamente 84% estavam ocupados no setor terciário, e apenas 16% na indústria.

Desta forma, constatada a existência da heterogeneidade estrutural na economia sergipana, com marcantes assimetrias de produtividade entre os setores da agropecuária, indústria e serviços, percebe-se também que as características internas dos setores possuem a capacidade de retroalimentar este fenômeno, possibilitando sua reprodução no tempo.

O setor dos serviços, e principalmente o da agropecuária, operam com um maior contingente de trabalhadores informais, os quais estão inseridos num ambiente de maior precariedade das condições de trabalho, menor qualificação profissional e em atividades onde o progresso técnico se incorpora aos processos produtivos de forma mais incipiente, daí sua menor produtividade.

Por outro lado, o setor industrial apresenta uma produtividade significativamente mais elevada, especialmente em comparação com o setor da agropecuária. Esta característica decorria da presença, na indústria sergipana, de segmentos intensivos em capital onde a materialização do progresso técnico é mais evidente no processo produtivo, a exemplo das indústrias extrativas e dos serviços industriais de utilidade pública.

No mesmo sentido, a mão-de-obra ocupada, com graus de formalização e qualificação técnica maiores, contribui para que a produtividade seja mais elevada na indústria do que nos outros setores, reforçando o fenômeno da heterogeneidade estrutural.

Esta foi a análise da produtividade do trabalho nos macrossetores da economia sergipana no período 2002 a 2003, onde constatou-se a existência do fenômeno da heterogeneidade estrutural. Na próxima seção, será analisado como este fenômeno se manifestou no período do ciclo expansivo da economia sergipana, de 2004 a 2013.

5.3 A HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL DOS MACROSSETORES NO CICLO EXPANSIVO DA ECONOMIA SERGIPANA (2004 A 2013)

Conforme visto no capítulo anterior, o ciclo expansivo das economias brasileira e sergipana iniciou-se com um aumento da participação da indústria, que registrou em 2004 o seu maior percentual de adição ao VAB na série de 2002 a 2019, tanto no Brasil quanto em Sergipe. Este crescimento do setor secundário no ano de 2004 foi acompanhado por uma expansão da economia como um todo, onde tanto o PIB do Brasil quanto o de Sergipe, apresentaram crescimento acima de 5%.

Este movimento ascendente, que se prolongou até a crise de 2009, foi propiciado por uma expansão do valor adicionado bruto do estado a taxas relativamente estáveis, à exceção do ano de 2005, quando o VAB real sergipano registrou uma retração de 0,2% (IBGE, 2019). Individualmente, no período de 2004 a 2008, os macrossetores exibiram as variações apresentadas na **Tabela 13**, que exhibe também as variações de pessoal ocupado por setor no mesmo período.

Tabela 13 – Sergipe – Variação Anual do Valor Adicionado e Pessoal Ocupado, por Macrossetor, de 2004 a 2008 (em %)

Valor Adicionado/Setor	2004	2005	2006	2007	2008
Agropecuária	-13,2%	-1,7%	14,6%	-7,0%	23,8%
Indústria	6,8%	-5,6%	0,8%	5,8%	16,1%
Serviços	8,5%	2,9%	8,6%	5,6%	3,0%
Pessoal Ocupado/Setor	2004	2005	2006	2007	2008
Agropecuária	0 %	9,6%	-9,2%	-10,1%	-5,1%
Indústria	6,6%	-4,1%	8,6%	19,2%	0,5%
Serviços	5,5%	-2,6%	3,3%	1,4%	-0,9%

Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais e PNAD/IBGE

Devido às suas especificidades, o setor agropecuário foi o que apresentou o comportamento mais irregular, tanto em relação ao valor adicionado quanto ao pessoal ocupado. Esta trajetória guarda relação com a dinâmica climática, que influencia na retração ou expansão do nível de atividade do setor, afetando tanto a geração de riqueza quanto a demanda por trabalho.

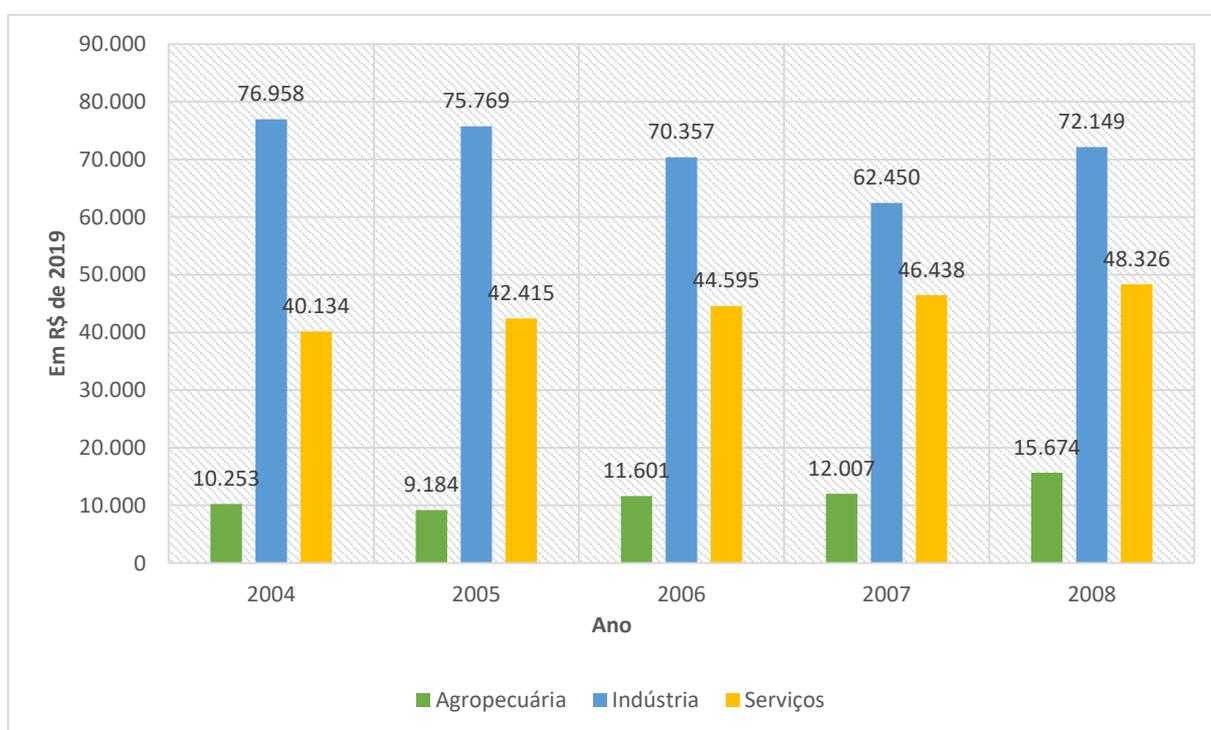
No caso da indústria, o ano de 2005, quando o VAB estadual apresentou leve declínio, foi o único em que houve retração tanto na geração de valor adicionado quanto no pessoal ocupado. O discrepante crescimento de 16,1% que se verifica no VAB no ano de 2008, é um reflexo da expansão da indústria extrativa, em função do crescimento da produção de petróleo e do aumento dos preços deste insumo, que atingiram seu ápice naquele ano.

Conforme visto no capítulo anterior, foi em 2008 que a indústria extrativa registrou uma participação de 10,7% no valor adicionado da economia sergipana, uma expansão de 3,5 pontos percentuais em relação ao ano anterior e o maior índice de toda a série de 2002 a 2019. Da mesma forma, a expansão de 19,2% no pessoal ocupado na indústria no ano de 2007 reflete a expansão do emprego, principalmente, nas indústrias de transformação e da construção civil (PNAD, 2007)

O setor de serviços, por sua vez, apresentou comportamento com oscilações menos acentuadas do que as verificadas na agropecuária e na indústria. Como é o setor preponderante no conjunto da economia, tanto em valor adicionado quanto em pessoal ocupado, parece haver uma tendência de que a sua trajetória seja mais aderente ao movimento geral da economia.

O resultado desta dinâmica do valor adicionado e do pessoal ocupado no período de 2004 a 2008, momento do ciclo expansivo pré-crise de 2009, foi o comportamento da produtividade do trabalho que se verifica no **Gráfico 34**:

Gráfico 34 – Sergipe – Produtividade do Trabalho na Agropecuária, Indústria e Serviços, 2004 a 2008 (em R\$ de 2019)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais e PNAD/IBGE

O **Gráfico 34** evidencia movimentos importantes no comportamento da produtividade do trabalho dos três macrossetores da economia sergipana de 2004 a 2008. Primeiramente, a produtividade do setor agropecuário apresentou um crescimento quase contínuo, reduzindo a distância em relação à indústria em praticamente todos os anos. É notório que o setor tenha aumentado a sua produtividade em mais de 50% entre o primeiro e o quinto ano da série, ainda que tenha se mantido muito distante do nível de produtividade dos outros dois setores.

A produtividade do setor industrial, por sua vez, declinou de forma quase contínua ao longo desse período, influenciada principalmente pela persistente redução no VAB dos serviços industriais de utilidade pública, que conforme visto no capítulo anterior, foram fortemente

impactados pela redução da produção de energia na usina de Xingó. A abrupta redução da produtividade da indústria registrada no ano de 2007 é um reflexo do expressivo aumento de 19,2% no pessoal ocupado no setor, sem a correspondente expansão no valor adicionado, que naquele ano elevou-se em apenas 4,7% (IBGE, 2019). Adiante retomaremos esta questão.

Este movimento foi parcialmente compensado pela ascensão da indústria extrativa, que, acompanhando o ciclo de valorização das *commodities*, aumentou continuamente o valor adicionado à economia sergipana. O auge desse processo, conforme visto, foi no ano de 2008, seu pico de valor gerado em toda a série de 2002 a 2019. Este aumento foi decisivo para que no referido ano a produtividade da indústria sergipana recuperasse parte do valor perdido nos anos anteriores.

Por fim, no período de 2004 a 2008, o setor de serviços foi o único entre os três macrossetores que apresentou um crescimento contínuo da sua produtividade, embora com pequenas oscilações nas taxas de expansão:

Tabela 14 – Sergipe – Variação da Produtividade do Trabalho nos Macrossetores, 2004 a 2008 e média do período (em %)

Setor	2004	2005	2006	2007	2008	Média
Agropecuária	-13,2	-10,4	26,3	3,5	30,5	7,3
Indústria	0,1	-1,5	-7,1	-11,2	15,5	- 0,8
Serviços	2,8	5,6	5,1	4,1	4,0	4,3

Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais e PNAD (IBGE)

Arbache (2015) explica que, em virtude da predominância dos serviços no conjunto da economia brasileira, tanto em relação ao valor adicionado ao PIB quanto à geração de empregos, o setor tem a capacidade de determinar o ritmo de crescimento e provocar efeitos de transbordamento de suas características para o conjunto da economia.

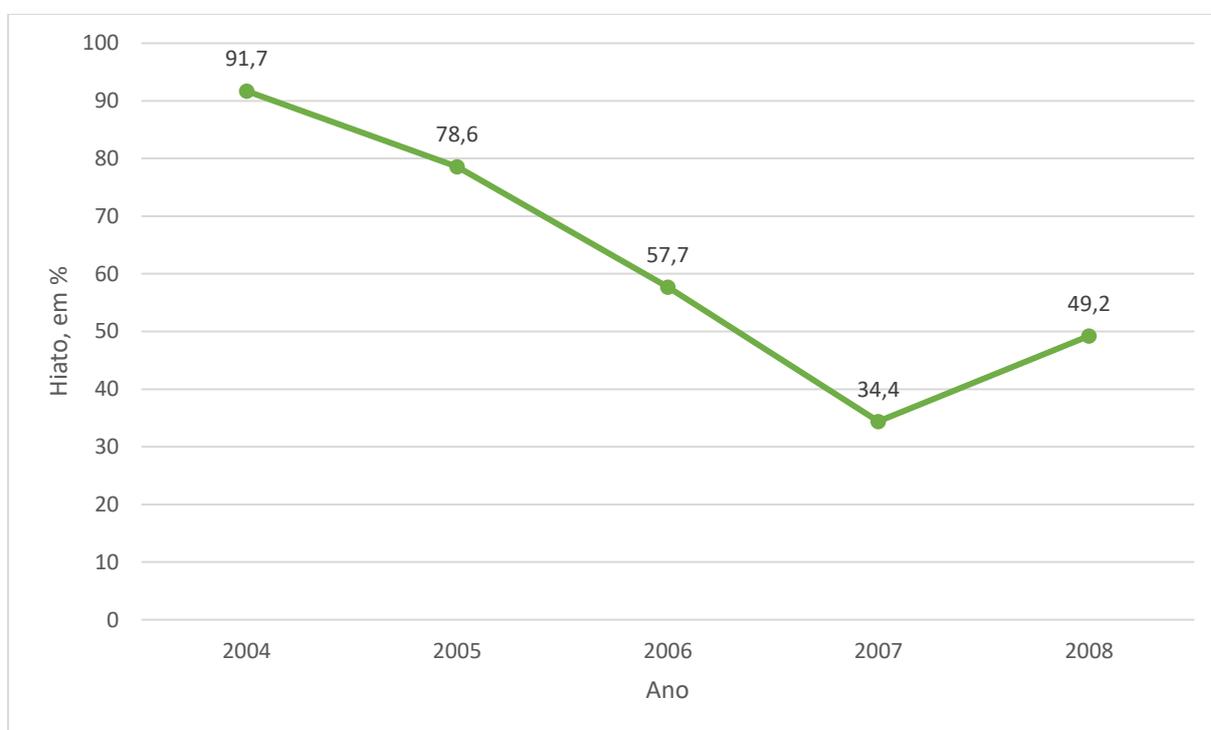
Em Sergipe, na média anual do período 2004/2008, o setor terciário empregou 57,7% de toda a massa trabalhadora e contribuiu com 61,5% do valor adicionado bruto. Esta elevada participação no conjunto da economia provavelmente contribuiu para que o padrão de crescimento da economia sergipana no período tenha refletido o comportamento do setor terciário.

Desta forma, na primeira fase do ciclo expansivo da economia sergipana dois fenômenos interrelacionados se destacam na estrutura produtiva do estado: o aumento da dominância dos serviços, que cada vez mais parece determinar o ritmo e as características do crescimento econômico local, função que outrora pertenceu à indústria; e a redução do hiato de

produtividade entre os macrossetores, com a indústria declinando o seu índice enquanto os serviços aumentam continuamente.

Neste período também se verificou um considerável aumento da produtividade da agropecuária. Contudo, a vulnerabilidade do setor em relação às condições climáticas e a sua reduzida participação no valor adicionado do estado, não permitem que seus movimentos tenham reflexos significativos no crescimento de longo prazo da economia sergipana. Em razão desta fragilidade do setor, por ora concentraremos atenção no hiato entre a produtividade da indústria e dos serviços.

Gráfico 35 – Sergipe - Hiato entre a Produtividade do Trabalho da Indústria e dos Serviços, 2004 a 2008 (em %)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais e PNAD (IBGE)

O **Gráfico 35** mostra a persistência da heterogeneidade na estrutura produtiva do estado de Sergipe na primeira fase do ciclo expansivo da economia, no que tange aos macrossetores da indústria e dos serviços. Lembremos, conforme expresso anteriormente na **Tabela 12**, que no ano de 2002 a produtividade da indústria era 65% maior que a dos serviços. Na média anual do período 2004 a 2008, este índice apenas apresentou um leve declínio, atingindo 62,3%. Contudo, olhando ano a ano o período 2004/2008, é flagrante a diminuição do hiato de produtividade do trabalho entre ambos os setores.

Os movimentos do hiato de produtividade verificados nos dois últimos anos representados no **Gráfico 35** auxiliam a realçar a existência de algumas características marcantes da estrutura industrial sergipana. O segmento da indústria de transformação, que em 2007 abrigava 67,7% do pessoal ocupado no setor secundário sergipano e que foi responsável por cerca de 95% da expansão do emprego industrial naquele ano (PNAD, 2007) se caracteriza pelo predomínio de atividades tradicionais, de baixo conteúdo tecnológico e valor agregado.

Esta inferência advém da constatação de que em 2007 as atividades de produção de alimentos e bebidas, do segmento da indústria de transformação, eram responsáveis por cerca de 19,3% de todo o valor da transformação industrial (VTI) produzido no estado. A produção de minerais não-metálicos respondia por mais 11,3% (Pesquisa Industrial Anual – PIA, 2007). No ranking do valor da transformação industrial do estado, estas atividades ocupavam, respectivamente, o segundo e terceiro lugares.

Conforme visto anteriormente na **Tabela 13**, a forte expansão do pessoal ocupado na indústria naquele ano não se refletiu em um aumento proporcional do valor adicionado bruto do setor. Dado que essa expansão se deu quase que totalmente na indústria de transformação (PNAD, 2007), fica evidente a dificuldade deste segmento em provocar impactos de grande magnitude na produção de valor na economia sergipana. Em sentido oposto, o que se verificou foi uma redução da produtividade industrial em 2007 (**Gráfico 34**), e um correspondente declínio do hiato de produtividade entre indústria e serviços (**Gráfico 35**), uma vez que este último setor manteve o seu pequeno, mas contínuo crescimento.

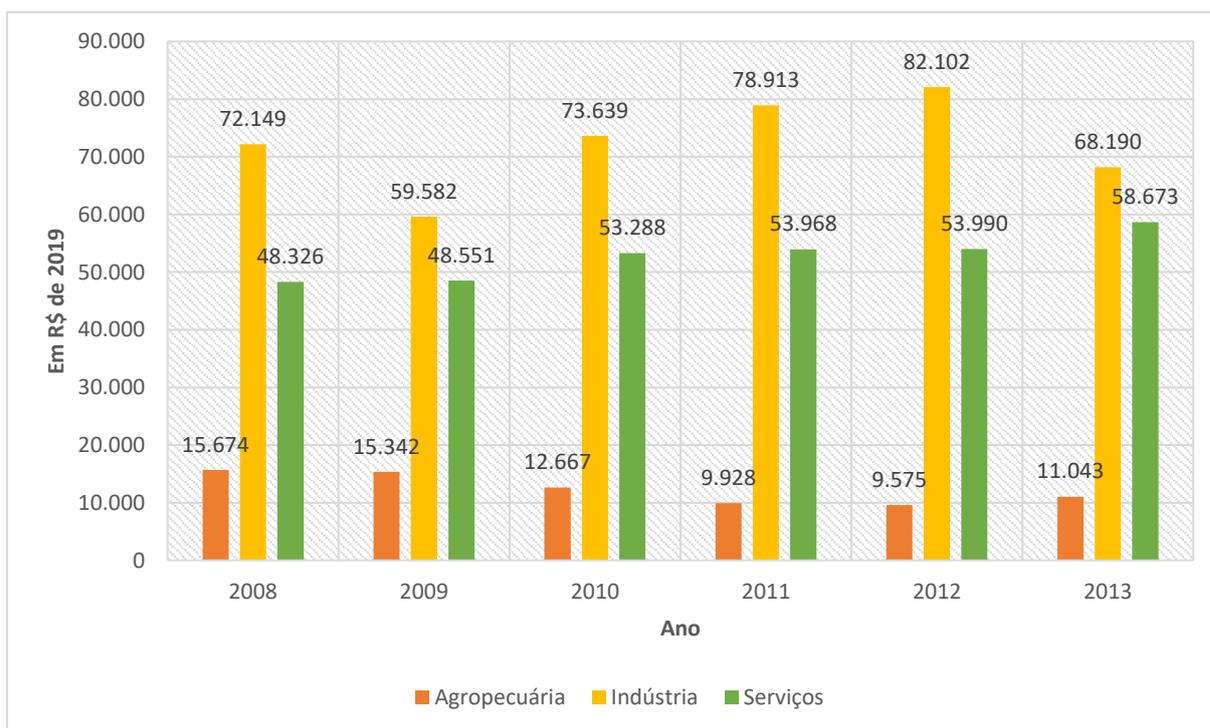
Por outro lado, a indústria extrativa, que liderava o ranking do valor da transformação industrial de Sergipe em 2007, com uma contribuição de 41,6%, expandiu este percentual para 49,7% no ano seguinte (PIA, 2008). Esta expansão contribuiu de forma decisiva para um acréscimo de 16,1% no valor adicionado bruto do setor secundário sergipano no ano de 2008, ocasionando uma recuperação do valor da produtividade do setor naquele ano (**Gráfico 34**), e um correspondente aumento do hiato de produtividade em relação ao setor terciário (**Gráfico 35**). Contudo, é importante ressaltar, novamente, que esta expansão refletiu, principalmente, o aumento da demanda e de preços do petróleo naquele momento histórico.

Desta forma, a dinâmica da produtividade industrial sergipana neste contexto revela que a baixa diversificação produtiva e a incipiente assimilação do progresso tecnológico na indústria de transformação pouco contribuem para impactos significativos no VAB. Na outra ponta, a indústria extrativa, setor de maior conteúdo tecnológico e correspondente capacidade de impactar no VAB, tem seu comportamento fortemente influenciado pelos movimentos do setor externo.

A heterogeneidade estrutural em Sergipe na primeira fase do ciclo expansivo expressa, portanto, as características inerentes à condição periférica da economia do estado: acentuadas assimetrias de produtividade entre os setores; agropecuária marcada por relações e técnicas de produção tradicionais; baixa diversificação produtiva da indústria manufatureira; vulnerabilidade do setor mais intensivo em capital em relação às variações das economias centrais.

A fase seguinte do ciclo expansivo, que se inicia, na verdade, com um decréscimo de 5,6% no valor adicionado bruto, em 2009, realça esta vulnerabilidade da indústria extrativa sergipana. Em virtude da queda dos preços do petróleo em 2009, com os desdobramentos da crise internacional, o setor declina de 10,7% para 6,2% a sua participação relativa no VAB estadual (IBGE, 2019). Como resultado, a produtividade da indústria registra uma queda de 17,4%, declinando de R\$ 72.149 em 2008 para R\$ 59.582 em 2009 (**Gráfico 36**).

Gráfico 36 – Sergipe – Produtividade do Trabalho na Agropecuária, Indústria e Serviços, 2008 a 2013 (em R\$ de 2019)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais e PNAD/IBGE

A expansão da produtividade industrial que se verifica de 2010 a 2012 reflete, por um lado, a recuperação da participação da indústria extrativa no VAB sergipano, após a queda abrupta dos preços do petróleo em 2009. Neste ano, conforme visto acima, esta participação relativa atingiu 6,2%, o menor índice desde 2004. Na média anual dos três anos seguintes, esse

percentual elevou-se para 7,4%, refletindo a recuperação parcial dos preços do petróleo no mercado internacional.

Por outro lado, esta fase é marcada também pela expansão da construção civil, especialmente em Sergipe, onde o crescimento do setor superou as médias do Brasil e do Nordeste, conforme explicado no capítulo anterior. Portanto, o crescimento da produtividade da indústria reflete também o forte incremento desencadeado pelas políticas associadas ao Programa de Aceleração do Crescimento e Minha Casa Minha Vida.

Contudo, em 2013, último ano do ciclo expansivo da economia sergipana, a produtividade da indústria registra uma queda de 16,9%. Dentre os fatores que contribuíram para este declínio, destaca-se, principalmente, a redução da participação relativa no valor adicionado bruto dos serviços industriais de utilidade pública, cujo índice reduziu-se de 7,7% em 2012 para 2,7% em 2013. Este comportamento teve como condicionante a longa estiagem que se abateu sobre o polígono da seca, cujos efeitos começaram a se manifestar mais fortemente a partir de 2012 (Melo, 2019).

Este fator, inclusive, foi determinante também para a queda da produtividade da agropecuária, que após um crescimento médio anual de 7,3% no período 2004-2008, registrou uma média anual de -5,8%, no período 2009 a 2013 (**Tabela 15**). Esta nova queda da produtividade do setor primário, ante a expansão verificada no período anterior, reforça a existência de grande vulnerabilidade do setor a fatores naturais, bem como a fragilidade no sentido de provocar efeitos dinâmicos na economia do estado, mesmo quando consegue elevar a sua produtividade durante certo período.

Tabela 15 – Sergipe – Taxas de Crescimento da Produtividade do Trabalho nos Macrossetores, 2009 a 2013 e média do período (em %)

Setor	2009	2010	2011	2012	2013	Média
Agropecuária	-2,1	-17,4	-21,6	-3,5	15,3	-5,8
Indústria	-17,4	23,5	7,1	4,04	-16,9	0,09
Serviços	0,4	9,7	1,2	0,04	8,67	4,04

Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais e PNAD (IBGE)

Em relação aos serviços, o **Gráfico 36** e a **Tabela 15** evidenciam que o setor manteve um crescimento oscilante, mas sempre positivo ao longo do período. Em virtude da sua predominância no VAB e no pessoal ocupado, a dinâmica do setor, conforme explicado, guarda forte correlação com o crescimento total da economia do estado, ao mesmo tempo em que esta é fortemente influenciada por ele.

Neste sentido, é interessante ressaltar que nos dez anos (2004 a 2013) do ciclo de expansão da economia sergipana, dos dez segmentos componentes do setor serviços, apenas três concentravam, em média, 43,6% de todo o valor adicionado bruto do estado: i) “Administração, defesa, educação e saúde públicas, e seguridade social”, com uma média anual de 25,5%; ii) “Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas”, com 9,9%; e iii) “Atividades imobiliárias”, com 8,3%. (IBGE, 2019).

Estes dados reforçam a relação do setor de serviços com o crescimento médio da economia. Os segmentos de atividades imobiliárias e comércio e reparação de veículos lidam com a oferta de bens e serviços cuja demanda tende a crescer com a expansão do nível de atividade e o correspondente aumento da renda das famílias.

Da mesma forma, a ampliação da oferta pelos entes estatais de serviços públicos e programas de transferência de renda – uma característica marcante do período expansivo da economia brasileira como um todo – contribuíram decisivamente para a elevada participação dos serviços no valor adicionado bruto.

Entretanto, o valor adicionado é constituído pelo saldo entre a produção e o consumo intermediário de cada segmento, mas no caso da administração pública a produção é mensurada pelos custos das atividades, e o valor adicionado bruto é obtido pela soma das remunerações (salários, contribuições sociais) e o consumo de capital fixo (IBGE, Nota Metodológica nº 11). Assim, o segmento de maior contribuição ao VAB estadual (média de 26,3%, de 2002 a 2019) não produz efetivamente bens ou serviços mercantis, mas serviços fornecidos gratuitamente ou a preços não significativos (IBGE, Nota Metodológica nº 11).

Logo, este segmento dinamiza a geração de riqueza através principalmente do consumo decorrente da renda auferida por seus agentes, e não da produção propriamente dita. A elevada produtividade do setor, é, portanto, relativa.

Feita esta ressalva, analisemos como se comportaram o valor adicionado bruto e o pessoal ocupado em cada um dos macrossetores na segunda fase do ciclo expansivo, entre os anos de 2009 e 2013 (**Tabela 16**).

Tabela 16 – Sergipe – Variação Anual do Valor Adicionado e Pessoal Ocupado, por Macrossetor, de 2009 a 2013 (em %)

Valor Adicionado/Setor	2009	2010	2011	2012	2013
Agropecuária	7,4%	-12,9%	-17,5%	2,4%	11,9%
Indústria	-22,4%	20,6%	3,9%	7,2%	-15,9%
Serviços	1,8%	10,8%	2,2%	3,3%	6,8%
Pessoal Ocupado/Setor	2009	2010	2011	2012	2013
Agropecuária	9,7%	5,4%	5,1%	6,2%	-2,9%
Indústria	-6,0%	-2,3%	-3,0%	3,1%	1,2%
Serviços	1,4%	0,9%	0,9%	3,2%	-1,6%

Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais e PNAD/IBGE

O setor agropecuário, influenciado pelas condições climáticas desfavoráveis, apresentou um crescimento médio anual do valor adicionado bruto da ordem de -1,7%. Diante de uma expansão média anual de 4,7% do pessoal ocupado, a produtividade média do setor necessariamente declinou, atingindo -5,8%.

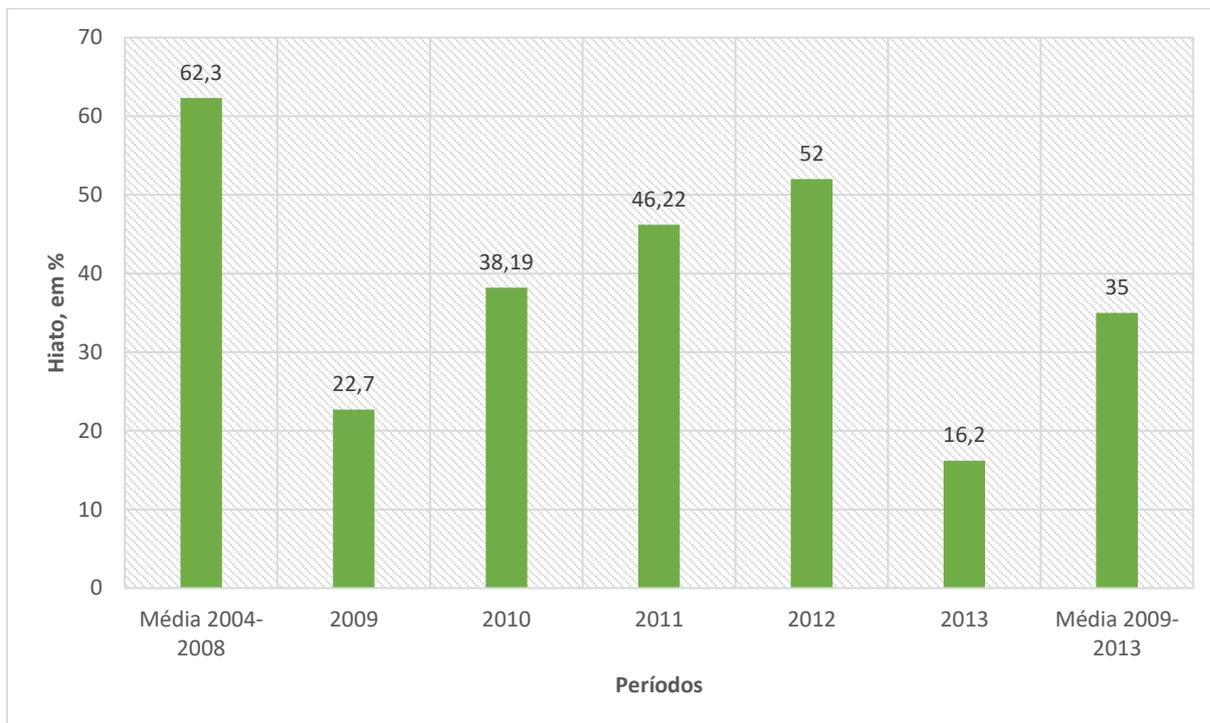
A indústria registrou uma forte queda de 22,4% no seu valor adicionado no ano de 2009, puxada principalmente pela retração na indústria extrativa em função dos efeitos da crise internacional. A queda de 6% no pessoal ocupado, registrada naquele mesmo ano, ocorreu principalmente na indústria de transformação (PNAD, 2009), segmento industrial mais vulnerável ao ano de crise, em função da predominância da produção de bens de consumo em suas atividades.

No ano de 2010, o elevado incremento de 20,6% do VAB do setor industrial teve como principal determinante a expansão do segmento da construção civil em função das políticas públicas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – e do Minha Casa Minha Vida – MCMV.

Por outro lado, a forte queda de 15,9% no valor adicionado bruto industrial no ano de 2013, reflete principalmente o declínio dos Serviços Industriais de Utilidade Pública, em razão do agravamento da estiagem no período.

Desta forma, no agregado do período, o setor industrial registrou uma variação média anual de -1,3% no seu valor adicionado bruto, o que se refletiu no declínio do seu hiato de produtividade em relação ao setor de serviços, conforme expresso no **Gráfico 37**.

Gráfico 37 – Sergipe - Hiato entre a Produtividade do Trabalho da Indústria e dos Serviços, 2009 a 2013 e médias do período (em %)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais e PNAD (IBGE)

O **Gráfico 37** evidencia que na segunda fase do ciclo expansivo as produtividades da indústria e dos serviços delineiam uma trajetória de convergência, impulsionadas principalmente pelos decréscimos da indústria extrativa e dos serviços industriais de utilidade pública no conjunto da economia sergipana, mas também pelo crescimento do setor de serviços.

Ao contrário do que ocorreu na indústria, cuja trajetória da produtividade foi marcada por saltos abruptos em vários anos, o setor de serviços apresentou um gradativo, mas contínuo crescimento desta variável no período em análise. Inclusive no ano de 2009, com os efeitos da crise, a produtividade do setor avançou 0,4%, enquanto a indústria registrou uma queda de 17,4%.

O ano de 2013 registrou a menor disparidade entre a produtividade da indústria e dos serviços (16,2%) desde o início da série, em 2002. Esta tendência à convergência das produtividades se processou em um cenário marcado predominantemente pelo crescimento econômico. Analisemos agora como se deu o comportamento da produtividade de 2014 a 2019, período marcado, principalmente, por uma longa recessão da economia sergipana.

5.4 O COMPORTAMENTO DA PRODUTIVIDADE DOS MACROSSETORES NA FASE RECESSIVA DA ECONOMIA SERGIPANA

Conforme visto no capítulo anterior, o período de 2014 a 2019 caracteriza-se por uma desaceleração da economia sergipana no primeiro ano, seguida de uma recessão que dura de 2015 a 2018, e somente em 2019 a economia do estado volta a ter o seu Produto Interno Bruto crescendo positivamente.

Este comportamento foi decisivamente influenciado por determinantes nacionais, refletindo os declínios que se verificavam no nível de atividade da economia brasileira desde o ano de 2014. Entre as principais transformações do período, destacam-se a crise da indústria extrativa brasileira, relacionada primeiro à deflagração da operação Lava Jato, em 2014, e posteriormente à política de desinvestimentos da Petrobrás, a partir de 2015.

Ambos os acontecimentos impactaram a indústria extrativa sergipana de tal forma que o valor monetário da contribuição do segmento ao valor adicionado de Sergipe em 2016 era 90,2% menor do que o registrado em 2012. Em termos relativos, o segmento havia contribuído na fase expansiva da economia sergipana (2004-2013) com uma média anual de 7,4% ao VAB. A partir de 2015 – quando os eventos nacionais começaram a impactar mais fortemente sobre a Petrobrás – até 2019 – último ano da série em análise – esse índice declinou para apenas 1,8% (IBGE, 2019).

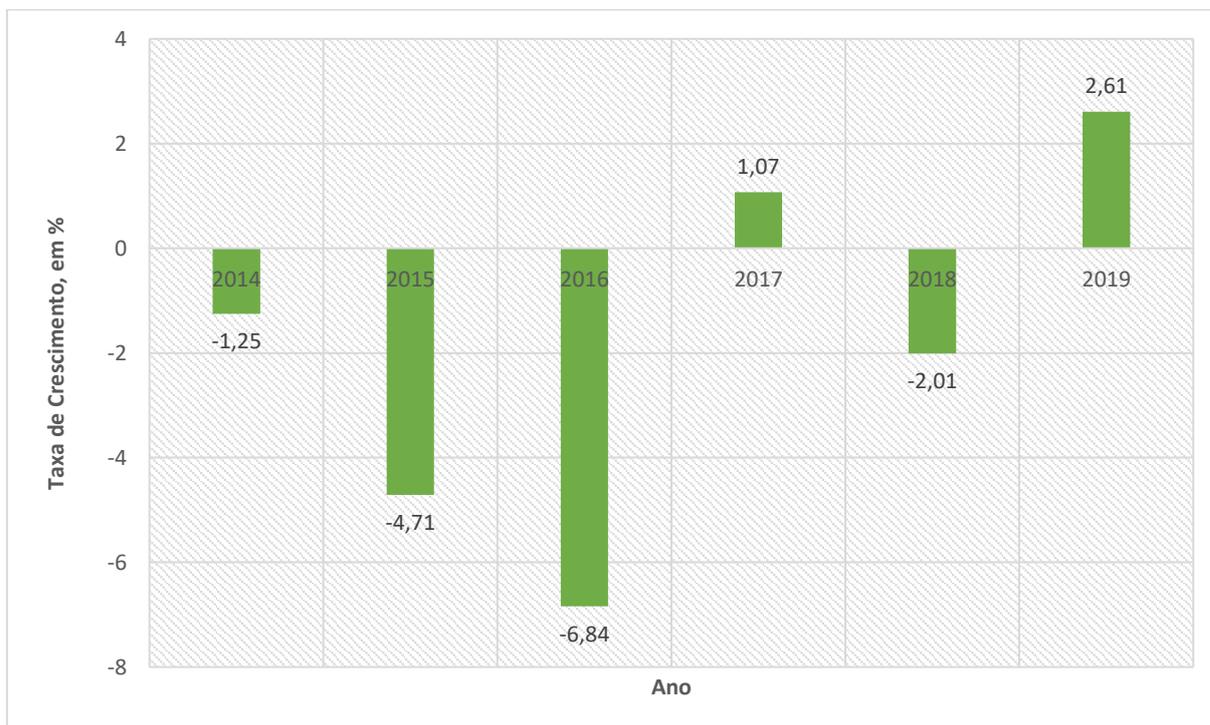
Também relacionada à Lava Jato – assim como à política macroeconômica ortodoxa pós-2014, caracterizada por forte austeridade fiscal – a desarticulação da cadeia produtiva da construção civil, com o envolvimento de grandes empresas do setor em esquemas de corrupção, impactou de forma significativa a indústria sergipana. O setor de produção, consumo e exportação de cimento do estado registrou acentuado decréscimo no período. Como resultado, o segmento da construção civil reduziu de forma persistente a sua participação no valor adicionado ao PIB sergipano, declinando de 8,3% em 2013 para 3,9% em 2019 (IBGE, 2019).

No setor agropecuário, a intensificação da estiagem a partir de 2015 provocou expressiva retração de várias culturas. Em 2016, a produção de laranja em Sergipe recuou em 11,5%. A cana-de-açúcar declinou em 25,6% e a produção de etanol em 41%. A produção de milho, por sua vez, experimentou uma acentuada queda de 71,5% naquele ano (Melo, 2019).

Somando-se às condições climáticas adversas, a retração da demanda no contexto da crise do período contribuiu para que o setor agropecuário registrasse sucessivos declínios no seu valor adicionado de 2014 a 2016 (**Tabela 17**).

Impelido por esta série de fatores, o valor adicionado bruto experimentou consideráveis decréscimos nesta fase da economia sergipana (**Gráfico 38**), refletindo a retração do nível de atividade que se processava também em nível nacional.

Gráfico 38 – Sergipe – Variação do Valor Adicionado Bruto, 2014 a 2019 (em %)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais/IBGE (2019)

Em termos de valor adicionado, pessoal ocupado e produtividade neste período de retração e estagnação da economia sergipana, o desempenho dos macrossetores pode ser sintetizado conforme a **Tabela 17**.

Sobre o setor primário, é preciso esclarecer, primeiramente, que o expressivo crescimento da produtividade no ano de 2016 decorre provavelmente da mudança da base de dados, da PNAD – encerrada em 2015 – para a PNAD Contínua, cujos dados passamos a utilizar a partir de 2016. Conforme expressa a **Tabela 17**, no referido ano o pessoal ocupado no setor agropecuário reduz-se em cerca de 38%, mudança pouco provável de ter se processado na prática.

Considerando as especificidades do meio rural brasileiro, onde comumente membros da família iniciam as atividades de trabalho no início da adolescência, e por vezes até na infância, a mudança de corte etário de 10 anos, na PNAD, para 14 anos, na PNAD Contínua, possivelmente afetou o quantitativo de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias, a partir de 2016. Este fator metodológico parece não ter afetado o quantitativo de pessoal ocupado na indústria e nos serviços justamente por serem atividades predominantemente urbanas, onde a fiscalização contra o trabalho infantil normalmente é mais intensa.

Tabela 17 – Sergipe – Variação do Valor Adicionado, Pessoal Ocupado e Produtividade dos Macrossetores, de 2014 a 2019 e média do período (em%)

Setor	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Média
Valor Adicionado							
Agropecuária	- 9,9	- 8,3	- 6,8	9,1	- 31,0	37,7	- 1,5
Indústria	- 5,1	- 12,0	-17,5	- 3,9	2,6	1,0	- 5,8
Serviços	0,9	- 1,8	- 3,4	1,8	- 1,1	1,2	- 0,4
Pessoal Ocupado							
Agropecuária	14,7	- 2,2	-38,6	-14,4	- 11,7	3,3	- 8,1
Indústria	14,8	- 17,1	- 3,7	- 5,8	0,6	6,1	- 0,8
Serviços	4,5	- 0,9	5,7	2,6	1,7	8,5	3,7
Produtividade							
Agropecuária	- 21,4	- 6,2	51,7	27,5	- 21,8	33,2	10,5
Indústria	- 17,3	6,0	-14,3	2,0	1,9	- 4,7	- 4,4
Serviços	- 3,5	- 0,9	- 8,7	- 0,7	- 2,7	- 6,6	- 3,8

Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais e PNAD/IBGE

Fato é que, como reflexo de um menor contingente de pessoas ocupadas, a produtividade da agropecuária necessariamente se elevou no cálculo VAB/PO, a partir de 2016, na nossa mensuração. Em decorrência desta mudança, esta variável do setor primário no período 2014-2019 avançou a uma média anual de 10,5%, elevação também pouco provável de ter se processado na prática, com base na antiga metodologia.

O valor adicionado do setor industrial, por sua vez, entrou em queda livre a partir de 2014, impulsionado, principalmente, pela queda de participação da indústria extrativa no conjunto da economia sergipana. Ao término do período 2014/2019, o VAB industrial sergipano conheceu uma variação média anual de - 5,8%, maior declínio registrado em qualquer um dos macrossetores nos períodos em análise nesta pesquisa.

Na outra ponta, o pessoal ocupado na indústria experimentou quedas em vários anos, sendo a mais acentuada em 2015 (17,1%). Este comportamento foi estimulado principalmente pela retração na construção civil, que registrou um decréscimo de pessoal ocupado de 23,3%, no referido ano, reflexo da crise que se instalou no setor após a redução dos investimentos do PAC e das ações da operação Lava Jato sobre grandes firmas do setor.

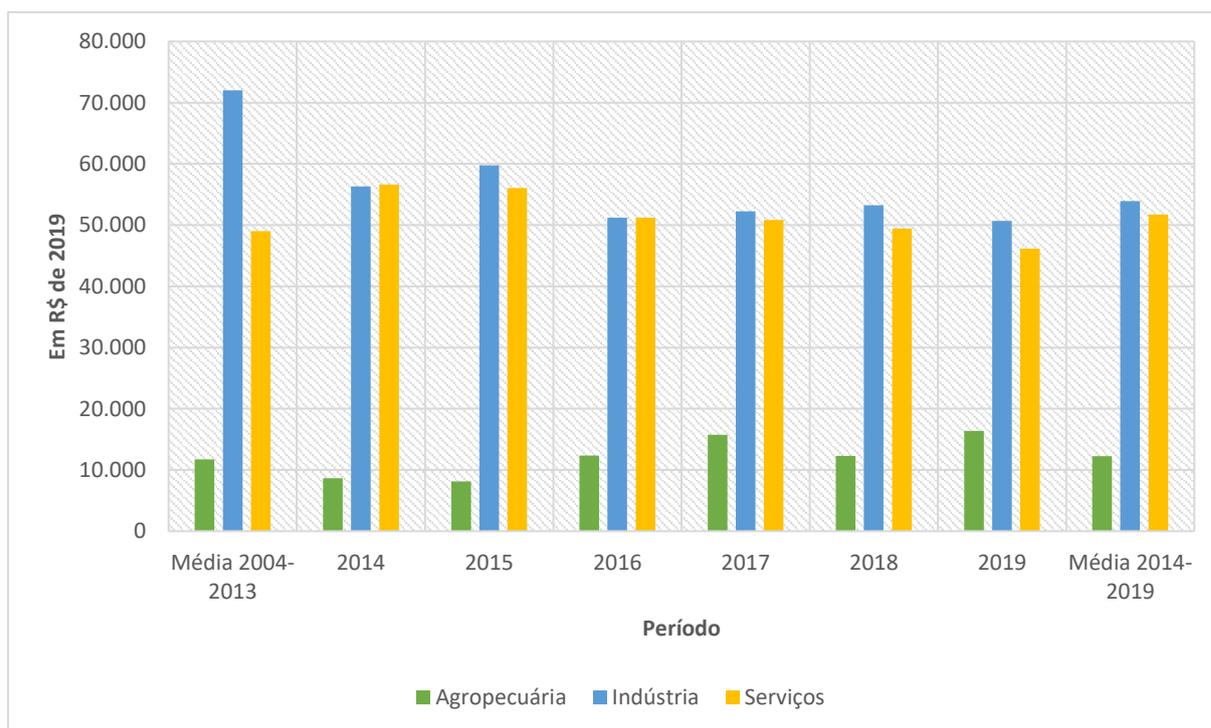
Neste contexto de retração geral da indústria sergipana, a produtividade do setor despencou expressivamente, se comparada aos períodos anteriores da série 2002/2019. Na média anual desta fase de crise, a produtividade industrial registrou uma variação de - 4,4%, simbolizando a consolidação de uma mudança estrutural que vinha se processando na economia

do estado desde o fim do ciclo expansivo, quando as indústrias extrativa e da construção sofreram forte revés cujas causas remontam à economia nacional e internacional.

Acompanhando o cenário de crise, o setor de serviços registrou decréscimo do valor adicionado bruto em três dos seis anos da série, sendo a queda mais acentuada em 2016 (-3,4%). Na média anual do período, o setor experimentou uma redução de 0,4% do seu VAB. Por outro lado, o pessoal ocupado nas atividades terciárias se expandiu a uma média anual de 3,7% nesse período.

Esta conjunção de fatores impactou na produtividade dos serviços, que registrou variação negativa em todos os anos de 2014 a 2019 (**Tabela 17**), cenário até então inédito para o grupo de atividades dominante na economia sergipana, tanto em valor adicionado como em pessoal ocupado. Na média anual do período, o índice de variação da produtividade registrado pelo setor foi de -3,8%.

Gráfico 39 – Sergipe – Produtividade do Trabalho dos Macrossetores – 2014 a 2019, e Médias de 2004/2013 e 2014/2019, (em R\$ de 2019)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais, PNAD e PNAD Contínua (IBGE)

A síntese do comportamento da produtividade dos macrossetores na fase de recessão e estagnação da economia sergipana está expressa no **Gráfico 39**. Para efeito de comparação foi inserida também a média do período do ciclo expansivo, de 2004 a 2013.

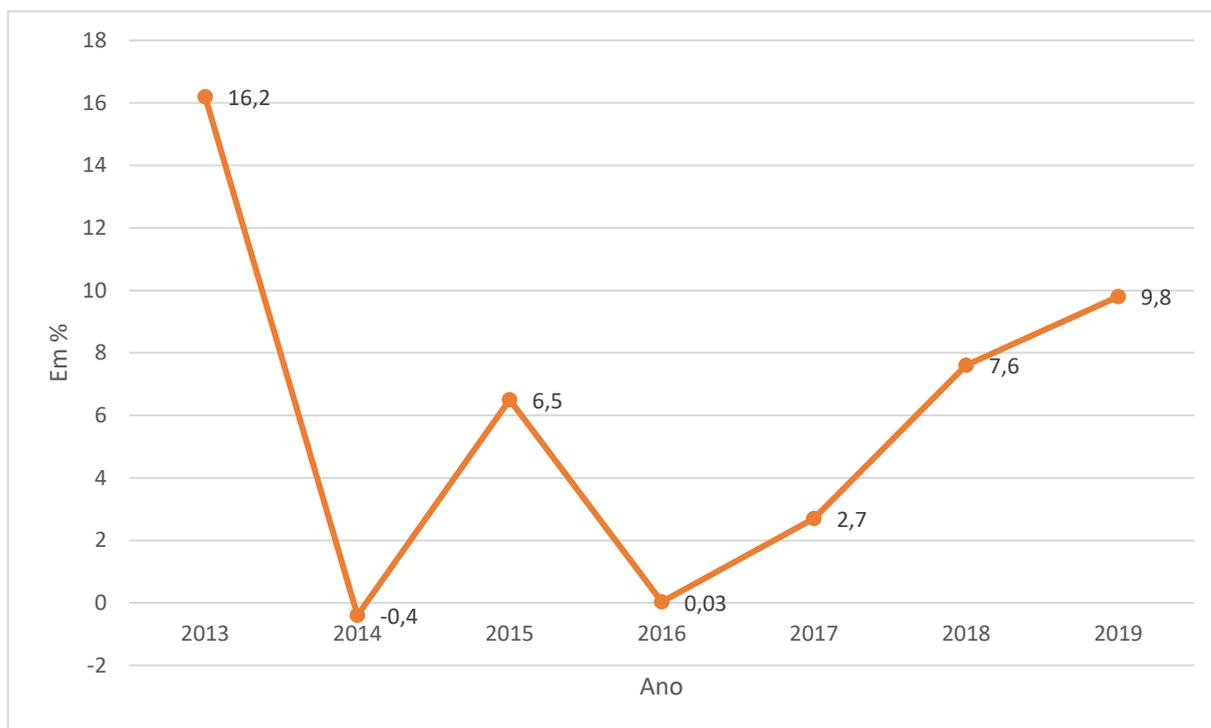
O **Gráfico 39** demonstra o impacto do cenário de crise pós-2014, principalmente, para a produtividade da indústria sergipana. De uma média anual de cerca de R\$ 72 mil no período

do ciclo expansivo, a variável declina para R\$ 56,3 mil já em 2014, ainda sem os efeitos da nova estratégia de venda e desmobilização de ativos da Petrobrás, que só foi implementada a partir de 2015.

Nos anos seguintes, o nível da produtividade do setor secundário cai ainda mais, atingindo ao fim do período uma média anual de R\$ 53,9 mil, valor cerca de 25% menor do que o registrado na média anual da fase anterior.

O setor de serviços, por sua vez, após atingir o seu ápice de produtividade em 2013, com um valor de R\$ 58.673, passa a apresentar uma trajetória descendente, até atingir R\$ 46.127 em 2019, valor muito próximo ao registrado em 2007 (R\$ 46.438). Assim, no último ano da série histórica em análise, após uma longa fase de retração do nível de atividade, o valor da produtividade do setor terciário regrediu em cerca de doze anos.

Gráfico 40 – Sergipe – Hiato de Produtividade do Trabalho entre a Indústria e os Serviços, 2013 a 2019 (em %)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais e PNAD (IBGE)

Estes comportamentos da produtividade da indústria e dos serviços consolidam o processo de convergência entre ambos os setores, que vinha se delineando no período anterior, com os índices se aproximando, conforme expresso no **Gráfico 40**. Para fins de comparação foi inserido o hiato referente ao ano de 2013, até então o menor registrado em toda a série.

Conforme expresso no **Gráfico 40**, a última fase de análise da heterogeneidade estrutural da economia sergipana se inicia, no ano de 2014, com um hiato de produtividade negativo entre o setor industrial e o de serviços, o que significa que naquele ano a produtividade do setor terciário superou a da indústria.

Nos anos posteriores, com algumas oscilações, o setor industrial voltou a apresentar uma produtividade ligeiramente superior à dos serviços, porém, atingindo um hiato máximo de 9,8%, em 2019, muito distante, portanto, das médias anuais registradas na primeira e na segunda fase do ciclo expansivo: 62,3% e 35%, respectivamente.

É necessário ponderar que esta leve recuperação da produtividade industrial foi um reflexo do crescimento dos serviços industriais de utilidade pública (SIUP), que após atingir a mínima participação relativa de 2,7%, em 2013, voltou a subir gradativamente, até atingir 8,4% em 2019, maior índice desde 2010. Dadas as características deste setor, é preciso ressaltar que esta recuperação decorreu sobretudo das condições climáticas mais favoráveis, e não de algum novo processo de investimentos que pudesse propiciar algum efeito dinâmico no conjunto da economia sergipana ou mesmo aumentar o nível de emprego no setor industrial.

Sobre este quadro de fragilidade da indústria sergipana, destaque-se ainda que mesmo com a recuperação da economia estadual em 2019, com um crescimento de 3,6% do PIB após quatro anos de queda, os demais segmentos industriais registraram algumas de suas mais baixas participações relativas no VAB do estado na série histórica de 2002 a 2019. A indústria extrativa, com 1,7%, a indústria de transformação, com 5,8% e a indústria da construção, com 3,9%, registraram, respectivamente a terceira, segunda e primeira mais baixa participação relativa no VAB sergipano nesta série histórica.

Desta forma, o hiato de produtividade de 9,8% em 2019, o mais alto desde 2013, é resultado principalmente do declínio da produtividade dos serviços e não necessariamente da elevação da produtividade global do setor industrial. Este, na verdade, com um valor de R\$ 50.677, obteve em 2019 a sua mais baixa produtividade em toda a série histórica em análise nesta pesquisa. Diante destas constatações, cabe-nos ponderar sobre a persistência da heterogeneidade estrutural na economia sergipana no período de 2014 a 2019, e ainda sobre a existência de uma tendência à reprodução do fenômeno, hipótese central que norteou esta pesquisa.

Para analisarmos a questão é preciso ressaltar, primeiramente, que o conceito de heterogeneidade estrutural desenvolvido por Raúl Prebisch (2011), Celso Furtado (2009) e principalmente Aníbal Pinto (2000), assim como trabalhado por Infante *et al* (2015), Squeff e Nogueira (2015) e Nogueira *et al* (2014), diz respeito às assimetrias de produtividade setorial

das quais decorrem disparidades no crescimento econômico, no emprego e na renda dos agentes sociais envolvidos no processo produtivo.

Trata-se, portanto, de um conceito que traz em si não apenas uma dimensão quantitativa, mas também uma dimensão socioeconômica – logo, qualitativa – à qual está associada uma perspectiva de necessidade de superação do fenômeno da heterogeneidade estrutural como condição necessária à redução das fortes desigualdades que caracterizam as economias periféricas.

Nesse sentido, a persistente redução do hiato de produtividade entre o setor que mais gera riqueza e emprega pessoal – o terciário – e aquele onde historicamente a produtividade era significativamente mais elevada – a indústria – poderia sinalizar que a economia sergipana estaria em um processo de homogeneização capaz de propiciar efeitos dinâmicos no crescimento, com correspondente redução das desigualdades sociais. Historicamente, conforme visto no segundo capítulo deste trabalho, esse foi o processo que transformou as primeiras nações que se industrializaram em sociedades “desenvolvidas”, com relativa homogeneização social.

Entretanto, conforme visto no presente capítulo, as produtividades da indústria e dos serviços na economia sergipana adquiriram um comportamento que pode ser descrito como de “convergência declinante”. Ao invés de um incremento da produtividade do setor terciário que pudesse equipará-la aos níveis mais altos registrados pelo setor industrial, o que se processou foi uma redução dos níveis de produtividade de ambos os setores – principalmente do industrial –, que chegaram ao fim da série histórica com níveis bastante reduzidos se comparado à fase do ciclo expansivo da economia.

Ao largo destes setores, caracteristicamente urbanos, a agropecuária, que em 2019 empregava cerca de 14% de toda a massa trabalhadora sergipana, registrou neste mesmo ano uma produtividade correspondente a apenas 32% daquela verificada no setor industrial e 35% da registrada nos serviços. E neste caso ainda é preciso ponderar a mudança metodológica realizada pelo IBGE no cômputo do pessoal ocupado no setor, o que provavelmente acarretou uma redução deste contingente e consequentemente uma elevação da produtividade.

A persistência deste processo de declínio das produtividades setoriais poderá acarretar no longo prazo um aprofundamento das condições típicas do subdesenvolvimento que historicamente permeiam a economia e a sociedade sergipanas: dependência de centros economicamente mais dinâmicos; vulnerabilidade aos movimentos desses centros; acentuados níveis de pobreza; disparidades de produtividade entre os setores; desigualdades de rendimentos entre extratos da sua população, etc.

Assim, é preciso esclarecer que o fenômeno da heterogeneidade estrutural ocorreu na economia sergipana no período de 2002 a 2019, dadas as fortes assimetrias de produtividade constatadas entre os três setores até 2013, e entre os setores urbanos e o rural de 2014 a 2019. Como não se delineia nenhum movimento de homogeneização da produtividade entre a agropecuária de um lado e a indústria e os serviços do outro, confirma-se a hipótese central de existência e tendência à reprodução do fenômeno da heterogeneidade estrutural na economia sergipana.

O movimento de redução de assimetrias verificado entre o setor secundário e o terciário, ressaltamos, se deu a partir de uma trajetória de convergência para baixo, na qual o setor industrial, que historicamente detém os níveis de produtividade mais elevados, chegou a 2019, último ano da série, com a sua mais baixa produtividade em todo o período.

No mesmo sentido, ainda que com menor intensidade, o setor de serviços viu sua produtividade declinar nos últimos anos, registrando em 2019 uma produtividade equivalente à do ano de 2007. Assim, os principais setores responsáveis pela geração de riqueza em Sergipe perderam capacidade de impulsionar o crescimento econômico do estado de forma mais vigorosa.

Neste processo, à medida que a indústria reduz a sua participação, o setor de serviços aprofunda sua vocação de propulsor do crescimento econômico do estado, exercendo um efeito de arrasto sobre o restante da economia, que cada vez mais adquire uma tendência de refletir o comportamento do setor.

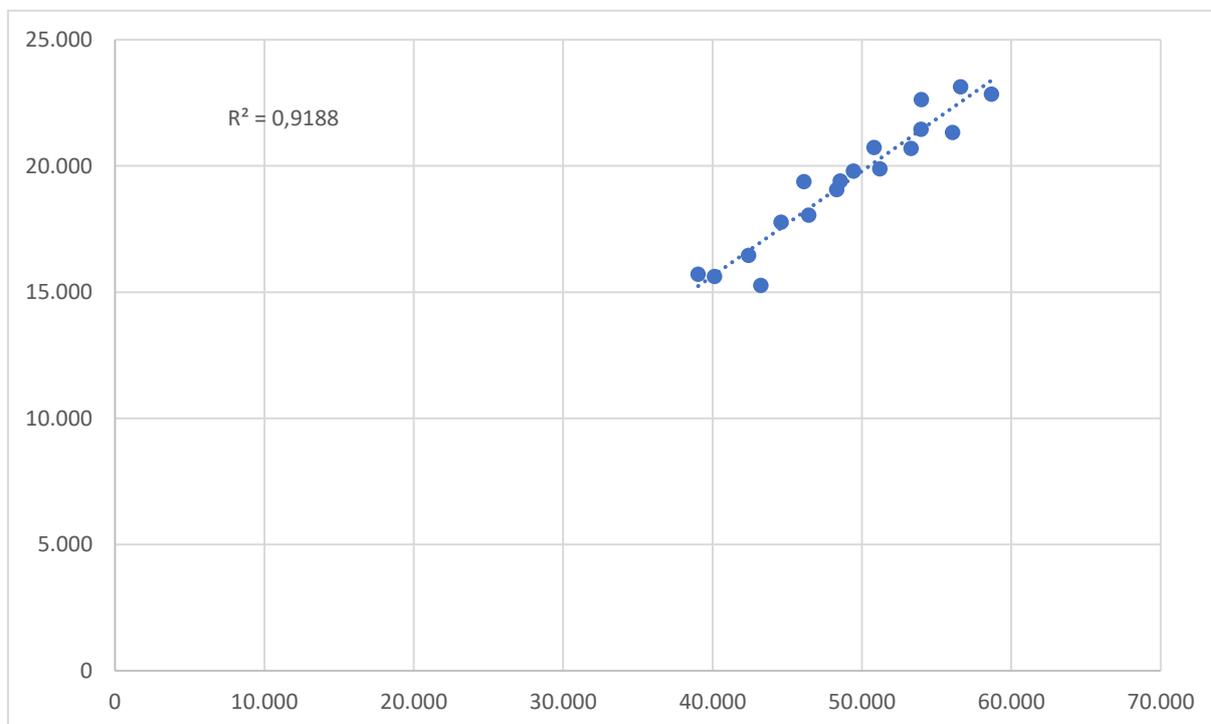
A título de exemplo, destacamos que o PIB *per capita* real sergipano, que elevou-se continuamente de 2004 a 2014, passando de R\$ 15.620 para R\$ 23.130 (em valores de 2019), declinou, com leves oscilações, desde então, chegando a 2019 com R\$ 19.379, menor valor registrado desde o ano de 2008, em uma trajetória muito semelhante à produtividade do setor de serviços.

Um breve exercício econométrico, exposto no **Gráfico 41**, auxilia-nos a perceber o efeito que o setor terciário exerce sobre a geração de riqueza do estado e a forte correlação positiva existente entre o nível de produtividade dos serviços e o PIB *per capita* real sergipano. No gráfico, a produtividade do setor terciário, disposta no eixo horizontal, é a variável independente, ou explanatória, enquanto o PIB *per capita* real, no eixo vertical, é a variável dependente.

O que o gráfico procura mostrar é a proporção da variação no PIB real *per capita* que é explicada pelas variações na produtividade do setor de serviços. Este índice é expresso pelo coeficiente de determinação (R^2), que no exemplo é de 0,9188. Em outros termos, isto significa

que aproximadamente 92% da variação no PIB real *per capita* no período de 2002 a 2019 na economia sergipana é explicado pela variação da produtividade do setor de serviços.

Gráfico 41 – Sergipe – Produtividade dos Serviços e PIB *per capita* real, 2002 a 2019 – Y
PIB *per capita* real (em R\$ de 2019)



Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais e PNAD (IBGE)

Diante das constatações deste trabalho, parece-nos inequívoco que o comportamento das produtividades setoriais da economia sergipana adquiriu uma trajetória que tende a dificultar ainda mais a mitigação das condições socioeconômicas de baixo crescimento, vulnerabilidade, desigualdade e pobreza que historicamente lhe são características. A reversão deste processo, acreditamos, passa necessariamente pela adoção de políticas públicas que tenham por alvo o estímulo ao incremento da produtividade dos diversos setores e subsetores econômicos. Dentre estes, deve-se dedicar especial atenção àqueles que possuem maior capacidade de produzir efeitos dinâmicos na estrutura produtiva, com possibilidade de sustentar de forma mais persistente o crescimento econômico no longo prazo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar a estrutura produtiva sergipana no período de 2002 a 2019, com o intuito de verificar a possibilidade de ocorrência na economia do estado do fenômeno da heterogeneidade estrutural. Tal fenômeno, conceituado pelos autores vinculados à Teoria do Subdesenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), diz respeito à existência, na estrutura produtiva de regiões e países periféricos, de disparidades de produtividade entre os setores econômicos, das quais resultam desigualdades setoriais, sociais e regionais.

Trabalhou-se aqui com o problema central de investigar se houve a ocorrência de heterogeneidade estrutural entre os macrossetores produtivos – agropecuária, indústria e serviços – na economia sergipana no período considerado. A hipótese central que guiou a pesquisa foi a de que a estrutura produtiva sergipana se caracterizou por disparidades de produtividade entre os macrossetores, com tendência deste fenômeno a se reproduzir no tempo.

Para a consecução do objetivo pretendido e validação da hipótese levantada, procedeu-se primeiramente a uma discussão teórica sobre a gênese do subdesenvolvimento, e o papel que a produtividade do trabalho e o setor industrial desempenharam neste processo. A discussão foi baseada principalmente na análise que autores liberais e estruturalistas cepalinos empreenderam sobre a temática, assim como nos debates que se estabeleceram entre ambas as correntes teóricas a este respeito.

Um ponto em comum identificado entre estas diferentes concepções teóricas é que, para ambas, a produtividade do trabalho é um fator determinante para o processo de crescimento e desenvolvimento econômico, conforme visto tanto nos escritos referentes ao liberal Adam Smith quanto nas ideias dos estruturalistas Raúl Prebisch e Celso Furtado. Contudo, a principal divergência entre ambas as correntes diz respeito à função desempenhada pelos diversos setores no crescimento da produtividade, e, por conseguinte, no processo de desenvolvimento econômico.

Vimos que os autores liberais defendem uma perspectiva que não identifica no setor industrial nenhum diferencial que o torne mais propenso a estimular o crescimento da produtividade de forma mais dinâmica. Em razão disto, as teorias liberais, da qual a teoria das vantagens comparativas é um dos principais exemplos, argumentam que os países subdesenvolvidos não precisam almejar ao desenvolvimento do setor industrial, devendo, ao contrário, estimular a produção e exportação de bens primários.

A teoria do subdesenvolvimento da CEPAL, por sua vez, demonstra como a especialização das nações latino-americanas em bens primários contribuiu de forma decisiva para que nelas se desenvolvessem – e se perpetuassem – as condições de dependência, pobreza, desigualdade e heterogeneidade estrutural características de países subdesenvolvidos. Através da formulação do modelo Centro-Periferia, Raúl Prebisch demonstrou como no longo prazo as nações primário-exportadoras inserem-se em um processo de transferência de riqueza para os países industrializados, principalmente em função da tendência à deterioração dos termos de intercâmbio.

Esta tendência se processa, de um lado, em função da maior elasticidade-renda dos produtos industrializados frente aos bens primários. À medida que a renda agregada das nações se expande, existe uma tendência a se aumentar proporcionalmente a demanda por bens industrializados em relação aos produtos primários, estimulando assim a produção e as exportações dos países industrializados. Por outro lado, associada aos movimentos de longo prazo das economias capitalistas, marcadas por crescentes e minguantes cíclicas, há uma tendência de maior rigidez à queda dos preços dos bens industriais em relação aos primários, o que se explica pela estrutura econômico-social das nações desenvolvidas, mais organizadas e com maior capacidade de defender seu nível de salários e lucros.

Ao apresentarmos a trajetória histórica do crescimento da renda *per capita* nos países do Ocidente e na América Latina, ficou constatada a estreita associação entre o desenvolvimento do setor industrial e o maior nível de geração de riqueza nas economias capitalistas, corroborando assim a premissa heterodoxa que identifica no setor manufatureiro o motor de crescimento de longo prazo nestas economias. Da mesma forma, o resgate histórico do período desenvolvimentista da economia brasileira, situado entre as décadas de 1930 e 1980, ilustrou como o desenvolvimento do setor industrial proporcionou os períodos de crescimento econômico mais dinâmicos da história do país, com correspondente elevação da produtividade do trabalho.

No tocante à gênese das assimetrias de produtividade que se verificam nas economias periféricas, a análise empreendida por Celso Furtado sobre a assimilação do progresso técnico pela estrutura produtiva demonstrou como esse processo se relacionou com a introdução de técnicas modernas e eficientes em estruturas arcaicas. A introdução nas economias pré-capitalistas da América Latina de um setor produtivo moderno, de elevada produtividade, voltado principalmente à exportação, criou uma heterogeneidade estrutural que impediu a difusão do progresso técnico pelo conjunto da economia.

Ao contrário das economias centrais, que se caracterizam por uma relativa homogeneidade nas produtividades entre os setores e por uma diversificação produtiva no conjunto da economia, os países periféricos se desenvolveram com uma estrutura produtiva caracterizada por uma especialização em um ou poucos produtos, geralmente voltados para a exportação, e forte heterogeneidade nos níveis de produtividade entre os diversos setores.

Assim, o setor de mais elevada produtividade nunca se integrou efetivamente às economias periféricas, estando sempre mais articulado ao mercado externo, fosse em função da importação de bens de capital para operação de suas atividades, fosse através da demanda por bens de consumo importados pelos agentes que auferiam a renda gerada na atividade do setor.

As assimetrias de produtividade decorrentes destes processos marcaram historicamente as economias periféricas, mesmo após algumas delas conhecerem processos de industrialização, conforme enfatizado pela análise de Aníbal Pinto. A concentração da assimilação do progresso técnico que se verificou nestas economias deu origem a fortes desigualdades nos níveis de produtividade não apenas entre os setores econômicos, mas também em segmentos sociais e em determinadas regiões dentro de um mesmo país.

As economias periféricas passaram a se caracterizar, portanto, pela existência de regiões periféricas dentro de sua própria estrutura, formando-se assim um sistema Centro-Periferia no interior da própria periferia do sistema capitalista. Assim ocorreu com a região Nordeste, após o declínio do complexo exportador açucareiro, no século XIX, e assim também ocorreu com a economia sergipana, desde o início da ocupação do seu território, em fins do século XVI.

Para situar a inserção periférica da economia de Sergipe no sistema Centro-Periferia da economia brasileira, fizemos no terceiro capítulo um breve resgate da formação econômica do estado, buscando enfatizar os aspectos de dependência, vulnerabilidade e heterogeneidade que lhes foram característicos. Uma peculiaridade na formação econômica deste estado é que durante os dois primeiros séculos de sua ocupação, as atividades predominantes na sua estrutura econômica – a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva – visavam essencialmente ao abastecimento de uma demanda interna.

Somente a partir do desenvolvimento mais efetivo da agroindústria açucareira, em fins do século XVIII, Sergipe pode se integrar ao fluxo de renda mais elevado que se estabelecia entre os produtores nordestinos e o mercado europeu. Contudo, o declínio da rentabilidade do açúcar ao longo do século XIX não permitiu que a economia sergipana atingisse o nível de importância econômica de outros estados do Nordeste, a exemplo de Bahia e Pernambuco. Desta forma, mesmo com a existência de um setor moderno, com produtividade relativamente mais elevada, a economia sergipana permaneceu numa condição periférica, inclusive em

relação à região nordestina, o que evidencia sua vulnerabilidade em relação às variações de centros mais dinâmicos.

No processo de articulação da economia brasileira, de fins do século XIX à primeira metade do século XX, a economia sergipana aprofundou o seu processo de atrofia, especialmente diante do crescimento do novo centro dinâmico da economia brasileira: a região Sudeste, com destaque para São Paulo. Este cenário só viria a se alterar a partir da década de 1960, no contexto das políticas industriais e de desenvolvimento regional empreendidas pelo governo federal, influenciado pela concepção desenvolvimentista, inclusive com as técnicas de planejamento oriundas da CEPAL cumprindo importante papel neste processo.

Conforme vimos, a ação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – foi determinante para a instalação de diversas indústrias nesta região, através dos incentivos fiscais do mecanismo 34/18, e posteriormente do FINOR. Paralelo a este processo, o governo federal empreendia grandes investimentos na expansão do setor industrial de bens intermediários, com vistas a reduzir a dependência da economia brasileira de insumos importados, devido principalmente ao choque do petróleo, em 1973.

Neste contexto, a economia sergipana, onde se descobriu desde fins dos anos 1950 importantes jazidas de petróleo e gás natural, recebeu vultosos investimentos, especialmente da Petrobrás. Somando-se os investimentos estatais na indústria de bens intermediários aos incentivos fiscais dos mecanismos 34/18/FINOR, que tinha por alvo principalmente empresas privadas de bens de consumo, o setor industrial sergipano conheceu uma acelerada expansão a partir da década de 1970, proporcionando ao estado taxas de crescimento superiores ao Nordeste e ao Brasil.

Contudo, as crises de endividamento externo e da hiperinflação, a partir de fins da década de 1970, atingiram fortemente a capacidade de investimento do estado nacional. As inversões na expansão do setor industrial esvaíram-se a partir da década de 1980, pondo fim ao período desenvolvimentista da economia nacional, marcado por forte atuação estatal no sentido de promover o crescimento econômico e com base em políticas industriais. A partir do fim da década de 1980, ganharam expressão as políticas de cunho liberal, associadas ao Consenso de Washington, que recomendava aos estados nacionais retirarem-se do gerenciamento da economia, o qual deveria ser responsabilidade exclusiva do mercado.

No caso de Sergipe, onde o setor industrial chegou a contribuir com mais de 67% do Produto Interno Bruto, em 1986, a trajetória dos macrossetores passou a indicar desde então um crescimento expressivo da contribuição do setor de serviços à geração de riqueza do estado. Esta mudança estrutural se aprofundou ao longo dos anos 1990, quando a única política de

matriz industrial implementada na economia sergipana foi o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), que se baseia em incentivos fiscais para atração de indústrias privadas.

O quarto e o quinto capítulos foram dedicados, respectivamente, à análise do desempenho do setor industrial e do comportamento da produtividade do trabalho nos macrossetores, de 2002 a 2019. Para ambos os capítulos, o período de análise foi dividido em três fases: de 2002 a 2003, antes do ciclo expansivo das economias nacional e estadual; de 2004 a 2013, período correspondente à fase de maior crescimento da economia sergipana no século XXI; e de 2014 a 2019, fase marcada pela retração no nível de atividade, recessão e estagnação da economia do estado.

Procedemos a um processo de deflacionamento do valor adicionado bruto do estado, tomando como referência o ano mais recente do período analisado, 2019. Assim, transformamos os valores correntes em valores constantes, a preços de 2019. Desta forma, pode-se constatar de forma mais fidedigna as variações de valor, tanto do VAB quanto da produtividade em todo o período de análise.

No quarto capítulo, a análise se concentrou no desempenho da indústria sergipana no período de 2002 a 2019, através da contribuição do setor à geração do valor adicionado bruto do estado. Estabelecemos uma comparação entre a estrutura produtiva sergipana e às do Nordeste e do Brasil, quando verificou-se que o estado possuía, no início do século XXI, uma maior participação relativa da indústria na geração de riqueza, se comparado à região e à economia nacional.

Esta característica particular decorria principalmente da maior participação relativa dos serviços industriais de utilidade pública (SIUP) e da indústria extrativa na geração do VAB estadual. Por outro lado, a indústria de transformação apresentava uma participação relativa menor no estado, se comparado ao Nordeste e ao Brasil. Verificamos que estas especificidades ocasionavam uma maior fragilidade do setor industrial de Sergipe, pois: a) a elevada participação dos SIUP não significava a possibilidade de um incremento na dinamização da economia estadual, dada as características do setor, que não se integra efetivamente à economia do estado; b) a maior participação da indústria extrativa sinalizava uma vulnerabilidade às variações de demanda e de preços do petróleo; e c) a indústria de transformação é o setor com maior capacidade de estabelecer efeitos de encadeamento e que apresenta maiores multiplicadores de produção.

No período do ciclo expansivo da economia sergipana (2004 a 2013), verificou-se um crescimento do setor industrial, decorrente, principalmente: a) da expansão da indústria

extrativa, em função dos investimentos da Petrobrás antes da crise de 2009; b) da indústria de transformação, que em Sergipe caracteriza-se principalmente pela presença de empresas de bens de consumo não duráveis, onde verifica-se uma tendência de crescimento associada à expansão do consumo das famílias; e c) do setor da construção civil, após a implementação das políticas industriais do Programa de Aceleração do Crescimento e Minha Casa Minha Vida, após 2007.

Após a crise de 2009, o único segmento industrial que permaneceu em expansão foi a construção civil, devido à continuidade dos investimentos do PAC/MCMV. A indústria extrativa foi fortemente afetada pelos desdobramentos da crise internacional, com o petróleo declinando seus preços, enquanto os serviços industriais de utilidade pública foram impactados pelas condições climáticas, com a diminuição das chuvas reduzindo a capacidade de geração de energia na usina hidrelétrica de Xingó.

Na última fase do período em análise, de 2014 a 2019, a economia sergipana refletiu intensamente as transformações processadas na economia nacional. O ano de 2014 registrou a eclosão da operação Lava Jato, que investigou processos de corrupção associados à Petrobrás e a grandes construtoras da economia brasileira. As cadeias produtivas do petróleo e gás e da construção civil foram fortemente afetadas pelos desdobramentos desta operação. Assim, contratos de licitação foram cancelados, investimentos públicos foram suspensos e o resultado foi o declínio da participação de ambos os segmentos na geração da riqueza nacional e estadual.

No caso da indústria extrativa, um novo revés se verificou a partir do ano de 2015, quando a Petrobrás adotou uma estratégia de venda de ativos e desinvestimentos em diversas áreas. Em Sergipe, este processo se traduziu pela desmobilização de ativos, hibernação de terminais de transporte de petróleo, alienação de poços e o encerramento de várias atividades da companhia no estado.

O resultado deste cenário foi um declínio de grande magnitude na participação da indústria extrativa na composição do VAB estadual. Processo semelhante aconteceu com o segmento da construção civil, expresso principalmente na redução da produção, consumo e exportação do cimento sergipano.

Todos estes fatores, conforme vimos, se traduziram pelo declínio da participação do setor industrial na economia sergipana, tendência que se verificou desde meados da década de 1980 e que se acentuou a partir de 2014. Por outro lado, o setor de serviços, que possui menores multiplicadores de produção e conseqüentemente menor capacidade de dinamizar o crescimento econômico, registrou um crescimento quase ininterrupto de participação na geração do valor adicionado bruto da economia sergipana.

Por fim, no quinto capítulo, nos dedicamos à mensuração e análise do comportamento da produtividade do trabalho na agropecuária, indústria e serviços da economia sergipana. O conceito de produtividade adotado constituiu-se na razão entre o valor adicionado bruto e o pessoal ocupado em cada um dos setores. Havendo disparidades de produtividade entre os macrossetores, estaria constatada a ocorrência do fenômeno da heterogeneidade estrutural na economia sergipana no período de análise.

Assim como feito no quarto capítulo, a série 2002 a 2019 foi subdivida em três fases, associadas ao movimento das economias sergipana e brasileira. Na primeira fase, antes do ciclo expansivo da economia sergipana, constatamos significativas assimetrias de produtividade entre os três macrossetores. A indústria apresentou em 2002 uma produtividade cerca de 632% mais elevada do que a do setor agropecuário e 65% mais elevada que a do setor de serviços.

Constatamos assim a existência do fenômeno da heterogeneidade estrutural na economia do estado de Sergipe no início do século XXI. Não apenas o setor mais propenso a promover o crescimento econômico – o industrial – possuía uma produtividade muito mais elevada do que o setor de serviços, e principalmente do que a agropecuária, como também se verificava fortes disparidades nas produtividades destes últimos.

A produtividade mais elevada da indústria sergipana justificava-se devido à maior presença na economia do estado dos serviços industriais de utilidade pública e da indústria extrativa. Ambos os setores são intensivos em capital e ocupam relativamente pouca mão de obra, caracterizando-se por um elevado valor de produção, assim como de produtividade.

Por outro lado, os setores primário e terciário empregavam os maiores contingentes de mão de obra – inclusive com maior proporção de trabalhadores informais – e caracterizavam-se por reduzida intensidade de capital, ocasionando assim um nível mais baixo de produtividade, se comparado ao setor industrial. Os setores de menor capacidade relativa de geração de riqueza eram assim os responsáveis por empregar a maior parte da mão de obra sergipana, o que certamente contribuía negativamente para as condições socioeconômicas da população do estado.

Na fase expansiva da economia sergipana, a produtividade do setor industrial apresentou um leve declínio no período de 2004 a 2008, antes, portanto, da crise de 2009. No ano de 2007, quando a demanda por trabalho no segmento da indústria de transformação elevou-se fortemente, a produtividade industrial registrou seu menor índice desde 2002. Isso se relaciona ao padrão de indústria de transformação predominante na economia sergipana, caracterizada principalmente pelo segmento de bens de consumo não duráveis. Assim, há uma tendência de

estímulo ao setor em momentos de crescimento do consumo, sem, contudo, elevar-se de forma significativa o valor de produção do segmento.

Após a crise de 2009, a produtividade da indústria volta a se elevar, refletindo a recuperação dos preços do petróleo, assim como o aumento dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento. Por outro lado, as condições climáticas impactaram de forma negativa na geração de energia elétrica na usina de Xingó, ocasionando um forte declínio no valor adicionado bruto dos SIUP, que caiu à sua mínima histórica em 2013. Assim, naquele ano a produtividade do setor industrial de Sergipe registrou uma queda de quase 17%.

Em todo o período do ciclo expansivo, o setor terciário registrou uma suave, mas praticamente contínua elevação da sua produtividade. Vimos que, dada a predominância dos serviços, tanto na geração de valor quanto na criação de empregos, o comportamento do setor apresenta uma tendência de aderência ao movimento geral da economia, imprimindo a esta o seu ritmo de crescimento.

O resultado destas tendências verificadas nos setores secundário e terciário foi uma redução do hiato de produtividade entre ambos, com o setor de serviços se aproximando cada vez mais da indústria na sua capacidade média de geração de riqueza. Porém, esse movimento se verificava mais por uma queda acentuada da produtividade industrial do que por uma forte elevação da produtividade dos serviços. À margem de ambos os setores, caracteristicamente urbanos, a produtividade da agropecuária mostrava-se fortemente condicionada pelas variações climáticas e seus impactos nas lavouras, registrando acentuadas elevações no período.

A partir do ano de 2014, quando a economia sergipana entra na sua fase de desaceleração e posterior recessão, o movimento de redução do hiato de produtividade entre o setor industrial e o de serviços torna-se mais intenso. As indústrias extrativa e da construção civil foram bastante impactadas pelos eventos relacionados à operação Lava Jato e à política de desinvestimentos da Petrobrás. Contudo, a retração no nível de atividade atingiu toda a economia brasileira, e o setor de serviços em Sergipe não passou incólume por esse processo.

Desta forma, a última fase do período de análise da pesquisa em tela se caracterizou por uma acentuada queda da produtividade do setor industrial, mas também por uma redução significativa – ainda que menor – da produtividade do setor de serviços. Conforme vimos, a produtividade da agropecuária se elevou nesta fase, o que possivelmente foi um reflexo da mudança de metodologia de quantificação do pessoal ocupado, por parte do IBGE. Ainda assim, a produtividade do setor primário manteve-se distante daquelas verificadas nas atividades produtivas urbanas.

O quadro geral que traçamos na nossa análise foi a confirmação da hipótese central da pesquisa, ou seja, de que a heterogeneidade estrutural foi um fenômeno presente na economia sergipana no período de 2002 a 2019. Especialmente antes e durante o ciclo expansivo, a produtividade do setor industrial mostrou-se bastante discrepante daquelas verificadas na agropecuária e nos serviços. Da mesma forma, mesmo com a aproximação dos níveis de produtividade da indústria e dos serviços na fase recessiva, tais índices mantiveram-se bem acima daquele verificado na agropecuária, o que mostra uma tendência de persistência do referido fenômeno.

Faz-se necessário destacar ainda que a economia sergipana exibiu ao longo de toda a série 2002/2019 as características inerentes à sua condição periférica: agropecuária marcada por relações e técnicas de produção tradicionais; acentuadas assimetrias de produtividade entre os setores; baixa capacidade de geração de valor na indústria de transformação; vulnerabilidade do setor mais intensivo em capital às variações das economias centrais, etc.

Em adição a este quadro, os setores industriais e de serviços – os maiores geradores de riqueza do estado – chegaram ao final da série histórica registrando alguns dos mais baixos índices de produtividade de todo o período em análise. A persistência desta tendência torna ainda mais difícil a possibilidade de mitigação das condições de pobreza, desigualdade e vulnerabilidade que historicamente tem marcado a economia sergipana. E a reversão de tal processo passa, necessariamente, pela adoção de políticas públicas que busquem estimular os setores de maior capacidade de dinamização do crescimento econômico, aliadas à adoção de políticas de transferência de renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR FILHO, H. A. de; SILVA FILHO, E. B. de. A crítica novo-institucionalista ao pensamento da CEPAL: a dimensão institucional e o papel da ideologia no desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 2 (39), p. 211-232, ago. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642686>>. Acesso em 16 fev 2022
- ALMEIDA, M. da G. S. de. **Sergipe: Fundamentos de Uma Economia Dependente**. 1ª ed. Petrópolis. Editora Vozes, 1984.
- ARAÚJO, V. L. de. O primeiro governo Lula (2003 – 2006): retomada do crescimento e bonança internacional. In: Araujo, V. L. Mattos, F. A. M. (Orgs). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma – novas interpretações**. 1ª ed. São Paulo, Editora Hucitec, 2021.
- ARBACHE, J. Por que serviços? In: Barbosa, N; Marconi, N; Canêdo-Pinheiro, M; Carvalho, L. (Orgs). **Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Editora Elsevier, 2015.
- ARRUDA, J. J. de A. **A Revolução Industrial**. 1ª ed. São Paulo, Editora Ática, 1988.
- BASTOS, C. P.; OLIVEIRA, B. R. Políticas Econômicas, Teorias e Contextos Sociais. In: Araujo, V. L. Mattos, F. A. M. (Orgs). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma – novas interpretações**. 1ª ed. São Paulo, Editora Hucitec, 2021.
- BÉRTOLA, L.; OCAMPO, L. A. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina Desde a Independência**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Alta Books, 2019.
- BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, Vol. 1. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro – o ciclo ideológico do Desenvolvimentismo – 1930 – 1964**. 5ª ed. Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2000.
- BIELSCHOWSKY, R. Do “Manifesto Latino-Americano” de Raúl Prebisch aos dias de hoje: 70 anos de Estruturalismo na CEPAL. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 24, n. 1, p. 1-25, 2020, e202411. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/jLtLx335tRMr6yhMFYySBhL/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 08 de jun 2022.
- BONELLI, R; VELOSO, F; PINHEIRO, A. C. **Anatomia da Produtividade no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Editora Elsevier, 2017.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, Progresso e Crescimento Econômico. **Lua Nova**, São Paulo, 93: 33-60, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11842>. Acesso em 07 de jun 2022.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **A Construção Política do Brasil**. 2ª ed. São Paulo, Editora 34. 2015.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; OREIRO, J. L.; MARCONI, N. **Macroeconomia Desenvolvimentista – Teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

CANÊDO-PINHEIRO, M.; FERREIRA, P. C.; PESSÔA, S. de A.; SCHYMURA, L. G. Porque o Brasil não precisa de Política Industrial. **Ensaio Econômico/FGV**, No 644 ISSN 0104-8910. Disponível. Acesso em 07 de jun 2022

CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 5ª ed. Campinas. Instituto de Economia. 2007.

CANO, W. SILVA, A. L. G. de. Política Industrial do Governo Lula. Texto para Discussão. **IE/UNICAMP**, Campinas, n. 181, julho 2010. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1811/texto181.pdf>>. Acesso em 07 de dez 2021.

CARDOSO, F G. **A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da abordagem da complexidade**. 2012, 263 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2012.

CARDOSO, F G. **“Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico”**. 1ª ed. Jundiaí, Paco Editorial, 2018.

CARDOZO, S. A. **Guerra fiscal no Brasil e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990**. 2010, 240 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. São Paulo, 2010.

CARVALHO, L. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. 1ª ed. São Paulo. Todavia, 2018.

CEPLAN – Consultoria Econômica e Planejamento (2005). **Sergipe: desempenho, perspectivas econômicas e evolução dos indicadores sociais – 1970-2004**. Recife. (mimeo)

CONCEIÇÃO, C. S. **“Da Revolução Industrial à Revolução da Informação – Uma Análise Evolucionária da Industrialização da América Latina”**. 2012, 209 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Rio Grande do Sul, 2012.

FEITOSA, C. O. **As transformações recentes da economia sergipana: 1970-2005**. 2007, 215 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. São Paulo, 2007.

FERRAZ, J. C.; PAULA, G. M. de.; KUPFER, D. Política Industrial. In: KUPFER, D.; Hasenclever, L. (Orgs). **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. 2.ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, Cap. 24. 11p.

FERREIRA, R. K. T. **Análise dos impactos da operação lava jato no setor da construção civil**. 2016. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campo Mourão, 2016.

FERREIRA, L. da S. A Política Econômica do Governo Geisel: do II PND ao endividamento externo. In: Araujo, V. L. Mattos, F. A. M. (Orgs). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma – novas interpretações**. 1ª ed. São Paulo, Editora Hucitec, 2021.

FONSECA, P. C. D. As Origens e as Vertentes Formadoras do Pensamento Cepalino. **Revista Brasileira de Economia**. 54 (3) – Setembro/2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/Nf7SVtHcPVdzdLkXqzpn3Kv/abstract/?format=html&lang=pt>. Acesso em 05 jun 2022.

- FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. Texto para discussão. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, julho de 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2103.pdf. Acesso em 08 de mai 2022
- FRITSCH, W. “Adam Smith – apresentação”. In: Smith, A. **A Riqueza das Nações – Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas. “Os Economistas”**. 3ª ed. São Paulo, Nova Cultural, 1996.
- FURTADO, C. “**Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico – Os Economistas**”. 1ª ed. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 33ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2003.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 5ª ed. Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2009.
- FURTADO, C. “Formação de capital e desenvolvimento econômico”. In: Agarwala, A. N.; Singh, S.P. (Orgs.) “**A Economia do Subdesenvolvimento**”. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2010.
- GABRIEL, L. F; RIBEIRO, L. C. de S; JAYME Jr. F. G; OREIRO, J. L da C. **Manufacturing, economic growth, and real exchange rate: empirical evidence in panel data and input-output multipliers**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341030353_Manufacturing_economic_growth_and_real_exchange_rate_Empirical_evidence_in_panel_data_and_input-output_multipliers10 de dez 2022
- GUAJARATI, D. N; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. 5ª ed. Porto Alegre, Editora Afiliada, 2011.
- GUIMARÃES NETO, L. Trajetória Econômica de uma Região Periférica. **Estudos Avançados**, 11(29) 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8972/10524> Acesso em 14 de ago 2022
- HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura S.A, 1961.
- HOBSBAWM, E. “Introdução” in: Marx, K. “**Formações Econômicas Pré-Capitalistas**”. 6ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1991.
- HOBSBAWM, E. **A Era dos Extremos – O Breve Século XX, 1914-1991**. 2ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- HOBSBAWM, E. **A Era das Revoluções – 1789 – 1848**. 33ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia Informal Urbana - ECINF**. 2003
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Contas Regionais**. 2002 – 2019.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. 2020

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. 2020

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Nota Metodológica nº 11 – Administração Pública**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Nota Metodológica nº 26 – Revisão da Série 1995 – 2001 (Retropolação)**.

INFANTE, R., MUSSI, C. ODDO, M. **Por um Desenvolvimento Inclusivo – o caso do Brasil**. 1ª ed. Santiago. CEPAL, 2015.

IPEADATA. **Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas**. Produto Interno Bruto; Deflator Implícito do PIB; Taxa de Câmbio. 2022.

JARDIM, M. C; SILVA, M. R. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Neodesenvolvimentismo?** 1ª ed. São Paulo. Editora UNEP, 2016.

JESUS JÚNIOR, L. B. de.; FERREIRA JÚNIOR, H. de M. Petrobrás S.A., Estratégias, Fragmentação e Interesses: Uma Análise do Período 2006-2018. **Economic Analysis of Law Review EALR**, V.12, nº 2, p. 77-109, Mai-Ago, 2021. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/11307>>. Acesso em 27 out 2022

LACERDA, A. A. de.; BOCCHI, J. I.; REGO, J. M.; BORGES, M. A.; ROSA, M. M.; **Economia Brasileira**. 3ª ed. São Paulo, Editora Saraiva, 2006.

LEWIS, A. “O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão de Obra”. In: Agarwala, A. N.; Singh, S.P. (Orgs.) “**A Economia do Subdesenvolvimento**”. 2ª, Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2010.

LISBOA, M. de B.; PESSÔA, S. Crítica ao Novo-Desenvolvimentismo. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, pp.181-189, jul.-dez. 2016. Disponível em: http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-.4.8/index.php/cdes/article/view/11/pdf_1. Acesso em 15 de jun 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2007.

MARCONI, N.; BARBI, F. Taxa de câmbio e composição setorial da produção. In: Holland, M. Nakano, Y. (Orgs.). **Taxa de Câmbio no Brasil – Estudos de uma perspectiva do desenvolvimento econômico**. 1º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MARCONI, N. Estrutura Produtiva e Desenvolvimento Econômico. In: Barbosa, N; Marconi, N; Canêdo-Pinheiro, M; Carvalho, L. (Orgs). **Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Editora Elsevier, 2015.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. 1ª ed. 1973. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6539551/mod_resource/content/2/7.%20Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular%20-%20At%C3%A9%20p.28.pdf>. Acesso em 10 de ago 2022.

MARTINS, M. Padrões de Desenvolvimento no Comércio: Definições e Implicações Normativas. In: Dathein, R. (Org.). **Desenvolvimentismo: O Conceito, As Bases Teóricas, As Políticas**. 1ª ed. Rio Grande do Sul, Editora da UFRGS, 2015.

MELO, R. O. L. de. Economias de escala, Externalidades e Desenvolvimento Regional. In: SILVA, N. P. da. HANSEN D. L. (Org). **Economia Regional e Outros Ensaio**s. 1ª ed. Aracaju. Editora UFS, 2001.

MELO, R. O. L. de. **Economia Sergipana Contemporânea (1970/2010)**. 1ª ed. Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

MELO, R. O. L. de. **Sergipe no século XXI: expansão, crise e reposicionamento**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/45799/1057811/Sergipe+no+S%C3%A9culo+XXI+Expans%C3%A3o%2C+Crise+e+Reposicionamento+da+Estrat%C3%A9gia+de+Desenvolvimento+Econ%C3%B4mico.pdf/96847048-9289-bdcd-7a77-ce7d580d4cbb?t=1648743922087&download=true..> Acesso em 14 de novembro de 2021.

MERCADANTE, A. Desafios da Política Econômica. In: Oliva, P. M. (Coord). **Economia Brasileira – Perspectivas do Desenvolvimento**. 1ª ed. São Paulo, CAVC, 2005.

MOREIRA, T. de M. Uma análise do crescimento econômico brasileiro à luz dos efeitos multiplicadores de produção. **Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)**. 2021. Disponível em: https://iedi.org.br/artigos/top/estudos_industria/20210730_multiplicadores.html Acesso em 16 de set 2022.

NASCIMENTO, A. J. **A economia sergipana e a integração do mercado nacional (1930/80)**. Campinas IE/UNICAMP. 200p. 1994.

NASCIMENTO, A. J. O “crash” de 29 e a economia sergipana. In: SILVA, N. P. da. HANSEN D. L. (Org). **Economia Regional e Outros Ensaio**s. 1ª ed. Aracaju. Editora UFS, 2001.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política** 28 (1), 2008a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/3rVWS9WjGrFFPS4yHMqNzZj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 ago. 2022

NASSIF, A.; SANTOS, L. de O.; PEREIRA, R. de O. Produtividade e Potencial de Emprego no Brasil: As Prioridades Estratégicas das Políticas Públicas. **REVISTA DO BNDES**, RIO DE JANEIRO, V. 14, N. 29, P. 157-176, JUN. 2008b. Disponível em < <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13454>>. Acesso em: 16 jan. 2022

NOGUEIRA, M. O; INFANTE, R; MUSSI, C. Produtividade do Trabalho e Heterogeneidade Estrutural no Brasil Contemporâneo. In: De Negri, F; Cavalcante, L. R. **Produtividade no Brasil – Desempenho e Determinantes**. 1ª ed. IPEA. Brasília, 2014.

NOGUEIRA, M. O. **Um pirilampo no porão – um pouco de luz nos dilemas da produtividade das pequenas empresas e da informalidade no Brasil**. 1ª ed. Brasília. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA. 2017

OBSERVATÓRIO DE SERGIPE. **Produto Interno Bruto de Sergipe – Contas Regionais 2019**. Disponível em: <https://www.observatorio.se.gov.br/app/?categoria=produto-interno-bruto&subcategoria=pib-estadual>>. Acesso em: 07 fev 2022

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C.A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232, abril/junho/2010. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/03.pdf>>. Acesso em: 14 jan 2022

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. de. **Macroeconomia da Estagnação Brasileira**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2021.

PASSOS SUBRINHO, J. M. **História Econômica de Sergipe (1850-1930)**. 1ª ed. Aracaju. Programa Editorial da UFS, 1987.

PASSOS SUBRINHO, J. M. A indústria têxtil em Sergipe: gênese, crescimento e limites de uma indústria periférica. In: SILVA, N. P. da. HANSEN D. L. (Org). **Economia Regional e Outros Ensaio**s. 1ª ed. Aracaju. Editora UFS, 2001.

PAULA, L. F de. **Economia Brasileira na Encruzilhada – ensaios sobre macroeconomia, desenvolvimento econômico e economia bancária**. 1ª ed. Curitiba. Appris Editora, 2022.

PETROBRÁS. **PNG 2015-2019: Tire suas dúvidas sobre nossos investimentos e desinvestimentos**. 2015. Disponível em <<https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/png-2015-2019-tire-suas-duvidas-sobre-nossos-investimentos-e-desinvestimentos.htm>>. Acesso em: 23 de out. 2021.

PINTO, A. Natureza e implicações da “Heterogeneidade Estrutural” na América Latina. In: Bielschowsky, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, Vol. 1. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.

POLANYI, K. **A Grande Transformação – as origens de nossa época**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Elsevier, 2012.

PRADO Jr, C. **História Econômica do Brasil**. 1ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 2006.

PREBISCH, R. **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2011.

RELATÓRIO ANUAL: **Sindicato Nacional da Indústria de Cimento**. Rio de Janeiro: SNIC, 2019. Disponível em: <http://snic.org.br/numeros-relatorio-anual.php>. Acesso em: 5 dez 2022.

RICHARDSON, J. R. **Pesquisa Social – Métodos e Técnicas**. 3º ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2010.

RODRIGUEZ. O. **A Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária. 1981.

RODRIGUEZ. O. **O Estruturalismo Latino-Americano**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira. 2009.

SANTANA, J. R. de. A combinação indústria-estado na trajetória de crescimento do Nordeste: 1950-1985. In SILVA, N. P. da. HANSEN D. L. (Org). **Economia Regional e Outros Ensaio**s. 1ª ed. Aracaju. Editora UFS, 2001.

SARTI, F. Padrão de Crescimento e Desenvolvimento Industrial. In: Barbosa, N; Marconi, N; Canêdo-Pinheiro, M; Carvalho, L. (Orgs). **Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Editora Elsevier, 2015.

SEABRA, R. L. Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 34, Número 1, Janeiro/Abril 2019. Disponível:<<https://www.scielo.br/j/se/a/z9cXfjmNFJsXkhmCWvzRNVF/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 16 fev 2022.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do Pós-Guerra. In: Belluzzo, L. G, Coutinho, R (Org). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil – ensaios sobre a crise**. 1ª ed. São Paulo, editora Brasiliense, 1982.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1ª ed. São Paulo, Editora Cortez, 2013.

SILVA, N. P. da. Sergipe: Formação Econômica. In: SILVA, N. P. da. HANSEN D. L. (Org). **Economia Regional e Outros Ensaio**s. 1ª ed. Aracaju. Editora UFS, 2001.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações – Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas. “Os Economistas”**. 3ª ed. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

SOUZA, N. A. de. **Economia Brasileira Contemporânea de Getúlio a Lula**. 1ª ed. São Paulo, Editora Atlas, 2007.

SOUZA, F. E. P. de. Por que a indústria parou? In: Barbosa, N; Marconi, N; Canêdo-Pinheiro, M; Carvalho, L. (Orgs). **Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Editora Elsevier, 2015.

SQUEFF, G. C.; NOGUEIRA, M. O. A heterogeneidade estrutural no Brasil de 1950 a 2009. In: INFANTE, R., MUSSI, C. ODDO, M. **Por um Desenvolvimento Inclusivo – o caso do Brasil**. 1ª ed. Santiago. CEPAL, 2015.

TAVARES, D. A. C. A Guerra Fiscal no Brasil: impacto nos orçamentos estaduais. In: MELO, R.O.L. HANSEN, D.L (Orgs). **Estudos Regionais: Dinâmicas Econômicas e Alternativas para Políticas Públicas**. 1ª ed. São Cristóvão. Editora UFS, 2013.

THIRLWALL, A. P. “**A natureza do crescimento econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações**”. 1ª ed. Brasília. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA. 2005

ANEXO I

Tabela 1.1 – Sergipe – Pessoal Ocupado (PO) nos setores e no total da economia, de 2002 a 2019 (em mil pessoas)

Ano	PO Agropecuária	PO Indústria	PO Serviços	PO Total da Economia
2002	209	141	445	795
2003	217	136	468	821
2004	217	145	494	856
2005	238	139	481	858
2006	216	151	497	864
2007	194	180	504	878
2008	184	181	499	864
2009	202	170	506	878
2010*	213	166	511	890
2011	224	161	516	901
2012	238	166	533	937
2013	231	168	524	923
2014	265	193	548	1 006
2015	259	160	543	962
2016	159	154	574	887
2017	136	145	589	870
2018	120	146	599	865
2019	124	155	650	929

Fonte: PNAD (2002 a 2015) e PNAD Contínua (2016 a 2019)

* Dados obtidos por interpolação, dada a inexistência da PNAD no ano de 2010

Tabela 1.2 – Sergipe – Valor Adicionado Bruto ao PIB do estado, de 2002 a 2019 (em milhões de R\$ correntes)

Ano	Valor Adicionado Bruto
2002	9 270
2003	10 558
2004	12 078
2005	12 940
2006	14 723
2007	16 417
2008	19 348
2009	19 589
2010	23 687
2011	26 038
2012	29 359
2013	31 609
2014	33 665
2015	34 509
2016	34 752
2017	36 412
2018	37 282
2019	39 871

Fonte: Sistema de Contas Regionais/IBGE (2019)

Tabela 1.3 – Sergipe – Participação dos macrossetores no Valor Adicionado Bruto ao PIB do estado, de 2002 a 2019 (em %)

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços
2002	6,5	32,1	61,4
2003	8,2	33,4	58,4
2004	6,7	33,6	59,7
2005	6,6	31,8	61,6
2006	7,1	30,1	62,8
2007	6,3	30,4	63,3
2008	7,2	32,6	60,2
2009	8,2	26,8	65,0
2010	6,4	29,0	64,7
2011	5,2	29,7	65,1
2012	5,1	30,5	64,4
2013	5,7	25,6	68,8
2014	5,2	24,6	70,1
2015	5,0	22,7	72,2
2016	5,0	20,1	75,0
2017	5,4	19,1	75,5
2018	3,8	20,0	76,2
2019	5,1	19,7	75,2

Fonte: Sistema de Contas Regionais/IBGE (2019)

APÊNDICE A

Tabela 2.1 – Sergipe – Transformação de Valor Adicionado Bruto de preços correntes para preços constantes de 2019, de 2002 a 2019

Ano	Valor Adicionado Bruto a preços correntes	Deflator Implícito do PIB	Variação	Fator de Deflacionamento	Valor Adicionado Bruto a preços constantes de 2019
2002	9 270	9,8	1,098	0,295829	31336,65
2003	10 558	14,09	1,1409	0,337512	31281,52
2004	12 078	7,75	1,0775	0,363669	33210,19
2005	12 940	7,43	1,0743	0,39069	33120,81
2006	14 723	6,77	1,0677	0,417139	35294,92
2007	16 417	6,44	1,0644	0,444003	36975,25
2008	19 348	8,78	1,0878	0,482986	40058,47
2009	19 589	7,31	1,0731	0,518293	37795,93
2010	23 687	8,42	1,0842	0,561933	42152,41
2011	26 038	8,32	1,0832	0,608686	42777,24
2012	29 359	7,94	1,0794	0,657016	44685,19
2013	31 609	7,5	1,075	0,706292	44752,99
2014	33 665	7,85	1,0785	0,761736	44194,84
2015	34 509	7,57	1,0757	0,819399	42114,49
2016	34 752	8,1	1,081	0,88577	39233,54
2017	36 412	3,67	1,0367	0,918278	39652,65
2018	37 282	4,49	1,0449	0,959509	38855,16
2019	39 871	4,22	1,0422	1	39871,27

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Contas Regionais IBGE (2019) e Ipeadata (2022).

Tabela 2.2 – Sergipe – Valor Adicionado Bruto por macrossetores e total da economia, 2002 a 2019 (em milhões de R\$ de 2019)

Ano	VAB Agropecuária	VAB Indústria	VAB Serviços	VAB Total da Economia
2002	2 037	10 059	19 240	31 336
2003	2 565	10 448	18 268	31 281
2004	2 225	11 159	19 826	33 210
2005	2 186	10 532	20 402	33 120
2006	2 506	10 624	22 164	35 294
2007	2 329	11 241	23 405	36 975
2008	2 884	13 059	24 115	40 058
2009	3 099	10 129	24 567	37 795
2010	2 698	12 224	27 230	42 152
2011	2 224	12 705	27 848	42 777
2012	2 279	13 629	28 777	44 685
2013	2 551	11 456	30 745	44 752
2014	2 298	10 872	31 024	44 194
2015	2 106	9 560	30 448	42 114
2016	1 962	7 886	29 385	39 233
2017	2 141	7 574	29 937	39 652
2018	1 476	7 771	29 608	38 855
2019	2 033	7 855	29 983	39 871

Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais/IBGE

Tabela 2.3 – Sergipe – Produtividade dos setores e média da economia, de 2002 a 2019
(em R\$ de 2019)

Ano	Produtividade da Agropecuária	Produtividade da Indústria	Produtividade dos Serviços	Produtividade Média da Economia
2002	9.746	71.340	43.235	39.416
2003	11.820	76.823	39.034	38.101
2004	10.253	76.958	40.134	38.796
2005	9.184	75.769	42.415	38.601
2006	11.601	70.357	44.595	40.849
2007	12.007	62.450	46.438	42.112
2008	15.674	72.149	48.326	46.363
2009	15.342	59.582	48.551	43.046
2010	12.667	73.639	53.288	47.362
2011	9.928	78.913	53.968	47.477
2012	9.575	82.102	53.990	47.689
2013	11.043	68.190	58.673	48.485
2014	8.671	56.331	56.613	43.930
2015	8.131	59.750	56.073	43.777
2016	12.339	51.207	51.193	44.231
2017	15.742	52.234	50.826	45.577
2018	12.300	53.226	49.429	44.919
2019	16.395	50.677	46.127	42.918

Fonte: elaboração própria com base no Sistema de Contas Regionais/IBGE, PNAD e PNAD Contínua